



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Jussara França de Azevedo

**Discursos e idéias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1888)**

São Gonçalo  
2011

Jussara França de Azevedo

**Discursos e idéias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil:  
a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século  
XIX (1870-1888)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cátia Antonia da Silva  
Coorientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

São Gonçalo  
2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

A994 Azevedo, Jussara França de.

Discursos e idéias: A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1888) / Jussara França de Azevedo. – 2011.

199f.: il.

Orientadora : Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cátia Antonia da Silva.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Indústria – História - Teses. I. Silva, Cátia Antonia da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

**CDU 334.71(81)**

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Jussara França de Azevedo

**Discursos e idéias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil:  
a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século  
XIX (1870-1888)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 7 de dezembro de 2011.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cátia Antonia da Silva  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Coorientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Gelson Rozentino de Almeida  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

---

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato  
Universidade Federal Fluminense

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação a DEUS por sua presença, direção, misericórdia, graça e pelo seu imenso amor.

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos em primeiro lugar são a DEUS, centro de minha vida, que com grande amor, graça, compaixão e misericórdia pôde proporcionar a oportunidade de chegar ao término deste trabalho com saúde.

Agradeço a minha tia Elza Magalhães (In Memoriam), pelo seu precioso exemplo e sua maravilhosa base espiritual e emocional que resultou na pessoa que sou hoje, serei sempre grata.

A minha família que com imensa paciência pôde acompanhar minha trajetória neste curso, me incentivando nos momentos mais difíceis, sempre ao meu lado, demonstrando amor e companheirismo.

A minha orientadora professora Doutora Cátia Antonia da Silva que, com uma demonstração de carinho e atenção que me emociona, pôde me acompanhar nesta jornada.

Ao co-orientador, professor Doutor Sydenham Lourenço Neto que pôde durante toda a minha trajetória acadêmica até aqui trilhada contribuir para meu crescimento intelectual.

Aos amigos do curso de Mestrado em História Social, Tatiane Rocha de Queiroz e a Fernando Maia da Motta, agradeço pelo carinho demonstrado e pelas horas compartilhadas de companheirismo e solidariedade. Muito obrigada.

Aos amigos em geral, agradeço. Em especial a Tânia Noêmia Silva dos Santos, minha 'mãe adotiva' e amiga que orou por mim e contribuiu de forma determinante para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à bibliotecária Angela Albuquerque de Insfrán, Chefe da Biblioteca Central do Gragoatá da UFF, por seu profissionalismo e solicitude que puderam garantir uma expressiva pesquisa no acervo da Universidade.

Aos professores do curso de Mestrado em História Social que contribuíram de forma significativa para o preparo desta dissertação, pois em cada oportunidade de aulas ministradas puderam contribuir de forma expressiva para o meu aprendizado. Agradeço aos professores Cezar Teixeira Honorato e Gelsom Rozentino de Almeida por participarem de minha defesa no Curso de História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Aos amados que leram esta dissertação já agradeço, e rogo ao Senhor Deus que os abençoe.

## RESUMO

AZEVEDO, Jussara França de. *Discursos e idéias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1888)*. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

Na formação social brasileira ao final do século XIX, a conflituosa relação de forças entre as frações da classe dominante passou a demonstrar perda da capacidade de formulações intelectuais capazes de articular reformas compatíveis com o momento histórico nas décadas de 1870-1880. A pesquisa analisa a gênese do processo de organização da indústria no Brasil no século XIX, mais precisamente na década de 1880, a partir dos discursos dos agentes que representavam a Associação Industrial do Rio de Janeiro, primeira entidade de representação de um grupo industrial no país, que expressava um momento de luta pela indústria fabril em pleno contexto de predomínio de um país agroexportador. Consideramos possível, ao analisar relatórios anuais, estatutos, o periódico *O Industrial*, inquérito industrial, exposições industriais, identificar ações que revelem a defesa da indústria fabril no Império. Desde a década de 1870 daquele século, dentro da SAIN ocorrerá uma crise entre a seção do comércio e a seção da indústria fabril, o que contribuiu para a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro em 1880. Verifica-se ainda, a formação, estruturação e os meios encontrados para atingir a esfera pública e o governo Imperial.

Palavras-chave: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Associação Industrial do Rio de Janeiro. Indústria. Fabril. Exposição.

## ABSTRACT

In Brazilian society at the end of the nineteenth century, the relative strengths of the conflicting factions of the ruling class has lost the ability to demonstrate intellectual formulations capable of articulating reforms compatible with the historical moment in the decades of 1870-1880. The research examines the genesis of the process industry organization in Brazil in the nineteenth century, more precisely in the 1880s, from the speeches of the agents who represented the Industrial Association of Rio de Janeiro, the first entity representing an industry group in the country, expressing a time of struggle for manufacturing industry in full context of a predominantly agricultural export country. Can consider when analyzing annual reports, statutes, the periodical Industrial, industrial survey, industrial exposure, identify actions that reveal the defense manufacturing industry in the Empire. Since the 1870s that century, occur within the SAIN a crisis of trade between the section and the section of manufacturing industry, which contributed to the organization of the Industrial Association of Rio de Janeiro in 1880. There is also the formation, structure and found the means to reach the public sphere and the Imperial government.

Keywords: National Industrial Aid Society. Industrial Association of Rio de Janeiro. Industry. Manufacturing. Exhibit.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIRJ	Associação Industrial do Rio de Janeiro
BN	Biblioteca Nacional
Firjan	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
M F	Ministério da Fazenda
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1	<b>A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E A SUA POSIÇÃO AMBÍGUA QUANTO À INDÚSTRIA FABRIL</b> .....	19
1.1	<b>A cidade do Rio de Janeiro na década de 1870</b> .....	19
1.2	<b>Uma breve história da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional</b> .....	23
1.3	<b>O conceito de indústria na visão da época da SAIN: limites e desafios históricos</b> .....	27
1.4	<b>A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sua crise, e como esta impulsionou a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro</b> .....	35
2	<b>A ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, SUA FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO NA DÉCADA DE 1880</b> .....	47
2.1	<b>Contexto da década de 1880</b> .....	48
2.2	<b>A criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro</b> .....	51
2.3	<b>A visão protecionista da Associação Industrial do Rio de Janeiro</b> .....	79
3	<b>A REPRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO JUNTO À ESFERA PÚBLICA E AO GOVERNO IMPERIAL</b> .....	88
3.1	<b>O periódico O Industrial e a imprensa do Rio de Janeiro</b> .....	89
3.2	<b>Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Fazenda sobre o Inquérito Industrial em 1882 e a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentado ao Corpo Legislativo em 1883</b> .....	106
4	<b>A ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E AS EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS: UMA TENTATIVA DE ENTRADA NA ERA DO PROGRESSO E DA MODERNIDADE</b> .....	121
4.1	<b>Exposição da Indústria Nacional de 1881</b> .....	122
4.2	<b>Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882</b> .....	133
4.3	<b>Exposição da Indústria Nacional de 1888</b> .....	144
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	157
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	162
	<b>ANEXO A - Relação dos sócios da Associação Industrial do Rio de Janeiro de 1882 e 1884</b> .....	171
	<b>ANEXO B - Quadros referentes às indústrias no relatório apresentado ao Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Parlamentar de 1882</b> .....	178
	<b>ANEXO C - Quadros referentes a indústrias, tarifas e mercadorias nas informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo da Décima Oitava Legislatura de 1883</b> .....	186

## INTRODUÇÃO

As décadas de 1870-1880 do século XIX, no Império do Brasil, foram um período de grande turbulência no aspecto político (a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República) e no aspecto econômico com a crise do café na década de 1880. E de mudanças na cidade do Rio de Janeiro que passava por um processo de modernização de sua infraestrutura que trouxe melhorias urbanas para a população. Neste cenário nasce um grupo que se organiza neste período e que tinha um projeto novo para o Império, uma alternativa na área econômica que apresentou uma proposta de mudança para o quadro político-econômico.

O intento de apresentar a Associação Industrial do Rio de Janeiro (AIRJ) como um objeto a ser estudado nesta dissertação elucida pela ocorrência de ser a primeira entidade que defende a indústria fabril no século XIX, no Império, sinalizando um novo projeto para a economia mediante um quadro agroexportador sujeito a um único produto: o café, que era o produto mais rentável da economia. Para tanto a AIRJ é a gênese do processo de organização da indústria no Brasil, a primeira entidade que propõe a defesa e o apoio à indústria fabril como alternativa para a economia do Império na década de 1880.

O motivo primeiro de todo esse interesse ocorre pelo fato de não se encontrarem pesquisas, dissertações e teses sobre a AIRJ, nem literatura, que discutam a proposta desta entidade neste período. Apesar de serem conhecidos alguns documentos como *Trabalho Nacional e seus Adversários* que era um compêndio de artigos publicados no periódico *O Industrial* durante o primeiro ano da existência da AIRJ e o *Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro* que expressaram as ideias da entidade e uma parte de sua trajetória por esse motivo almejo discorrer sobre este assunto.

O tema não fora estudado antes, isto é percebido pelo fato de não se ter encontrado referencial para um debate sobre o assunto. Desse modo, esta pesquisa contribuirá no campo da História Política para a compreensão das lutas, no século XIX, pela construção ideológica da defesa da indústria como instrumento de desenvolvimento nacional, a partir do contexto do Rio de Janeiro. Com o surgimento de uma organização que tinha o objetivo de coesão e estruturação de um grupo industrial, ainda na década de 1880 do século XIX, ou seja, através da ideologia político-econômica da Associação Industrial do Rio de Janeiro, é que se pode enxergar o interesse de um grupo social, porta-voz de ideias, projetos e ações para o desenvolvimento do país.

Com a formação da AIRJ foi possível reconhecer o papel dos industriais em meio a uma economia dependente do café. Pretende-se confirmar que no século XIX, na década de

1880, se deu a gênese do processo de organização da indústria no Brasil, sendo a Associação Industrial do Rio de Janeiro, a primeira entidade que expressava um momento de luta, em pleno contexto de predomínio de um país agroexportador, tendo como base fundamental a crença de que deveria ser a indústria a referência de produção da riqueza nacional e de progresso do país.

Esta pesquisa se justifica na medida em que procura analisar e compreender as dificuldades enfrentadas pelos agentes que criaram a Associação Industrial do Rio de Janeiro, e os meios que utilizaram para serem reconhecidos como uma organização industrial. Acredita-se que compreendendo as circunstâncias da formação da AIRJ, poder-se-á perceber a importância do empenho desses agentes num momento histórico em que o país vivia na crise política agroexportadora vigente; eles se dispuseram a ser uma nova referência para o desenvolvimento da economia brasileira.

Justificam-se por ausência de pesquisas realizadas sobre a temática, e ao desenvolver-se a bibliografia percebeu-se uma grande dificuldade por não se encontrar autores que já contemplaram o assunto, ocasionando uma busca incessante por livros que pudessem garantir o mínimo de referencial. A dificuldade encontrada pode, então, explicar a importância da pesquisa, pois discute a princípio a questão da primeira entidade que defende os interesses dos industriais no Império, confrontando assim parte da historiografia que afirma que a primeira entidade que defende os industriais se organiza em 1904, no século XX.

Há posições divergentes quanto ao começo da industrialização do país. Existem aqueles que entendem que a organização de grupo industrial e suas necessidades se deram nas primeiras décadas do século XX em diante. Entre eles Edgard Carone (1978) e Angela Maria de Castro Gomes (1979). E há outra posição que entende que a gênese do processo da organização da indústria no Brasil ocorreu no século XIX na década de oitenta como Nícia Vilela Luz (1975) e Maria Bárbara Levy (1994).

Para Edgard Carone em seu livro *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*, publicado em 1978, o autor desta obra afirma, os industriais não tinham a possibilidade de ter força política por entender que a indústria tinha um papel subordinado ao interesse agroexportador. Não tinha organização suficiente para poder ganhar expressão. Segundo ele, a indústria se constituiu a partir de 1904, com o Centro Industrial do Brasil.

Já no livro *A luta pela Industrialização do Brasil: 1808-1930*, Nícia Vilela Luz (1975) apresenta-se radicalmente contra, mostrando o empenho dos industriais quanto a sua organização de classe (propostas, ações e projetos). A necessidade de desenvolver a produção

do país e amparar o trabalho e o capital brasileiro será com frequência utilizada no desenrolar da campanha em prol da industrialização do Brasil, não só no Império, como também na República.

Não só Nícia Vilela Luz, mas Bárbara Levy, (1994) em seu livro *A Industrialização do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas*, atesta a organização de um grupo de industrial forte e disposto a lutar por seus interesses. Os empresários industriais reagiram através da organização da Associação Industrial, com o objetivo de atuar a favor de uma política protecionista para as indústrias fabris no país.

Segundo Nícia Vilela Luz (1975) e Maria Bárbara Levy (1994), a organização da indústria se deu já no século XIX, apesar de seus atropelos. Na verdade, as dificuldades foram tantas para a superação de seus adversários que, no processo de sua formação como um grupo, seu começo foi um tanto pressionado pelas circunstâncias da conjuntura política e econômica do país e pelas crises dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Angela Maria de Castro Gomes em seu livro *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil* (1979), afirma que em 1904, com a organização do Centro Industrial do Brasil, ocorrerá a formação da primeira entidade que defendeu a indústria no país.

Maria Bárbara Levy (1994) exemplifica em seu livro *A Industrialização do Rio de Janeiro através suas Sociedades Anônimas*, o porquê da facilidade de desenvolvimento da indústria no Rio de Janeiro. Segundo a autora:

a decisiva vantagem que a indústria carioca tinha sobre os demais centros urbano(...) era a sua superioridade como centro comercial, notável expressão do sistema financeiro e do seu porto relativamente bem aparelhado, o que permitia acesso às materiais-primas e combustíveis provenientes de outras regiões, e o fato de estar cercado de quedas d'águas de fácil aproveitamento para a produção de energia. A abundância de energia hidráulica desempenhou um papel importante pelo menos no início da industrialização<sup>1</sup>

Segundo Edgard Carone (1975) em seu livro *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*, identifica que no século XIX, criou-se simplesmente um vasto contingente de massas marginais, tanto política, como econômica em que os imigrantes deslocavam as populações negras e não havia novos núcleos dinâmicos na economia para absorvê-los.

---

<sup>1</sup> LEVY, Maria Bárbara. *A Industrialização do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p.135

Nícia Vilela Luz (1975) argumenta diferentemente que a indústria conseguia usar o fato desta grande quantidade de mão de obra ociosa como um fundamento do porque se industrializar, pois havendo trabalho para essa gama de trabalhadores, haveria mercado para o consumo de produtos nacionais, além do fato de tirá-los das ruas, dando possibilidade de crescimento econômico para este grupo, agora ingressado na sociedade brasileira.

Com as considerações aqui expostas ficam claras as duas posições teóricas, quanto a gênese da organização da indústria. Uma aponta que a gênese do processo da organização da indústria começou no século XX, sua organização, a partir das primeiras décadas. E a segunda posição que apresenta suas considerações quanto ao início da luta pela organização da indústria na década de oitenta do século XIX.

Por não concordar com a visão que nos é passada, de que o gênese do processo de organização da indústria no país se realizou no século XX e que, além disso, não se teve nenhum movimento significativo de organização de um grupo industrial, mostrar-se-á, com este trabalho, que houve já nos anos oitenta do século XIX, a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, que teve grande participação no impulso na gênese da luta pelo processo de organização da indústria do nosso país.

A linha teórica utilizada será a teoria do capitalismo tardio defendida por João Manuel Cardoso de Mello em seu livro *O Capitalismo Tardio* (1988). O objeto central de preocupação desta linha teórica era predominantemente “endógeno” a questão da internalização dos mecanismos de acumulação de capital, como esta ação ocorria dentro do movimento de um país agroexportador. O “Capitalismo Tardio” era definido a partir de uma dupla deliberação quando analisa o seu passado enquanto economia exportadora e escravista e o seu momento de inserção internacional num capitalismo já industrializado e monopolista em escala mundial. Para esta linha teórica o capitalismo brasileiro nasceu desacompanhado das forças produtivas clássicas, sem uma consolidação de um setor de bens de produção.

A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de certa divisão social do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 7ª. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p.14.

A dinâmica da economia mundial tende a aprofundar o desenvolvimento desigual, porque o centro é capaz de conservar seus incrementos de produtividade e ainda de se apropriar de parte dos resultados do progresso técnico introduzido na periferia. A relação entre centro e periferia é abordada por José Luís Fiori no livro *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (1999).

A partir de 1870, consolida-se também o padrão-ouro, vigente na Inglaterra desde 1821, mas que se transforma num sistema monetário internacional, com a adesão dos países que passaram a compor, até o final do século XIX, o núcleo orgânico do sistema econômico capitalista mundial: Alemanha, em 1871, França, em 1873, Estados Unidos, em 1879, e Japão, em 1895 esse sistema se estende à periferia colonial ou dependente com a adesão da Índia, em 1893, Argentina, em 1899, Brasil, em 1906, e Coréia em 1910.<sup>3</sup>

Com relação à distinção desse universo de países “mais fracos” se faz necessário compreender a sua condição genérica de periferia econômica e de sua forma específica de relacionamento político com os países centrais. A natureza específica de cada país de ser uma periferia colonial, ocupar a condição de *dominion* inglês ou ser simplesmente em Estado autônomo, primário-exportador e cativo do “princípio liberal,” que no caso significava economias abertas, desreguladas, atreladas ao padrão ouro e dependentes do capital financeiro internacional.<sup>4</sup> No caso do Império este se enquadra mais na posição Estado autônomo primário exportar e dependente do capital financeiro internacional, portanto sujeito à influência dos países centrais.

A Inglaterra, secundada por este núcleo orgânico, determinou os ritmos cíclicos da economia e as ondas de expansão territorial ou de influência econômica/financeira. Suas conseqüências, entretanto, variaram enormemente, dependendo não apenas das condições naturais e demográficas, mas também das relações políticas que se estabeleceram com os três estamentos básicos da periferia: as colônias, os dominions e os países dependentes.<sup>5</sup>

Para José Luís Fiori, trabalhar com o conceito de capitalismo tardio alude em utilizar o conceito da chamada via prussiana, que configura como um caminho novo, comparando com o da revolução burguesa dos Estados capitalistas; seriam, portanto, um caminho em que a burguesia cede seu lugar como líder no processo de mudança. O fracasso das revoluções democratizantes alemãs era uma sinalização de que a trajetória daquele país parecia não

---

<sup>3</sup> FIORI, José Luís (Org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.64.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.65.

repetir a ideia fundamental das revoluções burguesas, democratizadoras do Estado, coletâneas da ascensão das burguesias comerciais e industriais e da consolidação dos Estados nacionais.

A sua caracterização passava pelo que seriam os traços peculiares da estrutura de classes alemã, pelo atraso do desenvolvimento das forças produtivas propriamente capitalistas, por certa hipertrofia da consciência proletária e, finalmente, pela transferência por parte da burguesia alemã da responsabilidade do governo.

A modernização conservadora no Império, esta se caracterizou pela urbanização ampliada e pelo crescimento do comércio e por inúmeras ocupações terciárias, que geraram a vitalidade econômica naquele período, abrindo espaço para diversos grupos sociais novos. A modernização foi incompleta porque a reforma não abarcou as reformas eleitorais; não se efetivou a secularização do Estado; não se alteraram os mecanismos de centralização política, nem de representação das províncias.

Quanto ao liberalismo, o indivíduo liberal é posto no centro de articulação da ordem social, a forma mercantil passa a dominar o conjunto das relações societárias, entendendo que cada bem possui seu equivalente no mercado.<sup>6</sup> Para a escola liberal necessário é o permanente desenvolvimento capitalista das fronteiras e do poder dos Estados sobre suas colônias. E a equiparação entre os poderes dos Estados entre si.

No liberalismo, a igualdade é apenas de direitos, no sentido de que não admite a existência de restrições de liberdade e oportunidade por motivo de credo, raça, ou origem social. Quanto ao progresso de cada um, é livre a concorrência de aptidões, e onde muitos concorrem ao mesmo prêmio, não há porque dar a vitória ao menos apto, ao mais fragilizado, ao menos preparado, em detrimento dos que tenham realizado maior esforço e mostrado mais habilidade, e poderão, com seu talento e competência, servir melhor à coletividade. Assim o desenvolvimento dos indivíduos, tanto no sentido material como cultural, se escalona conforme o apetite e a capacitação de cada um para atingir os melhores níveis. De igual forma os países devem ganhar seus espaços no cenário internacional graças à competição e a vitórias alcançadas.

Com relação aos conceitos que serão utilizados na dissertação, foram selecionados como categorias-chave que deverão contribuir na compreensão do fenômeno estudado: fração de classe, Estado, intelectual e indústria.

---

<sup>6</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.26.



Para tanto, pode-se classificá-los, segundo Nicos Poulantzas, como uma fração de classe, “designamos por frações autônomas de classe, as que constituem o substrato de eventuais forças sociais suscetíveis de se tornarem autônomas.”<sup>7</sup> Uma fração de classe são grupos que se organizam autonomamente no interior de um partido a fim de impor a própria linha política, ou de conquistar uma parte maior de postos-chaves para os próprios membros, mas que defendem interesse de classe, de classe burguesa, diante de grandes referenciais paradigmáticos da acumulação capitalista, e expressam interesse de grupos particulares, em nossa análise a fração de classe dos industriais fabris. Defendem ideias de fração de classe quando expõem seu pensamento e propõem uma mudança na tônica da economia.

Para Poulantzas (2000),<sup>8</sup> o Estado moderno não pode ser reduzido ao papel de aparelho da dominação política burguesa; deve-se identificar este como campo de lutas, ou seja, sua relação com as classes sociais e a luta de classes. O autor busca compreender a “ossatura do Estado”, isto é, identificar o funcionamento da materialidade do aparelho que concerne: trabalho intelectual, dominação política, regulador da sociedade, aparelhos repressivos, ideológicos, etc. O domínio do saber e da ciência, o controle sobre o território e a língua, instituem procedimentos discursivos da materialidade do Estado-nação.

Sobre o papel dos intelectuais do Estado, vale ressaltar esta passagem em Poulantzas:

Este relacionamento do estado com a divisão trabalho intelectual/trabalho manual, tal como está implica nas relações de produção capitalistas, não é, portanto senão um primeiro passo para estabelecer a relação do estado com as classes e a luta de classes sob o capitalismo. Este estado, que representa o poder da burguesia, remete-se às particularidades da constituição desta classe como classe dominante. Baseada num campo que implica a especialização características das funções e do trabalho intelectual, a burguesia é a primeira classe da história que tem necessidade, para se firmar como classe dominante, de um corpo de *intelectuais orgânicos*. Estes, formalmente distintos dela embora arregimentadas pelo Estado, não têm um papel simplesmente instrumental (como foi o caso dos padres para a feudalidade), mas um papel de organização de sua hegemonia. Não é por acaso que a forma original da revolução burguesa fosse, primeiramente, a de uma revolução ideológica: basta imaginar o papel da filosofia das Luzes e a do aparelho ideológico cultural da edição e da imprensa na organização da burguesia.<sup>9</sup>

Neste sentido, o autor contribui para a compreensão de que o Estado apresenta uma ossatura material que é singular e se estrutura conforme as particularidades da luta de classes, da organização da burguesia e do corpo de intelectuais em cada estado e país capitalista concretas.

---

<sup>7</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Poder Político e as Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 82.

<sup>8</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 53.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 59-60.

A normalização é outra particularidade da individualização do Estado. Realizam-se por meio do estabelecimento de relações de poder e controles sociais e espaciais, leis, regulamentos, estatutos, jurisdições, ações jurídicas cíveis e criminais que atuam sobre o público e o privado, em que somente o estado com sua materialidade orgânica e ramificada atua socialmente. Esta atuação e o conjunto de ações expressivas de poder vão variar de acordo com a luta de classes e o enfrentamento do conflito na divisão social do trabalho.

O conceito de Intelectual usado por Poulantzas permitirá demonstrar como este grupo se organiza e tenta se integrar no corpo do Estado através de acordos com o governo, pedidos de tarifas e interlocuções com o Ministério de Fazenda e *lobby* no Congresso Nacional. Outro meio usado para comunicar suas ideias era: artigos em jornais, Manifesto, *O Industrial* e as Exposições Nacionais e Internacionais.

O Estado mencionado acima caracteriza a situação deste Estado como um campo de luta de classes que desejam se integrar ou se sustentar no poder. E por fim, o conceito de Indústria de Marx, que permite identificar o valor do uso das máquinas no processo de desenvolvimento das fábricas no período.

Sobre o conceito de indústria moderna, para Karl Marx, este se distinguiu da manufatura pelo papel central que nela desempenha a maquinaria:

O maquinismo foi introduzido em grande escala em todas as fases do processo produtivo, primeiramente como um conjunto de máquinas independentes umas das outras e posteriormente como um verdadeiro sistemas de máquinas (...) a grande indústria ao se desenvolver, conseguiu derrotar os diversos processos de trabalho baseados na arte manual, na habilidade e na destreza dos trabalhadores.<sup>10</sup>

Desse modo, a grande indústria é forçada pelos mesmos elementos que dispõem para produzir numa escala cada vez maior. Neste período do século XIX, não se poderia esperar pela procura. A produção precede o consumo, a oferta provoca a procura, construindo novas necessidades de consumo.

Esta pesquisa tem como proposta analisar a gênese do processo de organização da indústria no Brasil, no século XIX, mais precisamente na década de 1880, a partir do discurso dos agentes que idealizaram a Associação Industrial do Rio de Janeiro, primeira entidade de

---

<sup>10</sup> MARX, Karl. *O Capital (Crítica da economia Política)* livro I, v. I, Cap. XII e XIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.16.

representação de grupo industrial no país.<sup>11</sup> Os objetivos específicos serão aqui expostos. Analisar-se-á como a “crise dos Chapéus”, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pôde impulsionar a seção fabril a se separar e formar uma organização industrial, como Associação Industrial do Rio de Janeiro; será averiguada a criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro e seu funcionamento, estruturação de seus membros como representantes de grupo industrial e quais as suas principais dificuldades para a consolidação da gênese do processo de organização da indústria do país; Verificar-se-ão os meios usados para a organização da Associação Industrial no Rio de Janeiro, como a propaganda de artigos na imprensa carioca o inquérito industrial e as Exposições Industriais, que impulsionaram a coesão de grupo e a divulgação de seus objetivos para o Governo e a esfera pública, e:

Serão identificados como alguns agentes sociais ligados à atividade dos setores de exportação e/ou negociantes os que contribuiram por meio de leis, decretos, verbas, auxílio e passe, para alavancar o setor industrial, embora ligados a outros ramos. A partir da iniciativa desses agentes, explica-se a emergência do setor industrial no Rio de Janeiro no século XIX.

A hipótese que almeja-se confirmar é que a gênese do processo de organização da indústria se deu na década de 1880 no século XIX, com a criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Em um período de sucessivas crises na agricultura cafeeira, sendo, portanto, num contexto de turbulência, de mudanças sociais, políticas e econômica, um objeto não tratado antes pela historiografia, que poderá contribuir para uma nova percepção quanto ao início do processo de organização da indústria do país. Esta dissertação divide-se em quatro partes.

No primeiro capítulo refere-se à crise que ocorreu na “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional,” com a questão dos chapéus na década de 1870, o que criou divergências dentro do órgão, entre a seção do comércio e a seção da indústria fabril gerando uma profunda crise que ocasionou a saída do grupo ligado à seção da indústria fabril, que reivindicava do Governo Imperial incentivos para a indústria. A reação deste grupo industrial foi continuar a lutar pela indústria fabril no Império. As constantes crises na lavoura favoreceram a sua posição de formar uma Associação que pudesse unir o grupo e se formou a Associação Industrial do Rio de Janeiro.

---

<sup>11</sup> Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi em seu livro *Política e Interesses na Industrialização Brasileira. As Associações Industriais, a Política Econômica e ao Estado*, a Associação Industrial do Rio de Janeiro se constituiu num ativo *lobby* junto ao Congresso e o Ministério da Fazenda e projetou a figura de um novo líder industrial: Antonio Felício dos Santos, primeiro Presidente da Associação Industrial.

O segundo capítulo alude à criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro na década de 1880 que veio atender às necessidades dos industriais já existentes e seus objetivos como grupo industrial, visando à coesão e sua estruturação, com o objetivo político de defesa dos interesses do grupo industrial. A luta pela indústria fabril se fez através da representação da Associação Industrial junto ao Governo Imperial, através da articulação política de seus líderes no Parlamento.

O terceiro capítulo faz menção aos métodos encontrados para a sua divulgação como grupo coeso através da imprensa, com artigos, manifestos e o periódico *O Industrial*; outra forma de igual eficiência, o inquérito industrial que poderá caracterizar e inserção da Associação Industrial do Rio de Janeiro junto à esfera pública e no governo Imperial.

O último capítulo será a explanação da luta da AIRJ pela realização das Exposições Industriais que poderá demonstrar ao Governo e à esfera pública, sua força como grupo industrial organizado. Em última análise, demonstrar-se-á que a gênese da luta pelo processo de organização da indústria do país teve início na década de 1880 do século XIX, no Rio de Janeiro.

## **1 - A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a sua posição ambígua quanto à Indústria Fabril.**

Este capítulo tem como objetivo a análise de como a “crise do chapéu”, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), que ocorrerá na década de 1870 pôde impulsionar a ‘seção fabril’, a se separar e formar uma nova ‘organização industrial fabril’ denominada Associação Industrial do Rio de Janeiro.

A primeira seção desde capítulo tratará objetivamente na cidade do Rio de Janeiro, seu processo de modernização. Configura um período de significativas mudanças na cidade do Rio de Janeiro com relação à infraestrutura.

Na segunda seção, será traçada uma breve história da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; sua vida como órgão consultivo e científico no Império, contendo informações referentes a questões que mereciam sua avaliação, sua proposta como órgão consultivo e o entendimento quanto à função da indústria.

A terceira seção será alusiva ao conceito de indústria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, através dos estatutos do órgão concernentes aos anos de 1831, 1846, 1857 e 1869 a fim de identificar seu juízo quanto à apreciação tratada. Apreendendo o seu significado ficará clara a razão de sua posição ambígua quanto ao conceito de indústria para a SAIN.

Na quarta seção será tratada a questão da “crise do chapéu” e será explanada a luta da seção da indústria fabril e sua franca posição a favor da indústria nacional e o seu afastamento deste órgão, passando a fundar a Associação Industrial do Rio de Janeiro. Para tanto serão utilizados documentos que expõem o conflito entre os importadores e os fabricantes de chapéus na SAIN.

### 1.1- A cidade do Rio de Janeiro na década de 1870.

O fato do Rio de Janeiro ter sido a sede do Estado tornou possível a sua urbanização precoce, dando-lhe uma maior infraestrutura. Os vultosos empréstimos ingleses financiaram a urbanização a atraíram a população para a Corte<sup>12</sup>. Grandes mudanças acentuaram a modernização da cidade do Rio de Janeiro neste período, tais como: as atividades de

---

<sup>12</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 92.

transporte (ferrovias, instalações portuárias, navegação), comunicação (telégrafo e telefone) e serviços urbanos (água e esgoto, linhas de carris, iluminação) fundamentais para o desenvolvimento da cidade e fixação da população.

Nas últimas décadas do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro era um mercado em franco crescimento. Sua população ultrapassava 230 mil habitantes, sendo que 817 residiam na área urbana. Já era a maior cidade brasileira, e era um dos 15 maiores portos do mundo, sendo o terceiro da América.<sup>13</sup> Ainda nos anos de 1870, a metade da população masculina da Corte era estrangeira, vinda principalmente de Portugal.

A cidade do Rio de Janeiro só contou com uma rede de abastecimento domiciliar de água a partir de 1876; o Governo Imperial pôde projetar a construção dessa importante obra pública. Até então, todo o abastecimento de água resumia-se a chafarizes e poços.

Com o crescimento da cidade, exigindo cada vez mais água, foi necessário o início da captação de mananciais mais distantes, fora do Município Neutro, porque as nascentes locais não eram mais suficientes.<sup>14</sup>

A centralização comercial e financeira do país, a concentração de boa parte do gasto público e a garantia de um amplo emprego público e de serviços aos seus habitantes propiciaram maior desenvolvimento, gerando, portanto, crescimento econômico para a cidade. O Rio de Janeiro era a porta de entrada para o Brasil, o que trazia inúmeros benefícios para a sua população, pois poderiam adquirir com um mínimo de intermediários os produtos importados. A capital do Império era o centro nacional de distribuição do comércio interno e externo, e distribuía as importações pelo país via comércio de capotagem. Acrescenta-se o fato de as regiões produtoras de café como a Fluminense, a de Minas Gerais, a do Espírito Santo e a de São Paulo pagarem imposto de utilização do Porto do Rio de Janeiro devido à exportação deste produto. Com isso, a burguesia da cidade do Rio de Janeiro pôde reproduzir seu capital, criando o primeiro espaço financeiro, comercial e industrial do país.

As décadas de 1860 e 1870 presenciaram a construção da primeira estrada de ferro no Brasil, o início da navegação a vapor e a construção de novos portos. O crescimento e a ramificação do sistema ferroviário e rodoviário, a melhoria dos meios de transporte, a gradual liberação dos escravos e o afluxo de imigrantes ampliaram o mercado consumidor suprimindo o Rio de Janeiro e contribuíram para a expansão dos setores secundários e terciários entre 1875

---

<sup>13</sup> LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 94.

<sup>14</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. 2 v. p. 348.

e a década de 80, do século XIX.<sup>15</sup> A Estrada de Ferro Central do Brasil era importante meio de distribuição das mercadorias importadas e produzidas. Já para o interior, os trilhos das estradas de ferro asseguravam o fornecimento de amplas regiões de Minas Gerais e São Paulo.

O Rio de Janeiro ganha um espaço cada vez maior como centro distribuidor de artigos importados, assim como de seus próprios produtos.

Ainda no início dos anos 1870, o bonde à tração animal impôs-se como a melhor alternativa ao transporte urbano nas ruas do Rio. Naquele momento, já estavam em plena operação os carris da Companhia Jardim Botânico, que ligavam o centro à zona sul; o da Companhia Vila Isabel ligava o Centro à Vila Isabel/Tijuca e o da Companhia São Cristovão ligava o Centro à Santo Cristo/Rio Comprido/Caju/Benfica.<sup>16</sup> E o da Companhia Carris Urbanos, cuja linha cruzava o centro urbano e chegava aos terminais de barcas e de ferrovias, que eram os pontos de embarques e desembarques de mercadorias. Em meados da década de 1870, as demais freguesias distantes do centro estavam servidas pela linha de bonde. Esta integração realizada pelos bondes facilitava a locomoção da população e de mercadorias.

Como centro financeiro do país, sede do Banco do Brasil e dos principais bancos privados nacionais e estrangeiros e da Bolsa de Valores, a cidade dispunha de facilidade de crédito. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro intermediava negócios com títulos de dívida pública e tinha condição técnica de corresponder à necessidade de seus clientes. Era ainda um centro comercial e político. O Rio tinha disponibilidade de mão de obra, devido às migrações e o crescimento natural da população, porém sem qualificação técnica.<sup>17</sup>

A cidade do Rio de Janeiro, por abrigar as condições estruturais, material e social, por ser capital do Império e ter garantido para a sua população os meios necessários para o seu desenvolvimento, também era o centro político do Império, abrigando a Câmara e o Senado, tornando-se o epicentro da política da nação. Cidade referência quanto aos movimentos da causa social, lugar de acordos e favores para os políticos das demais províncias.

Neste período, ocorreu a crise econômica mundial de 1875, que repercutiu no Brasil, levando vários estabelecimentos de crédito à falência. O país entraria num longo período de mal-estar econômico. Os preços internacionais se elevam impulsionados pela quebra da safra

---

<sup>15</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p.171.

<sup>16</sup> WEID, Elisabeth Von Der. *O Bonde como Elemento de Expansão Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.casaderuibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 12 ago de 2010.

<sup>17</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento. A Geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 39.

brasileira de café, bem como a expansão do consumo mundial. O crescimento ganha impulso em 1870, quando uma forte geadada assola os cafeeiros no Brasil, ocasionando aumento nos preços internacionais. Este aumento repercutiu nos preços internos do café no país, aumentando de 20 a 40 mil réis. É quando em 1874 caem os preços internacionais devido à depressão mundial, o câmbio, os preços internos e as condições climáticas, ocasionando a crise.<sup>18</sup>

A Guerra do Paraguai (1865-1870) consiste em um momento de elevação dos direitos alfandegários para enfrentar o aumento de despesas públicas. Para cobrir a despesa que a guerra ocasionou, o governo recorreu a emissões e a um aumento de tributação sobre os produtos importados que gerou uma proteção ao mercado interno favorecendo assim as indústrias nacionais.

A década de 1870 foi um período bastante conturbado com várias mudanças no Império do Brasil em inúmeras áreas: econômica, social e política; portanto uma ocasião em que poderia gerar novas propostas para o país. Abrigo para inovações e propostas para um novo país, com valores e ideais ligados ao “Repertório”, segundo Alonso (2002):

são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganharam forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta e designam um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha.<sup>19</sup>

São ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos; fervilhavam o imaginário da elite intelectual na década de 1870, levando-a ao questionamento a respeito da sociedade e de suas forças políticas e sociais.

Toda essa conjuntura favoreceu o despertar de um grupo de industriais fabris que julgavam ter uma proposta de mudança para o Império, mediante discussões dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que levaram a disposições divergentes resultando em uma crise que evidenciava a fragilidade do órgão. Ao final da década de 1870 houve a crise do Chapéu, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que impulsionou a cisão dentro do órgão e a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

---

<sup>18</sup> MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 82.

<sup>19</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento. A Geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.39.



## 1.2 - Uma breve história da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional teve seu papel marcante no século XIX por ter sido o primeiro órgão consultivo do Império do Brasil concernente a indústria e seu desenvolvimento criada em (1827) fixando as bases para pensar o crescimento material do Império. “Mesmo antes de haver Indústria, nascia uma Sociedade que direcionaria os objetivos desta no Império do Brasil”.<sup>20</sup> Este órgão examinava e emitia pareceres sobre questões e assuntos pertinentes à economia do país, sendo seu objetivo central “promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria no Império do Brasil.”<sup>21</sup>

As questões que mereciam atenção da SAIN foram a utilização e divulgação de novos métodos e técnicas agrícolas, o uso de máquinas movidas a vapor, o emprego de fertilizantes, a melhoria e o aproveitamento do solo e as criações de escolas rurais. As culturas agrícolas, nas quais esta Sociedade tinha maior interesse eram: o açúcar, o algodão e o café<sup>22</sup>. Além do fato da SAIN ter preocupação com a introdução de novas culturas como o chá, o bicho-da-seda e a erva mate. Para a Sociedade Auxiliadora a agricultura era objeto central de sua ação.

E convencido de que nenhum país floresce, e se felicita sem indústria, por ser ela o móvel principal da prosperidade, e de riqueza tanto público, como particular de uma Nação Culta, e realmente independente; convencido igualmente de que o Maquinismo são os poderes auxiliares da Indústria, cujos benefícios resultados se derramam sobre as classes da Sociedade... eu trabalho desde de 1820 para que se crie entre nós esta, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo fim principal é auxiliar a Indústria, mormente pelo que respeita à aquisição de Maquinismo, que, exposto às vistas do Público, façam-se conhecidos possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos Agricultores, e nossos Artistas: para que por meio deles consigam minorar os trabalhos da mão d’obra, obtendo ao mesmo tempo mais facilidade, perfeição, e com menos despesas maior soma de produtos.<sup>23</sup>

Longe de ser uma associação de classe, a instituição, criada no “espírito da Ilustração”, era, como tantas outras sociedades da época, uma comunidade que se propunha ser científica, mas que congregava no mesmo espaço cientistas, letrados, políticos e homens ligados ao

<sup>20</sup> CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 6.

<sup>21</sup> Cf. Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional 1828. Artigo 1º de 1827. Fonte Impressa: Firjan Rio de Janeiro nº Or R 132 Acervo 9604 p.2.

<sup>22</sup> WEID, Elisabeth Von Der. *Apontamento para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [S.I] 1977. p.13.

<sup>23</sup> Apud assim como SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na Formação Social Brasileira. A Conjuntura de 1871-1877*. 1979, p. 68 Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia UFF, Rio de Janeiro, 1979.

mundo dos negócios. A associação, que não tivera um caráter dissidente ao sistema político-econômico, pelo contrário, surgiu com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país.

Além de tratar da sua estrutura administrativa, ou seja, da normatização das finalidades e ações da Sociedade, de acordo com seus primeiros estatutos, objetivava adquirir projetos, máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para “o aumento e a prosperidade da indústria nacional neste Império”, fundamentalmente no setor agrícola, “vocação natural” do Brasil. Inicialmente, o objetivo dos seus associados era o de promover o desenvolvimento da Nação através da modernização da agricultura, como cita o trecho de um artigo publicado no periódico da Sociedade, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, em 1846:

A Indústria, mãe de todas as Ciências e artes, e causa primária da opulência e grandeza das Nações, em geral se reduz à aço das forç s físicas e morais do homem aplicadas   produção. Quando se tem por objetivo o maior desenvolvimento das forç s naturais, ou a colheita dos produtos que o Criador espontaneamente apresenta, d -se-lhe o nome de agrícola; quando se tem por fim dar novas formas às produções da natureza, submetendo-as a complicados processos para que estas nos sejam mais úteis, chama-se manufatureira. (...) Qual deve ser entre nós este ramo, altamente o está proclamando a fertilidade do nosso abençoadado território. Por longos anos cumpre, pois, que seja o Brasil muito especialmente agricultor.”<sup>24</sup>

No entanto, com a expansão das indústrias auxiliares deste setor e com própria mobilidade do mercado gerada pela Lei Eusébio de Queiroz, aprovada em 04 de setembro de 1850, extinguindo o tr fico de escravos, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional passou a objetivar a melhoria do processo produtivo de uma maneira geral, introduzindo inovações técnicas que promoviam tanto a produção agrícola quanto a industrial<sup>25</sup>. Para alcanç ar esse alvo era necessário difundir o ideário da imperiosa necessidade de formar pessoal habilitado nas funções que fossem adequadas para o crescimento da indústria.

Perpetrar chegar   instrução para as “classes inferiores” cometeria parte do processo de progresso material e moral da sociedade, portanto de transformação do país de acordo com o modelo de civilização da Inglaterra. Era a tarefa das “classes elevadas” e abastadas, que através de seus membros e representantes no governo e com auxílio dos homens letrados da Sociedade Auxiliadora, têm membros do governo, cabia a tarefa de difundir essa ideia e

---

<sup>24</sup> Cf: MAIA, Emílio Joaquim da Silva. *Introdução. Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipographia J. S. Cabral, n. 1, junho de 1846. Fonte impressa: Firjan. Rio de Janeiro. Obras Raras. acervo 9421. Or. R 45.

<sup>25</sup> BARRETO, Patrícia Regina Correa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O Templo Carioca de Palas Atenas*. 2009. p. 50. Tese (Doutorado em História) Instituto Histórico das Ciências e das Técnicas de Epistemologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

convencer as classes inferiores de sua necessidade de instrução para o desenvolvimento do Império.

A SAIN tinha como seu alvo a instrução da população para ser mão de obra e para tanto organizou em 1838 sua Escola Agrícola e mais tarde em 1871 inaugurou a primeira Escola Primária Noturna de Adultos, além destas como narra seu Estatuto.

Art. 1: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional tem por fim promover, por todos os meios a seu alcance, o aperfeiçoamento da agricultura, das artes, dos ofícios, do comércio e da navegação do Brasil; e auxiliar a nossa nascente indústria com prêmios, certificados, publicações e exposições, segundo o uso das nações mais adiantadas na civilização. Art. 2: Para conseguir este fim também terá: 1º modelos de máquinas, que uma vez por semana serão expostos ao público. 2º. coleções de produtos brasileiros, que possam ter aplicações em qualquer ramo de indústria. 3º ., um periódico mensal. 4º ., uma biblioteca especial ao alcance de quem quiser consultar 5º ., aulas apropriadas, quando as circunstancias lho permitirem, onde se desenvolvam as doutrinas industriais e se expliquem os princípios sobre que elas se baseavam <sup>26</sup>.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na década de 1860 em diante, se encontrava em um hiato entre o mundo da agricultura e o mundo da indústria, e as mudanças ocorridas no Império fizeram com que tivesse que caminhar sobre pressões até então não sofridas.

Segundo Edgard Carone (1978), a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional oscilava entre dois mundos, por isso desenvolvia atividades que pudessem favorecer a ambas as indústrias, como a discussão de mão de obra, a questão do ensino e a pedagogia das Exposições.

Quanto a questão da mão de obra, o problema do trabalho escravo ou livre, era discutido, já na década de 1860 dentro da SAIN. Em relação ao ensino, este era voltado para o aperfeiçoamento de trabalhadores e o invento de máquinas que favorecessem a agricultura. As Exposições tinham uma relação didática entre o esforço prático e o desenvolvimento da agricultura e da indústria para com a população, pois as Exposições seriam um método para a aprendizagem sobre a indústria e seu valor econômico. Para tanto a SAIN organizou a Exposição Nacional em 02 de dezembro de 1861 e em 1866, a segunda Exposição Nacional. Segundo o próprio Imperador D. Pedro II:

As Exposições, quais quer que sejam o seu fito, são sempre as indicadores gloriosos do caminho andado, e nobre estímulo dos que sabem inspirar-se dos alheios exemplos. São nestes públicos certames que o trabalho se nobilita que a ciência se exalta e se aperfeiçoam as indústrias. Os esforços individuais convertem-se em bem geral nestas páginas encruentas, em que, vencedores e vencidos se encontram na estrada da civilização. “A indústria agrícola

---

<sup>26</sup> CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)* Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p. 34.

carece mais do que nenhuma outra destes poderosos ensinamentos, destes meios os eficazes de propagar as ideais úteis e verdadeiras. O isolamento e a rotina são os inimigos naturais da cultura da terra. Vencê-los e a pacífica missão destas festas sociais onde o estudo ostenta os prósperos resultados de suas cogitações e as práticas viciosas se corrigem pela confrontação insuspeita de sua pouca valia com as iniciativas ousadas do progresso”<sup>27</sup>

Para André Nunes de Azevedo, o pensar em progresso no século XIX era “uma ideia que ganhava novos contornos. Caracterizar-se como desenvolvimento do progresso técnico da industrialização e de todo o desenvolvimento material”<sup>28</sup>

Amplia-se o conceito de progresso até mesmo pelo acelerado desenvolvimento das máquinas e da nova utilização de mão de obra na Europa da época. A ideia de progresso que chegava ao Brasil era exportada e muitas vezes incorporada através da participação do Império nas Exposições, e de notícias veiculadas pela imprensa, e claro, pelos jovens que iriam estudar fora, na Europa, e voltavam com suas mentes fervilhando de novidades do velho continente.<sup>29</sup>

A SAIN foi um órgão financiado em parte pelo Governo Imperial. Os seus membros contribuía com mensalidades para sua manutenção, que não constituía em uma entidade de classe. Realizavam análises sobre as indústrias e suas necessidades mais urgentes. O acompanhamento quanto às dificuldades por cada indústria era discutida e emitiam-se pareceres e levavam-se reivindicações para o Governo Imperial, que pudessem, assim, solucionar os impasses e as necessidades de cada uma. Para Maria A. P. Leopoldi, a SAIN não se constituiu como uma entidade de classe, como era o caso da Associação Comercial do Rio de Janeiro e de outras entidades no último quartel do século XIX, e sim como um órgão científico combinado seu caráter consultivo<sup>30</sup>. Compreendendo que não se compunha como um órgão que tinha uma intenção de defesa de uma classe, mas como entidade para discussão e aprofundamento de assuntos relacionados ao desenvolvimento do Império.

---

<sup>27</sup> Ver: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. 1866. p. 284. Firjan. Rio de Janeiro Fonte Impressa: Obras raras. Acervo 9421. Or. R 45 Módulo nº4.

<sup>28</sup> AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: Um estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906*. 2003 p. 44. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) Puc RJ: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>29</sup> Ibid. p. 45.

<sup>30</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 62.

Para José Murilo de Carvalho, a SAIN era uma associação de classe que poderia ter certa influência política, levando em consideração o fato de haver debates sobre a economia do país e sua crise, e seus membros serem políticos importantes em sua época<sup>31</sup>.

Maria Antonieta P. Leopoldi afirma que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi “durante boa parte de sua existência, uma entidade com um caráter acadêmico consultivo.” Para esta autora, “seu caráter de sociedade científica, combinado ao de órgão consultivo do governo, não escondia o fato de que a Auxiliadora era também [...] um instrumento de pressão de grupos organizados.”<sup>32</sup>

Para José Murilo de Carvalho em seu livro *A Construção da Ordem* (1980), este tem uma posição contrária quanto à política, por parte da SAIN, pois argumenta que pelo fato de ser um órgão que recebia doações do Governo Imperial, não seria capaz de pressioná-lo por medidas que pudessem defender a indústria agrícola ou não<sup>33</sup>.

Seriam os grupos, que se manifestariam nos debates de questões importantes do momento através da revista *O Auxiliador*, que nos anos de 1870 nos debates que na SAIN se travavam entre os defensores do protecionismo tarifário a indústria e o importador livre-cambista. Seriam formados pelos fazendeiros de café e de cana do Sudeste, pelos comissários de café, pelos exportadores, importadores e pelos industriais. Estes seriam integrantes da Instituição, agentes que ao longo da história da SAIN, seria o pivô de sua própria cisão e, portanto de seu enfraquecimento.

### 1.3 – O Conceito de Indústria na Visão da Época da SAIN: limites e desafios históricos.

A Sociedade Auxiliadora Indústria Nacional, sendo um órgão científico e consultivo ligado ao Governo Imperial, pôde ser o parâmetro da noção básica quanto ao conceito de indústria no século XIX no Brasil pelo fato de estar em reformulação constante o seu Estatuto. Portanto, utilizar-se-á o Estatuto para demonstrar as mudanças no conceito de indústria nessa época.

---

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.p.42.

<sup>32</sup> LEOPLODI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 63.

<sup>33</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 42.

Na primeira reformulação do Estatuto da SAIN em 1831, os membros entendiam por indústria a utilização de máquinas, tão fundamental na época, tendo em vista que a agricultura necessitava de inventos constantes para a maior produção de seus produtos.

Consiste a utilização das forças inanimadas na adição que fazem às forças humanas; derivam-se estes dos animais do vento, água, vapor e gás. É o ofício das máquinas recebe e distribuir o movimento recebido d' algum agente não há máquina que seja capaz de produzir ou gerar dentro em si a força e poder motriz. Posto que sejam estas as fontes de toda a força importante artificialmente empregado, há, contudo outros agentes materiais capazes de produzir movimento tais como: o magnetismo, eletricidade, atração capilar, e afinidade química, pequenas, é verdade, na mão do homem nas tremendas nas do criador

<sup>34</sup>

No decorrer da década de 1840, este conceito sofreu mudanças já com os diversos ramos da indústria, como segue o significado do termo segunda reformulação do Estatuto em 1848, nas páginas do *Auxiliador da Indústria Nacional*:

A Indústria, mãe de todas as ciências e artes, e causa primária da opulência e grandeza das Nações, em geral se reduz à ação das forças físicas e morais do homem aplicadas à produção. Quando se tem por objetivo maior desenvolvimento das forças naturais, ou a colheita dos produtos que o Criador espontaneamente nos apresenta, dá-se-lhe o nome de agrícola; quando se tem por fim dar novas formas às produções da natureza, submetendo-as complicados processos para que estas nos sejam mais úteis, chama manufatureira; e se um valor qualquer procura-se dar aos produtos tanto naturais como artefatos, e os leva aos mercados para serem consumidos, denomina-se comercial. Tais são os três grandes ramos em que os autores dividem a indústria, cada um dos quais ainda compreende outros muitos. Ora, se em países bem povoados parece que a experiência mostra a impossibilidade de se cultivarem, com o mesmo esmero, os três ramos de indústria, evidentemente se manifesta que com muito mais razão o Brasil, com uma diminuta população disseminada em vastíssima superfície, deve escolher um ramo especial, sem, todavia abandonar os outros. Qual deve ser entre nós este ramo, altamente a esta proclamando a fertilidade de nosso abençoado território. Por longos anos cumpre, pois que seja o Brasil muito especialmente agricultor.<sup>35</sup>

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional evidencia os diferentes ramos da indústria, seja fabril, ligada à confecção de artefatos em complicados processos como assim define; ou o ramo comercial com a venda dos produtos naturais e os artefatos produzidos; como também a indústria agrícola que segundo sua análise ideal para a situação do Império, demarca sua posição aferindo seu parecer nesta época quanto à indústria que seria desenvolvida com maior atenção.

---

<sup>34</sup> Ver: STURZ, João Diogo. *Efeito das Máquinas e suas vantagens na riqueza pública e necessidade de sua introdução no Brasil, e da execução de direitos que se lhes deve dar, bem como ao combustível para elas necessário, oferecido à Sociedade Auxiliadora da Agricultura e Indústria do Rio de Janeiro e Bahia*. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1835.p.4. Firjan. Rio de Janeiro. O *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Obras Raras: Acervo 9421 módulo nº4.

<sup>35</sup> Cf. MAIA, Emílio Joaquim da Silva. *Introdução. Auxiliador da Indústria Nacional*. Nova série I, 1846/47, Rio de Janeiro: Tipographia J. S.Cabral, nº 1, junho de 1846. p 3-6. Firjan. O *Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Obras Raras: Acervo 9421 módulo nº4.

Especial interesse apresentam alguns itens dos dispositivos estatutários de 1848 referentes à aplicação dos fundos da Sociedade. Ao falarem em ‘prêmios que estimulem’, os Estatutos diferenciaram explicitamente o agricultor do fabricante, do artista e do negociante; todos eles capazes de promover a indústria, e com esta o bem do país. “Com a Sociedade Auxiliadora estaria em consonância com “o uso das nações mais adiantadas na civilização.”<sup>36</sup>

Na revisão de 1857 do Estatuto da SAIN tinha-se como fim promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria do país. Neste período, já consta no Estatuto o fato da SAIN auxiliar o governo sempre que por ele for consultado sobre todas as questões concernentes àquele fim.

A indústria é a ação das forças físicas e morais do homem, aplicada à produção. Consiste ela em receber uma coisa num estado; e a entregá-la noutra em que tenha mais valor. Divide-se ordinariamente a indústria em três classes: A indústria agrícola, que se aplica principalmente em solicitar e provocar a ação produtiva da natureza quer nos vegetais, quer nos animais, ou em colher os seus produtos. A indústria comercial que aumenta o valor das coisas, pondo-as ao alcance do consumidor. A indústria manufatureira, que dá valor às coisas, pela transformação que nelas opera. Na linguagem vulgar, chama-se simplesmente indústria, à indústria manufatureira, e designam-se os três modos principais da produção pelas três palavras correlativas: Agricultura, Indústria, Comércio. É neste sentido que aqui tomamos palavra Indústria.<sup>37</sup>

O Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que foi reformado em 1869, vigorou até 1891, portanto no período ora estudado. Neste momento o tema “indústria” esteve presente na discussão dentro da SAIN. Havia os que o entendiam de uma forma mais ampla.

como produto do trabalho social ou das “artes” do homem, falando então em indústria agrícola ou extrativa, indústria comercial ou mercantil ou em indústria manufatureira ou fabril. Havia ainda porém os que o entendessem de uma forma mais restrita, neste caso, ligado à utilização da máquinas e aparelhos ou à produção em série.<sup>38</sup>

O conceito de indústria ora exposto ao longo do Estatuto de 1831, 1848, 1857 e 1869 da SAIN tinha encontrado dificuldade dentro do órgão, tendo em vista seus membros, que compunham grupos sociais tão diversificados, tais como: comissários de café, deputados,

---

<sup>36</sup> Cf. Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro de 1848. Fonte Impressa: cap. VI p. 15 e cap. I, p. 5. Obras Raras: Acervo 9611 Or R 4 Firjan. Rio de Janeiro.

<sup>37</sup> Cf. Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional. L Vianna e Filhos, 1857 cap.1º Fonte Impressa: Obras Raras: Acervo 9593 Or R5, Firjan. Rio de Janeiro.

<sup>38</sup> SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na Formação Social Brasileira. A Conjuntura de 1871-1877.* 1979 p. 134 Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói Rio de Janeiro, 1979.

senadores, eclesiásticos, capitalistas, ministros, cafeicultores, médicos, advogados, generais e negociantes. Trata-se de grupos muito diversificados e de interesses que divergiam dentro da SAIN.

Para a SAIN, o termo indústria era ainda utilizado de forma genérica, abarcando uma definição de 1813 que o *Dicionário da Língua Portuguesa* dizia (1813) “arte, destreza, para granjear a vida, engenho, traça, em lavrar e fazer obras mecânicas.”<sup>39</sup> Abrangendo as especificidades agrícola, industrial e comercial. Portanto, tendo em seu meio muitas divergências, é a partir da década de 1870 que inicia uma posição teórica e prática a favor da indústria fabril, que pode gerar dentro do órgão uma grande discussão sobre o papel primordial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Neste período da década de 1820 a palavra indústria ainda se mantinha tornado-se ambígua, conforme pode se ver no artigo 1º, capítulo 5º do Estatuto da SAIN.

é da obrigação, e positivo dever desta Sociedade a aquisição, arrecadação e conservação das Máquinas, Modelos e Inventos adquiridos, e de quanto por este meio possa concorrer, para o aumento e prosperidade da Industria Nacional neste Império, devendo porém mandar vir com preferência aquelas Máquinas, Modelos, que forem mais necessário e úteis à Agricultura, Fábricas e Artes.<sup>40</sup>

Conforme se observa, não utilizavam o conceito de indústria no sentido moderno, isto é, o da reprodução extensiva de mercadorias pela máquina, ou seja, na divisão social do trabalho e na inserção cada vez maior na especialização do trabalho. Esta opção entre proteger a indústria fabril ou a indústria agrícola resultou em discussão na Sociedade Auxiliadora quanto à prioridade da primeira.

Já se tem discutido e indagado em que proporção deve estar à população agrícola e a população manufatureira num estado bem que semelhante questão nos parece ociosa, diremos, contudo que entre dois países colocados em circunstâncias perfeitamente iguais, mais poderoso será o que tivesse maior população agrícola. Indústria é enfrentando um excelente auxiliar para a agricultura, porque obriga a continuamente a produzir mais objetos de subsistência, e matéria-prima, do que consome; e em troca dá-lhe a indústria objetos de luxo de toda a espécie, utensílios, vestuários, etc.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Cf: SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: Lacérdina, 1813, T 1. Verbetes: indústria.

<sup>40</sup> Cf: Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1827. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional 1828, p.2. Obras Raras: Acervo 9604 Or R Módulo 4. Firjan. Rio de Janeiro.

<sup>41</sup> Cf: O Auxiliador da Indústria Nacional 1854. p.15-16. Obras Raras. Acervo 9421 Or. R 45 Módulo Nº 4 Firjan. Rio de Janeiro.



A ponderação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional quanto à indústria era que pudesse auxiliar a agricultura. Observa-se que o entendimento da SAIN fora construído por uma noção pautada na visão de um Império em que sua economia era alicerçada na agricultura e que a indústria poderia ser um apoio secundário que viabiliza seu fortalecimento. A indústria era um instrumento de apoio para a feitura de objetos que resulta em aprimoramento para a agricultura, sendo fundamental para a continuidade do seu aperfeiçoamento. Portanto não teria uma função objetiva e relevante para a economia, tendo sua participação reduzida a cooperar com a agricultura no que fosse proeminente.

Em relação ao conceito de Indústria de Marx, este diverge quanto ao entendimento da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pois seu conceito se refere à indústria fabril como superior da manufatura. A tentativa aqui é de conceituar indústria e fazer uma distinção entre artesanato, manufatura e fábrica, segundo Marx, que entendia o significado teórico-conceitual, a transformação que se opera nas matérias-primas até a conversão em um produto acabado na formação do capitalismo. O artesanato, segundo Marx, era um processo em que o artesão desenvolvia todas as etapas de confecção da mercadoria.

O artesanato era o processo de trabalho essencialmente manual em que o trabalhador, artesão desenvolvia as operações com auxílio de suas ferramentas, quando cada trabalhador individualmente, realizava todas as operações necessárias para a elaboração do produto final, não existindo a divisão social do trabalho.<sup>42</sup>

Eulália Lobo, em seu livro *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro* (1978), adota o termo artesanato, no século dezenove, para caracterizar o processo de trabalho manual em que o produtor tem a propriedade dos meios de trabalho e é o responsável pelo acabamento total de um bem<sup>43</sup>. Exercendo funções diversificadas para a conformação da feitura de um objeto, portanto, executando todas as faces da produção. Já para Francisco Iglesias (1996), o artesanato era uma atividade rústica, elaborada por uma pessoa ou um grupo reduzido que se incumbem de uma tarefa em todas as fases.<sup>44</sup> Os dois autores convergem ao tratar o conceito no período.

---

<sup>42</sup> MARX, Karl. *Formas que Precedem a La Producción Capitalista*, 1972.p. 53 -56.

<sup>43</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, v. 1, 1978. p.108-109.

<sup>44</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Anais III Simpósio dos Professores Universitários de História, 1966, Franca São Paulo, “*Artesanato, Manufatura e Indústria*.” Faculdade de Filosofia e Ciência e Letras, 1966, p.106-133.

Em relação ao artesanato, a produção tem um caráter individual na medida em que o operário trabalha ao seu modo, sendo as ferramentas uma extensão de si próprio; a produção depende diretamente da habilidade do operário. O artesão dispõe de seus ferramentais e efetua seu trabalho de uma forma independente. Diferentemente, na manufatura há uma cooperação de diversos trabalhadores para a finalização de uma mercadoria.

Na manufatura, a cooperação era fundamental, pois os trabalhadores reunidos executavam uma determinada tarefa, de uma forma articulada. À medida que a manufatura se desenvolvia a divisão do trabalho se intensificava, tornando o processo muito mais complexo<sup>45</sup>.

A manufatura distinguiu-se do artesanato pela quantidade de trabalhadores, pelo volume dos meios de produção concentrado e pelo capital empregado. “Ao ampliar-se a base da produção manufatureira, surgiu a possibilidade de utilização de máquinas, sobretudo para certos processos simples.”<sup>46</sup> A divisão social do trabalho tomou por base as habilidades dos trabalhadores gerando especialistas em determinada função.

A manufatura, portanto, se origina e se forma a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalho especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou de aperfeiçoamento, ora combina ofícios anteriormente distintos.<sup>47</sup>

O emprego da mão de obra na manufatura, contava com diversos trabalhadores que desenvolviam tarefas específicas e especializadas, articulando num processo global, por um trabalhador coletivo, o mestre, que coordena o trabalho na manufatura. “A divisão do trabalho dá origem a especialização e os critérios básicos são destreza manual a concentração mental e a força física.”<sup>48</sup>

Decompondo o ofício manual, especializando as ferramentas, formando os trabalhadores parciais, agrupando-os e combinando-os num mecanismo único, a divisão manufatureira do

---

<sup>45</sup> MARX, Karl. *El Capital*. Volume 1. Trad. Wescleslao Roces, Fundo de Cultura Econômica. México. 1974. p. 270-281.

<sup>46</sup> SOARES, Luís Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880*. 1980. p. 103. Dissertação (Mestrado em História) UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1980.

<sup>47</sup> MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p. 388-389.

<sup>48</sup> LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. *A Energia Elétrica e o Parque Industrial Carioca (1880-1920)*. 1997 p.30. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997.

trabalho cria a subdivisão qualitativa e proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção; cria assim determinada organização do trabalho social e, com isso, desenvolve ao mesmo tempo nova força produtiva social do trabalho. Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais valia relativa ou de expandir o valor do capital.<sup>49</sup>

A manufatura tinha um caráter capitalista de produção, portanto a quantidade de trabalhadores seria diferente da do artesanato, além da utilização de máquinas e da divisão social do trabalho. A manufatura se apresentava de duas formas distintas: a manufatura heterogênea e a manufatura orgânica. Na manufatura heterogênea os trabalhadores não necessitavam estar em um mesmo recinto, pois em sua produção eram parcialmente independentes. A tarefa era executada cada qual em sua residência. Na manufatura orgânica o objeto produzido era o resultado da ação de vários trabalhadores que executavam suas tarefas de forma harmonizada e entrelaçada, em um mesmo estabelecimento, sobre as ordens de um capitalista.

Segundo Luís Carlos Soares em sua dissertação (1980) ‘A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880’:

Estas duas formas da organização manufatureira do processo de trabalho desempenharam um papel muito distinto na transformação posterior das manufaturas européias na grande indústria mecanizada. Na realidade a manufatura orgânica aproximava-se muito mais da grande unidade de produção da indústria mecanizada (a fábrica), e foram em estabelecimentos desse tipo que se processaram as experiências que levaram à Revolução Industrial inglesa.<sup>50</sup>

A fábrica se diferencia da manufatura por causa do capital empregado e pela mecanização. “É na fábrica que a separação entre o trabalhador e os meios de produção chave do sistema capitalista.”<sup>51</sup> Para Geraldo Beauclair em seu livro *Raízes da Indústria no Brasil* (1992), a fábrica era uma organização de maior porte que uma oficina. A fábrica utilizava a princípio um conjunto de máquinas independentes umas das outras; com o tempo se transformou num verdadeiro sistema de máquinas.

---

<sup>49</sup> MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p. 417.

<sup>50</sup> SOARES, Luís Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880*. 1980. p. 104. Dissertação (Mestrado em História) UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1980.

<sup>51</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e a Origem da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. p. 82.

Conseguiu, portanto, “derrotar os diversos processos de trabalho baseados na arte manual, na habilidade e na destreza dos trabalhos.”<sup>52</sup> O termo fábrica que era utilizado no século XIX, quando se remete ao significado que eram organizações de maior porte, ou seja, “oficinas bem montadas” de hoje, enquanto manufaturas consistiam num conjunto de fábricas. Os trabalhadores nas fábricas exercem a função de complementos junto ao sistema operante. “Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.”<sup>53</sup>

Para o *Dicionário de Moraes* (1813), fábrica chama atenção para o sentido de construção monumental, para qualquer construção ou estrutura. Ação ou efeito de fabricar, oficina que se fabrica ou prepara qualquer produto.<sup>54</sup> Com relação à indústria moderna Marx sinaliza:

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a maquinaria progressivamente da fabricação das máquinas-ferramentas.<sup>55</sup>

A indústria moderna de Marx não se aplica à indústria fabril de maneira geral na adequação da visão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para tanto, quando se escreve Indústria fabril, compreenda-se a visão de Marx quanto à diferenciação conceitual para o artesanato, a manufatura e a fábrica, enquanto formas de trabalho industrial, qualitativamente diferentes quanto aos aspectos de sua organização e o seu nível de desenvolvimento. Diferente do juízo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que abarcava um conceito genérico sobre indústria que englobava comércio, agricultura e indústria fabril.

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: A Pré- Indústria Fluminense 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S, 1992. p. 17.

<sup>53</sup> MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: 13. Ed., Editora Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p.483.

<sup>54</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa Lacérdina, 1813, T 1. Verbete “fábrica”

<sup>55</sup> MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 13. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p.438.

1.4 A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sua crise e como esta impulsionou a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

A “Crise do Chapéu” foi o primeiro movimento organizado em prol da indústria chapeleira no Rio de Janeiro, que tinha por objetivo o protecionismo tarifário que pudesse viabilizar o desenvolvimento dessa indústria na década de 1870.

O crescimento da indústria chapeleira no Rio de Janeiro se firmou graças à vida social e política da capital do Império, que criava um mercado consumidor de chapéus finos<sup>56</sup>. No início da década, entre os anos de 1873 e 1874, os chapéus de lã da Alemanha e da Inglaterra foram importados para o Brasil. Como seus preços eram mais baratos e possuíam a mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pelo de lebre, o seu consumo cresceu muito.

Em verdade, a indústria nacional não podia deixar de ressentir-se de uma tão profunda e tão rápida transformação, motivada pelos novos aperfeiçoamentos de navios a vapor, que, encurtando as viagens e cobrando fretes mais baratos, convidavam qualquer fabricante a enviar seus produtos a este lado do oceano, tanto mais fácil, que, nos seus próprios países.<sup>57</sup>

Como afirma Luís Carlos Soares (1980), “a reformulação tarifária empreendida sob as ordens de Visconde do Rio Branco em 1874, contribuiu para agravar a crise dos estabelecimentos de chapéus de feltro”.<sup>58</sup>

A tarifa de 1874 proporcionou a entrada dos chapéus europeus no país; a importação do produto foi maciça, levando a uma redução brutal da produção nacional por não conseguir concorrer com o chapéu estrangeiro, acarretando uma grande crise na chapelaria no Rio de Janeiro.

De acordo com Eulália Lobo (1978), outra dificuldade havia quanto à matéria-prima utilizada nas fábricas de chapéus, pois esta era importada e classificada como um artigo acabado, o chapéu já pronto, sendo que a matéria-prima era semielaborada, com isso o imposto de entrada do produto incidia de forma pesada.

---

<sup>56</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 96.

<sup>57</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882. p.14. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>58</sup> SOARES, Luís Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880*. 1980, p. 166, Dissertação( Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1980.

Segundo essa classificação errônea, esse produto custava 1\$800 e pagava de imposto 1\$740 quando o custo da montagem do chapéu feita no Brasil era de 4\$000. Portanto, apenas o revestimento externo importado custava quase tanto quanto toda a montagem da carcaça do chapéu, elevando o preço deste para 7\$540. O preço do chapéu estrangeiro importado era de 6\$240, beneficiando-se de uma diferença de 1\$300 a menos em relação ao nacional porque pagava de 1\$740, tanto quanto a chemise- manchon ou simplesmente revestimento.<sup>59</sup>

Além da tarifa, a estrutura artesanal do setor de chapéus estava mudando para uma etapa industrial (fabril). Com isso o desaparecimento da função de artesão chapeleiro iniciou seu processo. A nova estrutura configurava o uso de máquinas a vapor e maior número de trabalhadores. Segundo Leopoldi (2000), em torno da “questão chapeleira” havia diversos interesses em disputa:

os comerciantes importadores, interessados em tarifas baixas para venderem o chapéu importado; os industriais de chapéus de lebre, ameaçados de desaparecer em virtude da concorrência dos similares importados e do alto custo da matéria-prima, que elevava o preço final do chapéu; os artesãos, ameaçados pelas altas tarifas pela concorrência do produto importado e pelo desenvolvimento das manufaturas, que anunciavam o fim da produção manual de chapéu. Havia também os fabricantes de chapéus de seda, que se aliaram ao comércio importador no combate à elevada carga tarifária sobre os chapéus de lã e de pêlo de lebre da Europa.<sup>60</sup>

No decorrer da crise chapeleira, alguns estabelecimentos de chapéus de feltro fecharam suas portas, e os chapéus de patente transformaram-se em estabelecimentos montadores de chapéus em carcaças importadas, com isso houve uma redução de metade dos operários empregados e os seus proprietários se transformaram em vendedores dos chapéus de lã importados.

A princípio os chapeleiros apelaram para a Associação Comercial, não encontrando repercussão se voltaram para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>61</sup> que entre 1876 e 1877, foi o palco encontrado para os debates entre os proprietários da indústria de chapéus de feltro, os operários chapeleiros e os comerciantes de chapéus de lã importados.

Num manifesto, com a data do 1º de Agosto de 1876, endereçado pelos fabricantes de chapéus á benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual era a nessa ocasião Presidente o sempre lembrado Visconde do Rio Branco. Cabe a esta distinta classe, dos chapeleiros, a glória da iniciativa da propaganda, que presentemente nos preocupa, e que, felizmente, já tem despertado a atenção de muitos homens eminentes do país. Em presença das diversas questões levantadas no seio da Sociedade Auxiliadora, e que deram lugar a

---

<sup>59</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, v. 1. 1978. p.197.

<sup>60</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.97.

<sup>61</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808- 1930*, 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 52.

divergências de opiniões, as duas seções de indústria fabril e de comércio entrevistaram com seus pareceres, sendo a primeira totalmente favorável à ideia de proteção.<sup>62</sup>

Para os proprietários das indústrias de chapéus de feltro, estes defendiam que havia necessidade de uma tarifa protecionista, e a elevação dos impostos de importação dos chapéus de lã estrangeiros a fim de defender seus negócios, iniciando assim a querela entre a seção fabril e a seção comercial dentro da SAIN. Os fabricantes nacionais dependiam dos produtos importados como tintas gomas e forros para a finalização de seus produtos.

Os fabricantes nacionais de chapéus de lebre e lã precisavam importar. Pelas drogas para tintas gomas-laca, forros, fitas tantas de lã como de seda, sujeitos a tarifa alfandegária. Era, portanto, necessário cobrar direitos elevados sobre o produto acabado estrangeiro para garantir a sobrevivência da indústria nacional.<sup>63</sup>

Já para os operários chapeleiros, estes reclamavam sobre o desemprego ocasionado com a redução da capacidade produtiva da indústria chapeleira. Com a necessidade de aperfeiçoamento que as fábricas precisavam alcançar para conseguirem concorrer com os produtos importados que inundavam o mercado nacional, gerou uma diminuição na quantidade de trabalhadores nas fábricas prejudicando ainda mais os operários chapeleiros.

Em virtude da falta de proteção a fabricação de chapéus entrou em declínio e os artistas chapeleiros, que são só empregados nas fábricas de chapéus de preço baixos de 1\$100 a 3\$000 único com que os estrangeiros não podem concorrer resultando por tanto diminuição no salário do artista de 40 a 50%. Acresce ainda que o fabricante, a fim de concorrer em preços com o chapéu estrangeiro, tem sido obrigado a introduzir na fábrica máquinas dos sistemas os mais aperfeiçoados com os quais acabou maior quantidade de obra e dispensam número considerável de operário.<sup>64</sup>

Os comerciantes importadores defendiam o livre-cambismo, afirmando combater o protecionismo da indústria. Para os comerciantes, os industriais de chapéus nacionais não tinham nenhuma condição de produzir este artigo com habilidade e conhecimento adequado, para formar um objeto com excelência para o mercado consumidor.

Para equacionar a questão, o representante da seção da indústria fabril, Sr. José Pereira Rêgo Filho, encaminhou um requerimento sobre o assunto que a seções de agricultura, de

---

<sup>62</sup> Cf. Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882.p.15-16. Fonte Imprensa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>63</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História de Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. v. 1. p.198.

<sup>64</sup> Ver: Confederação Nacional das Indústrias. Arquivo. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typ. Econômica de Machado, 1876.p. 158. Fonte Imprensa: Acervo 9583 Firjan. Rio de Janeiro.

comércio e de indústria deveriam estudar um parecer sobre uma solicitação ao Governo Imperial sobre a alteração da tarifa de nossa alfândega. Com o objetivo de favorecer a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril, em 21 de junho de 1876, as questões que abordavam eram referentes à tarifa com questionamento quanto a questão de quais os artigos da tarifa que deveriam ser alterados e os termos precisos da alteração. O segundo requerimento foi encaminhado em 05 de julho de 1876 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pela seção de comércio. Veja-se a seguir:

Requerimento do Sr. Joaquim d'Armada (documento nº2) apresentado a 05 de julho, afim de que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional achando procedentes as razões, que o suplicante alega, haja de remeter uma cópia do requerimento ao Ex<sup>mo</sup> Snr. Ministro da Fazenda, ou a quem de direito para ser tomado em consideração, como for de justiça a bem da indústria nacional dos chapéus, no sentido de que o Governo Imperial diminua de o imposto de importação carapuças ou capas de pêlo de lebre ou coelho, a que os franceses chamam chemises.”<sup>65</sup>

A seção da indústria fabril argumenta quanto à posição da seção de comércio, pois coloca em dúvida o tipo de indústria que o senhor D'Armada possui e seu valor para o desenvolvimento da indústria fabril neste Império. O confronto entre as seções da indústria fabril e do comércio se acirra por argumentar que a seção de comércio possui produtos que não contribuem para o crescimento da indústria.

Um protesto, a 1º de agosto (documento nº 3) assinado pelos proprietários de 15 fábricas de chapéus de lebre, estabelecidas nesta Corte em que pede a nomeação de uma comissão para visitar as fábricas de chapéus de lebre e informar a Sociedade se as carapuças ou capas, que o senhor Armada importa e emprega são ou não fabricas dos signatários de protesto, sendo estes produtos de fabricação nunca inferior aos que vem do estrangeiro, segundo ficou provado na última exposição nacional.”<sup>66</sup>

Neste debate entre fabricantes de chapéus e comerciantes importadores há um espaço ainda para a situação dos artistas chapeleiros que têm, nessa ocasião, suas reivindicações a fazer na SAIN. Os artistas chapeleiros redigiram uma representação para a diminuição das matérias-primas compradas no exterior, junto a SAIN, tendo sido prejudicados pela tarifa alfandegária. Neste emaranhado de posição e interesses, os artistas chapeleiros se defendem contra seus opositores enviando suas reclamações.

---

<sup>65</sup> Cf: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.1. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>66</sup> Cf: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.2 Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.



Uma representação a 1º de agosto (documento nº 4) assinado por um grande número de artistas chapeleiros, residentes nesta Corte, solicitando que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional mostre ao Governo Imperial a necessidade de argumentar consideravelmente os direitos dos chapéus importados, e diminuir os das matérias-primas, de que a fabricação carece do estrangeiro.<sup>67</sup>

O senhor Joaquim Alvaro D'Armada e outros especificam as razões de sua proposta e pedem novamente uma diminuição dos direitos de importação de carapuças para os chapéus de lebre e castor. Referente à questão da tarifa, o estudo proposto pela seção da indústria fabril em que foi solicitada a análise alusiva ao assunto para um parecer da seção de agricultura. A discussão dentro da SAIN continua com relação ao assunto e a seção de agricultura se posiciona.

A seção de agricultura (Documento nº8), emitindo suas razões acerca deste assunto, entende não ser da sua competência qualquer dos pontos de vista, sob que for encarada a questão que lhe parece dever ser resolvida pelas seções da indústria fabril e de comércio: pondera entretanto que, em relação à indústria dos chapéus não ainda informadas, ou as tais carapuças nunca deverão equiparar os respectivos direitos com os de chapéus acabado.<sup>68</sup>

A partir da posição da seção da agricultura dentro da SAIN, a luta entre as seções da indústria fabril e do comércio se intensifica, pois o conflito e as argumentações evoluíram para a questão da tese da nova pauta, a tarifa de 1879<sup>69</sup>. Sob a alegação de a tarifa poder ser a favor ou não da indústria fabril, sendo protecionista ou livre-cambista. A ideia que agradaria em muito a seção do comércio seria o livre-cambismo.

No documento ora utilizado fica bem explícito a argumentação de que o Império deveria se posicionar quanto ao sistema a privilegiar o protecionista ou o livre-cambista. Esta narrativa remete ao exemplo de duas nações, a Inglaterra e os Estados Unidos da América, mais adequado para o crescimento da indústria fabril no Império mediante a realidade de desenvolvimento nos Estados Unidos da América protecionista quanto as suas indústrias, favorecendo assim ao desenvolvimento do seu mercado interno. Na alegação da seção da

---

<sup>67</sup> Ver: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.2. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>68</sup> Cf: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.2. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>69</sup> SOARES, Luís Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880*. 1980. p.166 Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro,1980.

indústria fabril confronta a situação dos dois países como algo a ser reconhecido e analisado e indica sua disposição.

No estado atual da atividade industrial das nações, duas são os sistemas em que se debate o comércio: o liberal, ou da Escola de Manchester; e o protetor ou proibitivo, ou dos Estados Unidos. O primeiro é o ideal, o qual deve tender todas as nações cultas da mesma forma que para o positivo tendem todas as questões científicas elaboradas no vasto domínio inteligência humanas. A Associação universal, isto é, uma associação em que todas as nações obedecem mutuamente a um mesmo regime legal, só pode ser realizável, quando elas tenham chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder. O segundo sistema o protetor, é ao contrário do precedente, o mais seguro de elevar os países novos ao nível da nação preponderante, e sob este ponto de vista constitui os mais poderosos promotores de associação dos povos por consequência, da verdadeira liberdade comercial, para a tende ou deve tender. Numa nação, cujo poder industrial não esta firmado, em que as indústrias apenas começam a aparecer acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é de certo o sistema liberal, que lhe poderá dar vida e vigor; não é, portanto o sistema liberal, que lhe convém.<sup>70</sup>

A argumentação da seção da indústria fabril demanda uma análise por parte da SAIN quando enfatiza a necessidade de seguir o exemplo dos Estados Unidos da América em proteger a indústria nacional contra os produtos estrangeiros. A seção do comércio argumenta contra a posição da seção da indústria fabril quanto ao protecionista por entender ser um exagero tal pretensão. A proposta de fazer o Império adotar o sistema protecionista alteraria todo o pensamento político.

Quer os primeiros socorrer no exclusivismo de só eles prepararem tal produto para outras fábricas suas coirmãs. Dizem eles: quando mais caro vos ficar essa matéria-prima de que fazeis uso, mais depressa batereis as nossas portas que guarneceremos com a imposição. Esta que é a questão e a verdade..<sup>71</sup>

Para a seção de comércio o favorecimento da indústria fabril os levaria a ruína, portanto o que adiantava uma seção iria prejudicar a outra. A seção da indústria fabril trazia a SAIN sua necessidade de apoio para a indústria e seu desenvolvimento. Havia um confronto de opinião quanto à mudança na postura do governo referente a que sistema adotar. A proposta da seção fabril seria seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, que protegia suas indústrias da concorrência estrangeira.

Conforme afirma Werner em seu livro (1975) *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*: “Durante a maior parte da existência do Império do Brasil 1822-1889, a

---

<sup>70</sup> VER: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p 5. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>71</sup> Cf. Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Fonte Impressa: Obras raras. Acervo 9517. Or R 63. Firjan. Rio de Janeiro.

política comercial baseava-se no livre-cambista, o que tornava extremamente difícil o estabelecimento de indústrias no país em face de concorrência.”<sup>72</sup> A proposta da seção da indústria fabril era uma reivindicação muito complexa para um contexto agroexportador em que a economia era alicerçada em um único produto, o café; por este motivo o conflito era inevitável entre as duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Para a indústria fabril, sua afirmação não é um exclusivismo absoluto no Império, e sim uma combinação de ambos, isto segundo a natureza do objeto, ou do estado da indústria, que convém ter sempre presente. Mas para a realidade de uma indústria nascente no Brasil é necessário protegê-la. Tem-se uma flexibilidade por parte da indústria fabril; isto pode indicar como foi possível por tanto tempo a convivência dentro da SAIN de duas seções tão distintas.

Os comerciantes importadores questionavam o fato da tarifa de 1874 taxar a matéria-prima semielaborada importada para suas fábricas e terem um imposto alto, entendendo que este material já seria um produto acabado. Este outro conflito entre os comerciantes e o próprio entendimento da alfândega fazia parte deste emaranhado da crise chapeleira.

Para o representante da seção do comércio, Sr. Joaquim d’Armada, a própria seção da indústria fabril concorda com a questão errônea da tarifa de 1874 taxar os produtos semielaborados como produto final. “A própria seção da indústria fabril reconhece que alguma razão assiste ao preponente, porque lembra a necessidade de extremar na tarifa essa mercadoria da taxa que lhe é aplicada, por não ser chapéu abatido.”<sup>73</sup>

Outra argumentação por parte dos comerciantes importadores era que a indústria nacional não seria prejudicada com a importação de matérias-primas, pois a concorrência poderia gerar maior eficiência por parte da indústria fabril. “A indústria Nacional lucraria sempre porque estabeleceria uma concorrência muito legítima e leal com os chapéus importados.”<sup>74</sup>

Os comerciantes importadores expõem sua tese e analisam o que percebem da indústria fabril, alegando que estas indústrias não possuíam conhecimento e habilidades

---

<sup>72</sup>WERNER, Baer. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975. p.9.

<sup>73</sup> Cf: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.2. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Fonte Impressa: Obras Raras. Acervo 9517. Or R 63. Firjan. Rio de Janeiro.

<sup>74</sup> Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p. 5. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Fonte Impressa: Obras Raras. Acervo 9517. Or R 63. Firjan. Rio de Janeiro.

desenvolvidas para a feitura do chapéu e para a concorrência estrangeira.<sup>75</sup> Além de afirmarem que a proteção que a seção da indústria fabril almejava prejudicar o Império por serem indústrias fictícias.

Tenho o dever opor o meu voto a toda a ideia que, apoiando se na proteção de proteger indústrias fictícias, venha ferir a liberdade do comercio o tributar sem vantagem 9 milhões de habilidades das 20 províncias do Brasil em provento a particular de 15 fabricas de chapéus de lebre na Corte.<sup>76</sup>

A seção do comércio admoesta a seção da indústria fabril questionando que suas indústrias eram fictícias e por isso prejudiciais para o Império por não contribuírem para o desenvolvimento econômico. A crise ocorrerá pelo conflito de interesses entre duas seções: a de comércio e a da indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para essa argumentação a análise teve resposta no documento da seção da indústria fabril, não fictícias, mas inferiores, segundo seu próprio pensamento.

Atualmente muito de nossos produtos são inferiores aos similares do estrangeiro mais isto consequência de que os produtos superiores, que perder-se-ia fabricar, custam mais caros, ou o mesmo preço que os estrangeiros, deixando infelizmente de ser preferidos: entretanto, apesar de todos estes obstáculos alguns artefatos vão lutando em certos lugares, e ganhando algum terreno sem contudo atingirem o desenvolvimento, de que seriam capazes. Os lucros são geralmente insignificantes, e por isso estas indústrias arrastam a vida raquítica e mesquinha, sem poderem renovar a sua matéria nem aperfeiçoar os seus processos, á proporção que aparecem os aperfeiçoamentos, como na Europa se faz, resultando muitas vezes, que no fim de algum tempo trancam as portas.<sup>77</sup>

Os comerciantes importadores tinham um braço estendido para a indústria agrícola, pois em seu discurso foi exposto o entendimento quanto à visão que tinham sobre o valor desta em detrimento à indústria fabril. “As indústrias que nos devem merecer os mais assolados cuidados são: indústria agrícola em seus variados ramos.”<sup>78</sup> A oposição fica bem definida: quem é a favor ou contra a indústria fabril. A proposta de Joaquim d’Armada era oposta a da

---

<sup>75</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História de Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Financeiro)* Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. p. 198.

<sup>76</sup> Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.7. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Fonte Imprensa: Obras Raras. Acervo 9517. Or R 63. Firjan. Rio de Janeiro.

<sup>77</sup> Ver: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.12. <Disponível em: <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>78</sup> Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.11. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Fonte Imprensa: Obras raras. Acervo 9517. Or R 63 Firjan. Rio de Janeiro.

indústria fabril. Eis a proposta para o Conselho Administrativo da SAIN, por parte da seção do comércio.

1º Que quando se tenha de reforma a tarifa das alfândegas se procure isentar, ou menos, reduzir as taxas de todos os objetos que constituem matérias-primas para as indústrias criadas no país em via de progresso e adiantamento. 2º Que toda e qualquer indústria seja, isenta de impostos diretos. 3º Que toda a vez que o Governo Imperial tenha de comprar artefatos que se fabriquem no país lhes dê a preferência, embora mais caros que os similares estrangeiros. 4º Que sejam abolidos os direitos interprovinciais nos artefatos de produção nacional para que possam estabelecer-se os princípios gerais da permuta. 5º Que auxílio 12 artistas habilitados em concurso escolhido dentro daquelas indústrias que tenham distinguido no país para irem a Europa e Estados Unidos as despesas do Governo Império para estudara teoria e a prática das mesmas indústrias, devendo voltar no período de três anos com os seus títulos na habilitação, não só para regerem por dois anos cada um as aulas da nossa sociedade, como para reformarem o roteiro sistema de trabalho, aplicando- lhe todos os melhoramentos da arte moderna.<sup>79</sup>

As reivindicações da seção da indústria fabril foram levadas à Comissão Administrativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seriam: 1º Conservar os direitos atuais para os chapéus até 9% m. 2º Duplicar os direitos aos que excederem de 9% m. 3º Aumentar consideravelmente aos direitos nos chapéus de lã. 4º Manter direitos elevados para forros já cortados, carcaças e outra espécie apropriados aos chapéus.

O interesse da seção da indústria fabril se configura na tentativa de proteger suas indústrias dos produtos estrangeiros conservando as vantagens já conferidas e almejando auxílio do governo. A seção do comércio apeteia isenção ou reduções de tarifas que pudessem ocasionar um cometimento ao comércio importador e abolição dos impostos interprovinciais no principio da permuta, gerando assim um maior domínio do comércio importador e de seus produtos no mercado interno no Império.

Este debate durante 1876-1877, dentro da SAIN, refletiu de maneira clara a crise do setor fabril no Rio de Janeiro e proporcionou que em 1877 o presidente da SAIN, o visconde do Rio Branco, pudesse elaborar um documento conciliatório entre as partes, a seção do comércio e a seção da indústria fabril, que defendesse a liberdade de comércio sem prejuízo das indústrias. As reivindicações seriam: redução das incidências tarifárias sobre a matéria-prima não produzida no país, quando destinada às indústrias; proteção razoável para a instalação de novos estabelecimentos industriais necessários ao país; isenção de impostos para os produtos manufaturados nacionais exportadores; obtenção de créditos agrícolas e

---

<sup>79</sup> Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.14-15. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p. 5. Fonte Imprensa: Obras raras. Acervo 9517. Or R 63 Firjan. Rio de Janeiro.

industriais; preferência do produto nacional nas compras do Governo; divulgação das estatísticas agrícolas e industriais; organização do ensino agrícola e industrial.<sup>80</sup>

Em 1878, uma comissão de dois funcionários da Alfândega foi enviada pelo Governo Imperial para a Europa e os Estados Unidos a fim de visitarem fábricas e alfândegas, com o objetivo de racionalizar o serviço no Império. “Os dois concessionários foram incumbidos de se informar sobre os métodos mais aperfeiçoados de classificação dos produtos taxáveis e de tomar nota das inovações realizadas em várias indústrias, bem como das alfândegas.”<sup>81</sup> Os funcionários voltaram da Europa e dos Estados Unidos convencidos da importância do desenvolvimento da indústria fabril. A partir desta posição o Governo Imperial muda sua relação quanto à tarifa e o protecionismo de forma “moderada”.

Neste ponto, senhores, aguardando a fidelidade que devemos a história destes fatos, sermo há lícito dizer-vos que o elemento predominante desta comissão foi tirado da classe dos negociantes importadores; e por esta simples causa, podeis compreender quão poucos foram atendidas as reclamações dos industriais.<sup>82</sup>

A nova tarifa de 1879, de caráter protecionista, parece ter conseguido o atendimento parcial de suas reivindicações pela elevação dos direitos dos chapéus importados. Os fabricantes de chapéus tiveram condições mais favoráveis para aumentar seus investimentos. Os estabelecimentos de chapéus de feltro se reaparelharam para a produção de chapéus de lã.

Conforme Nícia Vilela Luz (1975) “os adversários do protecionismo, entretanto, não silenciaram suas críticas e movimentaram-se para obter a anulação dos resultados conseguidos na pauta de 1879”.<sup>83</sup> Em 1880, sobre a influência dos comerciantes importadores, o Governo formou uma nova comissão para a revisão da tarifa de 1879.

Porém, se essa tarifa não estava no caso de satisfazer as necessidades da maior parte das indústrias, elas iam ficar em mais precária posição com a nova revisão a que, no meio do ano de 1880 estava procedendo na alfândega da Corte uma nova comissão nomeada Sr. Ministro da Fazenda, o Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva.<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.99.

<sup>81</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.31

<sup>82</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882. p.19. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>83</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808-1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975 p.50.

<sup>84</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882. p.20. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

Com a pressão exercida pelos comerciantes importadores para a revisão da tarifa de 1879, o grupo da seção fabril se retira da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a partir desta posição do Governo Imperial, tão sujeito a pressões sociais.

A indústria fabril decide congrega-se unindo os diversos ramos: chapéus, calçados, curtumes, tecidos, roupas feitas e móveis, que iria se organizar como uma Associação Industrial, voltada para indústria fabril nacional.

A posição ambígua quanto à indústria fabril na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tanto no seu Estatuto, bem como nas suas ações, refletia em parte o conflito dentro deste órgão no Império do Brasil na década de 1870. A sua dificuldade de tomada de decisão, vem por parte pela composição de seus membros, que possuíam inúmeros interesses que divergiam dentro do órgão e por seus compromissos com o Governo Imperial.

Por esta razão ver-se-á a seguir a luta pela indústria fabril, já na década de 1880 do século XIX, com a organização da primeira entidade a favor da indústria fabril, e de que forma utilizaram todos os meios possíveis para o seu crescimento e visibilidade para com o Governo Imperial e para a esfera pública na década de oitenta.

Com o término desse capítulo pode-se fazer algumas considerações, como a “crise do chapéu” na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pôde impulsionar a saída da seção da indústria fabril do órgão e formar uma organização com a intenção de congrega os interessados no desenvolvimento de uma indústria fabril no Império.

A primeira parte tratou do contexto político da década de 1870, objetivamente na cidade do Rio de Janeiro, seu processo de modernização que configura um período de significativas mudanças na cidade do Rio de Janeiro com relação à infraestrutura, podendo estabelecer a realidade de seu desenvolvimento como espaço em condição de acolher modificações sociais e política, como foi o embate dentro da SAIN.

Na segunda seção, foi traçada a criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sua vida como órgão consultivo e científico no Império, contendo informação alusiva às questões que mereciam sua avaliação, sua proposta como órgão consultivo e o entendimento quanto à função da indústria.

A terceira seção será remanescente ao conceito de indústria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional através dos Estatutos do órgão concernentes aos anos de 1831, 1846, 1857 e 1869, a fim de identificar seu juízo quanto à apreciação tratada. Ao determinar o seu significado ficará claro a razão de sua posição ambígua quanto ao conceito de indústria para a

SAIN. Para esta análise foi utilizado o conceito de Karl Marx sobre indústria percebendo que há uma diferença entre indústria moderna de Marx e a realidade encontrada na SAIN.

Ao final do capítulo a questão da crise do chapéu e a luta da seção fabril a favor da indústria foram tratadas. O conflito existente entre a seção do comércio e a seção da indústria fabril foi o início do processo de desacordo dentro da SAIN, provocando a ruptura no órgão e a saída da seção da indústria fabril impulsionando a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro que tinha como objetivo específico defender dos interesses da indústria fabril no Império na década de 1880 frente ao governo e a esfera pública.

O capítulo a seguir será sobre a formação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Elucidará seu ideário e seus interesses quanto ao desenvolvimento da indústria fabril no Império na década de 1880, trazendo uma alteração sobre a organização da primeira entidade que defende a indústria fabril ainda no Império no período de 1880.



## **2 - A Associação Industrial do Rio de Janeiro, sua formação e estruturação na década de 1880.**

Com a crise chapeleira, que ocorreu dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na década de 1870, foi necessário dar um novo rumo à indústria fabril. Apesar de a SAIN ter em sua composição a indústria fabril, ela tinha seu pensamento ainda ligado à agricultura e ao desenvolvimento de objetos e artefatos manufaturados que pudessem viabilizar os seus interesses.

A seção da indústria fabril quanto à questão chapeleira no que se refere às suas reivindicações que foram levadas ao Governo Imperial, foi vitoriosa. Dentre as reivindicações destaca-se o apoio para a promoção do desenvolvimento industrial e para o amparo das fábricas já existentes por meio de uma tarifa adequada. A princípio foram, em parte, atendidas as propostas da seção da indústria fabril, mas no ano de 1880 houve uma nova revisão tarifária que gerou uma reação dessa seção, que por isso se retirou da SAIN, formando assim a Associação Industrial do Rio de Janeiro (AIRJ) conforme foi apresentado no capítulo anterior.

Este capítulo será dedicado à discussão e exposição da problemática quanto à formação e estruturação da Associação Industrial e à identificação de sua diretoria. Buscar-se-á compreender suas principais dificuldades para a consolidação da gênese do processo de organização da indústria do país.

A criação da Associação Industrial, na década de 1880, veio atender as necessidades dos industriais já existentes e aos seus objetivos como grupo industrial, visando à coesão e sua estruturação, com o objetivo político de defesa dos interesses. O conceito fração de classe, a ser utilizado neste capítulo, é a fim de caracterizar a ação de integrar os diversos ramos da indústria fabril, para a luta por seus objetivos, até então citado em seu Estatuto.

Será abordada, na primeira seção deste capítulo, o contexto da década de 1880, as condições estruturais que puderam viabilizar a formação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Tratar-se-á, na segunda seção, sobre a criação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, seus objetivos como um grupo industrial, a sua problemática quanto a sua formação, além do conceito de fração de classe, a fim de caracterizar a ação de seus integrantes dos diversos ramos da indústria fabril e sua luta por seus objetivos. E suas maiores dificuldades para a consolidação da gênese do processo de organização da indústria país.

Serão traçadas, na terceira seção do capítulo, as argumentações da Associação quanto às propostas de se optar pelo sistema protecionista, e as suas vantagens para a indústria fabril no Império. Para tanto, serão utilizados os artigos divulgados na Imprensa da época pela própria Associação, tendo como finalidade conscientizar a esfera pública e o próprio Governo Imperial.

## 2.1 - Contexto da década de 1880.

A partir da década de 1880 do século dezenove, a atividade industrial ganha corpo no Rio de Janeiro, o cenário econômico, social e político local estava em um processo de mudança acelerada. O plantio do café na região fluminense declinava e o porto do Rio começou a perder a sua importância na exportação de produtos. Contudo a atividade portuária não decaiu. O Rio especializou-se na função de receptor e distribuidor de matéria-prima, de maquinaria para a indústria e de artigos importadores, a serem consumidos na capital e nas províncias vizinhas alcançadas pela ferrovia.

Faz-se necessário condições históricas específicas que pudessem proporcionar uma dinâmica própria para tal transformação. Estas condições seriam: a generalização do trabalho livre mediante um processo simultâneo e gradual da abolição do regime do trabalho escravo iniciado com a Lei do Ventre Livre em 1871 e encerrado com a abolição da escravatura em 1888 e a maciça imigração europeia de portugueses, italianos e espanhóis, somada à concentração e acumulação de capital, que atrairiam mão de obra para a capital do Império. Na década de 1880 a 1890 iniciou-se um processo de organização da indústria no Império do Brasil.<sup>85</sup>

De acordo com Nícia Vilela Luz em seu livro *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930* (1975) “formara-se uma atmosfera de insegurança, particularmente sensível por volta de 1880 a 1886 com a queda do preço do café e sua repercussão nas taxas de câmbio<sup>86</sup>. Portanto um período de manifestações protecionistas e nacionalistas com uma tendência intervencionista que o Rio de Janeiro.

---

<sup>85</sup> QUEIRÓS, Mauricio Vinhas de. “O Surto Industrial de 1880- 1895” in: Debate e Crítica, nº 6, julho de 1975. p. 95. Argumento que colabora como posição do Censo de 1920 que atestou que 26,2% dos capitais então investidos em atividades industriais no país, ocorreram entre 1880-1894.

<sup>86</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela Industrialização do Brasil 1808-1930*. 2. Ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975, p.66.

Este espaço se configura na cidade do Rio de Janeiro, onde esta Associação Industrial foi criada graças aos movimentos e às condições estruturais e políticas, que puderam viabilizar seu “nascer” neste período da década de 1880, além do fato do descontentamento da seção fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seu rompimento fundando a dada entidade.

Milton Santos, em seu livro *A Natureza do Espaço* (1996), diz: “O espaço é formado por um conjunto indissociável solitário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”<sup>87</sup> Para o referido autor, a história ocorre em uma relação entre a natureza e a ação do homem; este a modifica, dando novos significados aos objetos naturais e artificiais em dado espaço.

Quanto ao Rio de Janeiro, este se beneficia com a sua condição administrativa de capital do Império. Suas relações econômicas com as províncias eram em muito interessantes pelas relações políticas de dependência entre si. Como a capital centralizava a arrecadação de impostos, os melhoramentos urbanos ocorriam de forma mais dinâmica, facilitando em muito o processo de crescimento e de expansão na área econômica.

Outra grande facilidade era o fato de o Rio de Janeiro ser a porta de entrada para o Brasil, pois os produtos importados chegavam a grande quantidade pelo porto do Rio e eram adquiridos sem intermediários pela população da cidade, facilitando a aquisição e dando crescimento ainda maior ao mercado da cidade, favorecendo a compra de máquinas, equipamentos e matérias-primas em geral.

Em relação ao território da cidade do Rio de Janeiro e suas condições para o “nascer” da Associação Industrial na década de 1880, pode-se observar o que Milton Santos nos lembra:

A configuração territorial ou configuração geográfica tem, pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. A configuração é dada pelas obras dos homens: portos, fábricas.<sup>88</sup>

As condições materiais eram essenciais para fornecer a possibilidade de gerar um grupo que pudesse pensar o Império do Brasil de uma maneira diferente, com um discurso “industrialista”, em que a indústria fabril seria a solução para a economia dependente do café.

---

<sup>87</sup> SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.51.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 51.

Todas estas condições favoreciam a criação de uma entidade como a Associação Industrial do Rio de Janeiro a se organizar e proclamar seus ideários.

Além de todas essas razões tem-se ainda o fato de a cidade do Rio de Janeiro ser o centro financeiro do país, sede dos maiores bancos da época, tanto privados quanto estrangeiros, além da Bolsa de Valores.

A cidade do Rio era o centro comercial, político e financeiro do Império. O Rio de Janeiro tinha, ainda, a disponibilidade de mão de obra, tanto pelas migrações quanto pelo aumento natural da população. Na década de 1880, houve ainda mudanças econômicas aceleradas na esfera política. No mesmo período ocorreu uma continuidade na progressiva ação do Governo Imperial concernente a Abolição da Escravatura que foi a lei de 1884 que declarava “homem livre” todo o escravo com mais de 60 anos de idade e, por fim, a própria Libertação dos Escravos em 1888, e a República em 1889, fechando todo o perfil do Rio na década de 1880.

Nesta situação, a indústria fabril consegue se articular com força no Rio de Janeiro, principalmente a indústria têxtil. O ciclo de investimento industrial iniciado em 1880 se sustenta até 1895. Até então, o país viveu uma fase de crescimento industrial, principalmente no centro-sul. O Rio de Janeiro e a região fluminense passaram a sediar os grandes estabelecimentos fabris.

Os setores têxteis, de fabricação de chapéus e de calçados, foram os que mais se desenvolveram nos anos de 1870 e 1880, nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Por causa do grande investimento nas instalações das fábricas, os industriais observaram a necessidade de lutar pela proteção tarifária e pelas isenções de impostos sobre importações de máquinas com um objetivo de viabilizar o crescimento do setor fabril.

Segundo Suzigan, (1986) ”um dos mais longos períodos de expansão do investimento na indústria de transformação foi o que começou com a década de 1880 e perdurou até 1895”.<sup>89</sup> Nos anos de 1880 cresceu muito a importância do setor metalúrgico no Rio de Janeiro, tendo aproximadamente cerca de 1.030 operários em suas fábricas e sua produção em 1881 era de 10.200 contos de réis. Esse setor era expressivo, pois empregava máquinas a vapor, valor da produção e em quantidade de operários.

O período de 1880-1881 marcou o início da indústria de forma mais organizada e como uma expressão consistente, tendo objetivos e usando meios de propagar seus ideais e

---

<sup>89</sup>SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 81.

com uma representação de um grupo, e isso se deu com a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro, em 1881, primeira entidade que agregou a defesa da indústria fabril.

Para Milton Santos, “um evento é um resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa.”<sup>90</sup>

Durante o período das décadas de 1870 a 1880, foi se formando um quadro de reavivamento das indústrias. A crise que ocorreu na SAIN, com a questão dos chapéus e suas divergências dentro do órgão, gerou uma crise tão profunda que ocasionou a saída do grupo ligado à seção industrial fabril, que reivindicou do governo incentivos para a indústria e, por fim, enfraqueceu a própria SAIN.

A reação deste grupo industrial foi continuar a lutar pela indústria no Império. As constantes crises na lavoura cafeeira favoreceram a sua posição de formar uma Associação que pudesse unir o grupo e se tornar a Associação Industrial.

Dadas as necessidades dos industriais do setor fabril e suas reivindicações quanto ao apoio ou não do Governo Imperial, foi preciso se estruturar como entidade para esses industriais se unirem e estabelecerem suas ideias objetivas quanto ao rumo da indústria no Império.

## 2.2 A criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

A Associação Industrial do Rio de Janeiro (AIRJ) organizou-se em um momento de cisão, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. E, portanto, sua formação ocorreu mediante uma grande crise, que levou a uma tomada de decisão de se estreitar os laços da indústria fabril no Império do Brasil.

A professora Maria Antonieta P. Leopoldi em seu livro: *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, a política econômica e o Estado* (2000) faz referência quanto à fundação da Associação Industrial e até demarca o ano de seu término, 1883. Pretende-se demonstrar a sua formação, os seus ideários e o período de sua existência, que foi maior do que afirmam as pesquisas anteriores; e que foi a primeira entidade de

---

<sup>90</sup>SANTOS. Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 76.

representação de um grupo de industriais que defenderam a indústria fabril no Império ainda na década de 1880.

Como Edgard Carone em seu livro *O Pensamento Industrial do Brasil: 1880-1945*, (1977) afirma a existência da Associação Industrial por meio do documento intitulado *O Manifesto da Associação Industrial*, e compreende que a entidade fora inexpressiva e breve em sua duração.

Segundo Angela Maria de Castro Gomes em seu livro *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937* (1979) em 1904, com a organização do Centro Industrial do Brasil, ocorrerá a formação da primeira entidade que defendeu a indústria no país.

No entanto, necessário é demonstrar que esta Associação Industrial do Rio de Janeiro foi iniciada no ano de 1880 e até onde se pesquisou, esta permaneceu até o ano de 1888, sendo a gênese do processo de organização da indústria no Brasil, primeira entidade que pôde elaborar o pensamento industrial, ainda no Império na década de 1880 com uma disposição de defesa da indústria.

No período de 1877 a 1880, poder-se-á notar a formação da Associação Industrial, suas principais metas e seus meios para a sua coesão, tanto interna quanto externa e a busca de seus objetivos a serem alcançados ao longo de sua trajetória.

Em 1878, com as dificuldades do Tesouro, foram elevados para 50% a tarifa sobre os direitos adicionais de importação; pela tarifa Rio Branco tinham sido anteriormente fixadas em 40%. Foi nomeada uma nova revisão da tarifa alfandegária, incumbida de conciliar, quando possível, os interesses da Fazenda com os do comércio.<sup>91</sup>

Em 1879, saiu a nova tarifa que trouxe discussões quanto ao protecionismo brasileiro. O antagonismo entre os fabricantes de chapéus que solicitavam um aumento da tarifa e os importadores de chapéus que queriam a redução da mesma causou um conflito de interesses que pôde impulsionar a formação da Associação Industrial, pois estas duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entraram em disputa. O aumento da tarifa não satisfiz a ninguém.

Com a vitória da seção da indústria fabril quanto à questão chapeleira e as suas reivindicações, estas foram enviadas ao Governo Imperial sendo solicitados a promoção do

---

<sup>91</sup>Apud assim como LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela Industrialização do Brasil 1808-1930*. 2. Ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p.55. GASPARG, Silvério Martins. Proposta e Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro. 1878.p. 58.

desenvolvimento industrial e o amparo às fábricas já existentes por meio de uma tarifa adequada. Apesar do ganho dos industriais quanto a esta nova tarifa, os seus opositores, os importadores de chapéus, não se calaram e fizeram pressão sobre o Governo Imperial com o objetivo de se reverter o ganho alcançado. Segundo Leopoldi (2000) com a crise chapeleira dos anos de 70 formou-se no seu interior uma ala industrialista, que abriu espaço numa área antes ocupada pelos comerciantes e agricultores. Este foi o núcleo original do movimento industrialista do centro-sul.

As cisões no interior (SAIN), que também atingiam a Associação Comercial do Rio de Janeiro, eram indicativas de que o rápido processo de transformação econômica, social e política que o país vivia iria levar a mudanças nas entidades representativas dos vários setores econômicos. Rompia-se a ampla coalizão de interesses econômicos. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz as suas demandas.<sup>92</sup>

Em 1880 foi nomeada uma nova Comissão para a revisão da tarifa alfandegária, com isso, a indústria fabril resolveu se unir. A posição dos importadores era pressionar o Governo Imperial para a diminuição dos direitos sobre os artigos e os fabricantes de chapéus reuniram-se e resolveram, por meio de uma representação, buscar forma de negociação junto ao governo Imperial. “A representação, conforme foi lavrada, concluía pedindo providências no intuito de promover no Império a fundação das indústrias fabris e manufatureiras, e de impedir a ruína daquelas que já tinham suficientes indícios de vida.”<sup>93</sup>

Esta representação junto ao Governo Imperial não obteve o seu propósito alcançado como a própria Associação narrou em seu Relatório *da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro de 1882*: “nunca teve um despacho, não mereceu uma ligeira menção nos relatórios dos nossos Ministros: morreu como muitos outros documentos desta ordem, asfixiada no pó dos arquivos das Secretárias de Estado.”<sup>94</sup>

Os fabricantes de chapéus, solícitos na defesa de seus interesses, sabendo que os importadores de chapéus estavam na Comissão de revisão da tarifa de 1879, trataram de congregar-se novamente e endereçaram ao Governo Imperial uma nova representação, pedindo proteção para a indústria fabril e seu espaço no cenário econômico no Império.

---

<sup>92</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p 63.

<sup>93</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 17. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB, Rio de Janeiro.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p.18.

O Comendador e Vereador Malvino da Silva Reis teve a iniciativa de unir os industriais para a defesa dos chapeleiros em uma Associação para melhor lutar por seus interesses. Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo despertar a esfera pública e o Governo Imperial para a indústria fabril.

Com o fim de assegurar o resultado das pretensões destes industriais, e ao mesmo tempo chamar atenção pública para semelhante assunto, foi a ideia de interessar em todas as industriais nesta questão, tratando-a de um modo geral no dia 02 de setembro de 1880, ele e diversos industriais fizeram uma reunião no escritório do Sr. Conselheiro Antonio Pedro da Costa Pinto.<sup>95</sup>

Nesta reunião, formularam uma circular que devia ser assinada por 21 firmas de industriais de diferentes ramos. A convocação seria para os interessados pelo desenvolvimento do “trabalho nacional” que ocorreria em 06 de setembro, no salão da Praça do Comércio, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Vários discursos, que enfocavam a instabilidade da tarifa aduaneira e a urgência de uma política que animasse a indústria fabril. O objetivo da Associação era a defesa da classe e seus interesses.<sup>96</sup> Pela primeira vez, os industriais do Brasil associaram-se, fundando, em 1880, uma organização que defendesse os seus interesses particulares.”<sup>97</sup> Iniciando suas atividades, organizando estatísticas industriais, discutindo seus problemas pela imprensa, realizando conferências com o Ministro da Fazenda.

No ano de 1880, foi nomeada uma diretoria provisória da Associação Industrial composta pelos senhores Comendador Malvino da Silva Reis, Manoel Diego Santos, José Maria Teixeira de Azevedo, Angelo Agostini e José Luiz Fernandes Braga. Na mesma reunião foi organizada uma comissão para elaboração de um projeto de Estatuto da Associação Industrial, esta composta pelos senhores Dr. Henrique Hargreaves, Henrique Leuzinger e José Alves Ferreira Chaves.

No dia seguinte, tendo lugar uma nova reunião no salão Prealle, a fim de discutir-se sobre o projeto de estatutos apresentada pelos senhores, Dr. Henrique Hargreaves, ficou resolvido, entre outros pontos, que a Associação seria composta unicamente de industriais; e, não estando nestas condições o senhor Comendador Malvino Reis, embora fosse lamentável a

---

<sup>95</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 21. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB, Rio de Janeiro.

<sup>96</sup> Apud assim como LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela Industrialização do Brasil 1808-1930*. 2. Ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975, p. 57 Jornal do Comércio do Rio de Janeiro 07 de setembro de 1880. p. 6 .

<sup>97</sup> STEIN, Stanley J. *Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.33.



perda de um tão prestimoso auxiliar, não podia ele ter parte na mesma Associação, exceto como sócio honorário.<sup>98</sup>

“Os sócios deveriam ser industriais brasileiros ou estrangeiros, ora residentes no Império, com firmas ativas e contribuintes para a manutenção da Associação Industrial”.<sup>99</sup> Tendo em vista que diferentemente da SAIN, a Associação não possuía nenhuma ligação econômica com o Império, portanto podendo questioná-lo e buscar ajuda para as suas Exposições Industriais, quando representativa para o Governo Imperial.

Outras reuniões foram realizadas com o fim de elaboração do Estatuto e a organização da estatística que foram encaminhados para o Ministro da Fazenda, com uma representação que conseguiu o apoio do ilustríssimo Senhor Senador do Império João José de Oliveira Junqueira, o qual se dizia disposto a interpelar junto ao Governo quando se discutisse o orçamento. Este foi o primeiro parlamentar a apoiar a causa da indústria fabril, neste momento embrionário da Associação Industrial.

Apressou-se em discutir pela imprensa os interesses da indústria nacional, organizando estatísticas que lhe diziam a respeito, teve conferência com o Sr. Ministro da Fazenda e, finalmente, redigido uma representação que foi incorporada apresentar ao Senado, onde tiveram ocasião de registrar os sentimentos de adesão do ilustrado Senador o Sr. João José de Oliveira Junqueira o qual se dizia disposto a interpelar o Governo quando se discutisse a lei orçamentária.<sup>100</sup>

O Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro foi aprovado pelo Decreto nº 8006 de 26 de fevereiro de 1881, a seguir foi eleita a diretoria definitiva composta por Dr. Antonio Felício dos Santos, presidente; Manoel Diego Santos, 1º vice-presidente; Francisco Antonio Maria Esberard, 2º vice-presidente; Francisco Antonio Ignácio de Oliveira Aguiar, 1º secretário; Henrique Leuzinger, 2º secretário; Francisco Marques da Costa Braga, tesoureiro; Belmiro José da Costa, adjunto; João Gomes Pereira e Antonio Gonçalves de Carvalho<sup>101</sup>.

O Estatuto expõe que haveria sócios ilimitados na AIRJ, tendo sua sede na Corte e que duraria 90 anos. Seus membros seriam industriais, os membros honorários seriam pessoas que

---

<sup>98</sup> Ver:Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 23. . Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB.

<sup>99</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.p. 15. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>100</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo “Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881”.p.29 Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>101</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882.p. 24. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

tivessem contribuído de maneira relevante para o bem da indústria, protegido ou auxiliado nos grandes congressos, parlamentos ou na imprensa. Ainda no Estatuto tinham a pretensão de criar uma biblioteca industrial, um museu para as exposições de produtos e um periódico dedicado à indústria nacional.

1º Representar a indústria Nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários se conveniente, defendendo-a e protegendo-a. 2º Fomentar a criações de idênticas associações nos centros mais populosos do Império e corresponder-se com elas. 3º Publicar com seu relatório anual uma estatística industrial. E mais quando possível criar uma biblioteca industrial, criar um museu industrial para exposição de produtos da indústria nacional, criar um periódico dedicado à indústria nacional a indiscutível utilidade da Associação.<sup>102</sup>

A Associação Industrial tinha a intenção concernente à criação de um museu permanente para as exposições de seus produtos, e para tanto endereçou sua proposta de construção para o Governo Imperial no dia 1º de dezembro de 1881. Enviada a proposta, esta foi projetada porque o referido terreno estava desocupado, podendo requerê-lo ao Governo Imperial, alegando que a ideia merece a aceitação da esfera pública e dos governos de todos os países.

Os abaixo-assinados crentes que a idéia aquisição de um palácio destinado às exposições periódicas ou permanentes da indústria manufatureira do Brasil vai, felizmente, achando o simpático acolhimento, não só da parte do Primeiro Cidadão do país, como de todos os bons patriotas e devotados ao engrandecimento deste belo torrão, vem submeter á consideração e discussão de seus colegas a seguinte: 1º Para que a Associação Industrial officia ao Clube de Engenharia dando-lhe conhecimento da presente proposta, e se solicite dessa digna e patriótica corporação o levantamento de uma planta e seus respectivos orçamentos, de um edifício próprio para as exposições periódicas ou permanentes da indústria manufatureira do Brasil. 2º Para que se solicite da Ilma Câmara Municipal da Corte, ou do Governo Imperial, logo que se precise a capacidade, que será indicada na planta que ora pede o terreno necessário a esta edificação, cujo local poderá ser na área que se está desocupando pela remoção do Matadouro para a Imperial Fazenda de Santa Cruz. 3º Logo que se reunir o Corpo Legislativo a Associação Industrial submeterá ao seu patriotismo o pedido da garantia de juro de 6% ao ano, para o capital em que for orçada a projetada edificação, isto pelo espaço de 30 anos. 4º Finalmente, a Associação tomar a seu cargo e com o maior empenho levar a afeito tão patriótico quanto útil idéia.<sup>103</sup>

A Associação Industrial do Rio de Janeiro elabora seu projeto de construção do edifício do Palácio Permanente de Exposição, apesar das dificuldades encontradas referentes

---

<sup>102</sup> Cf: O Periódico “O Industrial”. Artigo: “Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 26 de fevereiro de 1881”, p.2. Fonte Imprensa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>103</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. Projeto do Palácio Permanente de Exposições. p. 65-66. Fonte Imprensa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

ao apoio do governo e até de verbas, mas a visão é ampla para com seu projeto de desenvolvimento da indústria no Império.

Em 1881, o Estatuto da AIRJ foi elaborado e passado mais tarde por reforma pela própria Seção de Negócios do Império. Este define o objetivo central da Associação Industrial, a defesa da indústria e a representação como entidade, além de proporcionar a união do grupo, com reuniões periódicas, a organização de um museu, uma biblioteca e um periódico para a divulgação de seus atos.

Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro que tinham como objetivo despertar a atenção da esfera pública e do Governo para as necessidades das indústrias fabris no Império. A articulação por parte dos industriais era feita com a utilização da imprensa, como o meio de atingir o público trazendo informações e pressionando os dirigentes do Império. Em seu livro *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem*, Maria Inez Turazzi (1989) afirma: “os industriais interessados em reservar o mercado brasileiro para a produção nacional, defendiam rigorosamente a adoção de uma política alfandegária protecionista, que freasse a invasão maciça dos artigos produzidos no estrangeiro.”<sup>104</sup> Já no primeiro ano de existência, a Associação demonstrava que a imprensa era um meio eficaz.

Ao transmitir á nova administração os poderes de que se achava revestida, a Diretória Provisória fez uma resenha dos fatos passados no seu tempo, tornando saliente o progresso que havia grandeado, na opinião pública, nossa propaganda, inclusive no Parlamento, em cujo seio alguns membros mostravam-se convencidos da necessidade de proteger as nascentes industriais do país.<sup>105</sup>

A utilização da imprensa, que exercia a função de fazer a ligação entre a Associação e a esfera pública, era essencial para a exposição de suas ideias e princípios, os quais desejava inculcar no pensamento de seus leitores. A distribuição do periódico *O Industrial*, órgão da Associação, era um meio de se alcançar o maior número possível de pessoas.<sup>106</sup>

Os documentos aqui utilizados serão *O Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro* de 1881, publicado no seu periódico *O Industrial* e depois compilado no documento *O Trabalho Nacional e seus Adversários* de 1881. Este fazia parte da Biblioteca da

---

<sup>104</sup> TURAZZI, Maria Inez. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: Engenharia, a Indústria e a Organização do Trabalho na Virada do Século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE e Marco Zero, 1989. p. 52.

<sup>105</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 26. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>106</sup> Não há quantidade de exemplares distribuídos do *Industrial* que possa ser identificado.

Associação Industrial do Rio de Janeiro, além dos documentos *Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro* de 1882 e 1884, que narram a problemática encontrada para a estruturação da Associação e seus ideários.

Segundo Nícia Vilela Luz em seu livro *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930* (1975) o Manifesto “era essencialmente um instrumento de propaganda e não defendia nenhuma doutrina econômica; constituía um libelo contra os doutrinários, os acadêmicos que, por convicção ou por interesse, queriam condenar o Brasil a permanecer um país agrícola.”<sup>107</sup>

Por que se reunir como uma Associação? E qual o fim desta Entidade? Perguntas relevantes quando se almeja identificar as razões que levaram este grupo de homens a se congregarem. A defesa da indústria fabril e as suas necessidades.

A defesa eficaz dos direitos legítimos que poderiam ser cuidados isoladamente acresce o estudo das leis econômicas, que regem os fatos, indicando o bom caminho do progresso e apartando dele as utopias e desvios insensatos, a conciliação dos interesses confessava que evita as lutas apaixonadas e mutuamente ruinosas, substituídas pelo estímulo ao trabalho e nobre emulação do aperfeiçoamento com o contraste e utilização das descobertas científicas e habilidade na execução dos planos.<sup>108</sup>

A ideia de desenvolvimento, melhoramento e transformação presente na palavra “progresso”, traz consigo a ideia de continuidade, que os “fatos” podem ser mudados, sendo o trabalho proposto como um agente de riqueza e transformação, tanto na área econômica quanto na social. “Mais do que as permanências de uma dada economia e sociedade que se adéquam às mudanças, a ideia de civilização que se desenvolveu no século XIX intercambiou com a ideia de cultura, de cultivação do espírito, de desenvolvimento estético, moral e intelectual”<sup>109</sup>, tendo a Associação Industrial um objetivo associativo com um foco de discussões e divulgação de suas ideias, a fim de motivar e ganhar espaço junto aos industriais fabris, estes argumentam:

Outra grande vantagem intuitiva de nossa Associação será cultivo das relações pessoais entre os cidadãos constituindo uma classe detinha como operários da mesma função social. Desnecessário é encarecer a utilidade desse resultado e quanto os convém criar um centro de reunião de nossas forças.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p.67.

<sup>108</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. “Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881”. p.16. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>109</sup> AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: Um Estudo dos Conceitos de Progresso e Civilização na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906*. 2003, p. 37. Tese (Doutorado em História). Puc: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>110</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. “Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881”. p.16 Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Para os industriais, o fato de estarem isolados, um desconhecendo o outro, poderia ser a causa do Governo Imperial ignorar suas necessidades e ideias para com a economia do Império, restando apenas os impostos a serem pagos. A vantagem de associar-se era a força que poderiam exercer como classe, junto à esfera pública e o Governo Imperial.

A crítica feita pela Associação Industrial quanto ao pensamento econômico do Império, influenciado pela Escola Inglesa, era a razão da grande dificuldade do desenvolvimento da indústria fabril.

A ideia arraigada no espírito dos nossos homens políticos, educados, pela maior parte, nos princípios da escola inglesa, que tem vigorado nas nossas academias detivera o Império Brasileiro na mais completa abstinência das vantagens resultantes do exercício simultâneo das diferentes industriais dentro de uma nação.<sup>111</sup>

A consequência foi que o Brasil, como que por uma convenção científica, ficou sendo sempre uma nação agrícola. Favorável aos interesses ingleses que viam na continuidade desta situação uma porta aberta aos seus produtos. Dificulta assim o desenvolvimento e o florescimento da indústria fabril. Em defesa da indústria, a Associação Industrial se manifesta de maneira crítica quanto aos homens públicos responsáveis pela direção e crescimento do Império.

Os homens incumbidos a 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil só se tem ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intelectuais desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoais sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. Nelas consome-se a atividade nacional que devera empenhar-se na concorrência industrial com outros países criando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente.<sup>112</sup>

O entendimento por parte dos políticos era de protegerem a agricultura em detrimento a indústria fabril. Na visão da Associação, era um erro haver a dependência econômica baseada em um produto: o café; este de exportação, pois poderia a qualquer momento caracterizar um grande golpe na economia do Império se este produto caísse de valor na economia mundial. Com um modelo primário-exportador cujo caráter decorre, segundo Cardoso de Mello, do fato de que as “exportações representavam o único componente

---

<sup>111</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 8. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>112</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881. p. 18. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br> >. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

autônomo de crescimento da renda.”<sup>113</sup> A estrutura produtiva é composta, basicamente, por dois setores: o setor externo, o centro dinâmico da economia; e o setor interno, composto pelas atividades industriais, pela agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas e pelas atividades de subsistência, cuja característica era de dependência ao setor externo.

A Associação Industrial sinaliza com uma proposta o incentivo à indústria fabril, como um braço alternativo na economia que pudesse desencadear crescimento e trabalho para os desocupados do Império. A visão de progresso e de competição entre os diversos países e suas indústrias era o entendimento sugestionado em seu Manifesto. Aqui a crítica da Associação realça sua pretensão de se enquadrar no presente século XIX, como uma nação civilizada em via de se harmonizar com as demais nações. “Na segunda metade do século XIX, a ideia de progresso vai ganhando novos contornos caracterizando-se como desenvolvimento do progresso técnico, da industrialização e de todo o desenvolvimento material.”<sup>114</sup>

Ao confrontar-se com o pensamento dos homens de negócios argumenta: “Tamanho erro provém em linha reta da educação viciosa bebida de Academias pelos diretores do país, teóricos puros, sem conhecimentos positivos mais literatos do que homens de ciência.”<sup>115</sup> A formação acadêmica da elite do Império, ora mais ligados à literatura do que à ciência era identificada como um obstáculo para o entendimento da necessidade de se aventurar no apoio à indústria fabril no Império.<sup>116</sup>

A Associação teve no Congresso um *lobby* para se conseguir alcançar algum incremento de ações que pudessem sinalizar algum espaço para a indústria fabril.<sup>117</sup> O deputado e senador doutor Antonio Felício dos Santos, primeiro presidente da Associação Industrial e o primeiro líder no Congresso a favor da Indústria fabril, natural da Província Minas Geral, da cidade de Diamantina, nasceu em 1843 e faleceu em 06 de setembro de 1931. Filho do major Antonio Felício dos Santos e dona Marianna Fernandes dos Santos, tradicional família mineira. cursou Humanidades no Seminário de Mariana. Em 1865, venceu pleito

---

<sup>113</sup> MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 10. ed. São Paulo: Unicamp. IE, 1998. p. 31-32.

<sup>114</sup> AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: Um Estudo dos Conceitos de Progresso e Civilização na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906*. 2003, p.44, Tese (Doutorado em História). PUC Rio de Janeiro, 2003 p.44.

<sup>115</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881. p. 20. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>116</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 51.

<sup>117</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.99.

eleitoral e presidiu a Câmara Municipal de Diamantina até 1867, quando foi eleito deputado geral, ardoroso Republicano, nas legislaturas de 1868, 1870 e 1885. Fez o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em 1863; exerceu a clínica, a principio na cidade de Diamantina, e depois na Corte, instituindo uma casa de Saúde que mais tarde passou a outro. Representou sua província na Câmara. Em 1874, fundou a fábrica de produto farmacêutico do RJ, tendo fundado a de tecidos de Berybery em Diamantina. Em 1884 fundou a Fábrica de tecidos Pau Grande, conhecido comércio fabril. Conselheiro de Estado, em 1891, estabeleceu em Mendes a fábrica de papel Itacolony. Presidiu o BB. Jornalista, fundou a união diário católico.

O senador João Agnácio Silveira da Motta, filho de Joaquim Ignácio Silveira da Motta e dona Anna Luiza da Gama e irmão do Barão de Villa Franca foi conselheiro, nascido em 15 de fevereiro de 1807 de Goiás e morto em 16 de outubro de 1893 no Rio de Janeiro. Formado pela Universidade Coimbra, no curso de Direito, professor e advogado de 1834 até 1892. Foi deputado provincial em 1842 e em 1849 pela província de SP que o mandou para Câmara dos Deputados, sendo reeleito em 1853. Foi Senador nesse ano, em oposição às medidas financeiras. Advogado, Senador do Império pela província de Goiás, desde março de 1855, foi oficial da Ordem da Rosa e do Conselho de sua Majestade Imperial.<sup>118</sup>

Senador João José de Oliveira Junqueira, filho do Conselheiro de igual nome e de dona Thereza Leonor Carneiro Junqueira, nasceu na cidade da Bahia em 20 de fevereiro de 1831 e na mesma cidade faleceu em 09 de novembro de 1887. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, foi senador do Império, fidalgo cavalheiro da casa Imperial, do Conselho do Imperador, oficial da Ordem da Rosa, cavaleiro da ordem de S. Gregório Magno e Grã-Cruz da ordem portuguesa da Villa Viçosa e da ordem da Coroa de juiz de direito. Foi deputado provincial em duas legislaturas e geral em quatro desde 1857; presidiu as ex-províncias do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco e foi Ministro de Guerra nos gabinetes de 07 de Março 1871 e de 20 de agosto de 1885. Orador discreto e substancioso desde a assembleia provincial foi membro da comissão especial que formulou o parecer e projeto de lei de libertação do ventre livre escravo censurando o gabinete por não por ser a frente da ideia.<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> Ver: Galeria dos Brasileiros Ilustres. Volume II, p.297-299. Disponível em < [http://pt.wikisour.org/widi/galeria\\_dos\\_brasileiros\\_ilustres](http://pt.wikisour.org/widi/galeria_dos_brasileiros_ilustres)> Acesso em:10 de maio de 2010.

<sup>119</sup> Dicionário Bibliográfico Brasileiro Blake, Volume 3 e 6. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional 1900. p.464. Disponível em < <http://www.archiveorg/delals/diccionariobiblioblakgog>>. Acesso em: 10 de set. 2010.

O Vereador e Comendador Malvino da Silva Reis,<sup>120</sup> negociante da Praça do Rio de Janeiro, foi coronel comandante do primeiro corpo da Cavalaria da Guarda Nacional, Comendador da ordem da Rosa, Comendador da Ordem de Cristo de Portugal e da Ordem S. Gregório magno de Roma, membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro e o idealizador da Associação Industrial.

Estes juntos puderam levantar uma frente de mobilização, para se alcançar o espaço necessário para a indústria fabril no Império na década de 1880.

A Associação Industrial foi a primeira leva de industrialistas que formaram o pensamento industrial no Império, semeando a gênese do processo de organização da indústria, sendo os intelectuais que puderam formar o seu ideário e a sustentar-se na luta contra os adversários, a própria elite, os importadores de chapéus e o pensamento da escola inglesa no Império, tão determinante quanto a política econômica que imperava no período da década de 1880 no Brasil Imperial.

Em sua dissertação de Mestrado na Unicamp sobre o industrialista *Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira* (2001), a autora Suzana Cristina Fernandes, confirmou que o primeiro grupo de líderes industrialistas se formou ainda na década de 1880, com a Associação Industrial do Rio de Janeiro, sob a liderança do Dr. Antonio Felício dos Santos, estes comprometidos com o pensamento industrial no Império. A segunda geração de industrialistas se configurou na década de 1890 em diante com inúmeros personagens como: Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa, Alcindo Guanabara, Jorge Street, entre outros, influenciados pelos industrialistas na década de 1880, com suas reivindicações junto ao Governo Imperial.<sup>121</sup> Para os industrialistas da Associação, o trabalho na indústria traria inúmeras vantagens para o Império.

Podem-se assegurar senhores, que até bem pouco tempo, ou mesmo, até o presente, a indústria, esse poder imenso que moralista os povos, lhes dá bem estar e paz, promovendo, ao mesmo tempo, à riqueza e a força das nações.<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> Dicionário Bibliográfico Brasileiro Blake, Volume 6. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional 1900. p. 41. Disponível em <<http://www.archiveorg/delals/diccionariobibliooblakgog>>. Acesso em: 10 de set.2010.

<sup>121</sup> FERNANDES, Suzana Cristina. *Amaro Cavalcanti e a Luta pela Industrialização Brasileira*. 2001, p.47, Dissertação (Mestrado em História Econômica) Instituto de Economia, Unicamp, Campinas São Paulo.

<sup>122</sup>Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p.8. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.



O pensamento de civilização e de progresso, já muito divulgada no século XIX, criará as condições fundamentais para o desenvolvimento da produção e da ordem no trabalho na fábrica. O conceito de civilização estrutura-se também em longa duração; emergindo da vida na Corte do Antigo Regime, teria aparecido em 1776. “A evolução do verbo *civiliser* para o conceito de *civisation*, significando suavização de maneiras, urbanidade, polidez e a difusão do conhecimento”<sup>123</sup> associado ao progresso, que se remete à Revolução Filosófico-Científica do século XVII e “seus atributos principais são a razão, como um instrumento de ação sobre o universo e o caminho para o conhecimento, uma tese de um universo em contínua expansão”.<sup>124</sup> A vantagem levantada pela Associação Industrial revela sua intenção e sinaliza sua visão de estarem entre as nações civilizadas e sempre concorrentes entre si, para o progresso da sociedade e das nações.

A primeira articulação política para a organização da Exposição da Indústria Nacional de 1881 no Rio de Janeiro foi o início da estruturação da entidade, tendo em vista que necessitariam se organizar em seções de acordo com os objetos apresentados, requerer do Governo Imperial verbas, transporte dos produtos até a Corte, formação de júri para avaliação e premiação, prédio para a exposição, iluminação e demais necessidades. A Exposição da Indústria Nacional de 1881 foi preparatória para a Exposição Continental Buenos Ayres em 1882. A Associação Industrial do Rio de Janeiro recebeu um Convite do Clube Industrial de Buenos Ayres para participar deste encontro, motivando assim esta primeira Exposição da Indústria Nacional dirigida e organizada pela Associação Industrial. Ainda, faria uma Exposição da Indústria Nacional de 1888 preparatória para a Exposição Universal de Paris em 1889, até onde se sabe o último grande evento realizado por esta Associação será contemplada na parte final desta dissertação.

Em seu *Relatório da Assembléia Geral da Associação do Rio de Janeiro em 1882*, expõe seu entendimento quanto às razões para a apatia da indústria fabril no Império, trazendo uma breve explanação de suas convicções, quanto a este assunto.

A puberdade do solo brasileiro, a abundância de suas colheitas, a grande exportação de exportação de metais e pedras preciosas, a facilidades de ter braços baratos, essas máquinas que cediam ao menor impulso dos feitores conservaram este país na apatia industrial, de que ainda hoje se ressentem. É certo que os homens do interior, até uma época não remota, usufruíam lucros estupendos, com que alcançou fazer grandes fortunas, tornando-se eles,

---

<sup>123</sup> ELIAS, Nobert. *O Progresso Civilizador: uma história dos Costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 23.

<sup>124</sup> LESSA, Mônica Leite, Fonseca e Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a Monarquia e a República: Imprensa, Pensamento Político e Historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 222.

como consequência imediata da posição que haviam adquirido verdadeira influência políticas, chamando para sua indústria todas as vistas e atenções dos aspirantes aos altos postos públicos. Por aqui é fácil compreender como as outras indústrias foram esquecidas, e como os industriais passaram a ser considerados os párias da atividade nacional.<sup>125</sup>

A Associação Industrial, em sua narrativa, expõe o que assimila da situação econômica e política de um Império submisso a um só produto, o café, de uma “classe social” afortunada pela exploração da mão de obra escrava e da exportação do café, produto que gerou uma riqueza substancial para os cafeicultores, senhores de terras e escravos. Para os industriais o café cairia em um abismo. “A questão era de tempo: a escassez de braços, a concorrência com os outros países e a depreciação do seu valor, são os fatores desta obra de destruição.”<sup>126</sup> A posição política da Associação quanto à necessidade de assegurar a indústria fabril algum espaço no cenário econômico, trazendo à tona a realidade do desenvolvimento da indústria fabril neste início de década.

Um dos fins da Associação Industrial era trazer à discussão a posição do Império do Brasil em relação à indústria fabril, e o seu papel como uma atividade econômica, útil ao crescimento financeiro do Império que, para tanto, reivindicava uma proteção para suas indústrias, como as demais nações civilizadas já faziam:

Eis um dos fins da nossa Associação. Nos países novos, não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados começaram assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerram em seu seio. A moralização das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta política.<sup>127</sup>

A Associação desenvolve uma noção de proteção a indústria muito semelhante a dos Estados Unidos da América, que promoverá através de seu próprio Governo uma intenção de proteger suas indústrias dos concorrentes estrangeiros, facilitando assim o florescimento de sua indústria nacional. Para os industriais do Império seria necessário bloquear ou mesmo taxar nos portos os produtos concorrentes aos nossos, garantindo assim a sobrevivência da indústria fabril. A Associação expõe o que idealiza como entidade quanto ao caminho a seguir

---

<sup>125</sup> Cf.: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882.p. 9. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>126</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p.10. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>127</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881. p. 22. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

neste processo de luta pela indústria fabril, identifica que os Estados Unidos da América seria o modelo, como uma nação protecionista, pois assim seria garantido o desenvolvimento da indústria fabril.

Enquanto que as outras nações vão à via de progresso com o desenvolvimento do trabalho de seus povos, mais ou menos protegidos por seus Governos a nossa indústria têm sido amesquinhas em todas as suas tentativas e em todos os sentidos porque ela tem pretendido manipular-se; e não são poucos, cumpre aqui consignar, os mártires desta cruzada na qual o soldado vai ao campo de batalha quase certo de perder a vida.<sup>128</sup>

A luta da Associação Industrial se fazia através do uso da imprensa, com o seu órgão *O Industrial*, meio de propaganda distribuído a população em diversos lugares como botequins, cafés e praças, a fim de trazer à esfera pública o conhecimento quanto à indústria fabril no Império e o seu adiantamento. Em razão disto, os artigos na imprensa não cessavam, pois era a estratégia utilizada para se alcançar alguma visibilidade como grupo, além do movimento no Congresso.

Era necessário unir-se para que lutassem contra a redução dos direitos alfandegários conquistados com a tarifa de 1879, segundo seus opositores, os importadores de chapéus argumentavam: “Um regime protetor só serviria a meia dúzia de fabricantes, em prejuízo da grande massa de consumidores.”<sup>129</sup> Os industriais continuavam a luta através de artigos e nos bastidores da política, na tentativa de mostrar o quanto a indústria fabril iria trazer progresso, riqueza, melhorias em geral, para a massa de trabalhadores necessitados de emprego e de uma situação melhor de vida.

Para Ângela Maria de Castro Gomes em seu livro *Burguesia e Trabalho. Política e legislação Social no Brasil* (1979):

O desenvolvimento industrial como o parasitário na sociedade brasileira, pois vivendo às custas de tarifas alfandegárias. É como o Estado realizasse uma “doação” das condições de sobrevivência da indústria a qual estaria afastada da luta e conquista destas condições, sendo uma beneficiária passiva.<sup>130</sup>

---

<sup>128</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p.13. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>129</sup> Cf: O periódico: O Industrial em 18 de Junho de 1881. Artigo ‘A Tarifa das Alfândegas.’ Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>130</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 48.

Quanto a esta posição observa-se que Maria Antonieta P. Leopoldi (2000) defende que houve uma articulação política para se alcançar alguns benefícios para a Associação Industrial. Para conseguir tais adiantamentos era preciso ter representantes no Congresso que pudessem pelear pela causa industrialista, com uma visão um tanto divergente.

Projetado na cena pública como porta voz dos industrialistas, Antonio Felício dos Santos elegeu-se parlamentar e passou a usar o Congresso como tribuna para a defesa do protecionismo á indústria. Aos poucos um grupo de industrialistas foi se agregando a ele no Congresso.<sup>131</sup>

A questão realçada de que o regime protetor só serviria a um pequeno grupo e este se aproveitaria das benesses das tarifas alfandegárias, não caracterizaria um transtorno ao Império, tendo em vista que em muitos países os poderes públicos já sinalizam a necessidade e urgência do desenvolvimento da indústria fabril para o próprio bem estar da população.

Nos países novos não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes públicos. Todos os governos civilizados começam assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial. A moralização das classes pobres pelo trabalho e, quando mais não seja uma questão política.<sup>132</sup>

Em diversos artigos publicados acerca do entendimento da Associação Industrial ser protecionista para o bem da indústria nacional, fica claro que de acordo com os próprios exemplos de países desenvolvidos, a Associação em seus argumentos invoca a lógica da ação e a necessidade de se seguir os bons exemplos e vingar como nação civilizada e próspera.

Tudo isto, porém, eram suficientes, para alcançar se uma verdadeira independência, e os americanos homens experientes, filhos de ingleses, abandonaram os meios paliativos e, em 1870, formaram a sua verdadeira tarifa, aquela que promoveu a felicidade desse grande povo. O ilustre redator sabe que ali os direitos de entrada foram calculados de 50 a 96 por cento.<sup>133</sup>

O sentimento patriótico americano era a garantia do desenvolvimento da nação e o bem estar do povo, além, é claro, crescimento industrial e maior lucro para os industriais. Com o quase fechamento de seu mercado interno, os Estados Unidos da América começaram

---

<sup>131</sup> LEPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.100.

<sup>132</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. p. 22. Disponível em <:http://memoria.nemesis.org.br>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>133</sup>Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. p.58. Disponível em: <http://memoria.nemesis.org.br>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

a ser livres-cambistas entre seus estados, gerando concorrência e assim estimulando seu próprio crescimento.

O entendimento da Associação e sua proposta não eram tão radicais como nossa irmã americana. Tinham o objetivo de proteção mais harmonizada com as necessidades de cada produto e com o desenvolvimento da indústria. “Julgamos que nos países novos devem ser fomentadas as indústrias que ali podem prosperar, e para isso é necessário acariciá-las e protegê-las até que por seu desenvolvimento possam sustentar a luta com a indústria dos países velhos.”<sup>134</sup>

O que acontecia no Brasil era a luta entre o protecionismo e o livre-cambismo. O governo, pressionado pelos países desenvolvidos e mais por pressão dos grandes fazendeiros e dos comerciantes importadores. Os industriais pressionavam através de Exposições e com seus argumentos através da imprensa, para esfera pública e de seus líderes no Congresso a proteção da indústria. “As economias periféricas enquanto exportadores de produtos primários, não dispõem, assim de comando sobre seu próprio crescimento, que ao contrário depende em últimas instâncias do vigor da demanda cêntrica.”<sup>135</sup>

A dependência do Império em relação às economias cêntricas resultou em um atraso no descolamento da economia agro-exportadora, para a tentativa de uma gênese na economia industrial, pois os europeus pressionavam o Governo para a continuidade da situação.

A questão do Governo era o fisco e o controle das contas, e a dos industriais era se fazer ouvir, seus argumentos e suas metas para o desenvolvimento industrial sustentável. Os industriais chamavam a atenção da vulnerabilidade de uma economia assentada sobre um único artigo, o café. Sobre esta argumentação foi usada a crise que a agricultura passava no período, no início da década de 1880, além da diminuição da safra de açúcar e do algodão, e da oscilação do câmbio.

Outro fator para o despertar dos dirigentes para com a necessidade de amparar o trabalho industrial foi o desenvolvimento da imigração e o aumento progressivo das cidades, pois a população não tinha trabalho fixo, os homens vendiam hortaliças, frutas e peixes. As mulheres se prostituíam, o furto era comum e até viviam de esmolas. A população sem emprego e com a crise na lavoura; tudo isso contribuiu para o despertar dos dirigentes.

---

<sup>134</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1884.p.25. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>135</sup> MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p.15.

O problema ecoava na Câmara dos Deputados, onde o Duque Estrada Teixeira atribuía à indústria e à instabilidade das tarifas aduaneiras, não incentivando o trabalho nacional e condenando as populações urbanas “ao parasitismo e a miséria com prejuízo da riqueza nacional e da ordem pública.”<sup>136</sup>

O comércio importador que agirá nos bastidores do Executivo e tinha seus interesses quanto a mudanças das tarifas; como foi o fato de 1874 e de 1881, quando conseguiram mudar a mesma. A alegação era que os consumidores estavam sendo explorados pelos industriais e que as indústrias fictícias prejudicariam o Império.

Segundo Ângela Maria de Castro Gomes em seu livro *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937* (1979), “A política tarifária governamental proporcionaria um estímulo virtual à indústria, pois seu objetivo principal estaria não diretamente no desenvolvimento deste setor da produção, mas no desestímulo às importações.”<sup>137</sup>

Para Leopoldi, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, Política Econômica e o Estado* (2000):

por vezes uma tarifa tinha intenções protecionista em outras ocasiões; as taxas eram estabelecidas com vistas a obter rendas para o governo. No entanto, por de trás de cada tarifa ou de cada revisão tarifária parcial, havia sempre um grupo de industriais tentando sobreviver com o apoio de barreira alfandegária, a despeito do ataque dos livres-cambistas.<sup>138</sup>

Esta luta por tarifas alfandegárias que pudessem proporcionar melhores condições de sobrevivência à indústria era realizada pelo *lobby* dos industriais no Congresso. A articulação política era percebida por causa das vantagens das revisões parciais, conseguidas no processo da década de 1880. As revisões parciais não trouxeram grande polêmica como as tarifas de 1879 e 1881. Estas trouxeram benefícios graduais aos industriais que possuíam fábricas de produtos têxteis. Em 1886, o governo isentou as máquinas compradas para as instalações de novas indústrias do pagamento de importação. Ainda, as revisões de 1886 e 1887, resultaram num certo protecionismo à matéria-prima nacional.

---

<sup>136</sup> Apud assim como LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela Industrialização do Brasil 1808-1930*. 2. Ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975., p. 61. *Anaes do Parlamento Brasileiro*. Segundo Ano da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. p. 206.

<sup>137</sup>GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.62.

<sup>138</sup>LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p.94.

A elevação dos índices referentes às matérias-primas no país, representou uma vitória do *lobby* dos industriais sobre o governo. As indústrias de tecidos de algodão e de juta foram também protegidas contra as concorrências do tecido importado através da elevação dos direitos alfandegários.<sup>139</sup>

Com toda a articulação no Congresso, ainda a Associação Industrial perdeu com a mudança e a tarifa alfandegária de 1881 e sua reforma, porém conseguiu se manter viva e sensibilizar os dirigentes do Império e a esfera pública quanto à necessidade de atender as carências da população de emprego e de amparo para o trabalho industrial fabril, forma mais adequada para o crescimento em meio à crise na agricultura, pela qual o Império passava. Apesar dos comerciantes importadores terem conseguido a modificação da tarifa alfandegária, claro é que houve apoio interno que viabilizou a sustentação para tal fato. Crescia ao mesmo tempo um sentimento nacionalista causado pelo grande fluxo de imigrantes e pela crise do café e do desemprego. “Acusava-se o comércio estrangeiro de explorar o consumidor nacional e de trazer à ruína o comerciante brasileiro.”<sup>140</sup>

Outro grupo estrangeiro era visto de forma particular: os bancos estrangeiros. Isto se deu pelo fato da especulação ocorrida entre 1870-1875.

sendo as operações de câmbio o negócio exclusivo, ou quase, desses ingleses, os avultados capitais com que jogam as sucursais que possuem nos principais centros comerciais do Império, e as casa matrizes que tem na Inglaterra, podendo dar-lhes até certo ponto monopólio desse ramo, habilitando-os para determinar a baixa do câmbio, sempre que seja de seu interesse.<sup>141</sup>

A Associação Industrial entendia que os comerciantes importadores e até mesmo os fazendeiros, como parasitas no Império, não produziam para o bem estar e crescimento de toda a população. No documento intitulado *O Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro*, argumenta-se que a união dos industriais iria trazer benefícios à população e possibilidade de mudança na área econômica.

O resultado positivo das associações desta espécie não é simplesmente a soma dos esforços individuais, mas, a multiplicação de reações coletivas proveniente da discussão e escolha dos meios de progresso, do conhecimento das necessidades e deficiências de cada um, auxiliado pela energia de todos.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup>LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p.100.

<sup>140</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930*, 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p.64

<sup>141</sup> DORIVAL, Teixeira Vieira. *A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*. São Paulo. 1947. p. 9.

<sup>142</sup>Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. p. 16. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

O Manifesto não continha uma doutrina econômica com soluções simples, mas se configurava como um instrumento de propaganda e denúncia quanto a questões econômicas no Império, trazendo questionamentos quanto à realidade social e política. O que almejavam era expor suas pretensões e divulgar suas argumentações quanto a possíveis modificações na política econômica. O conflito existente no seio econômico e a realidade da posição do governo quanto aos industriais. Era um ataque ao liberalismo e a política do Governo Imperial.

As argumentações para a necessidade da indústria fabril eram as seguintes: pela industrialização o Império não só obteria a independência econômica, mas resolveria alguns dos seus problemas, pois traria para o Império braços e capital estrangeiro, ocuparia uma população urbana desocupada, que poderia suscitar uma questão social, e livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora, abasteceria o mercado interno e diminuiria a importação aliviando a balança comercial.

No artigo *O nosso Sistema Aduaneiro* é enfatizada a necessidade de se idealizarem leis que sejam boas para os cofres públicos, mas que sejam boas também para os trabalhadores industriais e comerciantes nacionais.

Organizados assim constantemente remendado por empregados do fisco que geralmente só tem em mero argumento da renda para lhe caiba a máxima cota da arrecadação, o nosso sistema aduaneiro tem sido e continua a ser um verdadeiro caos, um conjunto de medidas tumultuadas que tem até hoje tolido o progresso do país e pode cavar-nos a ruína se lhe não aplicarem quanto antes alguma reforma salutar. ”<sup>143</sup>

Este artigo exemplifica o que a entidade defende: o espaço dos industriais no cenário econômico e político do Império, que para estes significava proteção para as indústrias existentes e amparo e incentivo para o florescimento das possíveis indústrias que viriam a existir, com a ênfase no progresso como alvo a ser seguido. <sup>144</sup>

Esta Associação Industrial teve a principio na sua formação a composição de 21 firmas que fariam parte desde sua fundação em 1880. Em 1881, a entidade passou por uma crise econômica por causa de seus poucos sócios, devido as suas despesas tanto para sua manutenção, quanto para a Exposição da Indústria Nacional de 1881. A entidade sobrevivia à

---

<sup>143</sup>Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. p. 144. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>144</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882,p.33-34. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.



custa de anuidades, donativos e joias e, por último, com a Exposição da Indústria Nacional as verbas alcançadas com o *lobby* no Congresso. Segue a receita da Associação Industrial do Rio de Janeiro em 1882 (Tabela 1).

Tabela 1. Receita do ano de 1882.

Juros e mensalidades dos sócios...	5:692\$840
Auxílio do Ministério da Agricultura á Exposição...	20:000\$000
Produto das Entradas dos visitantes na Exposição...	32:607\$000
Dito da venda de diversos gêneros, etc..	655\$770
Importancia com que o Ministério da Agricultura concorre para a Seção Brasileira em Buenos Ayres	120:000\$000
	178:955\$610
Transporte...	178:855\$610

Tabela 1. Despesa do ano de 1882.

Despesa	
Impressão de <i>O Industrial</i>	895\$620
Aluguel da casa, honorários do cobrador, gás, etc.	713\$953
Móveis e utensílios	238\$500
Entregue ao Tesoureiro da Seção Brasileira	120:000\$000
Adiantamento feito a mesma Seção	1:764\$470
Importância das despesas feitas com a Exposição	47:587\$140
Patrimônio da família do Conselheiro M. Buarque de Macedo	655\$000
Dito do Visconde do Rio Branco	303\$500      172:158\$183
Saldo em poder do Tesoureiro	6:797\$427

Fonte: Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p.33-34. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

Com um recurso financeiro insuficiente para a manutenção da entidade, já que em seu Estatuto indicava a necessidade de museus, biblioteca, seção de estatísticas, além do aluguel

da sede, do pagamento de um funcionário que ali ficava à disposição, do periódico *O Industrial*, despesas fixas que acarretariam a necessidade de adquirir uma quantidade maior de sócios para a sobrevivência da Associação (Tabela 1). Mudanças constantes de sede identifica as dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação Industrial os endereços utilizados ao longo de sua criação foram: rua do Ouvidor nº36, rua do Ouveiros nº 9 sobrado, rua Sete de Setembro nº 28 e rua do Hospício nº64. Quanto a manutenção da biblioteca da Associação se encontrava em dificuldade pela necessidade de aquisição de livros cada vez mais atualizados mediante as inovações da ciência e das descobertas. “Foi, pois, por esta razão, impossível satisfazer esta inspiração dos nossos estatutos, entretanto que é ela da maior necessidade, e que, de certo encontrará na vossa solicitude o meio mais conveniente de prover.”<sup>145</sup> Devido as necessidades da Associação foi aberta oportunidade para agricultores e comerciantes entrarem como sócios.

Para enfrentar as indispensáveis despesas da Associação, com o seu expediente e publicação de sua revista, sendo, por isso, acertado que vos esforceis por adquirir maior número possível de sócios, parecendo-nos que um dos meios, de que poderdes lançar mão com proveito, será convidar os agricultores a fazerem parte da Associação.”<sup>146</sup>

Com o objetivo de sobreviver no Império, submetido em um contexto agroexportador, fazia-se necessário apelar para os agricultores e até mesmo aos pequenos comerciantes nacionais para fazerem parte da Associação. A mudança ocorrerá no Estatuto em 21 de maio de 1881, publicado no periódico *O Industrial*, órgão da Associação Industrial do Rio de Janeiro. A manutenção da entidade dependia das anuidades, e com as poucas firmas associadas se tornará impossível à continuidade de seu projeto, o desenvolvimento da indústria fabril no Império. A abertura para estes novos sócios reafirma sua determinação quanto aos seus ideais e sua luta para conscientizar a esfera pública e o Governo Imperial das necessidades da indústria fabril. Porém, observa-se que a quantidade de sócios agricultores não foi representativa e de pequenos comerciantes foi expressiva. Segue o extrato do Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro dia 21 de maio de 1881.

Artigo 1º A Associação Industrial será constituída com número ilimitado de associados, terá a sua sede nesta Corte e durará por 90 anos. Artigo 2º Só será parte desta Associação: 1º Os nacionais ou estrangeiros que exerçam qualquer indústria produtora no país e dela paguem ao

---

<sup>145</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p.47. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>146</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p.35. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

Estado.2º As firmas sociais que exercem qualquer indústria nas condições do 1º, representadas por um dos sócios ou gerente, legalmente autorizados a administrar a sociedade. 3º As sociedades anônimas industriais nas condições do inciso 1º, representada cada uma por um dos seus diretores ou gerente. Artigo 5º Os Associados podem ser: 1º Honorários 2º Remidos 3º Contribuintes 4º Correspondentes Artigo7º Podem ser honorário 1º Os nacionais ou estrangeiros que por suas notáveis descobertas tiveram dado impulso á indústria nacional 2º Os que a tiverem protegido e auxiliado nos grandes congressos, parlamentos, meeting ou na imprensa.3º Os que por seus esforços ou donativos concorrerem para o desenvolvimento desta Associação.Artigo 8º Só serão admitidos associados honorários por proposta da diretoria ou do Conselho, aprovada em assembleia geral.Artigo 9º Os associados honorários não votam nem podem ser votados, salvo se além de honorário forem remidos.Artigo 10º Serão associados remidos os que, de conformidade com estes estatutos, pagarem por uma só vez 3000\$000.Artigo11º Serão associados contribuintes os que, de conformidade com estes estatutos, pagarem de joia 30\$000 e anualmente 24\$000 por semestre civis adiantados.Artigo 12º Serão associados correspondentes os que perderem a qualidade de sócio por não exercerem mais a indústria e neste caso ficam equiparados em regalias aos sócios honorários a juízo do Conselho.Artigo 13º Todos os associados são obrigados a aceitar os cargos para que tiverem sido eleitos, salvo motivo justificado.Artigo 14º Todos os associados de qualquer categoria poderão assistir às sessões do Conselho, discutir os assuntos de que se tratar, tendo somente o direito de voto aqueles que forem membros do mesmo Conselho.”<sup>147</sup>

A partir da reformulação do Estatuto, observa-se a ênfase na questão econômica por conta da crise financeira que passará a entidade. O grande aumento de sócios que se verá a seguir demonstra a necessidade e o empenho da diretoria em garantir a continuidade da Associação.

Há um aumento na quantidade de sócios de 21 firmas para 181 em 1882. E em 1884 há uma significativa redução do número de sócios; caiu para 146. Nota-se assim a contínua dificuldade de permanência dos sócios (ver anexo A). Contudo, a Associação Industrial continua até 1888 com a Exposição Preparatória para a Exposição Universal de Paris, de 1889, mais uma vez a Associação garante sua participação em um evento internacional.

A luta dos industriais fabris continuava, apesar de todas as dificuldades de sobrevivência. A primeira entidade que em seu discurso e seu projeto defendia a indústria fabril na década de 1880 no Império. Teve que se adequar para a sua própria continuidade, como entidade representativa dos industriais em um contexto de pressões econômicas em sua época.

No entanto, sua diretoria era composta de empreendedores industriais fabris, majoritariamente, e de pequenos comerciantes nacionais ligados à tipografia, construção naval e mecânica. Tendo esta composição, entende-se a utilização da imprensa para fins de sua divulgação. Na diretoria há médicos, jornalistas, engenheiros e comerciantes, que exerciam profissões diversas e também injetavam recursos próprios em suas indústrias e lutavam pela gênese do processo de organização da indústria no Império. Intelectuais que para o período

---

<sup>147</sup> Ver: O periódico o Industrial. Rio de Janeiro de 21 de maio de 1881. Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

em que a economia agroexportadora era o sustentáculo do Império. Seguem as Diretorias encontradas no Almanak Laemmert Administrativo Mercantil e Industrial de 1880-1888, em uma pequena biografia, levando em consideração que estes agentes são os pioneiros nesta empreitada de gênese da luta no processo de organização da indústria fabril no Império.

Quadro 1 – Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1880-1881.

<b>Função na Diretoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Breve biografia</b>
Presidente	Antonio Felício dos Santos	<p>Natural da Província Minas Gerais, da cidade de Diamantina, nasceu em 1843 e faleceu em 06 de setembro de 1931. Filho do Major Antonio Felício dos Santos e dona Marianna Fernandes dos Santos, tradicional família mineira. Coursou Humanidades no Seminário de Mariana. Em 1865 venceu pleito eleitoral, presidiu a Câmara Municipal de Diamantina até 1867. Quando foi eleito Deputado Geral, ardoroso Republicano. Legislatura de 1868, 1870 e 1885. Fez o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em 1863; exerceu a clínica, a principio na cidade de Diamantina, e depois na Corte, instituindo, uma casa de Saúde que mais tarde passou a outro, representou sua província na Câmara. Em 1874 fabrica de produto farmacêutico do RJ, tendo fundado a de tecidos de Berybery em Diamantina. Em 1884, fundou a Fabrica tecidos Pau Grande, conhecida comercio fabril. Conselheiro de Estado. Em 1891 estabeleceu em Mendes, a fábrica de papel Itacolony. Presidiu o BB. Jornalista fundou união diário católico.</p>

1º vice-presidente	Manoel Diego Santos	Dono de fábrica de móveis.
2º vice-presidente	Francisco Antonio Maria Esberard	Francês, Dono de fábrica de Louça
1º secretário	José Maria Teixeira da Azevedo	Comendador, dono de vários prédios na praia de São Cristovão, dono de fábrica de tecidos.
2º secretário	Henrique Leuzinger	Dono de tipografia
Adjuntos	João Gomes Pereira Antonio Gonçalves de Carvalho	João Gomes Pereira, dono da fábrica de Chapéus de sol Antonio Gonçalves de Carvalho. Nasceu em 31/08/1844, faleceu em 1897, português da Ordem 3ª Nossa Senhora de Monte do Carmo, Comendador, acionista do Banco Comercial do Rio Janeiro e do Banco da República Brasil, casado, sem filhos distribuiu sua herança a afilhados, bacharel em Ciências Sociais e jurídicas pela Faculdade de São Paulo, do entrou na Magistratura sendo juiz em Carabá. Conselheiro da Ordem da Rosa. Estrada de Ferro Mato Grosso e Bolívia. Dono da fábrica de calçado.
Tesoureiro	José Alves Ferreira Chaves Francisco Marques da Costa Braga	José Alves Ferreira Chaves. Faleceu em 05 de Junho de 1891, solteiro, Português, deixou caixa e móveis como herança a afilhados e a Santa Casa de Misericórdia. Francisco Marques da Costa Braga, dono de fábrica de chapéus. Casado com Adelaide Tasso Maciel Braga, em 28 de dezembro de 1922 faleceu.

## Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882-1885

<b>Função na Diretoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Breve biografia</b>
Presidente	Henrique Eduardo Hargreaves	Nasceu da Grã-Bratenna, é brasileiro naturalizado, Engenheiro Civil, sócio do Instituto Politécnico Brasileiro e da SAIN. Fez parte Hargreaves

		Irmãos, estabelecimento no Rio de Janeiro de máquinas para indústria, lavoura e marinha, comerciante britânico importador de tecidos de algodão.
1º vice-presidente	Carlos Moreaux	Construção Naval
2º vice-presidente	José da Silva Sertori	Dono de fábrica de luvas
1º secretário	Alberto J.P. Hargreaves	Dono de fábrica de tecidos
2º secretário	Joaquim Rodrigues Moura	Filho de Joaquim Rodrigues Moura e dona Henriqueta de Moraes Moura, com 37 anos, nascido no dia 08 de agosto em 1860, na freguesia nossa Senhora Bambino Glória, morador na rua bambina nº 24, dono de uma fábrica de calçados.
Tesoureiro	Henrique Ulique Delforge	Dono fundição e mecânica.
Adjuntos	J. L. Fernandes Braga Alfredo Michel	Alfredo Michel, dono de uma fábrica de velas.

Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1885.

<b>Função institucional</b>	<b>Nome</b>	<b>Breve biografia</b>
Secretário	Alfredo Michel	Alfredo Michel, dono de uma fábrica de velas.

Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1886.

Presidente	Dias da Silva Junior	
Secretário	Henrique Lombaerts	Comerciante, negociante, francês, casa do com Constance Emberger, dono de tipografia.

Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1887

Presidente	Alfredo Michel	Dono fábrica de velas
Secretário	Henrique Lombaerts	já citado
Tesoureiro	Henrique Ulique Delforge	Dono fundição e mecânica.

Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1888.

Presidente	Dr. José Américo dos Santos	Já citado
1º vice-presidente	M.F. Dias da Silva Junior	
2º vice-presidente	Alfredo Michel	Dono fábrica de velas
1º secretário	Henrique Lombaerts	Já citado
2º secretário	M. J. Dias da Silva	

Tesoureiro	Henrique Ulique Delforge	Dono fundição e mecânica.
------------	--------------------------	---------------------------

Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1889.

Presidente	Dr. José Américo dos Santos	Já citado
secretário	Henrique Lombaerts	Comerciante, negociante, francês, casado com Constance Emberger, dono de tipografia.

Fonte:<sup>148</sup> Almanak Laemmert Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Coleção Micro filmada 1844- 1915. Fonte micro filmada: Seção de Obras Raras: Microf positivo PR Sor 00165 (1-150). Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

A configuração da diretoria ora apresentada demonstra o tipo de perfil social que constitui esta Associação Industrial. A partir da análise de Ângela Alonso que afirma: “o movimento intelectual expressaria anseios de grupos sociais novos, surgidos com o processo de modernização econômica do país [...] grupos modernos como “as classes médias”, ou a burguesia.”<sup>149</sup> Tem-se na Associação uma mistura de “classe média” e de imigrantes e/ou de descendentes, na composição deste grupo de intelectuais.

A análise de Sérgio Silva no livro *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* (1985), afirma “que os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente.”<sup>150</sup> Os imigrantes e a classe média são os agentes na construção do pensamento intelectual da Associação Industrial do Rio de Janeiro, na década de 1880, pois constitui parte significativa da diretoria.

Quanto à gênese do capital para o desenvolvimento da indústria, este se forma ainda antes da década de 1880 como afirma Wilson Suzigan em seu livro *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento* (1986). “De fato os dados e a evidência qualitativa, apresentados neste estudo, mostram que ocorreram investimentos substanciais na indústria antes de 1886 e mesmo antes da década de 1880, particularmente em fábricas de tecidos, calçados, chapéus e metal mecânica.”<sup>151</sup>

Os capitais investidos nas fábricas do Rio de Janeiro parece terem vindos de atividades comerciais e, especificamente, do comércio importador, onde predominavam ingleses e

<sup>148</sup>Ver: Almanak Laemmert Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Coleção Micro filmada 1844- 1915. Fonte micro filmada: Seção de Obras Raras: Microf positivo PR Sor 00165 ( 1-150). Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>149</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento. A Geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2002.p.28.

<sup>150</sup>SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origem da Indústria Brasil*.São Paulo: 6ª edição,Editora Alfa-Ômega,1985. p.97.

<sup>151</sup> SUZIGAN, Wilson.*Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. São Paulo:Brasiliense,1986. p.45.

portugueses, além de bancos e mercado de ações. Importante salientar o papel dos investidores estrangeiros em empreendimentos industriais no Rio, como em moinhos de trigo (capital britânico) e refinarias de açúcar (capital francês).<sup>152</sup> Já para Eulália Lobo e Maria Bárbara Levy “a indústria teve sua origem na acumulação comercial em especial do comércio importador e não no capital cafeeiro, decadente desde a década de 1880.”<sup>153</sup> Embora não excluía a existência de vínculos entre a acumulação de capital no comércio da capital e na cafeicultura fluminense em seus primeiros tempos. A Associação Industrial expressava o sentido de classe social como o próprio órgão se qualifica devido suas ideias em comum. O fato de reunirem-se constantemente e por lutarem por objetivos ligados à defesa dos princípios fundamentais da indústria fabril, estes se configuram com uma nova proposta para a economia e o pensamento do “progresso” do Império.

Para tanto, pode-se classificá-los, segundo Nicos Poulantzas, como uma fração de classe, “designamos por frações autônomas de classe, as que constituem o substrato de eventuais forças sociais suscetíveis de se tornarem autônomas.”<sup>154</sup> Uma fração de classe são grupos que se organizam autonomamente no interior de um partido a fim de impor a própria linha política, ou de conquistar uma parte maior de postos-chaves para os próprios membros, mas que defendem interesse de classe, de classe burguesa, diante de grandes referenciais paradigmáticos da acumulação capitalista e expressa interesse de grupos particulares, em nossa análise, a fração de classe dos industriais fabris.

Defendem ideias de fração de classe quando expõem seu pensamento e propõem uma mudança na tônica da economia, trazendo sua proposta de seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, de caráter protecionista, oposto quanto ao rumo utilizado no Império desde então.

Para Carone a primeira entidade que defendeu o interesse dos industriais, só aconteceria no início do século XX, que foi o Centro Industrial do Rio de Janeiro (1904). Para Edgard Carone em seu livro *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*, em 1978 não havia possibilidade de ter força política, por entender que a indústria tinha um papel subordinado ao interesse agro-

---

<sup>152</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.56.

<sup>153</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e Levy, Maria Bárbara. *Industrialização, Previdência Social e Urbanização: O papel das seguradoras*. In: Anais do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, v.34. Lisboa/Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p.645-665.

<sup>154</sup> Poulantzas, Nicos. *O Poder Político e as Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.p. 82



exportador. Não tinha organização suficiente para poder ganhar expressão a partir de 1904, com o Centro Industrial do Brasil.

Para Ângela Maria de Castro Gomes, em seu livro *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937* (1979), afirma que somente em 1904 é que surge no Rio de Janeiro uma entidade que tem o objetivo de defender os interesses dos industriais, o Centro Industrial do Brasil.

De acordo com os documentos encontrados e até aqui tratados verificamos a criação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro na década de 1880, seus interesses e a defesa que faz como um grupo industrial no Império do Brasil podendo configurar a primeira entidade que possui um projeto para a indústria no século XIX.

Bárbara Levy em seu livro *A Industrialização do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas* (1994) atesta a organização de um grupo de industrial forte e disposto a lutar por seus interesses. Os agentes industriais reagiram através da organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro, com o objetivo de atuar a favor de uma política protecionista para os industriais fabris no Império.

Para Nícia Vilela Luz (1975) e Maria Bárbara Levy (1994) a industrialização deu-se já no século XIX, apesar de seus atropelos. Na verdade, as dificuldades foram tantas para a superação de seus adversários que no processo de sua formação como um grupo, seu começo foi um tanto pressionado pelas circunstâncias da conjuntura política e econômica no Império.

Tem-se com os argumentos até aqui tratados, que a Associação Industrial do Rio de Janeiro, tinha sua posição quanto ao que propor ao Governo. Sua proposta era de proteção para a indústria fabril, podendo gerar uma indústria forte e apoiada pelo Império, como as demais nações civilizadas na Europa.

### 2.3 - A visão protecionista da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Para fundamentar a sua proposta protecionista para o Império do Brasil, a Associação trazia nos seus artigos argumentos quanto à necessidade de proteção à indústria fabril e uma mudança na política do Império. Nesta última parte do capítulo, serão tratados apenas dos argumentos protecionistas, permitindo que a Associação possa expressar seu pensamento político através de seus diversos artigos vinculados pela imprensa e seus documentos oficiais.

Para Francisco Iglesias em seu livro *A industrialização Brasileira* (1988), há setores que procuram um novo caminho brasileiro livre de tutelas; os setores ligados à indústria, como a Associação Industrial, faltam-lhes consciência do que deve ser feito, satisfazendo-se

com auxílios mínimos sem pretensão de ampliar o quadro industrial. O primeiro documento que apresenta a visão política da Associação Industrial foi “Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”, em 1877. A seção da indústria fabril expõe seu pensamento quanto as suas necessidades e suas pretensões para a economia. Antes mesmo da organização da Associação Industrial, a seção da indústria fabril tem uma posição definida quanto ao rumo a seguir.

A seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que seria futuramente a Associação Industrial do Rio de Janeiro, faz uma síntese dos dois sistemas de pensamento orientadores de ações; primeiro Liberal da Escola de Manchester e segundo Protetor ou Proibitivo dos Estados Unidos da América.

O primeiro é o ideal para o qual devem tender todas as nações cultas da mesma forma que para o segundo tendem todas as questões científicas elaboradas no vasto domínio da inteligência humana. “A associação universal, isto é, uma associação em que todas as nações obedecem mutuamente a um mesmo regime legal, só pode ser realizável quando elas tenham chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder.”<sup>155</sup>

No segundo sistema, o protecionista era o mais adequado de acordo com a seção da indústria fabril por argumentar que os países novos não teriam condições de concorrer com os países mais velhos da Europa, com produtos mais desenvolvidos.

Numa nação, cujo poder industrial não esta firmando, em que as indústrias apenas começam a aparecer acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é de certo o sistema liberal, que lhe poderá dar vida e vigor; não é, portanto o sistema liberal que lhe convém.<sup>156</sup>

A seção da indústria fabril não tem em vista o exclusivismo do sistema protetor. É a combinação dos dois, segundo a natureza do objeto ou o estado da indústria. Entendendo que o protecionismo americano taxou os produtos estrangeiros entre 50% a 90% nos portos de seu país. A proposta da Associação é bem moderada, tendo em vista a realidade do Império. As taxações seriam utilizadas para inibir a entrada de produtos estrangeiros que pudessem oferecer perigo à indústria fabril no estado embrionário que se encontrava.

---

<sup>155</sup> Cf:Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877. p.6. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>156</sup> Cf:Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877. p.6. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

A crítica feita pela Associação, com relação à política econômica da Inglaterra, era pelo fato de que no início de sua estruturação econômica pregava o protecionismo e ao se fortalecer como nação, mudou seu discurso para o livre-cambismo para as demais nações, porque isto traria maior facilidade de entrada de seus produtos no mercado internacional.

E como começou a prosperidade da Inglaterra senão sob o influxo real duma proteção radical, ainda em 1721 a fala do trono proclamava o princípio econômico- É evidente, que nada contribua tanto para a prosperidade pública, como a exportação dos objetos manufaturados e a importação das brutas; portanto excluía a importação dos objetos manufaturados; e digam os liberais os que quiserem os frutos deste principio são palpáveis.<sup>157</sup>

Ademais,

É ainda digna atenção a sagacidade, com que o princípio do corrente século, por ocasião do bloco continental, a Inglaterra soube monopolizar o comércio de quase todo o Mundo, mediante o concurso de sua poderosa marinha: é dali, que ela começou a estabelecer essas fábricas colossais, que ainda hoje fazem inveja a todos o resta da Europa sem grande possibilidade duma poderosa concorrência.<sup>158</sup>

A Inglaterra era vista como um vilão que iria engolir o mercado interno, portanto um opositor do desenvolvimento da indústria fabril do Império. O sistema livre-cambista, uma ameaça a nascente indústria fabril, fazia-se necessário; se apegar a um exemplo de país próspero mais adequado ao sistema protecionista que pudessem impulsionar nossa indústria.

Só os Estados Unidos tentaram fazer-lhe frente, e para isso serviram-se dos direitos protecionistas, e embora se apregoasse por toda a parte, que os Estados Unidos poucos progressos faziam em ciência políticas, eles só pensavam nas pátrias e na sua prosperidade. A primeira tarifa americana a de 1789, fracos direitos da importação estabeleceu sobre os objetos fabricados mais importantes; depois foi aumentada pouco a pouco á proporção que a indústria inglesa ia preponderando á custa dos melhoramentos introduzidos nos processos de fabricação. Hoje alguns produtos que saem de suas fábricas chegam até os próprios mercados ingleses a fazerem concorrência com a banqueira universal.<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> Cf:Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877. p.6. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>158</sup> Cf: Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877. p.7. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>159</sup> Cf. Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877, p.7. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Os Estados Unidos, no século XIX, não necessitavam de lançar mão de meios protecionistas para firmar seus produtos, já que o seu desenvolvimento interno iniciou-se no século XVIII. No século XIX, puderam expor sua indústria à concorrência com os ingleses e demais europeus, sem o receio de serem engolidos. Observando a conduta da “irmã americana” a Associação Industrial afirma que se fazia necessário imitá-la, não se deixando escravizar por teorias muitas vezes sustentadas por interesses especulativos.

A leitura das recentes obras inglesas e francesas sobre a matéria oferece para o Brasil mais interesse científico do que prático: não é na atual Inglaterra, que se encontram os melhores exemplos para o sistema comercial do Brasil; é na Antiga Inglaterra ou na história da indústria inglesa desde o seu princípio, que se descobre a marcha que o Brasil deve trilhar, antes de entregar-se aos rigores da teoria e por o seu futuro á mercê de experiência.<sup>160</sup>

Na história da indústria da Inglaterra, o sistema protecionista fora utilizado de maneira radical para o fortalecimento e engrandecimento do país. Não obstante, a atual Inglaterra livre-cambista era favorável à concorrência total no mercado internacional, podendo gerar assim aniquilamento das indústrias nos países mais novos, como é o caso do Império.

A Associação Industrial expõe no documento ora demonstrado o caso do empenho das indústrias do Império, que apesar do sistema livre-cambista atual ainda assim tem conseguido ganhar visibilidade e concorrência na Exposição da Filadélfia nos Estados Unidos da América em 1876.

O Brasil não é hoje apenas um país agrícola, como geralmente se supõe; ele já conta em seio diversas indústrias, diversas fábricas que tem honrado nos certames internacionais realizado nestes últimos tempos: em tecidos de algodão conta cerca de trinta fábricas, espalhadas, pelo Império; em chapéus, sapatos, curtumes, velas, chocolates, cerveja, móveis, livros, tinta, cimento, cera. Vê-se ainda na obra impressa pelo Governo Imperial- O Império do Brasil não seja propriamente nação industrial, nem por isto, sua indústria manufatureira tem deixado de progredir em muitos de seus diferentes ramos. Importantes fábricas existem na Capital do Império e nas províncias, sendo muitas a vapor e dando trabalho a numerosa pessoal. Alguns pelo maquinismo e perfeição dos produtos competem com as das nações mais adiantadas.”<sup>161</sup>

Como poderiam afirmar que o Brasil é somente agrícola, quando se reconhecia o contrário, não só fora como dentro do Império; que a indústria poderia ser representada em

---

<sup>160</sup>Cf. Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877, p.9. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>161</sup> Ver: Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877, p.10. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

uma Exposição Internacional de maneira grandiosa. A indústria fabril tinha seu projeto de se organizar e lutar por oportunidades de cooperar com o crescimento econômico no Império, conseguindo um espaço até então nunca alcançado.

No documento *O Trabalho Nacional e seus Adversários*, de 1881, que consta na biblioteca da Associação Industrial, expõem-se outros aspectos quanto ao protecionismo que deveria ser aplicado às indústrias fabris. Na visão da Associação, o Império, se restringindo a ser apenas uma nação agrícola, resultaria em “A nação agrícola, conserva-se perpetuamente em estado de colônia das nações mais adiantadas e nunca será rica, porque a aquisição dos artefatos estrangeiros sugará todo o valor de seu trabalho”.<sup>162</sup> Aquele que apenas permuta com o estrangeiro os gêneros naturais por artefatos, ficará sempre preso ao desenvolvimento do estrangeiro e o valor cobrado por este, sem condições de se exigir qualquer benefício. A Associação Industrial expõe sua proposta de desenvolvimento de todo o Império, pois declara em sua argumentação que se fazia necessário o desenvolvimento da economia como um todo para ficássemos livre da tutela estrangeira. De forma objetiva, a Associação Industrial do Rio de Janeiro conceitua o livre-cambista como:

Livre-cambista a doutrina que manda franquear as barreiras de uma nação à entrada livre, ou com direitos quase nulos, de mercadorias ou artefatos estrangeiros, embora eles sejam fabricados no país, abrir os rios à navegação devassadora de todas as nacionalidades e deixar o trabalho nacional desamparado de qualquer proteção.<sup>163</sup>

O livre-cambismo pôde acarretar para o Império uma crise nas indústrias fabris que floresciam por toda a parte. Pode-se observar pela própria Exposição de Filadélfia de 1876, mencionada a pouco, que havia indústrias em condição de concorrer em uma exposição internacional e serem premiadas. A Associação articula-se por meio de dois artigos em jornais e com o seu próprio periódico *O Industrial*, a fim de trazer à esfera pública a problemática por que passavam.

O Império se identificava com a doutrina liberal, trazendo conflitos entre os interesses dos agentes industriais e do comércio importador. O artigo sobre o “Livre Câmbio e o Protecionismo”, expõe a posição do chefe da escola liberal em França, o ilustre J. B. Say, sobre o assunto de ciência econômica. Em sua interpretação “a economia política é a ciência

---

<sup>162</sup> Cf: *O Trabalho Nacional e seus Adversários* 1881. Artigo “Com o Povo.” p.261-262. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>163</sup>. Cf: *O Trabalho Nacional e seus Adversários* 1881. Artigo “Com o Povo.” p.268. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

que mostra como as riquezas se distribuem e se consomem.”<sup>164</sup> Mas o que era riqueza para a escola liberal? Para a escola liberal, a riqueza tinha um sentido puramente material e imaterial e ainda como serviços, e os trabalhos intelectuais não deveriam fazer parte das riquezas.

Para a Associação, a economia política tem por fim promover os interesses da sociedade. É uma ciência social, subordinada às leis sociais, leis favoráveis à diversificação de produção de mercadorias e artefatos; levaria o Império à independência em relação aos países europeus. “Os países que se entregam unicamente aos trabalhos agrícolas são os que estão menos aptos para eventuais permutas com os outros países, isto é, para desenvolverem o seu comércio, por isso que se ocupam em um número muito limitado de indústria.”<sup>165</sup>

Para que se desenvolva o seu comércio, cada nação deverá esforçar-se para desenvolver as suas indústrias. Outro aspecto da escola liberal é a chamada livre-concorrência, que para eles é a forma de se evitar o monopólio e para a Associação Industrial. É a forma mais rápida de se chegar a ele. A palavra hábil utilizada pelos livres-cambistas refere-se àquele que consegue expelir o outro da concorrência e é o que ilude o consumidor, oferecendo-lhe mercadorias parecidas com as dos outros concorrentes, porém são inferiores; é o que emprega todos os meios a seu alcance para embaraçar as permutas de outros produtos e aniquila assim as suas indústrias.

A entidade defende o protecionismo e em seus argumentos demonstra seu potencial como o ideário possível e necessário a ser empregado no Império, uma alternativa que poderia viabilizar a indústria fabril.

O protecionismo admite é verdade o sistema aduaneiro como meio eficaz e necessário para desenvolver o comércio interno de um país; mas a sua principal influência manifesta-se, no emprego de medidas tendentes a garantir as liberdades nos auxílios, no melhoramento dos meios de transporte, na execução de leis sábias, no cultivo da ciência, letras e artes, etc.<sup>166</sup>

As funções do protecionismo seriam facilitar e regularizar as operações comerciais, estabelecer a harmonia dos interesses, equilibrar as forças produtivas dos diferentes grupos sociais e oferecer um campo ilimitado às conquistas das atividades humanas. Outra vantagem

---

<sup>164</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.p.283. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>165</sup>Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.p.288. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>166</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.O artigo O Livre Cambio e o Protecionismo. p. 294. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

do protecionismo seria “em todas as nações, em todas as épocas e por qualquer modo que tenha sido praticado, a história nos mostra o protecionismo reerguendo-as do abatimento em que se achavam, restabelecendo a paz interna, promovendo o desenvolvimento das indústrias, do comércio”<sup>167</sup> Em seu discurso protecionista, a Associação Industrial ergue uma bandeira a favor do desenvolvimento fabril, alegando que sem a mudança do sistema livre-cambista para o protecionista, nossas indústrias iriam continuar a sobreviver e a lutar muito para a continuidade de seus labores, dependente, o resto de sua existência, da boa vontade do Senhor Ministro da Fazenda e do *lobby* no Congresso, portanto não assegurada a estabilidade para o acréscimo de recursos para o crescimento das indústrias fabris. Continua suas argumentações:

Sua principal vantagem e importância, é, que na hipótese a mais desfavorável, isto é, sob o regime proibitivo, enriquecendo-se as nações pelo desenvolvimento do comércio interno, prosperam as indústrias, florescem as ciências e artes, e reina a paz. Vimos o protecionismo recomendando pelos próprios livres-cambistas, como meio promover o desenvolvimento do comércio interno.<sup>168</sup>

A defesa do protecionismo como sistema que contribuiria para o crescimento e nascimento de novas indústrias se alicerçava no fato de que a própria Inglaterra a apregoou em suas indústrias, ainda em 1721, para o seu próprio proveito e crescimento econômico. A Associação se justifica argumentando ser necessário seguir esta prerrogativa para que no futuro, já com suas indústrias fortes, pudessem um dia estar em situação de livre-cambista como na Inglaterra.

As ideias do livre-cambista eram divulgadas em toda a Europa e discutidas fervorosamente os princípios de Adam Smith que Inglaterra adotará. O argumento que se defendia era que o protecionismo não seria viável para o desenvolvimento econômico e que a saída dos demais países seria o livre-cambismo. “A Rússia e os Estados Unidos eram os principais alvos dessas discussões, como territórios férteis e apropriados à cultura de cereais. Queriam desta forma, fechar estas nações agrícolas como conseguiram de nós.”<sup>169</sup>

Essas duas nações repeliram a escola livre-cambista e alcançaram desenvolvimento do comércio e da indústria em seus territórios. O modelo americano ora utilizado pela

---

<sup>167</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.p.294 Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>168</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881.Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.p.295. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>169</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882.p. 10- 11. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

Associação se revela em muito viável levando em consideração o exemplo dado pelo senador da República da França Sr. Poiyer Quertier, economista renomado em seu país, que apresentando um relatório ao Senado, ano de 1881, se exprimia nestes termos:

Há dez anos a população dos Estados Unidos já era de 40 milhões de habitantes. O último recenseamento, efetuado em 1879-1880, eleva-se a mesma população a mais de 50 milhões. A progressão do comércio exterior dos Estados Unidos é espantosa e destrói todas as regras da nossa ciência econômica, que pretende que a permuta se restringe pelos direitos das alfândegas. Pois bem, apesar das tarifas de 20 a 60 e 80 por cento, a importação dos Estados Unidos, que era de 353.616,119 dólares em 1859-1860, subiu a 667.886,565 dólares em 1879-1880. Quanto à exportação, ela elevou-se no mesmo período de 333.576,057 dólares a 835.793,924 dólares. Eis aqui uma nação que tem praticado em sistema contrário à ciência econômica, que tem empregado a ultraproteção, que não tem tratados de comércio, entretanto que a França, de 1859-1879, abaixou as tarifas e estabeleceu convenções comerciais com todas as nações que consentiram a se ligar a ela. No mesmo período de 1859-1879, o comércio exterior das duas nações, que seguiram linhas a diametralmente opostas, é o seguinte: França Estados Unidos - 1859 Importação.1.641:000,000 frs. 1.768:000,000 frs. Exportação. 2.266:000.000 frs. 1.667:000,000 frs. 1879 Importação... 4.594:000,000 frs. 3.349:000,000 frs.Exportação..3.163:000,000 frs. 4.173:000,000 frs.<sup>170</sup>

A argumentação do senador Quertier remonta à situação dos Estados Unidos, que os direitos elevados não impediram que o país comprasse ao estrangeiro tudo quanto necessitavam, resultando com isso uma elevação de importação de 1.768 milhões para 3.349 milhões, enquanto a sua exportação de 1.667 milhões passou para 4 milhões em muito à frente da França. Para um país que estaria condenado a ser agrícola, como fora identificado pelos livres-cambistas, este ganhou um novo impulso em sua economia graças aos seus homens de Estado que não se deixaram conduzir pelos conselhos do livre-câmbio gerado em uma atmosfera de discussões, determinando o rumo de cada país.

Com isso, que o exemplo a seguir seria o dos Estados Unidos da América, pois ao optar pelo sistema protecionista se desenvolveu economicamente, podendo gerar riqueza e bem-estar a sua população, favorecendo assim suas indústrias e o seu Governo. As argumentações favoráveis ao protecionismo, divulgados na imprensa pela Associação, caracterizam o seu projeto de mudança para o Império, enquanto uma classe em construção.

A utilização da imprensa foi fundamental para a articulação política, pois expressaria suas intenções com repercussões na esfera pública e no seio político, por estar em pauta a causa da indústria fabril no Império e os seus conflitos. Poder-se-á perceber a necessidade do Inquérito da indústria fabril, dadas as reivindicações que se faziam necessárias conhecer a realidade e expressão da indústria no Império, entre 1882-1883, foi concluído o trabalho concernente à indústria fabril que segue.

---

<sup>170</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p.11-12. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.



Neste capítulo foi exposta a criação e estruturação da Associação Industrial, primeira entidade que defendia o interesse da indústria fabril no Império.

O capítulo dedicou-se à discussão e exposição da problemática quanto à formação e estruturação da Associação Industrial e de seus membros como representantes de um grupo industrial.

A criação da Associação Industrial, na década de 1880, veio atender as necessidades dos industriais já existentes e seus objetivos como grupo industrial, visando à coesão e sua estruturação, com o objetivo político de defesa dos interesses do grupo industrial. O conceito de fração de classe foi utilizado nesse capítulo a fim de caracterizar a ação de integrar os diversos ramos da indústria fabril para a luta por seus objetivos até então citado em seu Estatuto.

Foi abordado, na primeira seção desse capítulo, o contexto da década de 1880, as condições estruturais que puderam viabilizar a formação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Tratou-se, na segunda seção, da criação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, seus objetivos como um grupo industrial, a sua problemática quanto a sua formação, além do conceito de fração a fim de caracterizar a ação de seus integrantes nos diversos ramos da indústria fabril e sua luta por seus objetivos. E suas maiores dificuldades para a consolidação da gênese da luta pelo processo de industrialização do país.

Na terceira seção do capítulo, houve as argumentações da Associação quanto à proposta de se optar pelo sistema protecionista e as suas vantagens para a indústria fabril no Império. Para tanto, foram utilizados os artigos divulgados na imprensa da época pela própria Associação, a fim de conscientizar a esfera pública e o próprio Governo Imperial.

### 3 - A representação da Associação Industrial do Rio de Janeiro junto à esfera pública e ao Governo Imperial.

Neste capítulo será exposta a ação política da Associação Industrial do Rio de Janeiro junto à esfera pública e ao Governo Imperial por meio da propaganda com o 'Industrial' e da ingerência da mesma junto ao Senhor Ministro da Fazenda e o Parlamento, com o Relatório apresentado ao Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial de 1882 e ao Parlamento através do documento *Informações* apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura em 1883.

A primeira parte deste capítulo tratará sobre a questão da propaganda. O periódico *O Industrial* será nosso objeto, entendendo que foi através deste órgão da Associação Industrial que foi possível a divulgação da causa da indústria nacional. Além da narrativa dos ideários e objetivos da Associação Industrial, serão aqui expostas as divergências entre os jornais que apoiavam a causa industrialista e os opositores *Gazeta de Notícias* e *Rio News*, trazendo assim a posição da Associação Industrial e a sua ação junto à esfera pública com a intenção de ganhar espaço no corpo social e político.

A segunda parte deste capítulo se debruçará sobre o documento *Relatório Apresentado ao Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão Industrial de 1882* e pelo documento *Informações apresentada pela Comissão Parlamentar Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura em 1883*, que trata do fato da indústria no Império, do comércio, transportes, alfândegas e demais meios para a circulação das mercadorias que pudessem favorecer ao desenvolvimento da indústria no Império trazendo reivindicações para o Parlamento e ao Senhor Ministro da Fazenda a realidade da sobrevida da mesma. Estes documentos que serão explicitados têm em seu bojo apresentações de pessoas notáveis que tinham experiência concernente a cada questão analisada e traziam uma relação da situação da indústria no Império.

A pretensão deste capítulo é alcançar uma apresentação objetiva sem restringir a fonte quanto a sua particularidade, entendendo que se trata de dois documentos extensos e recheados de informações relevantes para o propósito que almeja-se discorrer, o meio utilizado pela indústria para a divulgação de suas ideias e a análise efetuada pelo Parlamento no período estudado para com a indústria no Império. Percebe-se que estes documentos possuem uma riqueza de dados que por si poderia gerar dois capítulos.

### 3.1 - O periódico *O Industrial* e a imprensa do Rio de Janeiro.

Em 1874, com o desenvolvimento do sistema telegráfico, instala-se no Rio de Janeiro a primeira agência de notícias: a Havas. A Gazeta de Notícias e o Jornal do Comércio passaram a publicar os telegramas internacionais que a agência distribuía nas suas páginas. O desenvolvimento dos Correios e a malha ferroviária contribuíram para atingir lugares longínquos do Império, facilitando assim a chegada dos periódicos nas mãos dos leitores. Com a facilidade da chegada dos periódicos, ter-se-á, no período, o desenvolvimento do hábito da leitura nas cidades. As leituras sucediam então nos cafés, nos espaços de trabalho e nas salas de visitas das casas.

A diversificação da imprensa nos grandes centros urbanos na década de 1880 era um marco do período ao lado das edições dos jornais diários, proliferaram revistas mundanas, periódicos críticos e literários e impressos que falavam do mundo do trabalho comum em um momento de grande movimento político e social.<sup>171</sup>

No Rio de Janeiro o movimento de ampliação da imprensa é muito expressivo. No ano de 1881, houve o aparecimento de 95 novos periódicos e no ano seguinte mais 64. Até o final da década esses números permanecem nos mesmos níveis, já em 1883 aparecem mais 56 novos jornais e no ano seguinte mais 37. Em 1888 o número aumentou para mais 45 novos jornais e revistas.<sup>172</sup>

Quando se escreve algo sobre imprensa deve-se reportar ao período que se deseja tratar, local e episódio aos quais se refere. A década é de 1880 no Rio de Janeiro, a questão é quanto à formação de uma Associação Industrial que se organiza e utiliza a imprensa como metodologia para se atingir a esfera pública e o Governo Imperial.

Dentre seus objetivos no Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro teriam como alvo a ser alcançado a confecção de um periódico que seria mensal com características próprias, a propaganda para a Associação e a defesa dos interesses da indústria. Segundo o periódico *O Industrial*:

Com a publicação desta folha, a Associação Industrial procurou o meio mais eficaz de propaganda e defesa das indústrias e industrial do Brasil, revelando aos seus concidadãos o

---

<sup>171</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 118.

<sup>172</sup> FONSECA, Godin da. *Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941. p. 30.

adiantamento das primeiras e reclamando dos poderes públicos a devida proteção aos seus legítimos interesses.<sup>173</sup>

A publicação do periódico tinha como fim chamar a atenção dos espíritos esclarecidos e amigos do progresso do país, para a discussão dos meios próprios para se alcançar o desenvolvimento necessário para as indústrias já existentes e espaço para o florescimento de tantas outras fundamentais para o suprimento do mercado interno, com produtos que pudessem abastecer a população do Império.

*O Industrial* objetivava discutir todos os assuntos relativos aos interesses da indústria e para tanto publicara artigos que questionavam a posição do Governo quanto à falta de apoio e incentivo para a indústria. “Nessa fonte o leitor encontrará minuciosas informações, às vezes repetidas pela necessidade de controvérsias que são dignas da sua reflexão e apreço antes de formular um juízo definitivo.”<sup>174</sup>

A discussão pela imprensa com o uso do periódico caracterizava a intenção de ser ouvido pela esfera pública e também pelo Governo, concernentes as suas reivindicações para a solução de suas pendências e necessidades. O periódico foi compilado no documento *O Trabalho Nacional e seus Adversários de 1881* e será utilizado para a configuração desta parte do capítulo.

Nas argumentações o periódico *O Industrial* esclarece: “O atual estado da indústria?” “Poderá entre nós vingar a Indústria?” “Quais os embaraços que impedem o seu desenvolvimento?” “Como combater seus obstáculos?” Questões respondidas no periódico a fim de explicar à esfera pública a situação da indústria no Império.

Em relação ao estado da indústria, *O Industrial* discorre sobre o assunto afirmando que devido às condições de boa terra e mão de obra escrava, a indústria fabril ficou sem o apoio necessário, mas que apesar disso as fábricas estavam se expandindo por todo o Império. As fábricas encontradas pelo Império eram de sabão, tecido, velas, óleos e azeite, vinagres, licores, doces, charutos e de mil outros variados produtos, cuja quantidade em algumas províncias é tal que chega para seu consumo e para exportar, quer para outras províncias, quer para fora do Império.

Até 1875 havia nas províncias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo 30 fábricas de fiar algodão. De então para cá muitas outras se tem fundada nas

---

<sup>173</sup> Conferir: *Trabalho Nacional e seus Adversários*. Rio de Janeiro: 1881. Artigo “O Industrial”. p. 155. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>174</sup> Ver: *O Trabalho Nacional e seus Adversários*. ' Prefácio' p.xi. Disponível em< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

províncias e na capital do Império. Além destes estabelecimentos, muitos outros existem de não menos importância e que seria fastidioso enumerar, nos quais se fabricam todos os produtos que a ciência e as artes têm inventado. Com o que fica dito julgamos ter demonstrado suficientemente que a indústria entre nós é embrionária, antes vai, embora com dificuldade, ramificando-se por todo o Império e caminhando para o estado de virilidade, ao qual chegará, sem dúvida, se lhe derem o necessário auxílio a aqueles que têm o rigoroso dever de fazê-lo.<sup>175</sup>

Nas observações feitas pelo periódico *O Industrial* descreve ainda o valor dos brins utilizado pelas fábricas de roupas no Império, sendo de melhor qualidade e mais duradouro que a do estrangeiro. “O fabricante nacional só tem em vista bem servir o público, fazendo acreditar os produtos de sua fábrica, o estrangeiro mira unicamente próprio interesse.”<sup>176</sup> Adverte do fato de não possuir todas as informações quanto à quantidade de fábricas no Império, mas comunica que o movimento de crescimento continua. Dentre as questões levantadas no periódico há ainda o informe: “Poderá entre nós vingar a Indústria?” O emprego de perguntas objetivadas pelo órgão tenciona esclarecer à esfera pública de maneira didática as razões pelas quais a Associação Industrial luta pela indústria fabril no Império.

Neste artigo, quando se refere à pergunta a ser respondida, antes há a intenção de explicar as bases para o progresso de qualquer indústria, quais sejam: “1º matéria-prima abundante e de preço módico, 2º perfeição e barateza dos produtos, 3º existência de bons mercados consumidores.”<sup>177</sup> A Associação Industrial através de seu periódico argumenta:

Não basta, porém, que esta seja abundante, é também preciso que seu custo seja módico, e para isto convém que esteja, por assim dizer, às portas das fábricas; portanto, se, para obtê-la, tiver o fabricante necessidade de fazer grandes despesas, não poderá, com certeza, introduzir no mercado produtos baratos, ficando destruída a segunda condição de progresso. Ainda não é tudo: se os produtos não tiverem também pronta saída, e ficarem acumulados nas fábricas, a consequência natural e inevitável será a falta de meios para continuarem os fabricantes a produção pela diminuição dos seus capitais.<sup>178</sup>

A circunstância assim narrada advém da preocupação quanto à venda dos produtos nacionais e a concorrência de produtos estrangeiros, razão da necessidade de expor a luta que a indústria enfrentava no Império, trazendo à esfera pública este tema com a perspectiva de possibilidade de mudança. “Se, para que a nossa indústria se desenvolva, fosse bastante

---

<sup>175</sup> Conferir: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Artigo ‘Tudo tem a sua Época’. p.108. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>176</sup> Ibidem. p.111.

<sup>177</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Tudo tem a sua Época’. p.112. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>178</sup> Ibidem. p.113.

somente a existência daquelas condições gerais, diríamos com toda a convicção: Sim, entre nós a indústria há de progredir.”<sup>179</sup>

Poder-se-á perceber que o meio encontrado pela Associação Industrial para divulgar seus ideários e objetivos era largamente utilizado na imprensa. Conforme expõe Carolina Paes Barreto da Silva em sua dissertação *A Trajetória D’o Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: Os Discursos Impressos de Antonio Borges da Fonseca sobre a Política Imperial* (2010), “Os impressos passaram a transmitir doutrinas, opiniões ou contendas. Eles eram um instrumento indispensável para os grupos que pretendessem exercer alguma influência política.”<sup>180</sup> Na década de 1830 já possuíam essas características, em 1880 já bem mais organizados com um jornalismo profissional, o papel e a influência da imprensa eram exercidos com maior campo de penetração junto aos leitores das cidades e do interior.

Outro artigo que trouxe entendimento para a esfera pública foi o que abordou o subsequente tópico: “Há embaraços que impeçam o desenvolvimento da indústria nacional?” Pergunta pertinente quando se almeja explicar os pontos de relevância para com a indústria nacional e a esfera pública.

Um dos embaraços que mais entorpecem, ou antes, convergem para o aniquilamento da indústria nacional, são as nossas tarifas aduaneiras que se encarregam de tributar com direitos calculados sob a mesma razão, tanto algumas matérias-primas como os artefatos com ela fabricados.<sup>181</sup>

O periódico *O Industrial* argumenta como a matéria-prima estaria sujeita aos mesmos impostos, como fora de um artefato já concluído. Questionando como uma indústria poderia sobreviver com tão pesado imposto. Em suas indagações continua em seu artigo a crítica para com o Governo Imperial.

Mas, que importa aos nossos governos que a indústria desapareça que centenas de indivíduos, homens, mulheres e crianças, que tiram dela o seu sustento, fiquem sem pão e procurem na embriagues o esquecimento dos seus sofrimentos, ou na prostituição e no roubo os meios de satisfazer as mais imperiosas necessidades da vida, se as nossas alfândegas despejam mensalmente nos cofres do tesouro enormes somas.<sup>182</sup>

---

<sup>179</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Tudo tem a sua Época’. p.115. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>180</sup> SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória D’ O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: Os Discursos Impressos da Antonio Borges da Fonseca sobre a Política Imperial 1830-1832*. 2010, p.14, Dissertação (Mestrado em História), UFF, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>181</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Tudo tem a sua Época’ p.118. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 119.

Outro embaraço para o progresso da indústria seria se o cálculo dos direitos da tarifa seria feito de maneira a prejudicar a indústria fabril. “Entre nós, a base para o cálculo dos direitos tem sido promiscuamente os preços do mercado importador do Rio de Janeiro para uns gêneros, e o do exportador aumentado de todas as despesas para outros.”<sup>183</sup>

Isto estaria prejudicando as classes menos afortunadas e o desenvolvimento da indústria no Império, pois este cálculo não definido geraria um descontrole nos orçamentos das fábricas desencadeando uma dificuldade de se obter matéria-prima do exterior, acarretando um desequilíbrio no confronto com os produtos estrangeiros que alcançaria um lugar melhor no mercado interno no Império.

O último ponto com relação às indagações até aqui expostas pelo periódico *O Industrial* seria: como combater os obstáculos que impedem o desenvolvimento da indústria nacional? Na análise da Associação Industrial, era através da história de outras nações, que ao optarem pelo protecionismo, puderam incentivar suas indústrias e assim alcançar um desenvolvimento mais adequado para com a competição de produtos estrangeiros em seu território.

Quando mais atentamente lemos a história da indústria das outras nações, quanto mais aprofundamos o estudo das causas que lhe deram impulso, mais inabalável se torna em nosso espírito a íntima convicção de que foi a sombra de sistema protetores que ela se desenvolveu e prosperou.<sup>184</sup>

Os países que se referiram ao periódico foram a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América que na década de 1880 eram livres-cambistas, mas em sua história tiveram um passado protecionista e até proibitivo como fora o caso dos Estados Unidos da América, que eram exemplo para a Associação Industrial. No caso da Inglaterra o periódico alegou que sua mudança ocorreria mediante sua organização e estruturação de suas indústrias para a competição com as demais nações.

Os continuadores da obra inventada por Adam Smith, entusiasmada pela idéia de liberdade, continuaram a propaganda sob o domínio da mesma confusão de idéias. As novas doutrinas, que tiveram por móvel libertar o povo inglês do jugo a que se achava preso, tomaram

---

<sup>183</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘ Tudo tem a sua Época’ p.120. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>184</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. p. 123. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

incremento, e hoje com tanta ou maior tenacidade são proclamadas, quanto maior é a necessidade que tem aqueles países de conservar mercados consumidores para os seus produtos.<sup>185</sup>

Conforme assegura *O Industrial*, o obstáculo a ser vencido seria a ideia livre-cambista espalhada pela própria Inglaterra que iria influenciar e dominar as nações novas. E para se evitar essas ideias se fazia necessário o entendimento de seu teor e a luta dos industriais pela proteção do mercado interno do Império. Para tanto o Governo teria que proteger as indústrias através de uma tarifa que garantiria a sobrevivência da indústria existente e incentivaria as que iriam florescer.

Na continuidade do artigo que expõe o tema da necessidade de combater os obstáculos para o desenvolvimento da indústria para a esfera pública, o periódico *O Industrial* assegura que entre os sistemas existentes (o proibitivo, o protecionista e o livre-cambista) o que mais se adequaria seria o protecionista, por ser um sistema que consiste em gravar com taxas especiais os produtos similares estrangeiros e deixar livre a entrada de matérias-primas que não se achem exploradas no país, ou possam por qualquer eventualidade escassear.

Definindo sua proposta quanto ao rumo que o Governo deveria tomar para assim incentivar a indústria nacional, a Associação Industrial expõe seus ideários em um periódico, a fim de instruir a esfera pública quanto à direção que ela mesma entende como mais viável para o crescimento da indústria no Império. Segundo Marco Morel em seu livro *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial 1820-1840* (2010):

Quando se fala em educação e imprensa como canais dirigidos aos “Povos” (tomados aqui como objetos carentes de conhecimento ou entendimento), não é difícil verificar quem são os educadores e redatores. Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República da Letras, os letrados, os esclarecidos.<sup>186</sup>

Os industriais utilizaram a imprensa como uma metodologia para abordar o ‘povo’ de uma forma objetiva dentro do costume da época, quando era comum exemplares de jornais fixados em redações e o povo comentando em voz alta as últimas notícias.<sup>187</sup> A Associação tinha entre seus sócios certo número de jornalistas e oficinas de tipografia, caracterizando

---

<sup>185</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. p.126. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010.Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>186</sup> MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2010.p. 208.

<sup>187</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.p.118.



assim a facilidade de ser ter um periódico, pois haveria pessoas habilitadas para a confecção deste meio de comunicação.

Artigos do periódico *O Industrial* também eram publicados em jornais importantes da Corte como o *Jornal do Comércio*. Em 29 de dezembro de 1881 foi publicado um artigo sobre ‘A Nova Tarifa Alfandegária e a Indústria Nacional’. Este narra as dificuldades encontradas pela indústria nacional, quando foi anunciada a revisão alfandegária de 1880 que reverteu os ganhos alcançados com a tarifa de 1879. Menciona ainda as consequências que ocorreriam com as fábricas nacionais que foram afetadas com a concorrência estrangeira.

Veio então uma nova tarifa desfechar golpe certo nessa indústria facilitando de um modo inaudito a entrada aos chapéus de lã e lebre fabricados no estrangeiro com todas as aparências chapéus de lebre pura, e crendo uma insidiosa classe com o título de chapéus de Braga e semelhantes sob a qual se abriu campo às fraudes e a mais desleal concorrência a produção nacional. As consequências não se fizeram esperar, muitas de nossas fábricas tiveram de fechar as suas portas e grande cabedal de fortuna e de energia lá se foi por água abaixo, graças a tarifa. As 15 fábricas da Corte ficarão reduzida a 10, e as províncias a 17, sendo RS 4, Santa Catarina 1, 5 na províncias de São Paulo, 2 em Minas Gerais, 2 na Bahia, 2 em Pernambuco, e 1 no Paraná.<sup>188</sup>

A revelação da realidade enfrentada pela indústria fabril tinha como alvo sensibilizar a esfera pública para as suas necessidades e sinalizar o andamento do crescimento e do desenvolvimento da mesma no Império. Podendo assim expressar para o Governo as dificuldades encaradas pela indústria, com a intenção de influenciar os homens da política. A forma encontrada para esta relação era a imprensa porque alcançava a esfera pública e a política ao mesmo tempo.

No artigo *O Industrial* publicado no documento ‘O Trabalho Nacional e seus Adversários’, há a exposição do convite feito pela Associação Industrial de Buenos Ayres para a participação da Associação Industrial na Exposição Continental de Buenos Ayres que iria ocorrer em 1882, afirmando a grandeza das exposições e seu papel como um centralizador de técnicas e progresso das nações, local onde a relação de confraternização e inteligência dos povos ganhava corpo.

Para tanto, era preciso a organização de uma exposição preparatória em que se selecionam os objetos que representariam o Império na dita Exposição. Outra proposta feita pela Associação Industrial fora um Inquérito Industrial, a fim de se conformar a realidade da indústria, em que verificar-se-á, neste capítulo, que fora alcançado este pedido junto ao Parlamento.

---

<sup>188</sup> Ver: *O Industrial* -12 de Janeiro de 1882- Artigo ‘A Nova Tarifa Alfandegária e a Indústria Nacional.’ Seção de Periódico. 1-216, 02,16. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

Os direitos protetores, que reclamamos, devem ser impostos depois de maduro exame das indústrias do país, e depois de uma rigorosa análise das que oferecem mais elementos de vitalidade, para que não aconteça protegerem-se as que não merecem proteção, e prejudicarem-se as que são dignas de auxílio. Assim acaba de fazer Portugal, que não quis renovar o tratado com a França. Como aqui, também lá se dizia que o país era agrícola; mas, apesar disso, a indústria seu sinal de vida, seus representantes chegaram a fazer-se ouvir dos poderes públicos, o inquérito foi decretado e parece que a chegada a ocasião de obterem justiça.<sup>189</sup>

O periódico *O Industrial* se confirma como um meio de comunicação e integração dos industriais, com a circulação de assuntos em geral. Até exposições e um pedido de um Inquérito Industrial junto ao Governo eram apregoados através deste instrumento de contato e propagação de suas ideias. O argumento da Associação Industrial quanto à necessidade do inquérito se afirma a partir da experiência de Portugal.

No periódico é declarado o projeto da Associação Industrial que defende a proteção para as indústrias já existentes e incentivos para as que hão de se organizar. Para a inserção destas ideias na esfera pública a divulgação era feita de forma a se repetir todo o questionamento feito era exposto pelo periódico.

Veja-se a relação entre o periódico *O Industrial* e o *Rio News*, opositor quanto às ideias protecionistas ventiladas pela Associação Industrial. Causa admiração na Associação Industrial o dito jornal ser contra o protecionismo, entendendo que o seu próprio redator, sendo americano, tinha conhecimento que o seu próprio país fora protetor em relação as suas indústrias em um dado momento de sua história.

O Rio News gemeu sob a impressão desagradável que lhe causou a nossa propaganda: fez inventario das misérias que vão levar o nosso país ao abismo, e, até denunciou que as taxas da tarifa de 1879 são protecionistas, ultraprotecionista mesmo! O ilustre colega tudo receia, que o pão encareça, que as vestimentas, as casas, os confortos da vida, atinjam um preço fabuloso: que a renda do tesouro não possa mais fazer face às despesas; em fim no tinteiro do jornalista um só desses argumentos do velho mundo com que costumam aconselhar às nações novas que se resignem á sorte de seus colonos...<sup>190</sup>

Em seguida *O Industrial* argumenta que a proteção de 30% exercida na tarifa de 1879 não protegeu a indústria nacional como se fazia necessário, e que os Estados Unidos da América foram proibitivos e não protecionistas como rezam as ideias da Associação. “É, pois, sem fundamento, que o Rio News assevera que temos direitos protetores, visto como as

---

<sup>189</sup>Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’. p.168. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>190</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Rio News’. p.55. Disponível em:<<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

indústrias nacionais têm de lutar com as semelhantes estrangeiras, que são protegidas pela nossa legislação aduaneira.”<sup>191</sup>

O artigo do *Rio News*, há um confronto de pensamento entre este e o periódico *O Industrial*, que se julga ser necessária sua apresentação para realçar o entendimento que a Associação Industrial divulgava para a esfera pública, com a intenção de informar e formar todos que pudessem ter acesso ao periódico. Como afirma José Murilo de Carvalho (1996):

Falar de grupos políticos, projetos e atuações políticas implicam, antes de tudo, em abordar a imprensa, que era o principal veículo de atuação e propaganda política no espaço público. Além disso, fornece preciosas informações sobre as atividades das associações, do Parlamento e das manifestações políticas.<sup>192</sup>

As críticas de ambas as partes percorrem um longo caminho. Expor-se-ão algumas delas com a intenção de configurar o conflito, em demonstrar a luta que a Associação Industrial travou a fim de serem reconhecidas e ouvidas suas reivindicações.

Órgão do comércio anglo-americano e principalmente interessado na importação de mercadorias estrangeiras desde as locomotivas Baldwin que não podemos tão cedo fabricar até os bancos para escola que alguns vereadores da Câmara Municipal preferem mandar buscar em New York, desde as máquinas da lavoura que tão úteis nos são até a salsaparrilha de Ayer que já podemos perfeitamente dispensar, graças ao Sr. Marques de Holanda, o *Rio News* não pode ser ao mesmo tempo agente consciencioso das fábricas americanas e inglesas e bom advogado da indústria brasileira.<sup>193</sup>

Com a afirmação do periódico *O Industrial* de que o *Rio News* era um órgão associado ao comércio importador, pôde se observar sua ponderação mediante seus interesses em particular. Segundo *O Industrial*, “O protecionismo direto só é conveniente quando necessário para o desenvolvimento industrial: convém à face embrionária da indústria, como uma circulação planetária.”<sup>194</sup> Passada essa época, os auxílios devem ser indiretos e aconselhados mais pela política do que pela ciência econômica. Confirma seus ajuizamentos, quanto a sua disposição de propor um protecionismo, a princípio, com o objetivo de ajudar a indústria fabril para que tivessem fôlego necessário para encarar a concorrência estrangeira; então seria

---

<sup>191</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Rio News’. p.58. Disponível em: <http://memoria.nemesis.org.br.> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>192</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania, Tipos e Percursos*. In: Estudos Históricos.v.9 n°18. Rio de Janeiro: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. 1996.p.341.

<sup>193</sup> Cf. O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Rio News’ p.63. Disponível em: <http://memoria.nemesis.org.br.> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>194</sup> Ibidem, p.64.

o momento de mudar de posição. O argumento é alterado para a questão de superioridade de raças, ordinário para o período e utilizado pelo *Rio News*.

O Industrial esquece a diferença entre a raça anglo-saxônica e a latina... Segue-se o cético paralelo, mostrando a superioridade da primeira que ainda com o sistema chinês de non intercourse, teria produzido nos Estados Unidos o mesmo desenvolvimento industrial<sup>195</sup>.

O pensador Herbert Spencer é lembrado na argumentação do periódico *O Industrial*, junto ao *Rio News* para refutar a fim de analisar o objeto e buscar subsídios para que possam desconfigurar seus pressupostos. Como segue “esse vício constitucional dos anglo-saxônicos supondo o seu sangue privilegiado e em tudo superior ao dos outros povos, [...] dos mais graves prejuízos que falsificam completamente a apreciação histórica.”<sup>196</sup>

Prossegue as considerações agora argumentando sobre o valor do posicionamento de nossa irmã americana, que ao proteger sua indústria pôde sair do controle que a Inglaterra exercia. “Reconhecendo que a proteção foi o estímulo da organização industrial da poderosa república nossa conterrânea, pergunta o *Rio News* qual seria o estado atual daquele país se seu regime do livre-câmbio houvesse presidido a sua evolução.”<sup>197</sup>

Para *O Industrial* se os americanos não tivessem se curado da sua autonomia industrial com mais cuidado, os Estados Unidos seriam ainda uma simples feitoria europeia, sujeita a todo o tipo de exploração e vivendo à custa de benesses da Inglaterra. A pretensão de seguir de perto os passos americanos era o ideário da Associação Industrial, ambicionado pelo órgão durante sua permanência na luta pela indústria fabril nacional.

Ao término deste artigo a Associação Industrial através de seu órgão *O Industrial* tem uma disposição patriótica quando expressa seu juízo a respeito do estrangeiro e de brasileiros que com voracidade exploram seus próprios conterrâneos.

Agradecemos ao nosso contemporâneo os conselhos que nos dá e o zelo que mostra pelos interesses do Brasil apesar de estrangeiro. Mas há estrangeiros e estrangeiros. Para nós muito mais importa o estrangeiro que vem exercer indústria no país e aqui fundar família, compartilhando a sorte presente e futura do Brasil do que o próprio brasileiro que manda falsificar na Europa e na América os produtos da indústria nacional, sacrificando interesses desta por não poder resistir às seduções de uns tanto por cento que ganha nisso.<sup>198</sup>

---

<sup>195</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Rio News’ p.65. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>196</sup> Ibidem, p.67.

<sup>197</sup> Cf. O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Rio News’ p.68. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>198</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.73. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

A crítica feita pelo periódico através da imprensa sinaliza a distinção entre os adversários da indústria, que seriam alguns estrangeiros e até brasileiros ávidos por lucros, chegando até mesmo a prejudicar o bom andamento da indústria nacional. A serventia da imprensa na identificação das dificuldades enfrentadas se fazia imprescindível para informar a esfera pública a realidade da luta da Associação Industrial.

A imprensa constitui neste período um instrumento de articulação política de defesa de propostas de grupos que pertencem à classe dominante. Poderá verificar-se aqui o entrave entre industriais brasileiros e os importadores suas questões estão explicitadas neste embate, destes grupos o assunto era quanto ao sistema protecionista e livre-cambista.

A imprensa cria condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos grupos que irão exercer a própria dominação. A vida intelectual passa a ser dominada pela grande imprensa, que se constitui na principal instância de produção cultural, fornecendo a maioria das posições intelectuais.<sup>199</sup>

A *Gazeta de Notícias* era outro jornal que combatia a proposta protecionista da Associação Industrial, revelando sua disposição em discutir o assunto pela imprensa. Suas críticas eram referentes à falta de matéria-prima para o desenvolvimento da indústria no Império, com isso questionava a necessidade de se ter uma indústria fabril e sua compreensão que a doutrina livre-cambista era a mais adequada para as novas nações. Eis seus argumentos: “A Gazeta diz: que a proteção chegou a tomar as proporções de um delírio, e sem estudo, sem reflexão, todos se pronunciam por suas teorias, quer sejam industriais, quer sejam consumidores.”<sup>200</sup> Em seguida expõe *O Industrial* sua luta pela indústria a partir de suas prerrogativas.

Por outro lado, se o Industrial se apresenta de frente, na luta das idéias propagadoras do desenvolvimento do trabalho do povo, e nesta gloriosa atitude, ele se mostra crente, tenaz e perseverante, é porque a convicção do seu apostolado está na altura da raiva dos importadores, receosos de perderem um freguês de ordem superior. É ele, o industrial, o primeiro que sente os efeitos da concorrência estrangeira, quem conhece mais a fundo os ardis de que ela se serve para lhe embargar os passos nas suas primeiras tentativas.<sup>201</sup>

---

<sup>199</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.p.141.

<sup>200</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.182. Disponível em:<<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>201</sup> Ibidem, p.185.

O seu pensamento livre-cambista a *Gazeta de Notícias* afirma concluindo que a riqueza de um país está em importar mais do que exportar. Menciona o fato do Império não possuir matéria-prima para abastecer suas fábricas. E o próprio periódico *O Industrial* faz um questionamento quanto a esta posição liberal. “A Gazeta é injusta com o país que a sustenta, apesar de suas contradições... Falta-nos a matéria-prima perto de nós? O que é o Ferro? [...] Até o carvão, a Gazeta desconhece a sua existência neste solo onde tudo há de abundância.”  
202

*O Industrial* assegura que o que falta a essas matérias-primas unicamente é a indústria que lhe dê o devido valor e utilidade, e que há necessidade de quem as explore para o bom desenvolvimento da indústria no Império e proveito para a população.

Note mais a Gazeta, que a tarifa de 1879, tendo dispensado, por este modo, uma diminuta proteção a certas indústrias do país, não está, contudo, no caso de dizer-se protetora, porque, além de outras razões, ela sobrecarrega também as matérias-primas, ou semifabricadas de que se servem as nossas indústrias. Entretanto, onerando mais um pouco o fabricante estrangeiro, de modo que não lhe deixa margem para tornar-se arbitro absoluto dos preços da indústria nacional, quando lhe convenha guerreá-la, ou sob o pretexto da menor alteração de cambio, as fábricas do país podem contar com alguma estabilidade de existência e os consumidores com a maior justiça de preço.<sup>203</sup>

O pensamento da Associação Industrial era moderado quanto à serventia da tarifa de 1879, pois apenas alguns ramos da indústria puderam se beneficiar, aspirando a uma nova tarifa que viesse a contribuir de uma forma mais adequada a todos os ramos de indústria existentes no Império.

Para amparar a indústria fabril a Associação Industrial fez uma escolha: o sistema protecionista; e para tanto propunha sua defesa através da imprensa não só pelo *O Industrial*, mas por vários jornais como: *Jornal do Comércio*, *O Cruzeiro*, *Folha Nova*, e *O Globo*. As discussões com os jornais que se posicionavam contra suas convicções favoreciam ao intento de formar e informar à esfera pública a necessidade do apoio à indústria fabril no Império.

O elemento usado para a conexão entre a esfera pública e a Associação Industrial era a imprensa, que na década de 1880 já possuía um espaço acentuado, graças ao entrosamento que este meio de comunicação tinha com a esfera pública. Com o apoio alcançado pela Associação Industrial que se refletia em considerável manifestação pela imprensa da Corte e

---

<sup>202</sup>Cf. O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.186. Disponível em:<[http : /memoria. nemesi s.org. br.](http://memoria.nemesis.org.br)> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>203</sup> Ibidem, p.188.

das províncias que demonstravam o poder de influência alcançado com o seu periódico *O Industrial*.

A aceitação que tem tido na imprensa das províncias os artigos da imprensa da Corte, revela que as idéias neles contidos são a aspiração geral da nação. Atrair a colonização espontânea, desenvolver as vias férreas, igualar os estrangeiros naturalizados aos nacionais pela homogeneidade de direitos e deveres, dar incremento ao trabalho do país por meio de bem entendida proteção, regular o nosso sistema tributário estabelecendo claramente as linhas divisórias das atribuições do Governo geral e das assembleias das províncias, tais são as momentosas questões que com tanta proficiência, o *Jornal do Comércio*, *O Globo*, e a *Províncias de S. Paulo* tem tratado ultimamente. É certo que não pode o Governo atender de pronto a todas as necessidades: mas entre elas algumas existem, cuja satisfação interesses políticos, industriais e comerciais há muito reclamam.<sup>204</sup>

Outros dois jornais que apoiavam os ideários da Associação Industrial foram os jornais *O Globo* e *O Cruzeiro* que fizeram a cobertura da Exposição Continental de Buenos Ayres divulgando a presença de sua Majestade D. Pedro II. “Acompanhando a nosso turno *O Cruzeiro*, sobre as vantagens da visita de Sua Majestade aos povos da Prata, parece-nos que seria ela de grande alcance político”<sup>205</sup> Os jornais *O Globo* e *Folha Nova*, foram os órgãos que continuaram a publicar os artigos da Associação Industrial com o fim do periódico *O Industrial* que ocorrerá em 1884 como narra:

A Diretoria finda, tendo cessado com a publicação do nosso órgão Industrial, era de urgência continuar com este único meio de propaganda para a Associação, e de defesa para os interesses da indústria. Além das considerações econômicas, teve a Diretoria outros motivos para não continuar a publicação de um jornal seu.<sup>206</sup>

Com o fim da impressão do periódico não se configurou o término da luta, mas a sua ampliação, porque através dos artigos publicados em diversos jornais da Corte e das províncias foram divulgados seus ideários por todo o Império.

No artigo VIII sobre a tese que desvenda as razões da defesa de ser protecionista, a Associação Industrial considera que não tem sido compreendida por seus opositores *Gazeta de Notícias* e *Rio News* e levanta suas queixas. Em seu entendimento assegura que:

Não queremos, no nosso país, a doutrina do livre-câmbio, porque, para admiti-las seria necessário dar entrada livre aos artefatos estrangeiros, anulando a existência das alfândegas,

<sup>204</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’. p. 172. Disponível em: <http://memoria.nemesis.org.br>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>205</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.175. Disponível em:< http://memoria.nemesis.org.br.>Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>206</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1884.p. 8. Fonte Impressa: . 27, 2,20-21. IHGB. Rio de Janeiro.

de que resultariam dois grandes male, um na época presente, tal como privar repentinamente o Estado da sua maior renda, e o outro o aniquilamento da futura prosperidade da nação, que se nos impede pelo desenvolvimento gradual do trabalho das indústrias reunidas.<sup>207</sup>

A Associação Industrial fundamenta sua maneira de atuar pretendendo discutir as argumentações da *Gazeta de Notícias*, que compreendia o protecionismo empregado como: 1º A proteção redundante em prejuízo do consumidor, 2º A proteção prejudica o Estado porque dá origem ao contrabando, 3º A proteção leva os fabricantes à falsificação dos seus produtos. Serão destacadas argumentações dos dois lados para configurar o debate. Eis o primeiro:

A proteção redundante em prejuízo do consumidor, porque os fabricantes do país, garantidos pelo Estado, não deixariam de impor e exigir altos preços pelas suas mercadorias, e o consumidor, para beneficiar a poucos industriais, privava-se do seu bem estar, criando-se, assim, dificuldades.<sup>208</sup>

Conforme o periódico descreve “A proposição seria verdadeira se desse o fato de só existir em fabricante para o fornecimento da grande massa, que nenhuma concorrência lhe fosse permitida resultando em monopólio.”<sup>209</sup> O corretivo para o monopólio seria a concorrência, porém esta deveria ser leal com níveis de desenvolvimento técnico compatível com os opositores. Este dito da Associação demonstra o entendimento que possuíam sobre a doutrina liberal e seu desígnio de absorver os países novos, tornando-os dependentes e, portanto, submissos aos seus ditames.

A segunda tese não se assenta em bases mais seguras. A questão do contrabando que ocorrerá no Império, segundo o periódico da Associação Industrial não teria uma relação direta com ser ou não protecionista tendo por análise que até produtos que não têm imposto alto sofrerão com a ação dos contrabandistas. “Ninguém dirá que as joias e as sedas estejam sujeitas, as primeiras a direitos altos, e as segundas a direitos baixos, entretanto, o contrabando destes dois artigos dá-se igualmente e em grande escala.”<sup>210</sup>

Seu fim único era usufruir de lucros superiores ao do comércio lícito, para este fim escolhe itens que possuam procura significativa. Logo que para “o contrabandista é pura e

---

<sup>207</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.195. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>208</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.196. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>209</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.197. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>210</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.198. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.



simplesmente o maior interesse, que o guia em cujo jogo entra a escassez das mercadorias, facilidade dos agentes fiscais ou as condições topográficas do teatro de suas operações.”<sup>211</sup>

Quanto ao último inciso, o referente à falsificação de produtos, o periódico *O Industrial* questiona a atitude da *Gazeta de Notícias* que conduz o tema interrogando-os quanto à própria ação do comércio importador. Porventura serão altos os direitos dos tecidos de algodão, tais como brins e semelhantes? Não foram os seus direitos estabelecidos com anuência do comércio importador? Não tem estado até agora sob o domínio dos fabricantes estrangeiros todos os nossos mercados?

Apesar de todos os direitos que possuíam, o periódico menciona a falsificação do algodão vindo do estrangeiro. Afirma que o comércio importador teria sua cota de contribuição neste item. E as apreciações do periódico *O Industrial* acomoda o fato que o livre-câmbio não era uma doutrina relevante para o Império nesta ocasião.

Antes o colega diga que o livre-câmbio, é a maior mina que os governos têm descoberto para benefício de seus fabricantes. A ganância, na exploração de um país inocente, é a sua mira. Quando não lhes bastam os proventos de taxas quase sempre abaixo da razão da lei, eles são aumentados pela falsificação. E diga o colega, com a sinceridade de suas convicções, como lutar com este Protêo de nova espécie, que surge de todos os ângulos do mundo, para esmagar as tentativas do trabalho nacional? Deixemos provado que as falsificações não são privativas do protecionismo, como também, mais justos do que o colega, não o lançamos exclusivamente a conta da escola oposta, apesar de que esta dá mais chance à demasiada ambição da classe importadora.<sup>212</sup>

Esta disposição do periódico *O Industrial* em debater através da imprensa seu programa favorecia o intento de multiplicar sua inserção junto à esfera pública. E a utilização da imprensa era relevante pelo próprio entendimento que se tinha sobre o jornalismo. “O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, porque representam o pensamento da sociedade, graças a sua popularidade.”<sup>213</sup> O espaço encontrado pela Associação junto à esfera pública identifica a contribuição que a imprensa pôde conferir à causa industrialista. Em relação ao comércio importador, pôde-se identificar agentes que faziam parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro que apoiavam a causa da indústria fabril no Império.

---

<sup>211</sup> Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.199 Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>212</sup>Ver: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.201. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>213</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.p.131

Com relação ao comércio importador, a Associação Comercial do Rio de Janeiro tem em sua instituição uma divisão quanto ao entendimento em relação à indústria no Império. O discurso apresentado pelo Sr. Dr. Thomas Alves demonstra a divergência no órgão. Em seu pronunciamento defendeu o sistema de livre-câmbio afirmando ser a melhor escolha para as nações novas que almejavam desenvolvimento para as suas indústrias.

Todo imbuído nas doutrinas da escola inglesa, ele quer que nos condenemos perpetuamente á imobilidade, que sejamos indiferentes aos progressos das nações, visto como não podemos ser senão agrícolas, porque assim nascemos! O Sr Dr. Thomas Alves entende que não é pela proteção, e sim pela liberdade comercial, que a indústria há de desenvolver-se.<sup>214</sup>

Diferentemente da disposição do Sr. Dr. Thomas Alves, a Associação Comercial do Rio de Janeiro tinha em seus quadros homens contrários à doutrina liberal como os Comendadores Malvino da Silva Reis, Pinheiro e Souza Ferreira além do Conde Matosinho e muitos outros que defendiam a proteção para a indústria no Império. Para configurar este arranjo verificar-se-á o apoio dado à Associação Industrial por parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Assim entende também a Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro, a qual, no seu relatório, diz: Não pode, pois, a Diretoria deixar de lamentar que na confecção das Tarifas não se atenda jamais ás dificuldades com que luta a nossa ainda embrionária indústria, que não pretende nem reclama em seu favor todas as regalias do protecionismo, mas unicamente a opção de um sistema aduaneiro francamente definido, que sem prejuízo da introdução dos produtos estrangeiros não desalente os poucos indivíduos que tem a coragem de procurar introduzir no país os elementos que hão de constituir no futuro a nossa riqueza industrial. Para a consecução deste grande resultado bastará, como primeiro passo, que sejam modificados os direitos estabelecidos para as matérias-primas, que formam a base das nossas indústrias, continuando a subsistir, como é de razão, e sem gravame, os que oneram os produtos manufaturados no estrangeiro. É também indispensável que os direitos uma vez criados e sob a proteção dos quase algumas indústrias são iniciadas, não sejam irrefletidamente alterados, aniquilando-se ao nascer o que em prazo mais ou menos longo poderia robustecer-se e prescindir de qualquer proteção ou amparo.<sup>215</sup>

O apoio recebido da Associação Comercial do Rio de Janeiro na defesa da causa da indústria fabril foi aceito com restrições pela Associação Industrial, pois expõe em seu periódico *O Industrial* seu entendimento a fim de demarcar sua direção quanto ao caminho a seguir e define as suas divergências segundo a sua explanação.

---

<sup>214</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo 'O Industrial' p.177. Disponível em: <:http://memoria.nemesis.org.br>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>215</sup>Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ' O Industrial' p.170. Disponível em:< http://memoria.nemesis.org.br.> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Não nos parece bastante para o desenvolvimento da indústria a modificação dos direitos sobre as matérias-primas julgou necessária igualmente a elevação dos direitos sobre os produtos similares, ou ao menos a escrupulosa execução da lei na aplicação de impostos, para o que convém examinar com a máxima atenção os preços de tais produtos, para que não entrem no Império, como dissemos em nosso último número, com direitos inferiores aos devidos. Adaptar este último sistema não é gravar os produtos estrangeiros, mas unicamente fazer a justiça, a que a indústria do país tem incontestável direito.<sup>216</sup>

O tema sobre a concorrência entre produtos similares nacionais e importados foi a causa do desacordo entre as duas entidades. Entre os membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro, há comerciantes que apoiaram a causa da Associação Industrial em sua organização, como o Comendador Malvino da Silva Reis que foi seu idealizador e outros que se opunham ao incentivo à indústria. As discussões entre as duas entidades foram realizadas através da imprensa. O periódico fazia essa relação entre a Associação Industrial e diversos assuntos que tivessem arrolamento com a tese da causa industrialista.

O artigo ‘Associação Comercial’ publicado no periódico *O Industrial* demonstra a discordância entre o grupo vinculado especificamente à indústria naval e da marinha mercante e os importadores. Estes possuíam posições díspares quanto ao assunto proteção. Em uma dada reunião esplanada no artigo identifica-se esta desavença: o ilustrado Senhor Comendador Malvino da Silva Reis que manifestava seu juízo quanto à necessidade de apoio a indústria almejando seu desenvolvimento.

Do debate entre o Senhor Comendador Malvino Reis e o secretário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que argumentou não ser necessário o apoio solicitado pelo parecer, este se estendendo por três horas, a diretoria da Associação Comercial assentou em votação o assunto levantado. Com a vitória da proposta mencionada pelo Sr. Malvino Reis ao apoio requerido, um grupo da diretoria se ausentou da direção dos trabalhos configurando sua posição. Desta maneira uma fração da diretoria teve pareceres divergentes quanto ao assunto.

Formulando-se, deste modo, as aspirações da indústria nacional, ninguém dirá que se pede uma proteção absoluta e que se pretende criar monopólios; como se vê, pretende-se o que é justo e razoável, deixando-se ao patriotismo e a ilustração dos representantes do povo, a glória de decidir estas questões, de magno interesse do país, e que somente poderão ter uma cabal solução, depois de um inquérito e de larga discussão. Ninguém ignora quanto é prejudicial ao comércio a mudança continuada das tarifas aduaneira e por isso muita negociantes estrangeiros, que, aliás, não se quiseram envolver nestas questões, queixam-se das discussões que podem demorar a promulgação da tarifa em projeto. Entretanto, é necessário observar-lhes que, demorando-se mais um ano a tarifa atual, e adaptada as providências que ora reclamadas, chegará a uma conclusão definitiva, que habilitará o governo a estabelecer uma lei.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘O Industrial’ p.171. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>217</sup> Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ‘Associação Comercial’ p. 318. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

O Inquérito Industrial solicitado pela Associação Industrial do Rio de Janeiro através da imprensa ganha cooperadores proeminentes que exerceram um papel diferencial junto à averiguação. O referido destaque ocorrerá quando as duas entidades articularem, cada qual ao seu favor, no inquérito industrial de 1883, solicitações distintas com seus próprios intentos, por compreender que se fazia necessário que se conhecesse a realidade da indústria no Império. Na continuidade do capítulo o inquérito industrial será o objeto de exposição.

### 3.2 - Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Fazenda sobre o Inquérito Industrial em 1882 e a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentado ao Corpo Legislativo em 1883.

O documento (relatório) apresentado a Sua Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial de 1882, intentava estudar a necessidade da indústria. Fora composto de um questionário que tinha a finalidade de averiguar o imperioso estado da indústria. Possuindo a principio a quantidade de indústrias existentes em cada província, entendendo que o questionário não era obrigatório, portanto ficando a cargo de cada industrial responder ao não ao dito.

Por aviso de 15 de dezembro do ano próximo passado o Senhor Conselheiro José Antonio Saraiva, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, dignou-se nomear uma comissão composta do abaixo-assinado para proceder a minucioso inquérito, estudar o estado das indústrias do país e conhecer quais as que, tendo elementos para prosperar, careciam de qualquer proteção.<sup>218</sup>

A comissão de Inquérito Industrial composta pelos senhores Fabio Alexandrino Carvalho Reis, Alexandre A. R. Sattamini e Honório A. Baptista Franco, iniciou seus trabalhos na Exposição de 1881 utilizando o espaço e o contato com os industriais. A metodologia utilizada para a comunicação com os interessados quanto ao assunto foi a imprensa da Corte. “convidando por anúncios, que foram publicados nos jornais de maior circulação desta Corte, todos os industriais e pessoas interessadas no assunto [...] apresentarem verbalmente ou por escrito as observações e reclamações.”<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> Ver: Relatório Apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Volume I. Rio de Janeiro. Typografia Nacional 1882.p.III. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>219</sup>Cf: Relatório Apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Volume I. Rio de Janeiro. Typografia Nacional 1882.p.III. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

A princípio o trabalho iniciou-se em 22 de dezembro ficando aberto durante toda a Exposição da Indústria Nacional de 1881 com o intento de receber as observações e reivindicações dos industriais. Não alcançando êxito esperado, a comissão elaborou uma carta circular a todos os fabricantes da Corte “para que a coadjuvassem com informações precisas que pudessem guiá-la no desempenho da tarefa que tenha a cumprir tanto mais quanto o inquérito fora solicitado em nome dos industriais.”<sup>220</sup> A Associação Industrial ratifica sua articulação política com a constatação do contato com o Governo Imperial através da solicitação de um pedido expresso por meio da imprensa e de líderes no Parlamento com referência ao dado Inquérito Industrial caracterizando assim a ingerência da Associação Industrial junto ao Governo Imperial. Segundo Nicos Poulantzas em seu livro *O Estado, o Poder, o Socialismo* (2000), o Estado moderno não pode ser reduzido ao papel de aparelho da dominação política burguesa, deve-se identificar este como campo de lutas, ou seja, sua relação com as classes sociais e a luta de classes.<sup>221</sup> A expressão de grupos e seus projetos de mudanças para o Império.

Para a comissão seria necessária uma estatística que pudesse confirmar o real estado da indústria no Império. Entre as indústrias arroladas pela comissão o total seria de 136 na Corte e 32 nas províncias.

Segue a quantidade de indústrias do Município da Corte: 1 fábrica de tecidos de algodão, 3 fábricas de bebidas alcoólicas e fermentadas, 24 fábricas e oficinas de marcenarias, 6 fábricas de calçados, 4 fábricas de arreios, 6 fábricas de selins, 2 fábricas de baús, 12 tipografias, litografia e encadernação, 34 fábricas de fundição e oficinas de laborar metais, 9 fábricas de chapéus de feltro, 4 fábricas de óleo, sabão e velas, 2 fábricas de luvas de pelica, 2 fábricas de flores artificiais, 2 fábricas de caixas para joias, 3 serrarias a vapor, 2 fábricas de massas alimentícias, 4 fábricas de papelão e papel de embrulho, 1 fábrica de tecido e meias e 15 fábricas diversas.

As Províncias registram: Pará: 1 fábrica de sabão, 2 fábricas de chocolate e 1 fábrica de fundição. Pernambuco: 1 fábrica de genebra, 1 fábrica de carvão animal e 1 fábrica de velas. Bahia: 1 fábrica de tecidos de algodão. Espírito Santo: 1 fábrica de gás de iluminação, 1 fábrica de cerveja, 1 fábrica de sabão e velas e 2 fábricas de preparar fumo. Rio de Janeiro: 2 fábricas de tecidos de algodão. São Paulo: 1 fábrica de meias e 1 fábrica de penol. Paraná: 1

---

<sup>220</sup> Cf. Relatório Apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Volume I. Rio de Janeiro. Typografia Nacional 1882.p.IV. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>221</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p.53.

fábrica de refinação de açúcar, 1 fábrica de café, 1 fábrica de pólvora, 2 fábricas de telhas e tijolos, 1 fábrica de sabão e velas, 1 fábrica de tecidos de algodão feitos à mão, 4 fábricas de erva mate e 1 estabelecimento de criação. Rio Grande do Sul: 1 fábrica de teares de lã.

A quantidade de fábricas existentes na Corte explica em parte a facilidade de articulação entre as indústrias no Império. E o Inquérito pode dar uma visibilidade para o Governo e o Parlamento quanto às dificuldades enfrentadas pela indústria. Este documento apresentado ao Senhor Ministro da Fazenda pode trazer dados mais concentrados da Corte. Para a análise do inquérito a comissão pôde elaborar uma série de questões que puderam trazer informações objetivas quanto à organização das indústrias.

1º Localização onde esta situada a fábrica ou estabelecimento. 2º Nome do proprietário da fábrica. 3º Data da fundação. Apontamentos históricos. 4º Capital. 5º Natureza do motor, sua força, consome de combustível se o exigir data em que foi adquirida. 6º Quantidade, qualidade, valor procedência das materiais primas empregadas. 7º Quantidade, qualidade, nomes e procedências das máquinas empregadas para a fabricação. 8º Números de operários maiores e menores de cada sexo. Salários respectivos. 9º Quantidade e qualidade de produtos fabricados anualmente, seus preços de venda por grosso na fábrica. Mercado de consumo. 10º Dificuldade que se encontrem para obter capitais ou braços para o trabalho e desenvolvimento da fábrica, ou para adquirir maquinismo mais perfeitos. 11º Quais são os direitos da tarifa atual ou outra disposição da lei, cuja conservação ou alteração considera necessária para a sua indústria e por que. 12º Qual o estado de instrução do pessoal operário.<sup>222</sup>

Este questionário foi objetado por um número determinado de indústrias no Império. No anexo B a relação de indústrias que responderam ao questionário. O anexo C traz quadros sobre os seguintes assuntos: navegação, mercadorias, tarifa, indústrias. O alcance junto aos industriais foi efetivo junto à Corte, mas sem expressão nas demais províncias. Para tanto a comissão de inquérito industrial se ampliou sobre a gestão do Parlamento, pretendendo reconhecer as necessidades da indústria em todo o Império.

A respeito do documento *Informações Apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislativa de 30 de agosto de 1883*, este indica a realidade que pode ser constatada pela comissão parlamentar de inquérito que tinha como proposta averiguar as condições da indústria fabril, do comércio e dos meios possíveis de circulação das mercadorias produzidas no Império, além das alfândegas.

Para tanto foram nomeados deputados, um conselheiro e um comendador para dirigir este afazer. Os seguintes senhores foram responsáveis pela coordenação de todo o processo de

---

<sup>222</sup>Cf: Relatório Apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Volume I. Rio de Janeiro. Typografia Nacional 1882.p.12. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

investigação: Dr. Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira, Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, Dr. Antonio Felício dos Santos, Conselheiro Franklin Américo de Menezes Doria e o Comendador Manoel José Soares.

Desta lista de nomes a do senhor Antonio Felício dos Santos, este inclusive foi o primeiro presidente da Associação Industrial do Rio de Janeiro e continuará no combate a favor da causa industrialista no Império junto ao Governo e as Câmaras.

Requeiro que esta Augusta Câmara eleja uma comissão especial de cinco membros que, no intervalo das sessões, instaurando um inquérito sobre as condições do nosso comércio, da indústria fabril e do serviço das nossas alfândegas, dê minucioso parecer a respeito da Tarifa das Alfândegas, mandato executar provisoriamente pelo Decreto nº 8360 de 31 de Dezembro de 1881.<sup>223</sup>

Sendo o estudo vasto para uma comissão executar foi pedido a vários colaboradores como presidentes de províncias, deputados, inspetores das tesourarias e alfândegas, corporações e associações, que pudessem prestar serviços para com a comissão. “Devendo o inquérito estender-se a todo o Império e não sendo possível a comissão fazê-lo por si só, solicitou a colaboração de comissões auxiliadoras compostas, em todas as províncias, de deputados e mais colaboradores por eles escolhidos.”<sup>224</sup> Segue a relação das comissões auxiliares divididas em Corte e Províncias e subdivididas por áreas a serem avaliadas. Um grupo significativo de líderes das comissões eram conselheiros, comendadores, barões e doutores, além de serem do corpo legislativo, sendo alguns membros da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Comissões nomeadas para a Corte: Bancos e Meios Circulantes: Barão de Andarahy, Comendador J. C. Ramalho Ortigão, Conselheiro José Machado Coelho de Castro e Dr. Manoel de Oliveira Fausto. Companhias de Seguros: Comendador José Justiano Rodrigues, Luiz Guedes de Moraes Sarmento. Transportes Marítimos e Fluviais: Comendador Euzébio José Antunes, Comendador Jacomo N. Vincezi, Comendador Antonio Gomes de Mattos, Comendador Malvino da Silva Reis, Comendador José Augusto Vinhaes e Comendador Carlos Moreax. Transporte terrestres: Dr. Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, Dr. Antonio Maria de Oliveira Bulhões e Dr. Francisco Pereira Passos. Companhias Comerciais e Industriais: Comendador Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro, Manoel José da Fonseca e Henrique Joppert. Comércio de Importação: Antonio Alves Ferreira, Comendador Antonio da Costa Chaves de Faria, Pedro Lecoq, Barão de S. Francisco Filho, Bernardino Rodrigues Cardoso, José Antonio Soares Pereira e Wenceslau Guimarães. Comércio de Exportação: Emílio Berla, Eduardo H. Fattle, Joaquim Dias Custódio de Oliveira, Francisco Sawen, Augusto Wiglem E. Pradez e Comendador Francisco de Paula Magrinck. Comércio

---

<sup>223</sup>Cf. Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1883.p.3. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>224</sup> Cf. Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1883.p.5. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Intermediário de Exportação: Barão de Araújo Ferraz, José de Souza Lima, Pedro Gracie, Francisco Eugenio de Azevedo Carlos Justiniano das Chagas e Luís de Andrade. Comércio a Retalho e a Varejo: Visconde de S. Thiago de Riba d Ul, Comendador Francisco salgado Zenha, João Francisco Fróes da Cruz e Domingos da Silva Mendes. Serviços das Alfândegas: Conselheiro Antonio Pedro da Costa Pinto e o Comendador Carlos Pinto de Figueiredo.<sup>225</sup>

As comissões auxiliares da Corte que foram subdivididas por sessões de acordo com cada função pelas quais iriam estar responsáveis, sinalizam o grau de abrangência que esta comissão parlamentar deveria exercer. Para tanto, puderam receber dos senhores especialistas em cada análise e das reivindicações das associações. Seguem ainda as comissões auxiliares nomeadas para as províncias espalhadas pelo Império.

Amazonas: Dr. Antonio do Passos Miranda e Dr. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel. Pará: Dr. Guilherme Francisco da Cruz e Dr. Samuel Wallace Mac- Dowel. Maranhão: Dr. Sinval Odorico de Moura e Dr. Antonio Olympio Gomes de Castro. Ceará: Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil. Paraíba: Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia e Dr. Manoel Carlos de Gouveia. Pernambuco: Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela, Dr. José Mariano Carneiro da Cunha e Ulysses Machado Pereira Vianna. Alagoas: Dr. Teophilo Fernandes dos Santos e Barão de Anadia. Sergipe: Barão da Estância e Dr. José Luiz Coelho e Campos. Bahia: Barão do Guahy, Conselheiro Antonio Carvalho da Rocha e Dr. João Ferreira de Araújo pinho. Espírito Santo: Dr. Leopoldo Augusto Diocleciano de Mello e Cunha e Alphio Adolpho Monjardim de Andrade e Almeida. Rio de Janeiro: Dr. Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, Dr. Manoel Rodrigues Peixoto e o Conselheiro João de Almeida Pereira. São Paulo: Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrade e o Conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva. Paraná: Conselheiro Manoel Alves de Araújo e Dr. Generoso Marques dos Santos. Rio Grande do Sul: Conselheiro Francisco Antunes Maciel, Dr. José Francisco Diana, Dr. Antonio Eleutério de Camargo, Dr. Antonio Antunes Ribas e Dr. Felisberto Pereira da Silva. Minas Gerais: Dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pennas, Dr. Joaquim Vieira de Andrade, João de Matta Machado, Dr. Francisco Ignácio de carvalho Rezende, Dr. Eduardo Augusto Montardon, Dr. Olympio Oscar de Vilhena Valladão, Barão da Leopoldina, Dr. João Nogueira Penido e Dr. Carlos Vaz de Mello. Goiás: Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim.<sup>226</sup>

As comissões auxiliares das províncias tinham por finalidade levantar as necessidades da indústria e do comércio, assim como as comissões auxiliares da Corte. Para este arrolamento se fazia imperativo possuir uma lista de temas a serem respondidos a fim de configurar a realidade da indústria fabril e do comércio.

O documento traz inúmeras perguntas quanto à alfândega, a tarifa, a indústria fabril, os bancos, os meios circulantes, os transportes e os seguros. As questões apresentavam a finalidade de avaliar o estado da indústria e do comércio, abrindo as discussões sobre suas

---

<sup>225</sup> Cf: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1883.p. 16. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>226</sup> Cf: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1883.p. 16. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.



necessidades e tendo a possibilidade de ajustes que pudessem dar algum ganho a indústria fabril e ao comércio.

Dentre as perguntas, serão alçadas algumas com a intenção de se traçar um perfil quanto às dificuldades encontradas na época, referente aos itens já mencionados, pois estas seriam o roteiro a ser respondido pela indústria, pelo comércio e pelos especialistas indicados pela Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial. As questões estão divididas com relação aos itens: Tarifa, Alfândega, Indústria Fabril, Bancos, Meio Circulante, Transportes e Seguros.

Tarifa: A classificação das mercadorias adaptada por nossa Tarifa aduaneira é satisfatória? Se tiver defeitos quais são eles? Como corrigir tais defeitos e remediar tais inconvenientes? Os preços oficiais das mercadorias diferem notavelmente dos preços correntes dos mercados exportadores e dos do nosso mercado? Quais são os aumentos ou diminuições de taxa a que pode e deve dar lugar a revisão de nossa tarifa? É possível por um bem pensada revisão de a tarifa aumentar a renda do Estado sem aumentar os atuais ônus do nosso comércio e indústria? Como? Das reformas efetuadas nos últimos vinte anos, quais as que maiores inconvenientes para a indústria nacional, resultaram das modificações que a Tarifa atual fez na de 1879? Alfândega: A organização, número, condições de habilitação e vencimentos do pessoal das nossas alfândegas e mesas de rendas são satisfatórias? O modo de verificação da qualidade das mercadorias para o cálculo do imposto é o melhor, segundo as disposições vigentes? Qual o melhor meio de impedir o contrabando? O nosso sistema de despacho, carga e descarga e armazenagem de mercadorias são satisfatórios? Quais os melhoramentos que necessitam as nossas alfândegas em relação aos edifícios e respectivos maquinismos para o bom desempenho dos serviços que lhes pertencem? Indústria Fabril: Qual a localização da fábrica ou estabelecimento, nome do proprietário, sociedade ou companhia, histórico de estabelecimento? Qual o capital empregado? Qual a natureza do motor empregado, sua força, consome de combustível e despesa anual? Data em que foi adquirido? Quantidade, qualidade, valor e procedência das matérias-primas? Quais as máquinas empregadas, seu número, procedência e custo aproximado? Qual o número de operários, sua idade, sexo, estado e nacionalidade? Sistema de trabalho e salário? Quais as dificuldades para se obter braços máquinas, capitais e transporte? Bancos, meio circulante, transporte e seguros: O banco quer do Norte quer do sul do Império, criando caixas filiais e agências, poderão facilitar as transações comerciais e, portanto as remessas de numerário? Convém o Banco do Brasil alargue o círculo de suas operações de crédito real, emprestando sob hipoteca a outros mutuários além dos cafeicultores e mesmo a outros industriais, como o fabril? O nosso comércio intermediário de importação luta com dificuldades que podem ser removidas por medidas legislativas ou administrativas? Quais as medidas legislativas e administrativas necessárias ao desenvolvimento de serviço dos transportes marítimos e fluviais?<sup>227</sup>

Estes pontos foram discutidos ao longo do Inquérito pela Associação Industrial, pelos especialistas que por experiência em cada item puderam auxiliar a Comissão e pela Associação Comercial do Rio de Janeiro.

O conselho da Associação Industrial composta de delegados eleitos pelas indústrias estudou reclamações apresentadas e encaminhou à comissão. “Crê que desta vez triunfará o espírito esclarecido e prático do oportunismo sobre as teorias falazes do radicalismo da livre-

---

<sup>227</sup> Cf: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1883.p. 7- 15. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

permuta.”<sup>228</sup> Firmar que a razão do pouco capital empregado nas indústrias advém do alto risco que esta empresa demonstra ser no Império, sem apoio de leis que a protejam e a incentivem. “Desde que o Estado auxilie, e que ela prospere, capital e braços procuraram o país para concorrerem ao campo vastíssimo da produção.”<sup>229</sup> Esta foi a posição da Associação Industrial expressa de maneira objetiva neste inquérito, expondo ao Parlamento sua pretensão quanto a sua mais definitiva reivindicação que seria uma proteção que pudesse alavancar a indústria no Império.

Em cada reclamação a Associação Industrial responde aos itens expressos no questionário do Inquérito. Outra tese seria em referência aos preços que as mercadorias teriam no comércio interno, e que as indústrias beneficiariam a população com trabalho, bem-estar e desenvolvimento. A defesa feita pela Associação junto ao Parlamento coliga seu desígnio de demonstrar sua real condição. “A população terá os produtos por preços razoáveis, o povo terá profissões honestas e lucrativas para seus filhos, e a nação terá criado a sua indústria e multiplicará sua riqueza e será feita a sua autonomia.”<sup>230</sup>

As reclamações da Associação Industrial concernente à indústria de vidros que foi exposto no Inquérito traz em especial a Fábrica de Vidros de Esberard, até então única fábrica de vidros no Rio de Janeiro. Expõe sua dificuldade quanto à tarifa de 1881 que prejudicará seu desenvolvimento. Argumenta que a utilidade da fábrica estava revelada no fato de gerar emprego para os homens e mulheres e de ser um local de possível acesso à alfabetização dos operários. “Os operários que a fábrica tem em seu serviço são na quase totalidade analfabetos. Esta consciência de todos que o nosso pessoal empregado na indústria fabril é destituído dos necessários conhecimentos técnicos.”<sup>231</sup>

Este problema desvenda a urgência da fábrica em instruir seus operários; e para que seja possível a solução da demanda, requer da comissão de Inquérito Industrial apoio de lei e incentivo para a possibilidade da instalação de escola na fábrica. “Estes conhecimentos

---

<sup>228</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 345. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>229</sup> Ibidem. p.368.

<sup>230</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p.368. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>231</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 355. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

poderiam obtê-los, se cada fábrica tivesse escolas nas quais os motivos referentes à especialidade de que se ocupassem, ali fossem ensinados.”<sup>232</sup> A particularidade aqui é requerida para o rendimento do trabalho. A Associação Industrial em sua reclamação junto à comissão esclarece que não seria possível a fábrica arcar com as despesas porque os industriais não teriam recursos.

Por último se referindo à fábrica de vidros de Esberard é solicitado ao corpo Legislativo uma proteção à matéria-prima utilizada na confecção dos artefatos, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos e a garantia de concorrência com os produtos estrangeiros.

Outra fábrica citada no Inquérito foi a Companhia Industrial Óleos que solicitou à comissão alguma reflexão quanto à importação segundo a tarifa cobrada por óleos e azeites. Expõe que os acionistas até aquela data não tiveram nenhum ganho ao contrário. Fora pedido aos mesmos que pudessem injetar mais recursos para a manutenção da dita fábrica. Faz suas alegações a fim de expor suas reais condições.

O prejuízo que sofre a Companhia é devido não somente a concorrência, dos azeites importadores do estrangeiro, mas principalmente ao fato de que homens poucos escrupulosos, apresentam à venda tais azeites que pelo seu paladar parecem nocivos. O Governo tome precauções necessárias para se evitar a fraude. A Companhia pede, pois, que se considere conveniente de elevar a taxa do art. 135, a 120 réis restabelecidos que vigorará em 1879.<sup>233</sup>

A Associação Industrial expõe suas reclamações referentes a estas fábricas que reivindicaram junto ao conselho da diretoria um protesto quanto as suas necessidades. Seguem as considerações feitas pelo senhor Francisco Rebello de Carvalho, empregado do Fisco. Sua análise de itens expostos, a princípio, quando se alude à Alfândega e à Tarifa.

Em sua avaliação, a Alfândega deveria ser vistoriada para um melhor entendimento quanto às tarefas que efetuavam em cada província, pois havia no período alfândegas mistas que executavam as tarefas de importação, exportação, recebedoria e pagadoria, que desempenhavam múltiplas tarefas e outras que trabalhavam com importação e exportação.

Onde o trabalho torna-se notável pela variada cobrança das rendas internas e extraordinária, pondo-as na arrecadação, em pleno contato com todas as classes sociais, e na despesa com

---

<sup>232</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 356. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>233</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 364. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

todos os ministérios, portanto, se aquelas que se consideram pela renda. Assim é que em geral pode-se dizer que os mais importantes e notáveis empregados fiscais são aqueles que praticam nestas Alfândegas mistas [...] e a prova do que avanço verifica-se principiando pelo atual inspetor da Alfândega da Corte, cuja aptidão e conhecimentos profissionais correspondem ao elevado cargo que com justiça exerce.<sup>234</sup>

Com referência à função de inspetor são expostas algumas demandas que seriam o empreguismo como artifício eleitoral, a necessidade dos funcionários falarem idiomas como o inglês e o francês e o concurso que não era considerado. “A vontade do Governo superior da Lei, nomeando como tem nomeado empregados de 3ª entrância indivíduos contra a expressa disposição do mesmo, [...] sem exames de português [...] preterindo funcionários competentemente habilitados.”<sup>235</sup> De acordo com este ajuizamento, traria inúmeras dificuldades ao Governo que seriam: funcionários sem condição de exercer o posto que desempenhavam, desmoralização e anarquia no trabalho das alfândegas.

Foi ainda demonstrado o caso de uma desconfiança entre fiscais e comerciantes, por causa de contrabando efetuado por parte de alguns comerciantes. “porque um ou outro abuso ou fraude de medíocre importância não pode servir de base para julgar negociantes que em sua totalidade são honestos. Entende-se que não deve ser modificada a severidade da Lei que pune o contrabandista.”<sup>236</sup> Fora arguido dos principais serviços a que convém simplificar nas alfândegas e quais as modificações que poderiam contribuir para o comércio sem que com isso procedesse em abuso ou fraude. O processo de despacho nas alfândegas era um importante serviço diário que era vantajoso tanto para o fisco quanto para o comércio.

O processo e tramites destes despachos devem ser iguais aos que venho de indicar, somente acrescentando a entrada e saída no armazém. Assim observado este processo, é incontestável vantagem para o serviço público, renda de Estado, e para o comércio que conquanto mais sobrecarregado de serviço fiquem seus despachantes, acolhem esta medida, que dá em resultado a facilidade com que obtém a mercadoria pelo processo de uma só conferência, que se observa hoje em todo o universo. Tanto assim é que, uma vez feita à experiência, obteve-se o mais satisfatório resultado, dando o justo impulso de animação ao comércio honesto.<sup>237</sup>

---

<sup>234</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 25. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>235</sup> Ibidem. p.3

<sup>236</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 26. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>237</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 4. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Quanto à tarifa, foi considerado o fato de que fora um instrumento de renda para o Governo. Segundo a ponderação feita, era argumentado que a tarifa oferecerá maior vantagem para o fisco do que para a população. E que a função do funcionário fiscal era se sustentar de maneira íntegra para assegurar uma honestidade junto ao comerciante e o Governo. Para magnitude de sua função se fazia necessário um salário digno que pudesse proporcionar uma melhor condição para o exercício de suas atribuições.

A conclusão que faz o senhor Francisco Rebello de Carvalho, empregado do fisco e que compete aos comerciantes e aos industriais alargar seus direitos e provar as suas necessidades. Assertivo ao fato de que houvesse uma reforma sobre a indústria nacional e o comércio direto se fazia imprescindível a opinião dos profissionais que seriam os consultores do próprio Governo e dos representantes da nação.

Pela maneira emaranhada em que se acham todas as questões fiscais nesse vasto oceano de dificuldades, esta ilustre Comissão só pode obter reformar ao que é urgentemente discriminando assuntos e tratando de cada um deles em separados por meio de um estudo permanente.<sup>238</sup>

A proposta do fiscal da Alfândega encarregado de investigar as questões da tarifa e da alfândega encerra afirmando que compete aos interessados, os industriais e os comerciantes, pelejarem por suas posições junto ao Governo e ao Parlamento compreendendo que estes foram os reclamantes e fiscais da Associação Industrial do Rio de Janeiro e a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Até então, na apresentação, fica evidente que este Inquérito Industrial tem por objetivo levantar as reclamações e necessidades da indústria e do comércio, com a intenção de gerar algum resultado que possa beneficiar os reclamantes.

O Senhor Dr. Pedro Ferreira Viana foi outro especialista que fora convidado pela Comissão para realizar uma análise com o arrolamento dos quesitos apresentados no princípio desta exposição. Seguem alguns quesitos que foram revelados com o propósito de identificar alguns pontos relevantes para que se possa perceber a atual situação da indústria fabril, dos bancos, dos transportes da circulação de mercadorias e do comércio.

O quesito 3º que se refere à tarifa e trata da seguinte indagação: Quais são os aumentos ou diminuições da taxa a que pode e deve dar lugar a revisão da nossa tarifa? A apresentação

---

<sup>238</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 7. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

dos argumentos protecionista e livre-cambismo narrados demonstram o grau de dificuldade encontrada em se definir a qual optar como melhor proposta para o Império. Com a mostra seguem os exemplos de países que fizeram uma escolha protecionista e livre-cambista.

Diz Caurdes na obra *Curso de Economia Política* impressa em 1880, no volume 1º página 675: “Se o reinado da liberdade comercial universal deve vir um dia, esse dia esta ainda afastada. Os Estados Unidos constituem debaixo das nossas vistas, graças ás proteção, um imenso poder industrial; a Rússia a votada ao sistema restritivo: a Áustria, Hungria, a Espanha, a Itália e a Suíça levantam suas tarifas, a Alemanha parece disposta a proceder do mesmo todo, depois de ter fundado sobre a unidade aduaneira sua unidade política. Em consequência de uma série de reformas realizadas com uma audácia e boa fortuna sem exemplo, a França e a Inglaterra, arrastando a Bélgica na sua órbita, são as únicas que falam em adiantar-se mais na senda da liberdade comercial.”<sup>239</sup>

A contribuição desta obra configura o estado das nações à época concernente ao tema ‘o sistema livre-cambista e protecionista’ e pede, portanto, uma posição da Comissão de Inquérito Industrial. A afirmativa era que a escolha do sistema dependia das circunstâncias. A causa da indústria nacional está contrária aos interesses fiscais do Governo. “levantar barreiras à importação será diminuir a renda das alfândegas, e as finanças não se acham no caso de suportar desfalques.”<sup>240</sup>

No quesito 5º que segue sobre a tarifa, interroga: É possível pensar que a revisão da tarifa pode aumentar a renda do Estado sem aumentar os ônus do nosso comércio e indústria? Como? Não é possível. Discorre sobre o assunto com relação a possíveis alterações de mercadorias que pudessem ser mais tributadas para compensar outra já muito taxada.

Suspender as isenções de direitos que tem sido concedidos a muitas companhias e particulares, favores para a administração não esta obrigada a fazer indefinidamente. O aumento da renda do Estado seria certo por este lado, e não haveria ônus para o comércio e indústria, mas unicamente a aplicação da lei da igualdade para todos. Mas antes de concluir, direi: que julgo mais acertado mudar de sistema; em lugar de fazer uma revisão total sobre a tarifa, o que convém é fazer uma revisão anual, elevando o imposto dos gêneros que durante o ano tenham aumentado de consumo, e diminuído o imposto no caso contrário.”<sup>241</sup>

Quanto ao aspecto que indica um imperativo de ter no Império uma revisão anual que pudesse proporcionar uma maior mobilidade dos gêneros e seus impostos, fora alcançado esta

---

<sup>239</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 12. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p.12.

<sup>241</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 14. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

pretensão do Inquérito Industrial junto ao Governo. Ao longo do período foram alcançados estes benefícios, pois havia uma articulação junto ao Governo para que pudessem ser garantidos os interesses da indústria. Conforme afirma Paulo Roberto de Almeida em seu livro *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As Relações Econômicas Internacionais no Império* (2001), “Em 1887, a Tarifa Belizário de Souza é abertamente protecionista, tratando de reduzir as taxas sobre as matérias-primas necessárias às indústrias nacionais e discriminado os gêneros de produção semelhantes aos brasileiros.”<sup>242</sup> Como almejará a proposta que se referia a Tarifa a ser cobrada no Império.

Quanto ao quesito 9º segue a alegação: Podem e como os poderes públicos facilitarem o movimento interprovincial de fundos destinados ao pagamento de impostos aduaneiros e às transações mercantis? Ao içar este pressuposto fora criticada a ação do Banco do Brasil que se concentrava na Corte e na província do Rio de Janeiro sem se estender para as demais províncias, prejudicando assim a circulação de recursos no Império.

Na argumentação 10ª é publicado: O que mais convém: uma Tarifa geral uniforme, firmada por lei ou Tarifas convencionais estabelecidas segundo estipulações de tratados internacionais? Estabelecida a tarifa geral, quais as concessões que por meio de tratados convém obter em bem do nosso comércio e indústria?

Conforme exposto no documento o que convém ao Império seria tarifa geral uniforme, porque tarifas fundadas em tratados internacionais diminuiriam a renda das Alfândegas, aumentando a necessidade de pessoal e dificultando o expediente. Quanto às concessões não seriam possíveis por pena de anular os tratados. “Mas a estas considerações se poderá opor que temos de seguir a Inglaterra e a França, porque é com estes povos que mantemos maior comércio, e que ainda neste sentido faremos ajustes com os Estados Unidos, nosso principal consumidor”.<sup>243</sup>

Em relação ao contrabando, prática constantemente exercida como já anteriormente referido, a pergunta a ser respondida seria: Qual o melhor meio de impedir o contrabando? As medidas adaptadas ao Regulamento e mais disposições em vigor são suficientes? O melhor meio de controlar o contrabando seria aumentar a polícia fiscal dos mares territoriais, costas e rios.

---

<sup>242</sup>ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As Relações Econômicas Internacionais no Império*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p.100.

<sup>243</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 12. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Convém que o Banco do Brasil alargue o circuito de suas operações de crédito real, emprestado sob hipoteca a outros mutuários além dos fazendeiros de café, e mesmo a outras indústrias como a fabril? O objetivo principal do banco seria o de depósito e o de desconto com a taxa mais moderada para o desenvolvimento do Império.

O serviço que presta um banco nestas condições é extraordinário, ele serve de regulador a taxa dos descontos, e não permite que os outros bancos, na luta da concorrência, abaixem os descontos até arruinarem-se uns aos outros, e que os últimos que se salvarem entrem em um acordo prejudicial ao comércio.<sup>244</sup>

Em continuidade ao caso dos bancos e dos capitalistas veio a tese: Por que razão os bancos e capitalistas recusam adiantar dinheiro sob caução de gêneros de produção nacional, não só de consumo, como de exportação? De acordo com a análise realizada ficou constatado que a legislação comercial e aduaneira oferece, sem dúvida, toda a segurança ao credor. Mas para se conseguir convencer o capital que encontrará fonte boa de lucro, afirma que demorará resolver esta questão.

Sobre o tema de transporte terrestre foi indagado: Em que condições se acha o serviço de transportes terrestres entre nós? Com que dificuldades lutam? Qual a parte com que para tal serviço contribuem a indústria nacional e a estrangeira? Que medidas legislativas ou administrativas são necessárias ao desenvolvimento desse serviço? “Na opinião do Senhor Dr. Pedro Ferreira Viana, o serviço das estradas de ferro é o que reclama medidas administrativas e estas não podem ser outras senão dar o Governo maior desenvolvimento à fábrica de ferro de S. João de Ipanema, habilitando-a para todas as espécies de obras.”<sup>245</sup> Por fim o último quesito exposto é referente a banco e circulação de numerário.

Quanto à circulação e os bancos, fora feita a seguinte tese: A falta de numerário que em certas épocas se sente na Praça do Rio de Janeiro, e em outras do Império, provém de deficiência do meio circulante ou é causada pelas dificuldades da remessas de numerário? Há outras?

Em 1881 expositores para as províncias mais de vinte e dois mil contos, e em 1882 mais de quinze mil contos. Suponha que este fato deve ser principalmente atribuído as seguintes razões: 1º quando o cambio nas províncias do Império esta mais alta, os compradores de

---

<sup>244</sup> Conferir: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p.28. Disponível em:< [http:// memoria. nemesis.org. br](http://memoria.nemesis.org.br) >. Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

<sup>245</sup> Cf: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883.p. 29. Disponível em:< [http://memoria. nemesis.org. br](http://memoria.nemesis.org.br) > Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda.



saques remetem para elas numerário, para fazerem a passagem de fundos para a Europa; 2º quando é tempo de safra nas províncias remete-se também numerário para a sua compra.<sup>246</sup>

A justificativa para os motivos alegados seria a falta de numerário por estas exposições realizadas na Corte e em Buenos Ayres, com o envio de recursos, mas segundo o especialista não haveria ensejos para tal situação, pois alega que se a falta fosse real expediente, seriam utilizadas as moedas de ouro e prata para substituir, o que já seria uma deslocação monetária de forma temporária.

Os assuntos até aqui tratados têm como indicativo demonstrar a atuação política da Associação Industrial do Rio de Janeiro junto à esfera pública através da imprensa, relativo ao objetivo de explanar suas idéias e seu projeto de defesa da indústria fabril no Império, configurando a gênese do processo de organização da indústria no Brasil. A Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial teve por finalidade alçar as reivindicações da indústria fabril, comércio e tudo mais relacionado ao seu desenvolvimento no Império, com a intenção de revelar ao Parlamento o real estado da indústria e suas necessidades de amparo e proteção.

Com a finalidade de alcançar a esfera pública com os seus ideários, a Associação Industrial do Rio de Janeiro utilizou a imprensa para expor seu alvo de defesa e estruturação de um grupo que tem por desígnio constituir a primeira entidade que advoga a favor da indústria fabril no Império do Brasil.

Com a intenção de auferir o apoio da esfera pública a Associação Industrial utilizou seu periódico *O Industrial*, que fora um meio de divulgação de suas ideias e uma metodologia de integração do próprio grupo. Compreendendo que através deste órgão foi alargada sua ingerência no próprio seio político por meio da circulação deste instrumento.

A partir da divulgação de seus ideários e com o confronto com a imprensa opositora a apresentação do ideal da Associação Industrial foi sendo elucidada à esfera pública de uma forma mais abrangente o seu fito de formar e informar sobre as necessidades e reivindicações da indústria fabril. Seu projeto e suas precisões foram assim trazidos junto ao meio político pela divulgação de suas imperiosas reivindicações que puderam descortinar a realidade da indústria no Império.

O documento do relatório apresentado ao Sr. Ex. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial de 1882 e pela Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial apresentada ao Corpo Legislativo em 1883 foi requerido pelas indústrias a fim de alcançarem

---

<sup>246</sup> Cf: Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. .1883.p. 24. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

suas reivindicações junto ao Parlamento e ao Governo para que pudessem garantir proteção e apoio à indústria nacional.

Fica, portanto constatado que os líderes no Congresso que apoiavam a causa industrialista requereram um Inquérito a fim de averiguar a realidade da indústria com a pretensão de solicitar proteção as já existentes e solicitar leis que pudessem garantir o florescimento de tantas outras indústrias que poderiam vir a surgir.

Mediante a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial foram alcançadas, pelas indústrias ao longo do período estudado nesta dissertação, revisões de tarifas que favoreceram as indústrias como as de 1886 e 1887; a tarifa protecionista de Belisário de Souza que proporcionou ganhos conseguidos por causa da articulação da Associação Industrial do Rio de Janeiro no meio político no Império.

Em continuidade a sua articulação política a Associação Industrial do Rio de Janeiro pôde, durante a década de 1880, realizar três exposições, sendo duas nacionais (a Exposição da Indústria Nacional de 1881 e a Exposição da Indústria Nacional de 1888) e uma internacional (a Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882), que será nosso próximo capítulo a fim de demonstrar a efetiva ação política desta primeira entidade que defende a indústria fabril no Império na década de 1880.

#### **4 - A Associação Industrial e as Exposições Industriais: uma tentativa de entrada na era do progresso e da modernidade.**

A Associação Industrial do Rio de Janeiro foi a primeira entidade a representar os industriais fabris no Império do Brasil. Ela pôde lutar pela defesa da indústria nacional e articular seus líderes, no Senado e nas Câmaras, com a alta liderança no Império, para lançar luz sobre as necessidades de proteção à indústria na época em que se encontravam em estado “embrionário”, como a própria Associação Industrial se define, precisando de apoio do governo Imperial e da esfera pública, de reconhecimento.

Para a Associação Industrial, as exposições industriais foram a possibilidade encontrada para alcançar seus objetivos e incentivar os industriais de todo o Império para o exercício do trabalho nacional, além do periódico *O Industrial*, importante ferramenta na divulgação de seus ideários. As Exposições Industriais eram a manifestação do progresso e da civilidade de um país, no século XIX, visto como o vislumbrar do “ser moderno”.

No caso do Império do Brasil, a possibilidade era ainda mais adequada, pois a indústria fabril nacional necessitava ser reconhecida pela “esfera política” e pelo Governo Imperial, e para isto se fazia urgente “aparecer” no cenário nacional e internacional, para ganhar a vital visibilidade da indústria nacional fabril, tendo o objetivo de absorver o mercado interno para os seus produtos e “competir” com os similares internacionais que abarrotavam o mercado imperial brasileiro.

As exposições funcionavam como uma grande festa do trabalho, da ciência e da instrução, pois a esfera pública poderia ser instruída no mundo do trabalho fabril, e com isso, trazer novas possibilidades de expansão para os produtos nacionais.

Na primeira parte, a Exposição da Indústria Nacional do Rio de Janeiro de 1881 foi preparatória para o evento intitulado ‘Exposição Continental de Buenos Ayres’ ocorrido em 1882; a primeira oportunidade da Associação Industrial do Rio de Janeiro de demonstrar suas necessidades para o governo imperial e para expor seu grau de adiantamento na confecção de produtos para o mercado interno.

O prélio pelos recursos para a realização da Exposição foi conseguida graças à articulação junto às Câmaras e o Senado, através do deputado Antonio Felício dos Santos, dos senadores João José de Oliveira Junqueira e João Ignácio Silveira da Motta e o vereador e comendador Malvino da Silva Reis.

A segunda parte, a Exposição Continental de Buenos Ayres, de 1882, foi um convite do Clube Industrial Argentino à Associação Industrial do Rio de Janeiro, que pôde então

apresentar seus objetos em uma Exposição Continental, oportunidade de ter a visibilidade tão importante num momento inicial da indústria nacional fabril. Além da Exposição Continental, havia um Congresso Pedagógico que se realizou dentro da Exposição, que era a oportunidade de conhecer e reconhecer a instrução e os avanços das técnicas da feitura dos objetos, além de demonstrar o grau de adiantamento na educação para o trabalho.

A terceira parte é o Memorial da Exposição da Indústria Nacional de 1888. Por ter a Associação Industrial convidada a participar da Exposição Universal de Paris, em 1889, pelo governo francês, a Associação elaborou um Memorial com o planejamento a executar, sendo uma exposição preparatória para o evento internacional, deixando claras suas intenções de efetuar esta empreitada, convidando o Clube de Engenharia para juntas poderem levar esta grande obra.

#### 4.1. Exposição da Indústria Nacional de 1881.

O arquivo sobre a Exposição da Indústria Nacional (1881) narra a luta e as razões pelas quais se fazia necessário ter a proteção da Indústria Nacional, e como se poderia crescer e gerar riquezas para a nação se fosse levado a contento.

Durante a década de 1880, houve grandes defensores da Indústria Nacional: Antônio Felício dos Santos (deputado e senador), João José de Oliveira Junqueira (senador), João Agnácio Silveira da Motta (senador), além do comendador e vereador Malvino da Silva Reis, que puderam demonstrar a necessidade de incentivo à indústria e tomaram empréstimos públicos para incentivar o crescimento da indústria.

Para a defesa da indústria nacional, alguns industriais se reuniram para a preservação de seus interesses, formando a primeira organização exclusivamente industrial em 1880 – a Associação Industrial do Rio de Janeiro.<sup>247</sup>

A pugna pelos recursos para a realização desta Exposição foi desempenhada por estes líderes, que expuseram para o Governo Imperial o grande potencial da Indústria Nacional, e também devido à grande capacidade dos industriais de se reunirem e traçarem objetivos claros quanto ao rumo que a indústria deveria seguir.

Este prélio se deu nas Câmaras dos Deputados e no Senado, pela Indústria Nacional, na tentativa de se conseguir aprovações de leis e decretos em favor da indústria. Ministros e

---

<sup>247</sup> TURAZZI, Maria Inês. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX*. Rio de Janeiro: Coppe, 1989, p. 53.

líderes enfrentaram esse longo processo que continuou durante a década de 1880, que almejava favorecer a indústria quanto as suas necessidades de apoio e incentivo para o seu desenvolvimento e para a visibilidade junto à esfera pública e ao governo.

A Exposição da Indústria Nacional, inaugurada a 12 de dezembro de 1881, e levada a efeito pela solicitude e energia da Associação Industrial do Rio de Janeiro, eficazmente auxiliadora pelo Governo Imperial e por distintos cavalheiros, teve por fim reunir produtos da nossa indústria para remiti-la à Exposição Continental de Buenos Ayres, anunciada para 15 de fevereiro de 1882.<sup>248</sup>

Foi a primeira Exposição da Indústria Nacional realizada pela Associação Industrial do Rio de Janeiro, tendo em vista que o surgimento da Associação se deu em 7 de setembro de 1880. Em pouco tempo eles conseguiram se organizar e se lançaram na luta pela Indústria Nacional. Em fevereiro de 1881, a Associação Industrial foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 8006.

Com menos de um ano de existência esta Associação tornou-se favoravelmente conhecida no país e no estrangeiro; mereceu muitas provas de consideração do Primeiro Cidadão do Império e de seus ministros. Os ecos da sua propaganda repercutiram nas margens do Prata, onde um coro de vozes amigas, dos nossos irmãos de trabalho, saudou com entusiasmo a nossa aparição. O nosso tempo não foi perdido; os nossos esforços refletiram-se na Praça do Comércio, na Câmara Municipal deste corte, e nas Câmaras Legislativas.<sup>249</sup>

E ainda:

A Associação Industrial, que tanto mereceu do país pela realização desse belo e proveitoso consentimento, foi fundada por alguns dos nossos mais ativos industriais para promover o adiantamento dos [ ] nacional e defender os justos interesses deste. Essa utilíssima associação mantém um jornal que, com o título de *Industrial*, foi por ela criada para defender a nobre causa da indústria nacional e fazer propaganda em prol dos interesses do país, representados na prosperidade daquela indústria.<sup>250</sup>

A utilidade da imprensa está aqui caracterizada, pois a Associação, no seu primeiro ano de fundação, já mantinha um jornal específico sobre a indústria nacional, relevante objeto para divulgação das ideias e projetos para a indústria nacional, e tentou atingir com *O Industrial* a esfera pública e o governo, pois este era distribuído em vários locais públicos.

---

<sup>248</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 8. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>249</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p.42. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>250</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p 11. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

Os industriais já expõem que seu objetivo é o mercado interno, e que no momento se faz necessário lutar pelo desenvolvimento da indústria no país, e juntar esforços para vencer a indústria estrangeira, que vende seus produtos por aqui.

Nossa nascente indústria manufatureira terá que vencer em longo estágio antes de poder lutar nos mercados estrangeiros com a produção de países mais adiantados do que o nosso e onde a mão de obra é mais barata. Por ora a nossa indústria só pode aspirar a parar, os golpes que no próprio seio da pátria, nosso próprio mercado lhe é atirada pela indústria estrangeira: só quando, bem firmado no nosso mercado, ele conseguir dar maior expansão as suas forças é que então lhe será lícito pensar na luta desse mercado.<sup>251</sup>

As exposições nacionais tinham objetivos bem definidos, segundo Maria Inês Turazzi, em seu livro *A euforia do progresso e imposição da ordem*, “onde progressivamente a indústria nacional procurou afirmar-se enquanto realidade econômica e uma vantagem social” para a nação, na divulgação de seus produtos, no estímulo à competição e à concorrência industrial, no meio de educar a população e na valorização do que era fabricado no país.<sup>252</sup> Essas vitrines do capitalismo serviam para o lançamento de novos equipamentos industriais ou de produtos utilitários como um modelo do conforto da vida burguesa.<sup>253</sup>

A iniciativa particular da Associação em fazer parte da Exposição Continental de Buenos Ayres, foi uma forma de trazer visibilidade e atenção para o desenvolvimento da indústria e a necessidade de ser atendido em seus clamores, posto que na referida exposição fossem concorrer em igualdade de condições com os demais países e, para isto, se faz necessário dar condições internas para seu crescimento como indústria fabril.

Eles bem sabem, conhecem que, com exceção dos produtos das nossas indústrias agrícolas, florestal e extrativista, para os quais felizmente já se acham abertos os mercados do mundo inteiro, e, portanto a melhor política o seu comparecimento no Rio da Prata, só a satisfação de lá mostrarmos que também já temos indústrias manufatureiras e mecânicas pode encaminhar os produtos destas, a uma exposição. Aqui está o nosso interesse; lá nosso amor próprio.<sup>254</sup>

E ainda:

Nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz, nas suas relações, seja de ordem interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza própria, ao menos, suficiente para socorrer as necessidades normais do Estado e das diversas classes da

<sup>251</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 9. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>252</sup> TURAZZI, Maria Inês. Op. cit. p. 103.

<sup>253</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no império. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.p.233.

<sup>254</sup>Ver: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 12. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

sociedade. O povo, onde assim não sucede, mostra-se por isto mesmo incapaz de bem-estar e progresso aos olhos do mundo civilizados; daí a pouca consideração com que serão tratados pelos outros povos, todos os quais cada dia redobra de esforços para adquirir ou aumentar os fatores de riqueza e conseqüente enfraquecimento.<sup>255</sup>

Os industriais necessitavam de apoio por parte do governo Imperial para poder representar a indústria de forma a concorrer em condição de igualdade com os industriais estrangeiros. Este argumento faz lembrar ao governo Imperial a necessidade de proteção à indústria nacional, pois esta iria representar o país e, em Buenos Ayres, iriam concorrer de forma igual com os demais países que compareceriam às exposições de 1882 e, portanto, se fazia necessária atenção especial à indústria fabril.

Para se conseguir a realização da Exposição Indústria Nacional no Rio de Janeiro foi celebrado um contrato com o governo Imperial cujo gasto inicial foi de vinte contos de réis que o governo Imperial custeou e também cedeu o palácio da Agricultura, mandando construir anexos aos edifícios e providenciar transporte gratuito em estradas de ferro aos produtos remetidos à Exposição; de igual modo foi custeada a ida para a Exposição Continental em Buenos Ayres pelo governo Imperial em cento e vinte contos de réis. O crescimento do número de industriais que participaram da Associação Industrial passou de 21 – desde sua fundação – para 181 em 1882 e a 146 em 1884.

Os argumentos relativos aos serviços prestados pelas Exposições Industriais:

Elas desenvolvem as forças vivas da nação; colocaram o consumidor no mais imediato relação com o produtor; estabelecem uma luta franca e leal entre as indústrias pelo aperfeiçoamento de seus produtos; lançam as bases de novas indústrias e do melhoramento das já existentes; praticamente convencem o público dos recursos que no próprio país ele pode encontrar; e oferecem às classes dirigentes o mais vasto campo para o estudo das necessidades e recursos do país. [...] A civilização é uma luz, e a luz faz-se sempre mais intensa. A civilização é uma, e consiste num processo de desenvolvimento que sempre tende na direção de um mesmo fim. O melhoramento da humanidade.<sup>256</sup>

E ainda:

Se nos países de indústria já muito adiantada as exposições industriais trazem esses maravilhosos resultados, com mais forte razão naqueles onde a indústria, ainda nascente, é por muitos desconhecidos. Nestes países o povo habituado por necessidade à importação dos artefatos estrangeiros só muito lentamente, sem essas exposições, terá conhecimento só que já em seu próprio seio se fabrica, resultando daqui para a indústria uma vida precária, amargurada pelos mais tristes desenganos.<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> NEVES, Margarida de Souza Pereira das. *O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*. In: *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro, 1986, PUC/RJ. Tese de Doutorado em História, p. 18.

<sup>256</sup> NEVES, Margarida de Souza Pereira das. Op. cit. p. 25 e 28.

<sup>257</sup> Cf. Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 12. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

O objetivo da Exposição foi tirar da ignorância nossa população e o próprio governo, pois ao demonstrar nossas indústrias e seus objetos já não se fazia necessário procurar produtos estrangeiros, visto que eles foram produzidos aqui mesmo; movimento que aventava, com isso, um crescimento para nossa indústria ainda nascente.

As exposições industriais são, portanto, um dos mais poderosos elementos de progresso para um povo, e ninguém que as cerceie em seu devido valor, pode deixar de levantar um [...] de reconhecimento à grande Revolução Francesa que, no meio de luta a mais rendida pelos direitos do homem, pôde estabelecer a inauguração da primeira exposição industrial de 1798.

Foi em 28 de agosto de 1798 que, pela primeira vez, os industriais foram convocados a apresentarem seus produtos em uma exposição industrial:

Com a esplêndida idéia as exposições industriais tinham [] um caráter nacional, mas já com a intenção de ser internacional, de [] foi ganhando importância, a ponto de ser reconhecida como uma necessidade indeclinável e como o mais poderoso fato do processo industrial dos povos.<sup>258</sup>

Nas palavras de Maria Inês Turazzi:

O discurso em torno das exposições apresenta-se cada vez mais identificado com o discurso industrialista, articulando a linguagem de negociantes, industriais, engenheiros e intelectuais, sobretudo na corte. Esses setores defendiam um tipo de exposição onde o público pudesse ver exatamente o que se fabrica todos os dias, quem produz melhor e mais barato.<sup>259</sup>

A Exposição da Indústria Nacional de 1881 foi realizada na Corte ao custo de 67.587\$140 ao total, com 62.000 visitantes. Concorreram 1.120 expositores, com 8.000 objetos, que abarcavam a indústria fabril e as demais forças produtivas de sua época no Império. A partir destes números, fica clara a grandiosidade da Exposição da Indústria Nacional, realizada e liderada pela Associação Industrial. Sua principal vantagem foi demonstrar a necessidade de que a Indústria Nacional fosse eficazmente protegida pelas tarifas aduaneiras:

<sup>258</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 13. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>259</sup> TURAZZI, Maria Inês. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 139.



Nossos industriais, que se lançam em patrióticos cometimentos, fiados em que encontraram apoio no governo do país, a opinião pública, depois de esclarecida com os resultados já alcançados pela nossa indústria e reconhecidos hoje, graças às Exposições, os elementos de que dispõem muitas indústrias, juntar seus votos aos industriais, para reclamar tarifas protetoras, únicas que podem assegurar ao Brasil um próspero futuro industrial.<sup>260</sup>

A respeito da necessidade de proteção ou não da indústria ora nascida, os industriais desenvolvem uma crítica às escolas superiores da época, dizendo que proclamam o livre-cambismo, mas com um discurso dos economistas Ingleses e Franceses, que em seus países mais desenvolvidos já foram por um pouco protetores, e agora, já desenvolvidas suas indústrias, são capazes de concorrer com os demais países; se proclamam livres-cambistas e expõem a necessidade de todos os outros países se tornarem.

No Brasil, onde os nossos economistas pouco têm escrito a mocidade que nas escolas superiores estuda a economia política, o cidadão que deseja adquirir conhecimentos sobre essa ciência, o legislador pouco preparado que a cega fortuna política ou o caprichoso acaso da sorte elevou até o parlamento, vêem-se reduzidos aos livros estrangeiros, e principalmente aos franceses e ingleses, escritos quando aquelas sociedades já tinham chegado a um alto grande progresso, para o qual as teorias da livre-permuta não mais podiam ser um embaraço e antes deviam ser um elemento de aperfeiçoamento.<sup>261</sup>

A crítica contínua levou a situação de alguns políticos a esboçarem sua posição, levando em consideração as publicações estrangeiras, que só poderiam cooperar e exemplificar as vitórias do livre-cambismo, fato agora já vivido por esses países no desenvolvimento agora já alcançado. “Nem que com solicitude nos mostre que essa evolução só ali teve lugar quando a indústria já estava muito desenvolvida e adiantada, graças ao regime de protecionismo sob o qual a mesma indústria conseguiu adquirir forças para a luta da concorrência.”<sup>262</sup>

A proteção existiu de fato em toda parte, ora mais, ora menos, segundo a necessidade da indústria e conforme o maior e/ou menor receio de concorrência estrangeira: a proteção existe onde há tarifas aduaneiras, qualquer que seja o seu molde.

Mais uma vez os industriais criticaram o livre-cambismo e questionou a posição de alguns, quanto a necessidade de o Brasil advogar ser livre-cambista, como se estivesse em pé de igualdade com Inglaterra e França quanto ao desenvolvimento industrial, pois estes países têm razão de apregoar o livre-cambismo.

---

<sup>260</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 21. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>261</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 22. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>262</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 23. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

Compreendemos belamente que a Inglaterra e a França preguem hoje ao mundo inteiro as suas teorias de livre permuta, pois com estas elas tem tudo a ganhar quando adaptadas em países de indústrias menos adiantadas e nos de adiantamento igual nada tem a perder. Os bonitos princípios de liberdade comercial e da economia para o consumidor são a bandeira que cobre a carga; no fundo o que aqueles países advogam é o seu único interesse, portanto sob esse regime, aos abundantes produtos de sua adiantadíssima indústria ainda mais se franquearam os mercados estrangeiros, e graças a esse adiantamento de sua indústria, a concorrência que os seus produtos irão fazer matará, ou pelo menos enfraquecerá, toda a tentativa de indústria nos países mais atrasados, que se deixarem levar por suas enganosas palavras.<sup>263</sup>

Os industriais aqui expõem a realidade por eles vista quanto à luta pela indústria nacional: se abrir será engolido pela concorrência, daí a necessidade de primeiro se estruturar como indústria – nesse caso o mecanismo exposto seria o protecionismo, usado também pelos Estados Unidos e até mesmo por países que agora condenam o livre-cambismo.

O entendimento quanto ao protecionismo é exposto de forma clara:

O protecionismo não pede nem quer direitos proibitivos; ele também reclama a concorrência de igualdade de forças. Este equilíbrio de forças só pode vir de direitos de entrada sabiamente estabelecidos e com prudência graduados segundo o adiantamento da indústria no país.<sup>264</sup>

Ainda é possível considerar que:

Em apoio do que pede a opinião pública no Brasil, nunca será demais citar o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, onde, graças a uma política francamente protecionista, as indústrias se firmaram e desenvolveram de modo a fazerem hoje frente às da velha metrópole. <sup>265</sup>

O exemplo norte-americano é a indicação dada pelos industriais brasileiros que entendem que o mesmo processo efetuado lá deveria ser realizado aqui: proteção às indústrias até o seu fortalecimento para uma futura concorrência com os produtos estrangeiros, levando-os assim a uma concorrência justa com os produtos nacionais.

Segundo os industriais, a Indústria Nacional era como um arbusto: suas raízes apenas se principiaram a afundar; seus galhos, ainda muito novos, vergam e se quebram aos menores ventos; se sobre ela será arrebatada, e com ela as mais caras esperanças da pátria.<sup>266</sup> A

---

<sup>263</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 26. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>264</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 27. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>265</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 26. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>266</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 28. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

Exposição é vista como uma oportunidade de chamar a atenção para a necessidade de uma política francamente protecionista.

Não nos deixemos, pois, iludir com bonitas teorias: sejamos brasileiros antes de tudo; protejamos o que é nosso, amparemos o que no país já se fabrica ou se pode fabricar, e quando as nossas indústrias houverem adquirido forte alento, quando pela sua pujança elas puderem dispensar a proteção, demos então, mas só então, a palavra aos livres-permutistas.<sup>267</sup>

Ainda os industriais continuavam em sua argumentação, alegando que funcionaria o livre-cambismo só para os países já estruturados em seu setor industrial, para os países que possuíssem uma indústria nascente se faria necessário uma política protecionista por parte do Estado, pois sem este apoio esse setor ficaria relegado à inferioridade na livre-concorrência internacional.

Quanto ao futuro industrial do país, a Exposição da Indústria Nacional de 1881 critica “*a moda de dizer que o Brasil é essencialmente agrícola*”<sup>268</sup>. Isto foi um grande mal, pois gerou descrença e falta de apoio à indústria ainda nascendo. Esta foi uma forma de desestimular as tentativas, pois cada indústria que surgia com novas ideias esbarrava nessa questão e se desanimava.

A indústria é a primeira riqueza, a maior glória das nações civilizadas [...] qualquer que seja a riqueza natural de uma nação, por mais fértil que seja seu solo, seu estado de pobreza é a consequência inevitável de seu comércio escasso, da penúria de sua indústria e de sua agricultura rudimentar.<sup>269</sup>

Interessante ressaltar que os industriais usaram a necessidade do Estado de elevar as tarifas alfandegárias e ganharam novo fôlego.

Foi preciso que as urgências sempre crescentes do Estado fossem pedir à alfândega o indispensável elemento para serem providos; foi preciso que os direitos se elevassem em virtude daquelas necessidades do Estado para que as tentativas industriais encontrassem alguma probabilidade de sucesso. Desde então, muitas indústrias se estabeleceram no país e o preconizado essencialmente agrícola foi pouco a pouco passando de bandeira a farrapo.<sup>270</sup>

Com a crise do café, no início da década de oitenta, a indústria soube utilizar-se desse argumento para a defesa de sua política. Numa representação que dirigiu à Câmara dos

---

<sup>267</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 27. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>268</sup> Cf: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 29. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>269</sup> APUD, assim como LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.p.60. União Oficial do Rio de Janeiro, 25 de abril de 1882, p. 3.

<sup>270</sup> Ver: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 30. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

Deputados, a Associação Industrial chamava a atenção para a vulnerabilidade de uma economia assentada sobre um único produto, o café, cujos preços se depreciavam, e invocou o passado, citando o exemplo do que já aconteceu com o açúcar, o algodão, as madeiras e as pedras preciosas que haviam sido sustentáculos da economia brasileira, e que agora nada valiam.

É preciso, portanto, dar mão forte à indústria nacional, é preciso ampará-la, protegê-la para que ela possa lutar com a importação, adquirir novas forças, desenvolver e consolidar-se; Se essa providente política for com solicitude abraçada por aqueles que dirigem os nossos destinos, o futuro industrial do Brasil será seguro; se, porém, continuarmos no desgraçado sistema de constantes incertezas, se as tarifas aduaneiras não forem revistas com pensamento francamente protetor, se essas tarifas uma vez assim revistas não tiverem alguma estabilidade, a Indústria Nacional declinará até afundar-se em completo desânimo, arrastando consigo as esperanças da pátria, e quando em breve nos virmos diante da crise, não teremos para onde recorrer, não nos [...], a crise vem próxima e tremenda. É tempo ainda, e resguardemo-nos de seus efeitos. A indústria será o nosso porto de salvação para a crise do café que se aproxima.<sup>271</sup>

Além dos argumentos a favor do protecionismo e de crescimento e geração de riquezas, os industriais levantaram suas razões quando ao amparo às indústrias, citando o *Jornal do Comércio*, por ser, segundo eles, insuspeito, pois não é protecionista.

Se a redução dos preços (do café) continuarem, dia virá em que a cultura do café deixará de ser remunerada; os lavradores a abandonarão e o país terá de passar por uma tremenda crise, porque não cuida de outro produto, nem a indústria fabril é favorecida em seu desenvolvimento. [...] Não somos protecionistas, mas pensamos desde muito tempo que não há povos exclusivamente agrícolas. No estado atual das relações internacionais, querer que um país, convidado aos festins de civilização, espere resignado na ação dos séculos a sua passagem da fase extrativista à fase pastoril, desta à agrícola, desta à fabril e à comercial, é apenas alimentar uma utopia.<sup>272</sup>

Ademais:

Uma nação, que quer ser independente, tem o rigoroso dever de fomentar, de proteger, de criar os ramos de indústria que afiançam esta independência. O pretendido princípio de livre-permuta absoluta que, para ser princípio deveria ter aplicação constante e invariável, o que nunca tem acontecido em país nem em época nenhuma, não pode fazer calar a voz potente do interesse nacional. Os que repetem a todo o momento que as nações ricas importam muito esquecem que essas nações não enriqueceram por terem importado muito, mas importam hoje muito porque já enriqueceram. Sejamos ricos e seremos grandes importadores.<sup>273</sup>

---

<sup>271</sup> Cf:Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 31. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>272</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro,1882. Exposição da Indústria Nacional, 1882, p. 4. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>273</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro,1882. Exposição da Indústria Nacional, 1882, p. 5. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

Assim se esgrima o ilustrado e consciencioso autor daquele interessante trabalho com que anualmente o *Jornal do Comércio* balanceia a propriedade comercial do Brasil. Ao final deste artigo, os industriais exclamaram: “*oxalá a sua voz, mais autorizada do que a nossa, consiga ser ouvida.*”<sup>274</sup> A tentativa de demonstrar a situação em que está o país quanto à necessidade de fomentar a indústria nacional, este artigo colocado no livro da Exposição da Indústria Nacional de 1881, vem trazer à vista de todos que a um observador mais independente pode verificar qual é a real situação do país, e a saída mais adequada para a circunstância ora detectada.

As exposições industriais não servem unicamente para demonstrar o grau de adiantamento de um país, isto tem outras formas de ser benéfico, como levantar os problemas e apontar possíveis soluções.

As Exposições Mundiais organizadas na segunda metade do século XIX foram manifestações da universalidade das mudanças na técnica e na ciência, na cultura e na arte, na política social e nas relações internacionais. As novas tendências do desenvolvimento encontram-se nas Exposições Mundiais como um ponto de intersecção.<sup>275</sup>

Segundo Maria Inês Turazzi, o desejo de ser conhecido pela exposição de nossas riquezas, de nossa “*atividade e civilização*”, tinha como referência e como meta o que era apresentado pelas nações mais adiantadas. O Brasil estabelecia seus confrontos e suas comparações mais estudadas com os produtos que eram expostos pela Inglaterra, França, E.U.A, etc., mesmo que tais estudos acentuassem a longa distância que “ainda” nos separava destes países, porque essa distância, na lógica linear da teoria do progresso, era apenas um percurso a ser seguido “*sempre em frente*”.<sup>276</sup>

Dentre os variados problemas e necessidades urgentes que vieram à luz com a Exposição de 1881-1882, cabe o primeiro lugar às tarifas aduaneiras; outra necessidade é o estabelecimento de escolas profissionais e aulas de desenho para os operários e o incremento à indústria.

Os industriais com esta Exposição almejavam que o mercado interno no Império pudesse reconhecer e valorizar o produto nacional, decorrendo com isso um aumento

---

<sup>274</sup> Ver: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p.32. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>275</sup> Plun, Werner. *Exposições Mundiais no século XIX. In: Espetáculos da Transformações sócio-cultural.* Bom, Fredrich Ebert Stifting 1979, p 28.

<sup>276</sup> TURAZZI, Maria Inês. Op. cit. p. 134.

significativo de vendas dos produtos produzidos pelas indústrias nacionais que poderiam suprir o mercado fornecendo artigos que pudessem beneficiar a população.

Assim, rasgado o véu, proveitosa lição colheu: ele nos cure desse estrangeirismo que tanto mal tem feito às nossas indústrias. A exposição também teve como alvo revelar o valor do produto nacional e qual era sua real qualidade.

Outra necessidade demonstrada pela Exposição de 1881-1882 é a de um edifício e um terreno apropriado para a Exposição. Os industriais entendiam que era necessário serem feitos os edifícios e seus anexos, devido ao interesse de haver Exposições Industriais de caráter permanente como expressa seu Estatuto em relação ao Museu das Exposições Industriais.

As razões para estas Exposições Permanentes são citadas pelos industriais. Se saberá mais rapidamente sobre os objetos novos financiados, sem ter que esperar Exposições Industriais que só acontecem em vasto espaço de tempo e a venda imediata de seus objetos, gerando renda para os industriais fazerem seus produtos conhecidos no caso dos pequenos industriais; é ele ainda um constante recurso de distração útil e agradável à população.

Os industriais continuaram a esboçar suas observações quanto às dificuldades e necessidades quanto aos principais problemas e as mais palpitantes necessidades, e sobre todas, a do desenvolvimento da viação pública aperfeiçoada. *“Para a boa solução deste problema um projeto consciencioso, bem estudado sobre a rede geral da nação pública no Império é a primeira das necessidades”*.<sup>277</sup>

Os industriais fazem várias críticas à falta de planejamento quanto às Estradas de Ferro, e quais deveriam ser seus trajetos, levando em consideração o interior e as cidades mais desenvolvidas, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção tanto quanto a agricultura, quanto aos objetos fabricados pelas indústrias. *“Não basta, porém, para os produtos da lavoura e indústrias dar-lhes boas vias de comunicação: é ainda preciso que os fretes não venham amesquinhar o benefício. A questão de tarifas de transporte reclama, pois, a maior atenção do governo”*.<sup>278</sup>

Por fim, os industriais levantam a questão do preço do frete, e os benefícios que isto iria proporcionar aos preços das mercadorias. Este arquivo a respeito da Exposição da Indústria Nacional de 1881 consegue levantar várias frentes de questões quanto ao fomento da indústria no país, e é, por conseguinte, uma forma de pressão para a opinião pública e para o Governo Imperial.

---

<sup>277</sup>Ver:Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 31. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>278</sup> Cf:Arquivos da Exposição da Indústria Nacional, 1881, p. 35. Fonte Impressa: 7, 5, 23 IHGB. Rio de Janeiro.

A narrativa de problemas, necessidades, e as questões do bom desempenho da indústria e suas pressões, que tentam fazer para serem beneficiados com incentivos financeiros, dão o tom a este relatório. A luta pelo trabalho fica clara quando em vários momentos expõem suas críticas e apontam possíveis soluções para o benefício de todos e para o enriquecimento do país enquanto trabalho, abrindo uma nova porta para a economia do país à indústria nacional.

#### 4.2 – Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882.

As exposições industriais são oportunidades de revelar o crescimento da indústria fabril nacional e o seu progresso. Mediante a inauguração da Exposição da Indústria Nacional de 1881, esta preparatória para a Exposição Continental de 1882, em Buenos Ayres, a Associação Industrial continuou em sua intenção de usar todos os meios para incentivar e proteger a indústria fabril nacional, como reza seu Estatuto: “1º art. *Representar a indústria nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários e convenientes, defendendo e protegendo-a.*”<sup>279</sup>

Íamos ali confraternizar com os homens de trabalho, nossos companheiros nas lutas do progresso e aos quais devíamos a retribuição do amável e gracioso convite para assistirmos e compartilharmos na sua esplêndida festa.<sup>280</sup>

Segundo Maria Inez Turazzi, em seu livro *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos 1839-1889* (1995), a competição entre indivíduos e nações era vista como algo benéfico para a solidariedade entre os povos no século XIX, um sentimento que inspirava o progresso social e a harmonia entre os homens.<sup>281</sup> “No auge do exibicionismo em matéria de exposições universais, os países (e os príncipes) competiam entre si para montar uma feira ainda mais grandiosa do que aquela precedente no país

---

<sup>279</sup>Cf: O Periódico “O Industrial”. Artigo: “Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 26 de fevereiro de 1881”, p.3. Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>280</sup>Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 97. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>281</sup> TURAZZI, Maria Inês. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos 1839-1889*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 139.

vizinho.”<sup>282</sup> As Exposições industriais representavam espaços de ostentação das nações e um ambiente fechado para quem não participava do evento.

Em seu livro *Pontos e bordados, escritos de História e política* (1999), José Murilo de Carvalho comenta “ entende progresso como uma ênfase à ciência e à técnica como fatores de transformação social e de mudança econômica.”<sup>283</sup>

Progresso, em sentido geral, é uma nação com dupla dimensão, quantitativo, ação de avançar (sentido etimológico), qualitativo, melhoramento de qualquer coisa. Aqui o conceito se encontra relacionado ao avanço da técnica, da indústria, em um sentido linear e de projeção para a construção de uma nova identidade coletiva.<sup>284</sup>

A Associação recebeu um convite do Clube Industrial de Buenos Ayres para a participação na Exposição Continental, cuja abertura se daria no dia 15 de fevereiro de 1882. Segue abaixo a citação do ofício do referido clube industrial:

Buenos Ayres, 7 de junho de 1881.

Sr. Presidente da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sr. Presidente encarregado pela comissão administrativa do Clube Industrial Argentino, a que tenho a honra de presidir, com satisfação levo ao seu conhecimento que na sessão ordinária de 31 de maio próximo passado, depois de ter obtido do superior governo da nação a cessão da praça “Onze de Setembro para a celebração da Exposição Continental, ficou resolvido definitivamente que a abertura da Exposição terá lugar impreterivelmente no dia 15 de fevereiro de 1882, sendo os pedidos de lugares para objetos a expor recebidos de 15 do corrente ano”. Não duvidando de que os sentimentos que germinam em todos os povos da América do Sul, a emancipação do consumo pela proteção do trabalho próprio, são os mesmos que assinam a Associação que V. Ex. preside se confiado, além disso, no grande certamento prepara na metrópole do Prata para a honra e glória deste continente, tomei a liberdade de marcar o posto que nesta luta corresponde a esse país, e mui participamente a essa distinta Associação [...]<sup>285</sup>

O reconhecimento da representatividade da Associação Industrial como uma entidade que congrega a indústria fabril nacional no Brasil, já se faria notar tendo a mesma as melhores relações com quase todas as corporações científicas e humanitárias nesta corte, e de algumas províncias, das quais tem-se provas de simpatia pela Instituição.

Cabe-nos, porém, o dever de fazer menção especial do Clube de Engenharia desta Corte, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dos Clubes Industriais de Buenos

---

<sup>282</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no império*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001. p.242.

<sup>283</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados Escritos de História e Política*. Minas Gerais: Ed. UFMG, 1999.p. 109.

<sup>284</sup> Dicionário de Economia e Ciências Sociais. Dicionário temático. Coordenado C.O. Echaudemaison. Porto, 2001, p. 55.

<sup>285</sup> Cf:Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 72. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.



Ayres e Montevideo, e do Clube Paulistano de Engenharia e Indústria, o qual, em ofício de 25 de fevereiro, comunicou à diretoria que a Assembleia Geral havia conferido o título de sócios honorários a todos os membros da Associação Industrial.

Afirma Schwarcz em seu livro *As barbas do Imperador D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (1998): as exposições nos ensinam muito, independente do grau de instrução dos mesmos, porque elas se “revelavam uma lição das coisas”.<sup>286</sup> Do progresso que esteja exposto nos objetos demonstrados em cada exposição:

Ela nos assinala outro lado mais vantajoso e positivo, e é o das lutas pacíficas do saber com o saber; lutas que em vez de humilhar, nobilitam e sublimam aos filhos do trabalho, dando-lhes o posto que a razão e o direito lhes tenham designado. Contando, pois, que a Associação que V. Ex. preside se achará em seu posto a honra no dia das justas, peço permissão para anexar a este os regulamentos que devendo servir para 1880. Esperando a sua breve e favorável resposta, me é grato oferecer a V. Ex. os sentimentos da minha mais distinta consideração. (Henrique Orien – Valentim M. Curutchet.<sup>287</sup>)

A Associação Industrial recebeu tal convite e o então comendador e vereador Malvino da Silva Reis, se ofereceu para intermediar junto ao Senhor Ministro da Agricultura, a diretoria conferenciou com os presentes a reunião, e ficou resolvido que a Câmara Municipal empreenderia a Exposição Industrial nesta corte, e que à Associação caberia o encargo de levá-la a Buenos Ayres com os auxílios recebidos de que o Senhor Ministro da Agricultura pudesse dispor. Para isso uma comissão foi nomeada com os seguintes senhores comendadores: Antonio Thomaz Quartim, Malvino da Silva Reis e Antonio da Costa Chaves Faria, com o intuito de planejar a Exposição Industrial.

Para Alda Lucia Heizer em sua tese de doutorado *Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. (2005),<sup>288</sup> os organizadores das exposições industriais eram membros de sociedades, de indústria, do comércio, eram políticos e intelectuais que participavam nas comissões e selecionavam os objetos a serem expostos. Portanto eram os intelectuais que geravam e

---

<sup>286</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo; Companhia da Letras, 1998, p. 389.

<sup>287</sup> Cf:Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 73. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>288</sup> HEIZER, Alda Lucia. *Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. Tese de doutorado, UNICAMP. Instituto de geociências: 2005, p. 28.

coordenavam o que era apropriado à determinada exposição, o que poderia representar uma nação com inventos e/ou objetos que pudessem concorrer na dita exposição.

Segundo Poulantzas em seu livro *O Estado, o Poder, o Socialismo* (2000)<sup>289</sup> o papel do intelectual é fazer a ligação entre a classe e o aparelho do Estado. Ficando clara a relação entre o intelectual construtor de pensar e repensar a situação econômica e social e, no caso específico, a articulação entre o corpo do Estado e o grupo, isto se realiza através do *lobby* junto ao Congresso e ao Ministério da Fazenda, que a Associação Industrial realizava através de seus líderes políticos. “Este plano foi malogrado como sabeis, pois que o Senhor Ministro do Império entendeu que a ilustríssima Câmara da Corte não podia aplicar nenhuma de suas verbas a despesas da Exposição projetada”.<sup>290</sup>

Nesta situação, a Associação prevaleceu-se da favorável disposição do Senhor Ministro da Agricultura, o conselheiro Manoel Buarque de Macedo, autorizando a Diretoria a levar a efeito a ideia de uma Exposição Industrial nesta corte, cujos produtos seriam levados para a Exposição Continental de Buenos Ayres, como parecia o Governo Imperial desejar.

Schwarcz adverte que a presença constante do Brasil nas exposições diz muito do esforço do Imperador e das elites da Corte para veicular uma imagem diversa desse país distante, agrícola, monárquico e escravocrata, mas que queria se ver representar como uma nação moderna e cosmopolita. Bem se pode perceber segundo a autora o interesse do Império em uma Exposição francamente da indústria fabril.

Com esta posição, parece bem definida a articulação entre a Associação e a Câmara Municipal, através do comendador e vereador Malvino da Silva Reis, este sócio honorário da Associação, e o elemento articulador na organização da Associação Industrial em 1880, que novamente se colocou em posição de apoio à indústria fabril.

A Associação Industrial, senhores, não ignorava as dificuldades com que tinha de lutar no seu arrojado empenho, cujo êxito chegou a ser posto em dúvida por muitas pessoas; porém um nobre pensamento a guiava, qual o dever que se tinha imposto os modos ao seu alcance, os altos interesses de indústria nacional, e esta era, sem dúvida, a ocasião aís propícia para libertá-la dos preconceitos oficiais e da indiferença da opinião pública.<sup>291</sup>

---

<sup>289</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4. ed., Rio de Janeiro, Graal, 2000, p. 59-66.

<sup>290</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 74. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>291</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 75. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

Conforme afirma Margarida de Souza Neves em sua tese de doutorado *As vitrines do progresso. O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*,<sup>292</sup> as exposições nacionais devem ser entendidas como verdadeira síntese do progresso do país, ao mesmo tempo em que se constituirão em certames de cujo resultado dependerá a participação do Brasil nas grandiosas Exposições Universais.

Interessante perceber o fundamento das Exposições, seus ideários, e como estes poderiam mudar o papel de um país no cenário internacional, projetando-o como uma nação culta e civilizada. Para a Associação, a Exposição da Indústria era o meio mais adequado de demonstração do potencial econômico que se poderia gerar com a indústria fabril nacional, tendo em vista que poderia ser uma saída para a economia do país, até então submetida ao controle do café, seu principal produto de exportação.

Segundo os industriais, as exposições serviriam para atrair a atenção do público para a grande variedade de produtos nacionais, para apontarem a sua procedência e condições de vitalidade, comparar as suas forças e qualidades com os similares estrangeiros, dando ao mesmo a conhecer as suas faltas e necessidades.

A formação da Associação Industrial se fundamenta na necessidade deste grupo de emergir tendo em vista todas as mudanças ocorridas na década de 1880, as quais puderam aflorar novos ideais de pensar o Brasil, pois todo o mundo da época já estava engajado no “repertório”, segundo Angela Alonso<sup>293</sup>, em seu artigo *Crítica e contestação*.

O movimento reformista da geração de 1870, se referindo a pensar o Império quanto aos conceitos tão difundidos pelo mundo industrial e capitalista, reflete a ideia de “progresso” e de civilização, um processo que desencadearia em uma nação culta, ligada à indústria de bens e de seus possíveis benefícios para toda a população. Portanto a intenção de apoiar as exposições estava respaldada nessa nova atmosfera de ser moderno.

O Senhor Ministro da Agricultura, pondo à disposição da Associação, luz, motores, água, edifício de tipografia para a Exposição, bem mais tarde o próprio observou que o espaço não seria adequado para a quantidade de objetos a serem expostos. Para a Exposição, diversas companhias de estrada de ferro e navegação, em consequência do pedido endereçado em

---

<sup>292</sup> NEVES, Margarida de Souza Pereira das. *As vitrines do progresso. O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1986, PUC/RJ. Tese de Doutorado em História.

<sup>293</sup> ALONSO, Angela. Artigo *Crítica e contestação. O movimento reformista da geração de 1870*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.15 nº 44 out.2000. p. 47.

circular de 22 de agosto, se dispuseram a fornecer transportes gratuitos aos produtos destinados ao Palácio da Exposição. Tendo sido aceito tal pedido, a Associação Industrial enviou diversas cartas de reconhecimento pelos serviços prestados a causa da indústria fabril nacional.

Em sessão de 12 de agosto de 1881, achando-se, preside o Snr. Abraham Asulag, enviado a esta corte pelo Clube Industrial no intuito de promover a maior concorrência possível dos produtos da indústria brasileira à Exposição Continental o Snr. Presidente declarou aquele cavaleiro que os sentimentos da Associação Industrial em referência ao Clube eram os mais íntimos e amistosos, tanto mais quando o mesmo Clube se apressará em saudar e reconhecer oficialmente a autonomia da Associação Industrial e a dirigir-lhe o mais generoso convite para a grande luta que, felizmente, começava a agitar-se em favor do trabalho e da indústria no seio dos povos que a Associação cumpria um grato dever aceitando ao honroso convite do Clube, ao mesmo tempo em que nutria ardentes desejos de fazer-se representar nessa grandiosa festa, por alguns dos membros da sua Diretoria, conseguido, por este modo dar o abraço de união e fraternidade em que deviam viver as duas nações sul-americanas.<sup>294</sup>

Neves afirma que “*as exposições patenteiam o caráter superior e universal da indústria.*”<sup>295</sup> Para a Associação Industrial, uma oportunidade de fazer parte da Exposição Continental e poder demonstrar à opinião pública e ao Governo Imperial o quanto anda a indústria fabril nacional é fundamental questão para o fortalecimento da entidade no período.

Não obstante, o princípio é que a exposição consiste em uma espécie de troféu, e seu sucesso era sinônimo de prestígio perante as demais nações. As exposições universais são para o gênero humano o que eram para os gregos, os jogos olímpicos, uma reunião de família onde se abjuram ao menos por alguns momentos os ódios acanhados e as rivalidades cegas e onde os espíritos receberão novas simpatias.<sup>296</sup>

A Associação Industrial aceitou o convite do Clube Industrial de Buenos Ayres e expressou seu desejo de fazer parte desta grande festa do trabalho e da indústria, como diz o documento “*no seio dos povos*”. A ideia de união e fraternidade entre as duas nações são expostas tendo em vista a recente guerra.

A partir do aceite a Associação começou seus preparativos para a Exposição da Indústria Nacional de 1881, tendo em vista que esta seria fundamental para a escolha dos produtos a serem levados para a Exposição Continental de Buenos Ayres em 1882.

---

<sup>294</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 78. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. . Rio de Janeiro.

<sup>295</sup> NEVES, Margarida de Souza Pereira das. *As vitrines do progresso. O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1986, PUC/RJ. Tese de Doutorado em História, p. 26.

<sup>296</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo; Companhia da Letras, 1998, p. 389.

Em 12 de fevereiro, foram designados para representar a Associação em Buenos Ayres os seguintes senhores: Presidente, Dr. José Pereira Rego Filho; secretário, Alfredo Camarati; tesoureiro, Abel Pereira Guimarães. Foram nomeados membros honorários desta comissão os Srs. Barão de Araújo Gondin, nosso Ministro em Buenos Ayres; Dr. João Adrião Chaves, cônsul geral na mesma República; comendador Joaquim P. da Rocha, vice-cônsul; capitão de Fragata Luis Pelippe Saldanha da Gama, comandante da corveta Parnahyba.

A inauguração da Seção Brasileira na Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882 se deu em 1º de abril com o dito discurso do Sr. Manoel Diego Santos, presidente, que segue em algumas partes recortadas aqui.

Os industriais do Brasil abrem as portas da sua seção, que conservaram até hoje fechadas por causas estranhas à sua vontade. Até agora o Brasil apareceu em todas as suas exposições ostentando as suas riquezas naturais; hoje é a indústria brasileira que aparece com seus modestos produtos a submeter-se ao julgamento de seus irmãos da América. Os industriais do Brasil esperavam com ansiedade a ocasião oportuna de poder enviar o abraço fraternal a seus irmãos do Prata, e, graças a sua boa vontade do governo de sua Majestade, que para tal fim nos deu todos os recursos de que careciam, estamos hoje reunidos para celebrar uma festa própria de países cultos, que roubam existências procuram a trabalho, á sombra do maior dos benefícios, a paz.<sup>297</sup>

Segundo Lilia Moritz Schwarcz ao escrever sobre o Imperador D. Pedro II e a sua relação com as Exposições, pôde construir o imaginário científico da época. “Significava uma boa ocasião para que a imagem externa do país se impusesse e nos redimisse da marca da escravidão e da própria monarquia emancipada por meio da cultura.”<sup>298</sup> Isto explicaria o apoio de D. Pedro II à Exposição Indústria Nacional realizada pela Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Em seu discurso de inauguração da Seção Brasileira na Exposição Continental de Buenos Ayres, o presidente da Associação Industrial sinalizou a estranheza ao fato de, por muitos anos, os industriais do país não terem tido uma oportunidade como essa, de expor seus produtos fabris para os demais países e concorrer a prêmios referentes aos objetos fabricados no Brasil. E uma crítica até ao fato das Exposições anteriores realçarem em grande parte as riquezas naturais e não incentivarem a indústria fabril brasileira.

Segundo a Associação Industrial, havia uma grande expectativa quanto a demonstrar seus objetos e se inteirarem dos últimos acontecimentos referentes ao desenvolvimento de

---

<sup>297</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 99-100. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>298</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo; Companhia da Letras, 1998, p.398.

máquinas e os demais objetos. Esta oportunidade pôde concretizar-se a partir do convite para a Exposição Continental de Buenos Ayres, e o fato da boa vontade do governo de sua Majestade que providenciou todos os recursos necessários para a Exposição da Indústria Nacional de 1881.

A ideia de congratular-se com os demais povos a partir da celebração do trabalho e da indústria era um alvo a ser alcançado pelos participantes da Exposição Continental, visto que, para estes, a festa dos países cultos era esta, a concorrência e as vitórias da indústria de cada país. No discurso ainda foram questionadas referentes à utilidade de materiais inventados pela indústria, e o objetivo das Exposições que seriam a competição entre os povos de maneira harmoniosa e respeitosa, sem guerra.

Trazemos o carvão para agente do movimento mecânico, e não a pólvora para derribar muralhas. Fomos arrancar o ferro às entranhas da terra para transformar o nosso instrumento com que se sulca o solo, e não com que se destroem os homens. Estes são os votos de quem respeitosamente vos pede que declareis aberta a seção brasileira.<sup>299</sup>

Como templo do progresso, as Exposições criam sua própria liturgia, seu ritual e seus símbolos. As cerimônias de inauguração mobilizam e atravessam as cidades que abrigaram as mostras; a imprensa fazia a cobertura e os vencedores eram vistos como heróis; recebiam medalhas e diplomas.

Os símbolos mais expressivos da modernidade nasceram à sombra das Exposições Internacionais. A “Estátua da Liberdade” presenteada pela França aos Estados Unidos da América como memorial a sua Constituição em 1878 na Exposição Mundial de Paris. Outro símbolo foi a Torre Eiffel, símbolo por excelência da Exposição Internacional de Paris em 1889.<sup>300</sup> O apego às exposições estava acomodado como um espaço de exibição do denodo de cada povo e seu desenvolvimento.

Depois de declarada aberta a seção brasileira em um momento do hino argentino, o presidente da Exposição Continental de Buenos Ayres fez a explanação de seu discurso em congratulações quanto à seção brasileira Senhor Orien, Presidente da Exposição Continental de Buenos Ayres.

---

<sup>299</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 101. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>300</sup> NEVES, Margarida de Souza Pereira das. *As vitrines do progresso. O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1986, PUC/RJ. Tese de Doutorado em História, p. 31.

Se não ostentam as galas deslumbrantes da natureza e da arte, exibem neste certamento riquezas positivas, indústrias radicadas, capitais bem empregados, trabalho para o povo, moral para as massas, paz, progresso e rendas para a nação que protege vossa adiantada indústria, protegendo-se a si própria. Por isso celebramos hoje o grande acontecimento de julgar a força e o adiantamento da indústria brasileira, que honra ao seu povo e ao seu monarca, o qual soube ajudá-la para que as suas esplêndidas manifestações realcem neste congresso industrial da América do Sul.<sup>301</sup>

De acordo com o discurso do senhor Orien, presidente da Exposição Continental de Buenos Ayres, de 1882, a indústria traria para a nação que a apoia, trabalho para o povo, paz, progresso e renda para os cofres públicos, protegendo a economia do país.

O entendimento quanto aos objetivos de uma Exposição Industrial ficou claro, pois os mesmos ideários de progresso e crescimento econômico estavam inseridos no pensamento do período, tanto na Europa, quanto na América do Sul, justificando em sua fala a posição.

Segundo a narrativa do Senhor Presidente da Exposição Continental, agradeceu à Associação Industrial do Rio de Janeiro a participação no evento e exclamou: *“nos votos que fizestes, de que toda a América siga o nosso exemplo, para que desapareçam as preocupações e os erros, e sejam a paz e o trabalho os credos deste continental na segunda etapa da sua independência.”*<sup>302</sup>

Ao final de seu discurso, sinalizou seu entendimento de que o processo de independência continua, entendendo que ao ficar presa a questões anteriores ligadas à área agrária, estariam ainda dependentes de produtos estrangeiros, dificultando o crescimento da indústria fabril nacional.

A Exposição Continental da Seção Brasileira ocupou 600 metros quadrados do Palácio da Rivadavia, tendo 673 volumes de produtos expostos, sendo pouco o espaço para a quantidade de objetos ali apresentados. A Imprensa do Rio da Prata noticiou a chegada da corveta Parnahyba, dando maior brilho à festa, além de 17 homens do corpo de bombeiros e um oficial que foram liberados pelo Governo Imperial para acompanharem a Seção Brasileira.

Para maior realce da Seção Brasileira, o Senhor Ministro da Agricultura, enviou também os aparelhos de luz elétrica utilizados na Exposição da Corte em 1881 ora oferecida pelo Barão de Capanema.

A Seção Brasileira participou da Exposição Continental conseguindo com o seu desempenho medalhas de ouro nas mobílias, na cerâmica, no café; a mineralogia foi mal

---

<sup>301</sup>Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 102. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>302</sup>Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 104. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Ayres. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.

classificada; a tecelagem foi vencida pelo Chile; a tipografia, a cronolitografia, as belas artes, os doces, as tintas e o algodão foram classificadas; o vinho e as féculas não foram classificados; os instrumentos geográficos não foram julgados; sessão de Marinha; as luvas não foi possível classificar; roupas feitas receberam dois prêmios; os chapéus forma classificados sem conjecturas; os calçados alcançaram uma medalha; os biscoitos não alcançaram medalhas; o mate não obteve medalha; meio de transportes Companhia de Carris Urbanos recebeu medalha de ouro; a fundição de chumbo recebeu medalha de prata; as flores receberam medalha de ouro; a fábrica de camisas concorreu com Montevideo e perdeu a medalha de ouro; o cacau recebeu medalha de bronze; construção naval também recebeu medalha de ouro.

Pela primeira vez apresentaram uma Exposição estrangeira tão completa em objetos da indústria nacional em diversos ramos.

A característica principal do industrialismo é o uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinados ao papel central na maquinaria no processo de produção. O industrialismo pressupõe a organização social regularizada na produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matéria-prima e bens.<sup>303</sup>

A Associação Industrial entendia que todo o processo industrial existente no mundo se fazia através de técnicas para uso das máquinas e a sua aplicação na produção de bens, e que para estar sintonizado com este movimento, se fazia necessário pertencer a este grupo de países engajados neste processo de industrialismo. A Associação precisaria competir e conhecer os processos novos do movimento da era do capitalismo. Para isto, as Exposições industriais seriam o cenário ideal, para serem vistos e verem o progresso da indústria fabril pelo mundo.

Outro lado da Exposição Continental foi o Congresso Pedagógico, que tinha o intuito de demonstrar os avanços educacionais ligados à indústria e a importância de formar mão de obra para a indústria e o desenvolvimento de novos objetos.

Se a América quer ser industrial e livre, necessito antes de tudo, de educar seus filhos. A indústria não é mais do que a aplicação do trabalho inteligente, e as instituições livres tem na escola primária a pia batismal. Nesse congresso se achou igualmente representada a nação brasileira. Ouvimos a exposição de seus adiantados escolares, consultamos os seus livros de ensino e conhecemos com vivo interesse até dos melhoramentos que nele se projetam para educar número maior de homens.<sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 61.

<sup>304</sup> Ver: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1884, p. 33-34. Fonte Impressa: 27,2, 20-21 IHGB. Rio de Janeiro.



Os industriais, em sua organização, evidenciam sua posição quanto à necessidade de instrução da população para ser mão de obra e assim alcançar seu ideário de progresso e civilidade para a nação. Tendo em vista o alvo de alcançar o maior número possível de homens educados no viés da indústria fabril nacional.

A Associação Industrial necessitou de apoio por parte do Governo Imperial para ir à Exposição Continental e por isso agradeceram. Em seu periódico *O Industrial*, de 15 de fevereiro de 1882, a Associação Industrial do Rio de Janeiro agradeceu a Majestade D. Pedro II e as demais autoridades o auxílio e o empenho para que a Seção Brasileira pudesse representar bem o Império do Brasil na Exposição continental de Buenos Ayres.

Sua Majestade o Imperador, a Associação agradece a proteção que dispensou a todos seus atos, e bem assim que interesse que lhe mereceram as oficinas e fábricas das exposições, que ele visitou e examinou com a maior atenção. A alta administração do Estado representada nos senhores conselheiros Saraiva Martinho Campos Alves de Araújo, Pedro Luiz e Doria, nos quais a Associação encontrou sempre decidida auxílio todas as vezes que se tratou das necessidades da Exposição. Aos dignos chefes superiores do Ministério da Agricultura pelos favores que lhe concederam a bem da facilidade e boa execução da mesma Exposição.<sup>305</sup>

A articulação com o Governo Imperial aqui se expressou de forma objetiva. Em *O Industrial*, a Associação celebrou o apoio recebido e divulgou para a esfera pública as manifestações ora alcançadas pelas autoridades constituídas, realçando o apoio e o comparecimento de sua Majestade D. Pedro II, e o seu interesse em conhecer os objetos expostos que iriam para a Exposição Continental de Buenos Ayres.

As altas autoridades do Estado e o Ministro da Agricultura auxiliaram fornecendo condições financeiras, luz, motores, Palácio de Exposição e transportes gratuitos para os objetos vindos do interior, além da oportunidade de representar o Governo Imperial em uma Exposição Continental. Pela primeira vez a indústria fabril teve seu espaço no cenário nacional e internacional tendo em vista a Associação Industrial, recém formada no início da década de 1880, sem a experiência necessária para um tão grandioso espetáculo da indústria fabril continental.

---

<sup>305</sup>Cf: Periódico *O Industrial*, 15 de fevereiro de 1882. Órgão da Associação industrial do Rio de Janeiro. Fonte Impressa: *O Industrial*. Seção de Periódico: 1-216, 02 16 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

#### 4.3 - Exposição da Indústria Nacional de 1888.

O movimento industrialista da década de oitenta, a queda dos preços do café, as oscilações cambiais, a situação econômica do país, toda uma conjuntura enfim, que refletia as grandes transformações por que passava o país, contribuía para levar o governo imperial a encarar, de um modo geral, o problema da necessidade de amparo à produção nacional em todos os seus aspectos e, em particular, o fomento dos recursos naturais do Brasil.

Assim, em 1883, Henrique d'Ávila, ministro da agricultura, afirmava ser imprescindível o desenvolvimento da indústria brasileira pelo aproveitamento das nossas riquezas naturais, a fim de diminuir a importação, procurando-se, por outro lado, aumentar a exportação. Preocupava-o, pois, o desequilíbrio da balança de pagamentos, “*problema cuja solução, o Governo Imperial não pode deixar de prestar a mais sua atenção*”.<sup>306</sup>

Três anos mais tarde, em 1886, outro ministro da agricultura, Antonio Prado, estava também preocupado com o aproveitamento de nossas riquezas minerais. Preocupou-se, ademais, o Ministro da Fazenda Belisário Soares de Souza, em reajustar os valores oficiais dos artigos importados, estes tornados inadequados com a queda do câmbio, e em alterar as classificações das mercadorias, pois, por causa do progresso industrial e das transformações da moda, eram absolutas as classificações vigentes na tarifa brasileira. A necessidade de fomentar a produção nacional levou, entretanto, o senhor Belisário Soares de Souza a introduzir certas modificações nas razões alfandegárias.

Assim, de modo geral, foram diminuídos os direitos de matéria-prima que o Brasil não possuía, particularmente substâncias químicas empregadas na indústria nacional. Tendo em vista “nacionalizar” a indústria de tecidos de algodão, foram elevados os direitos de fios tintos, favorecendo as fábricas de fiação, em detrimento das de tecelagem. Segundo Leopoldi (2000) “as revisões de 1887-1888 resultaram num certo protecionismo à matéria-prima nacional. A elevação dos índices referentes às matérias-primas produzidas no país (fio de juta, fio tinto de algodão).”<sup>307</sup> Confirma compor uma vitória do *lobby* dos industriais sobre o governo.

No ano de 1888, em maio, ocorreu a libertação dos escravos, que transformou em trabalhadores livres e a necessidade de amparar, por meio de créditos, a influente classe de ex-

---

<sup>306</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p. 165.

<sup>307</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p.100.

proprietários de escravos, levou o governo imperial a adotar uma política de facilitação de créditos. Essa política aliada à prosperidade do país, graças à enorme safra de café de 1888-1889<sup>308</sup> e o capital estrangeiro que entrou no país sob a forma de empréstimo governamental,<sup>309</sup> provocou expansão nos negócios e a formação de empresas comerciais e industriais.

A pressão desses industriais aumentou e o Congresso votou a lei de 24 de novembro de 1888, que veio dar certa satisfação aos industriais, favorecendo as fábricas de tecidos de algodão e juta. Tendo em vista esta conjuntura político-econômica, pôde-se perceber a luta desses industriais em fazer valer sua força enquanto grupo, pressionando o Governo Imperial para que as leis pudessem ser aprovadas para o bem das indústrias, apesar do esforço do confronto com os interesses do fisco e também da lavoura cafeeira. Até aqui estes industriais já estavam mais coesos, e tinham tido vitórias na Exposição da Indústria Nacional de 1881 e 1882, no Rio de Janeiro e em Buenos Ayres, como se percebeu na narrativa do Memorial relativo à Exposição da Indústria Nacional de 1888.

Segundo Sandra Pesavento em *Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX* (1997), os intelectuais brasileiros consideravam que “o progresso não era apenas algo que se ouvia falar, mas uma meta que o país deveria perseguir para atingir o status de moderno”.<sup>310</sup>

Os industriais questionam o silêncio quanto ao convite feito pelo governo da França de participação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, ou seja, dos industriais brasileiros, fazerem parte da Exposição Universal de Paris de 1889, e a Associação teve a iniciativa de levar adiante a ida desses industriais a Paris. Para isso, entregaram um Memorial relativo à Exposição da Indústria Nacional em 1888, posto que se fizesse necessário ter uma Exposição preparatória para que se obtivesse uma estimativa do volume dos objetos a serem levados.<sup>311</sup>

---

<sup>308</sup> APUD assim LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p 104. A safra cafeeira em 1888-1889 atingiu 6.800.000 sacas. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro do estado dos negócios da fazenda, Leopoldo Bulhões, no ano de 1903. Rio de Janeiro, 1903, p. 224.

<sup>309</sup> APUD assim LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p 104. Em 1888 o Brasil contraiu um empréstimo de 6.297.300 libras. Retrospecto comercial do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1893, p. 31.

<sup>310</sup> PESAVENTO, Sandra Tatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.63.

<sup>311</sup> Utilizei o Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888 para expor o fato que a Associação Industrial estava em atividade até aquele ano de 1888 e que conseguirá mais uma vez exercer influência junto ao Governo Imperial e a esfera pública.

Entende a Associação Industrial que não lhe cabe, por forma alguma, inquirir das razões que desde já reputa poderosa e justíssima para a obtenção do comparecimento oficial por parte do governo, se é que se possa interpretar como deliberada obtenção o silêncio até agora mantido a tal respeito.<sup>312</sup>

A Associação Industrial do Rio de Janeiro começou a expor as razões pelas quais seria importante o comparecimento dos industriais nesse evento, e levantou o fato de várias nações do mundo se representarem. Fez clara a solicitação de ajuda por parte do governo, pois exemplificou que as demais nações tiveram ajuda de seus governos, pois foi para o crescimento da indústria e riqueza do país, além da ênfase atribuída à nação civilizada com relação à ida para uma Exposição deste porte, como foi a Exposição Universal de Paris de 1889, ano do centenário da Revolução Francesa.

Por diversos governos como os da Alemanha, Áustria, Rússia e Itália, os quais, entretanto, prometeram proporcionar todas as facilidades dos negociantes e industriais de seus respectivos países que quiserem concorrer à dita exposição.<sup>313</sup>

Segundo Marcos Olender em sua dissertação *No livro do futuro* (1992), as exposições eram locais privilegiados de realização e efetivação da modernidade entendidas como uma das “*dimensões características e essenciais da prática burguesa de efetivação de seu projeto político-social. A participação do Império do Brasil nesses eventos foi uma tentativa de reconhecimento no concerto das nações civilizadas*”.<sup>314</sup>

A Associação Industrial do Rio de Janeiro expôs que não ficaria de braços cruzados ante os interesses dos industriais, e começou a desejar saber o que o governo faria quanto ao fato deste evento, e colocou que necessitava saber qual era o tipo de ajuda que teria do governo, para assim poder tomar suas providências.

*“Seja qual for o pensamento do governo sobre o assunto, o tempo urge e a Associação Industrial, obediente à sua missão, sente que não pode cruzar os braços e deixar de promover*

---

<sup>312</sup> Ver: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 1. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>313</sup> Ver: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 3. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>314</sup> OLENDER, Marcos. *No livro do futuro*. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de História, 1992.vol.1 p. 36.

*o interesse da Indústria Nacional*".<sup>315</sup> Não lhes competia, portanto, adiantar o passo, certos de conhecer até onde iria a iniciativa oficial.

Quando se referiu à sua missão, esta fica clara no Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, onde está exposta a necessidade de promover a indústria nacional, tendo, para isso, de lançar mão de vários métodos para o crescimento da indústria no país:

- 1º art. Representar a indústria nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários e convenientes, defendendo e protegendo-a;
- 2º art. Fomentar a criação de idênticas associações nos centros mais populosos do Império e corresponder-se com elas;
- 3º art. Publicar com seu relatório anual uma estatística universal. E mais, quando possível. Criar uma biblioteca industrial;
- Criar um museu industrial para exposições de produtos da indústria nacional;
- Criar um periódico da Indústria nacional a indiscutível utilidade da associação [...]<sup>316</sup>

A Associação Industrial argumentou com o governo com este documento – Memorial relativo à Exposição da Indústria Nacional de 1888 – apresentando-o ao Senhor Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e trouxe à lembrança a Exposição da Indústria Nacional de 1881 e seus benefícios para a indústria do país, além de ter mostrado a eficiência desta Associação nos eventos do Rio de Janeiro e na Exposição Continental de Buenos Ayres, em 1882:

Ela conservou-se em ansiosa expectativa desde que teve conhecimento dos primeiros regulamentos expedidos pelo governo Francês, das primeiras providências tomadas pela comissão encarregada de levar o efeito aquela exposição universal e do começo de execução das obras para este fim.<sup>317</sup>

Os industriais, na expectativa para a Exposição Universal de Paris, em 1889, ano do centenário da República Francesa, vislumbraram uma oportunidade de vencer mais um obstáculo em sua luta pelo progresso da indústria nacional, podendo dar visibilidade à indústria brasileira em um espaço tão importante no cenário internacional.

---

<sup>315</sup> Ver: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 5. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>316</sup> Cf: Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Decreto nº. 8.006, de 26 de fevereiro de 1881. Artigos 1º, 2º e 3º, p. 1. Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>317</sup>Ver: Memorial relativo a Exposição da Indústria Nacional, em 1888, p. 6 Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

Viva recordação do bem sucedido esforço com que se inicia na existência realizada com feliz êxito 1881, a 5ª Exposição da Indústria Nacional, julgo, deveria ir se preparando para a eventualidade de ser novamente incumbida de efetuar idêntico cometimento em 1888.<sup>318</sup>

A experiência anterior bem sucedida efetuada pela Associação Industrial na exposição de 1881 gerou expectativas, quando da representação da Associação no cenário internacional, através da participação na Exposição Universal de Paris, de 1889.

A respeito das Exposições Internacionais, este, segundo Asa Briggs, historiador inglês, transmite uma dupla mensagem. Por um lado, tratava-se de afirmar a boa nova do trabalho como fator de dignidade para todos os homens. *“O evangelho do trabalho é a primeira grande mensagem. A exposição está idealizada para glorificar as abelhas laboriosas da colmeia do mundo. Os trabalhadores de todos os tipos eram ali reconhecidos como grandes homens”*.<sup>319</sup>

Por outro lado, segundo Briggs, *“para além de honesta invalidade da indústria e da habilidade, os países encontrariam uma nova fraternidade. A ênfase na paz estava colorida com os matizes do que muitos percebiam como duas facetas de uma mesma filosofia: cristianismo e livre-comércio”*.<sup>320</sup>

Nas palavras de Margarida de Souza Neves: *“o progresso como lei universal. Trabalho como fundamento de uma nova ética. Paz universal como resultado de um sistema cuja bondade intrínseca, harmonia e racionalidade dos idealizadores parecem também convencer os visitantes.”*<sup>321</sup>

A tentativa de se encontrar com o progresso para a civilização e, finalmente, com o reconhecimento internacional que o país ganharia com a participação das Exposições Internacionais, levou o governo a injetar recursos públicos nas Exposições.

Como acontecera na Exposição de 1881, preparatória para a Exposição Continental de Buenos Ayres, o governo imperial investiu nestas exposições com objetivo definido: se lançar como uma nação civilizada à vista do mundo da época.

A Associação Industrial tinha celebrado, na sua ausência, um contrato com o governo imperial, para levar a efeito a Exposição da Indústria Nacional, e outro para ir à mesma

---

<sup>318</sup> Ver:Memorial relativo a Exposição da Indústria Nacional, em 1888, p. 7. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>319</sup> BRIGGS, Asa. *The bagstel palace and the men of 1851. In: Victorian people*. Middlesex: Penquina Boats, 1982, p. 49.

<sup>320</sup> BRIGGS, Asa. *The bagstel palace and the men of 1851. In: Victorian people*. Middlesex: Penquina Boats, 1982, p. 40.

<sup>321</sup> NEVES, Margarida de Souza Pereira das. Op. cit. p. 41.

Associação Industrial representar o Brasil na Exposição do Rio da Prata. Ora, sendo ele presidente da mesma Associação, entidade que fazia contratos com o governo, embora desses contratos não viessem interesses pessoais, todavia ele por escrúpulo, em face de lei eleitoral, que não garantia que um Deputado fizesse ou tivesse contratos com o governo do país, quer individualmente, quer coletivamente.<sup>322</sup>

Por isso o presidente da Associação Industrial do Rio de Janeiro ter pedido para se afastar da liderança da associação deu-se pelo fato de ter sido eleito para o cargo de deputado.

Não censurava os atos do governo, muito pelo contrário, achava que tanto ele, como a Associação Industrial, cumpriam um dever de patriotismo, esforçando-se, tanto um como a outra, em levar às tendas do grande certame do trabalho que a República Argentina, naquele momento, provaria os produtos da nossa indústria, armas pacíficas que civilizam e estreitam as relações dos povos.<sup>323</sup>

Com o conhecimento das intenções do governo imperial de se lançar como nação civilizada, em contínuo progresso como gostava de expor, a Associação Industrial pautou suas arguições na própria história das Exposições anteriores, e, é claro, na conjuntura político-econômica em que se encontrava o Império, com o fim da escravidão e a grande necessidade de trabalho assalariado para este contingente de pessoas ociosas pelas ruas em busca de seu ganha-pão.

A Associação Industrial continuou sua argumentação expondo para o governo imperial seus planos para a realização da exposição preparatória para a Exposição de Paris.

A diretoria caso verificasse não ter ainda o governo encarregado de semelhante cometimento, outra associação fosse incumbida de estudar o assunto, e elaborar um plano de execução de uma exposição da indústria nacional com caráter preparatório a representação da mesma indústria na grande exposição industrial de Paris. Resolvi organizar o projeto cuja descrição junta em anexo. Foi no desempenho desse encargo que a diretoria abaixo assinala reconhecendo não haver probabilidade de na época apropriada poder obter para a exposição proposta a ocupação temporária de algum edifício público convenientemente situada. Resolvi organizar o projeto cuja descrição junta em anexo. É um edifício de caráter provisório, que não obstante ter na forma a elegância compatível com a necessária solidez e imprescindível economia fosse construído com material que se obtivesse por meio de empréstimo, ou depois devolvido o edifício vendido, reembolsa uma grande porcentagem do seu primitivo custo.<sup>324</sup>

A sugestão da Associação Industrial era ainda a utilização de trilhos, ferro, vidro, telhas, peças de ferro fundido para a construção de dito edifício. Para o barateamento do

---

<sup>322</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão 10 de junho de 1882. p. 31. Rio de Janeiro.

<sup>323</sup> Cf: Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão 10 de junho de 1882. p. 31. Rio de Janeiro.

<sup>324</sup> Cf: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 7 -8. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

custo, poderia ser obtido na Estrada de Ferro D. Pedro II, além da isenção de direitos para os materiais que tivesse que importar para o mesmo edifício, o que, aliás, não redundava em um prejuízo para o Estado.

Não tendo o governo imperial tomado a frente da organização da Exposição Industrial, a Associação Industrial elaborou um projeto onde descrevia como seria a exposição – em um edifício provisório – e fez o levantamento de custo, e de visitantes, estabelecendo o período da Exposição e demais necessidades descritas também neste documento.

Como preparatória da exibição com que a indústria nacional brasileira tem de se fazer representar no grande concurso internacional de Paris em maio de 1889, propõe-se que se organize aqui na capital do Império uma exposição prévia, um edifício de caráter provisório na área desocupada da praça de aclamação e situação em frente a secretaria da guerra. Esta exposição que receberia os diversos produtos e artefatos das diferentes províncias do Império [...] promovida pelas comissões delegadas desta Associação, podendo ser inaugurada a 29 de julho de 1888, e encerrada a 4 de dezembro do mesmo ano.<sup>325</sup>

Quando se referem ao edifício provisório da Exposição da Indústria Nacional de 1888, este é um dos objetivos expostos no Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, que trata da necessidade de haver um museu das Exposições Industriais,<sup>326</sup> um local próprio para as Exposições, tanto de caráter eventual, como de caráter permanente. A Associação Industrial fez o orçamento:

Com efeito, a construção do projetado edifício exigindo a quantia de 305.000\$000, o auxílio para promover a organização das exposições parciais nas províncias usando 18.000\$000, e a subvenção dos industriais para a organização e expediente da exposição da seção brasileira em Paris, a de 180.000\$000, compreende-se facilmente que vai muito além das forças de qualquer associação desta guerra tão considerável espaço.<sup>327</sup>

Quanto às quantias necessárias para promover as exposições parciais nas províncias, e para a subvenção aos industriais, a Associação Industrial entendeu dever dizer com toda a franqueza e lealdade que não viu ainda de que forma poderia fazer reverter para os cofres públicos, a não ser indiretamente, por meio dos resultados que fossem colhidos para o desenvolvimento industrial do país, do comparecimento do Brasil à exposição internacional de 1889. *“Parece também que nenhum governo se preocupa de reaver de outro modo as*

---

<sup>325</sup> Cf:Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 3. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>326</sup> Cf:Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 1881. p. 2. Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>327</sup> Cf:Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 13. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.



*quantias voltadas para taes applicações”*<sup>328</sup> E argumentou que ainda se faria melhor do que foi a Exposição de 1881 e 1882, visto que se teriam mais visitantes pagantes, expositores e lucros maiores para se repor ao erário público. Estas foram as colocações dos industriais:

Assim, para a última exposição, inaugurada a 12 de dezembro de 1881, precursora da Continental de Buenos Ayres, convite da exposição e a inauguração e o espaço de tempo durante o qual se conservou aberto ao público 49 dias 1.120 expositores não pagaram pelo espaço ocupado for visitada por 46.944 pessoas, entras 15.000 entradas gratuitas, 1888 agora seria 3.000 expositores, franqueadas ao público 120 dias, 120.000 o número de visitantes. Compra-se uma contribuição ao metro quadrado usado pelos expositores, será inferior 20\$000 total será 50.000\$000. Entrada dos visitantes 1000\$ por 120.000 entradas devem resultar 140.000\$000.<sup>329</sup>

Os industriais continuaram em sua explanação: a exposição brasileira tanto dentro do país, como no vasto campo da batalha do progresso que se travará em 1889, no campo de Marte da cidade de Paris, não carece a Associação de procurar argumentos para convencer aos poderes públicos dos benefícios que dela aderiram para a nossa indústria, seja agrícola, manufatureira ou extrativista, e de quanto concorreram para melhorar a situação financeira do país, porque semelhante convicção já estava profundamente arraigada no ânimo de todos.

Uma das primeiras argumentações que o próprio governo imperial fez em relação à importância das Exposições veio do Ministro da Agricultura, quando falou a respeito da educação industrial. *“Com clareza expõe um relevo de urgentes necessidades de nossos artistas e industriais aperfeiçoarem na educação técnica, habilitando-os a melhorarem os processos de fabricação e com a importância se recomenda a criação dos museus industriais.”*<sup>330</sup>

*“De certo modo se transformam em Exposições permanentes são precedidas pelas exposições periódicas, as quais eles de toda não dispensam e que com eles servem para o estudo comparado dos diversos gêneros de industriais.”*<sup>331</sup> A necessidade da criação de museus, decorreu do fato de expor os objetos inventados e a feitura da ligação entre as invenções e a vida cotidiana da população, a questão educacional se fez representar nesta

---

<sup>328</sup> Cf:Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 9 Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>329</sup> Cf:Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 16. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>330</sup>Cf: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 17. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>331</sup>Cf: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 10. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

vitrine do progresso. “Elas surgiram em 1851, com as ideias de livre-câmbio, sir Robert Peel, o inaugurador, e iniciaram-se amparadas pelo ilustre Príncipe Alberto Consorte da Rainha da Inglaterra, cujo espírito liberal lançou seu reflexo brilhante nos resultados daquelas exposições.”<sup>332</sup>

No livro de Kuhlmann Junior, *As grandes festas didáticas, a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*, o autor apresenta três grandes objetivos:

A análise de como, no interior das Exposições internacionais foi-se atribuindo à educação o signo da civilização, de progresso, de sociedade moderna, e a participação brasileira nesse processo [...] se exibiu a educação principalmente nos congressos internacionais e nacionais ocorridos durante as exposições, quando vários setores discutiam e formulavam propostas para as instituições educacionais, e, finalmente, as propostas pedagógicas veiculadas nas Exposições. Uma arena de propostas para o ensino técnico e para a educação na época.<sup>333</sup>

Os industriais, em sua argumentação de vinte páginas, realçaram os ideais das Exposições. Neste caráter, elas contribuíram para a obra democrática da confraternização dos povos, abateram as barreiras que as separaram da comunhão das ideias civilizadoras e encaminharam a humanidade para o seu grande destino: a harmonia, unidade da raça humana, e afirmou os grandes princípios econômicos da liberdade e divisão do trabalho, da livre-permuta e da associação e cooperação dos industriais. A aproximação dos industriais e consumidores de todas as partes do globo, em um mesmo ponto deste, por um espaço de tempo, embora curto, permitem progressos das ciências e das artes, o estudo e o confronto dos produtos e artefatos, e a comparação dos mais aperfeiçoados processos de fabricação, bem como o despertar a criação de nossos industriais.

A concorrência entre os países presentes nas Exposições foi concebida como uma arena ou olimpíada pacífica, e pôde ser verificada nos quadros dos prêmios distribuídos aos expositores.

O espetáculo das Exposições acaba por ser uma forma de sublimação dos conflitos entre os Estados modernos do século XIX. O aspecto da disputa por tecnologias e mercados está implícito no sofisticado sistema de premiação aos melhores exibidores nas diversas categorias. Desde a Great Exhibition são lançados votos, dos patrocinadores aos participantes, para que a paz entre os povos de boa vontade se eternize. Trata-se de adaptar a insolúvel

---

<sup>332</sup> Cf: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 11. Fonte Imprensa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>333</sup> JUNIOR, Moysés Kuhlmann. *As grandes festas didáticas, a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001, p. 20-21.

sociabilidade dos Estados – indivíduos num intercâmbio duradouro próspero e pacífico, baseado em competições amistosas, espécie de olimpíadas das proezas industriais.<sup>334</sup>

Ficou expressa de maneira bem definida a importância das Exposições para o amadurecimento da indústria no país. O fato de concorrer nas Exposições Internacionais gerou uma competição entre os industriais, que os levou a ganhar em criação e produtividade, pois a partir do fato que os consumidores puderam ver os produtos, eles desmistificaram o fato do produto brasileiro ser pior do que o estrangeiro, e, com isso, abriu-se caminho para o consumo dos produtos nacionais, postos que o ocorrido com a exposição de 1881 com alguns industriais resultou em conseguirem lutar vantajosamente no mercado do país com os artefatos da mesma espécie dos de sua produção e importados do estrangeiro.

Não terá, entretanto, escapado a qualquer que dotado de espírito observador as tenha visitado, o progresso gradualmente operado pelas indústrias já criadas ou a aclimação de outras novas, cujos produtos tem logrado fazer seria concorrência no mercado aos similares importados do estrangeiro e até mesmo em alguns casos anular esse importado.<sup>335</sup>

A Associação cumpriu o seu dever, pondo à disposição do governo imperial, como já o teria feito em 1881, sua cooperação para levar a efeito esse cometimento, e no caso de ser aceito o plano que expôs no corpo desse Memorial 1888, pede a V. Ex. Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que, deliberando por si, sobre o caber na alçada de V. Ex., ou pedindo às câmaras as medidas que dependerem de ser dignas desta Associação Industrial para desempenhar-se da incumbência, se lhe for confiada, concedendo-lhe os meios que em seguida resumidamente serão expostos.

Uso temporário da área não ajardinada da Praça da Aclamação, em frente à secretaria de Guerra, para nela erigir o edifício para uma exposição da indústria nacional. Isenção de direitos para todo o material necessário à construção, montagem, desmontagem, conservação e iluminação do edifício. Uso dos trilhos de aço com acessórios pertencentes à Estrada de Ferro D. Pedro II, e seu prolongamento que forem necessários à construção do edifício.

Transporte gratuito nas Estradas de Ferro para a vinda e volta dos produtos e artefatos que tiveram de figurar na Exposição. Autorização para que as companhias subvencionadas, ou que gozem de garantias, ou juros, possam fazer o mesmo transporte em iguais condições.

---

<sup>334</sup> HARDMANN, Francisco Foot. *O trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, p. 60-61.

<sup>335</sup> Cf: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 12. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

Autorização para que os fornecimentos de água, gás e outros idênticos sejam feitos nas mesmas condições em que o são para os edifícios de Estradas. Concessão de fundos para a realização da exposição e distribuição pela seguinte forma para a construção do edifício:

180:000\$00. O título de adiantamento que voltarão aos cofres do Estado com o produto da venda dos materiais depois da Exposição. 120:000\$000. O título da subvenção e que em parte voltarão para os cofres públicos do Estado, tanto quanto o permitirem o subcrédito saldo. 180.000\$000 para as despesas nas províncias 180.000\$000 para o auxílio dos expositores, afim de que seus produtos e artefatos vão representar a Indústria Brasileira na Exposição Industrial Internacional de Paris de 1889.<sup>336</sup>

A Associação Industrial do Rio de Janeiro conseguiu a verba necessária para a Exposição da Indústria Nacional de 1888 no Rio de Janeiro, e para a ida à Exposição Universal de Paris, em 1889, e mais: a participação no Clube de Engenharia, no qual era solicitada sua participação na exposição parisiense:

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1888.

Ilmo. Srs.

A Comissão Central brasileira, organizada nesta Corte para a Exposição Universal de 1889, em Paris, e composta dos abaixo-assinados, certa da grande utilidade que advirá ao Brasil de se fazer representar sua referida Exposição, e do valioso auxílio do Clube de Engenharia, de que é V. Dr. Digno Presidente, pode prestar à realização dessa idéia, convida a essa Associação a concorrer na medida de seu trabalho e de suas forças àquela grande festa de civilização e progresso.

Outrossim, comunicar a V. Sr.<sup>a</sup> que, para a convém escolha dos produtos, efetuar-se a primeiro nesta Corte uma exposição preparatória, cuja abertura está marcada para o dia 11 de novembro do próximo futuro.

Deus guarde a V. Sr.<sup>a</sup>.

Ilmo. Sr. D. Antonio Paulo de Mello Barreto, Presidente do Clube de Engenharia.

A Comissão.<sup>337</sup>

Ficou aqui demonstrado que a Associação Industrial conseguiu, mais uma vez, como grupo industrial, persuadir pessoas do governo imperial, como foi o caso do Senhor Ministro da Agricultura para se conseguir as verbas necessárias para esta Exposição. É interessante perceber que a Associação Industrial sempre entra no vácuo, na necessidade do governo, como foi o caso da abolição da escravatura. O importante era gerar trabalho para a população, e riquezas para o país em uma conjuntura tão adversa.

---

<sup>336</sup>Ver: Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, p. 13. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>337</sup> APUD como assim Honorato, Cesar Teixeira. (Coord.). O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia. 1996. p. 135. Ofício ao Clube de Engenharia solicitando sua participação na Exposição Universal de 1889 em Paris.

As exposições eram espaços reservados para a grande festa do trabalho dos industriais, quando os países expositores colocavam seus objetos a serem apreciados pelo público e sujeito à avaliação que resultaria em premiação e, portanto, ao reconhecimento do adiantamento da indústria de cada país. Um lugar privilegiado, onde cada “nação”, ou seja, grupo representado de industriais, desejavam alcançar notoriedade nacional e internacional para seus produtos e de seus fabricantes, portanto a fim de ganhar maior espaço no mercado.

Na primeira parte do capítulo, a Exposição da Indústria Nacional do Rio de Janeiro de 1881, foi realizada devido ao esforço e à articulação política desses líderes nas Câmaras do Legislativo. Com o objetivo de serem premiados e escolhidos para representar o Império do Brasil na Exposição Continental de Buenos Ayres, em 1882.

Alcançando sucesso satisfatório, tendo em vista o fato de terem conseguido um contrato com o governo imperial, viabilizando tal proposta, além disso, conseguiram que os diversos ramos da indústria fabril, pudessem ser representados sem deixar as demais forças produtivas sem representação.

A segunda etapa foi a Exposição Industrial em Buenos Ayres, de 1882, uma oportunidade concreta de entrar para a era do progresso e da modernidade, pois, finalmente, a Associação ganhou a visibilidade esperada, pois puderam representar o Império do Brasil em uma Exposição Continental, algo para este grupo almejado para a concretude de seus objetivos, usarem todos os meios para animar e defender a indústria fabril nacional.

O convite do Clube Industrial Argentino foi uma oportunidade singular para a Associação Industrial mostrar seus produtos nacionais. As premiações na Exposição Continental foram fundamentais para a demonstração do real valor dos produtos nacionais, tanto para o governo imperial, quanto para a esfera política.

A terceira etapa foi o Memorial de uma Exposição da Indústria Nacional de 1888, esta preparatória para a Exposição Universal de Paris em 1889, o governo Imperial recebeu o convite para que a Associação Industrial do Rio de Janeiro se fizesse representar na Exposição Universal de Paris, e a mesma questionou e fez um planejamento que se tornou o memorial para a execução da Exposição Nacional de 1888. No documento, além do questionamento, encontra-se exposto um levantamento do custo da Exposição de 1888, e lembrando a todo instante os sucessos anteriores neste tipo de assunto, a Exposição Industrial do Rio de Janeiro de 1881, e a Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882, objetivos alcançados pela Associação Industrial ainda nos seus primeiros anos de organização.

Novamente, a Associação Industrial alcançou seu objetivo: a Exposição da Indústria Nacional de 1888 se concretizou na Corte e o Império do Brasil se fez representar na

Exposição Universal de 1889, obtendo êxito, como já se sabe, através da História. Em cada oportunidade ocorrida, na década 1880, na vida institucional da Associação Industrial do Rio de Janeiro, utilizaram de maneira objetiva para animá-la a defender a indústria fabril nacional. Buscou alcançar a visibilidade, tanto no meio do Legislativo, lutando por verbas, espaço e ações que pudessem trazer ganho para estes industriais; tanto na esfera pública, trazendo o reconhecimento do valor dos produtos nacionais para o mercado interno; quanto para o governo Imperial. Finalmente ficam claras as necessidades da Associação Industrial e sua ação concreta, para se obter êxito como um grupo industrial fabril no Império Brasileiro na década de 1880 do século XIX.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação pôde expor a gênese do processo de organização da indústria do Império que ocorreu na década de 1880 do século XIX com a formação da primeira entidade que defende a indústria fabril no Império, a Associação Industrial do Rio de Janeiro. Para alcançar esta afirmação dividiu-se a dissertação em quadro capítulos em que discorre-se sobre este assunto.

No primeiro capítulo pondera-se sobre a “crise do chapéu” dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e como ela pôde impulsionar a saída da seção da indústria fabril do órgão e formar uma organização com a intenção de congregar os interessados no desenvolvimento de uma indústria fabril.

A primeira seção desde capítulo tratou do contexto político da década de 1870, objetivamente na cidade do Rio de Janeiro, seu processo de modernização configuraram um período de significativas mudanças na cidade do Rio de Janeiro com relação à infraestrutura, podendo estabelecer a realidade de seu desenvolvimento como espaço em condição de acolher modificações sociais e políticas.

Na segunda seção, foi traçada uma breve história da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sua vida como órgão consultivo e científico no Império, contendo informação alusiva às questões que mereciam sua avaliação, sua proposta como órgão consultivo e o entendimento quanto à função da indústria.

A terceira seção foi remanescente ao conceito de indústria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional através dos Estatutos do órgão concernentes aos anos de 1831, 1846, 1857 e 1869, a fim de identificar seu juízo quanto à apreciação tratada. Ao determinar o seu significado ficará clara a razão de sua posição ambígua quanto ao conceito de indústria para a SAIN. Para esta análise foi utilizado o conceito de Karl Marx sobre indústria percebendo que há uma diferença entre indústria moderna de Marx e a realidade encontrada na SAIN.

Ao final do capítulo a questão da crise do chapéu e a luta da seção fabril a favor da indústria foram tratadas. O conflito existente entre a seção do comércio e a seção da indústria fabril foi o início do processo de desacordo dentro da SAIN, provocando a ruptura no órgão e a saída da seção da indústria fabril, impulsionando a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro que tinha como objetivo específico defender os interesses da indústria fabril no Império na década de 1880 frente ao governo e a esfera pública. Mediante estas argumentações, o contexto político da década de 1870, objetivamente na cidade do Rio de

Janeiro, seu processo de modernização configuraram um período de significativas mudanças na cidade do Rio de Janeiro com relação à infraestrutura, o entendimento sobre a própria estrutura da SAIN e o conceito de indústria tão ambíguo quanto sua compreensão e a crise entre as seções, podendo assim afirmar-se que a crise na SAIN configurou um momento de cisão dentro do órgão que acarretou a saída da seção da indústria fabril podendo gerar a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

O capítulo seguinte será sobre a formação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Elucidará seu ideário e seus interesses quanto ao desenvolvimento da indústria fabril no Império na década de 1880, trazendo uma alteração sobre a organização da primeira entidade que defende a indústria fabril ainda no Império neste período.

Neste segundo capítulo foi exposta a criação e estruturação da Associação Industrial, primeira entidade que defendia o interesse da indústria fabril no Império.

O capítulo dedicou-se à discussão e exposição da problemática quanto à formação e estruturação da Associação Industrial e de seus membros como representantes de um grupo industrial.

A criação da Associação Industrial, na década de 1880, veio atender as necessidades dos industriais já existentes e seus objetivos como grupo industrial, visando à coesão e sua estruturação, com o objetivo político de defesa dos interesses do grupo industrial. O conceito de fração de classe foi utilizado nesse capítulo a fim de caracterizar a ação de integrar os diversos ramos da indústria fabril para a luta por seus objetivos até então citado em seu Estatuto.

Foi abordado, na primeira seção desse capítulo, o contexto da década de 1880, as condições estruturais que puderam viabilizar a formação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Tratou-se, na segunda seção, da criação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, seus objetivos como um grupo industrial, a sua problemática quanto a sua formação, além do conceito de fração a fim de caracterizar a ação de seus integrantes nos diversos ramos da indústria fabril e sua luta por seus objetivos, e suas maiores dificuldades para a consolidação da gênese da luta pelo processo de organização da indústria do país.

Na terceira seção do capítulo, haverá as argumentações da Associação quanto à proposta de se optar pelo sistema protecionista e as suas vantagens para a indústria fabril no Império. Para tanto, utilizar-se-ão os artigos divulgados na imprensa da época pela própria Associação, a fim de conscientizar a esfera pública e o próprio Governo Imperial.



Neste capítulo foi explanado sobre o contexto da década de oitenta e as condições estruturais que puderam viabilizar a organização e estruturação da AIRJ e as argumentações quanto à proposta protecionista para o Império proferida pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. A entidade tinha um projeto para desenvolver a indústria fabril no Império.

No terceiro capítulo desta dissertação ponderou-se sobre a finalidade que a Associação tinha de alcançar a esfera pública com os seus ideários, para tanto utilizou a imprensa para expor seu alvo de defesa e estruturação de um grupo que tem por desígnio constituir a primeira entidade que advoga a favor da indústria fabril no Império do Brasil.

Com a intenção de auferir o apoio da esfera pública a Associação Industrial utilizou seu periódico *O Industrial*, que fora um meio de divulgação de suas ideias e uma metodologia de integração do próprio grupo. Compreendendo que através deste órgão foi alargada sua ingerência no próprio seio político por meio da circulação deste instrumento.

A partir da divulgação de seus ideários e com o confronto com a imprensa opositora a apresentação do ideal da Associação Industrial foi sendo elucidado à esfera pública de uma forma mais abrangente o seu fito de formar e informar sobre as necessidades e reivindicações da indústria fabril. Seu projeto e suas precisões foram assim trazidos junto ao meio político pela divulgação de suas imperiosas reivindicações que puderam descortinar a realidade da indústria no Império.

O documento do relatório apresentado ao Sr. Ex. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial de 1882 e pela Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial apresentada ao Corpo Legislativo em 1883 foi requerido pelas indústrias a fim de alcançarem suas reivindicações junto ao Parlamento e ao Governo para que pudessem garantir proteção e apoio à indústria nacional.

Fica, portanto, constatado que os líderes no Congresso que apoiavam a causa industrialista requereram um Inquérito a fim de averiguar a realidade da indústria com a pretensão de solicitar proteção as já existentes e solicitar leis que pudessem garantir o florescimento de tantas outras indústrias que poderiam vir a surgir.

Mediante a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial foram alcançadas, pelas indústrias ao longo do período estudado nesta dissertação, revisões de tarifas que favoreceram as indústrias como as de 1886 e 1887; a tarifa protecionista de Belisário de Souza que proporcionou ganhos conseguidos por causa da articulação da Associação Industrial do Rio de Janeiro no meio político no Império. Portanto, os meios encontrados para ingerência da AIRJ junto à esfera pública e ao Governo Imperial.

No quarto capítulo da dissertação foram abordadas as exposições que eram espaços reservados para a grande festa do trabalho dos industriais, quando os países expositores colocavam seus objetos a serem apreciados pelo público e sujeitos à avaliação que resultaria em premiação e, portanto, ao reconhecimento do adiantamento da indústria de cada país. Um lugar privilegiado, onde cada “nação”, ou seja, grupo representado de industriais, desejava alcançar notoriedade nacional e internacional para seus produtos e de seus fabricantes a fim de ganhar maior espaço no mercado.

Na primeira parte do capítulo, a Exposição da Indústria Nacional de 1881 do Rio de Janeiro, foi realizada devido ao esforço e à articulação política desses líderes nas Câmaras do Legislativo. Com o objetivo de serem premiados e escolhidos para representar o Império do Brasil na Exposição Continental de Buenos Ayres, em 1882.

Alcançando sucesso satisfatório, tendo em vista o fato de terem conseguido um contrato com o governo imperial, viabilizando tal proposta, além disso, conseguiram que os diversos ramos da indústria fabril pudessem ser representados sem deixar as demais forças produtivas sem representação.

A segunda etapa foi a Exposição Industrial em Buenos Ayres, de 1882, uma oportunidade concreta de entrar para a era do progresso e da modernidade, pois, finalmente, a Associação ganhou a visibilidade esperada, pois puderam representar o Império do Brasil em uma Exposição Continental, algo almejado por este grupo para a concretude de seus objetivos, usarem todos os meios para animar e defender a indústria fabril nacional.

O convite do Clube Industrial Argentino foi uma oportunidade singular para a Associação Industrial mostrar seus produtos nacionais. As premiações na Exposição Continental foram fundamentais para a demonstração do real valor dos produtos nacionais, tanto para o governo imperial, quanto para a esfera política.

A terceira etapa foi o Memorial de uma Exposição da Indústria Nacional de 1888, esta, preparatória para a Exposição Universal de Paris em 1889. O governo Imperial recebeu o convite para que a Associação Industrial do Rio de Janeiro se fizesse representar na Exposição Universal de Paris e a mesma questionou e fez um planejamento que se tornou o memorial para a execução da Exposição Nacional de 1888. No documento, além do questionamento, encontra-se exposto um levantamento do custo da Exposição de 1888, e lembrando a todo instante os sucessos anteriores neste tipo de assunto, a Exposição Industrial do Rio de Janeiro de 1881, e a Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882, objetivos alcançados pela Associação Industrial ainda nos seus primeiros anos de organização.

Novamente, a Associação Industrial alcançou seu objetivo: a Exposição da Indústria Nacional de 1888 se concretizou e o Império do Brasil se fez representar na Exposição Universal de 1889, obtendo êxito, como já se sabe, através da História. Em cada oportunidade ocorrida, na década 1880, na vida institucional da Associação Industrial do Rio de Janeiro, utilizaram de maneira objetiva para animá-la a defender a indústria fabril nacional. Buscou alcançar a visibilidade, tanto no meio do Legislativo, lutando por verbas, espaço e ações que pudessem trazer ganho para estes industriais; tanto na esfera pública, trazendo o reconhecimento do valor dos produtos nacionais para o mercado interno; quanto para o governo Imperial. Finalmente ficam claras as necessidades da Associação Industrial e sua ação concreta, para se obter êxito como um grupo industrial fabril no Império Brasileiro na década de 1880 do século XIX.

A luta por tarifas alfandegárias que pudessem proporcionar melhores condições de sobrevivência à indústria era realizada pelo *lobby* dos industriais no Congresso. A articulação política era percebida por causa das vantagens das revisões parciais, conseguidas no processo da década de 1880. As revisões parciais não trouxeram grande polêmica como as tarifas de 1879 e 1881. Estas trouxeram benefícios graduais aos industriais que possuíam fábricas de produtos têxteis. Em 1886, o governo isentou as máquinas compradas para as instalações de novas indústrias do pagamento de importação. Ainda, as revisões de 1886 e 1887, resultaram num certo protecionismo à matéria-prima nacional.

A hipótese a que aspirou-se confirmar é que a Associação industrial do Rio de Janeiro foi a primeira entidade que defendeu a indústria fabril no Império, exercendo sua articulação política para se alcançar favores junto ao Governo e a visibilidade almejada junto à esfera pública e ao Governo Imperial tornando-se a gênese do processo de organização da indústria na década de 1880 no século XIX, portanto, intentou-se afirmar que a teórica que julga-se assertiva, seria de que na década de oitenta do século XIX germinou a gênese do processo de organização da indústria no Império do Brasil.

Quanto às sugestões e propostas para novos estudos posteriores quanto ao assunto, há duas proposições: a primeira seria o estudo quanto aos tratados internacionais que puderam significar uma posição teórica quanto à economia do Império proporcionando uma inflexibilidade quanto a sua posição livre-cambista. Tendo em vista que o próprio Inquérito Industrial de 1881 sinaliza os acordos internacionais. A segunda proposição seria de que forma a segunda geração de industrialistas, na década de noventa do século XIX, puderam sofrer influência da geração da Associação Industrial do Rio de Janeiro, isto quanto à organização e estruturação do novo grupo de industrial.

## REFERÊNCIAS

## DOCUMENTOS

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil) *Almanak Laemmert Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fonte micro filmada: Seção de Obras Raras: Microf positivo PR Sor 00165 (1-150). Coleção Micro filmada 1844-1915

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 1881. Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico:1-216, 02 16.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro*. Decreto nº. 8.006, de 26 de fevereiro de 1881. Seção de Periódico:1-216, 02 16.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil) *Memorial relativo à uma Exposição da Indústria Nacional em 1888*. Fonte Impressa: I- 48, 19,43 Obras Raras.

BIBLIOTECA NACIONAL. O Industrial -12 de Janeiro de 1882- Artigo 'A Nova Tarifa Alfandegária e a Indústria Nacional.' Seção de Periódico. 1-216, 02,16.

BIBLIOTECA NACIONAL. O periódico: O Industrial em 18 de Junho de 1881. Artigo 'A Tarifa das Alfândegas.' Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16.

BIBLIOTECA NACIONAL. O Periódico "O Industrial". Artigo: "Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 26 de fevereiro de 1881". Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16.

BIBLIOTECA NACIONAL. *O periódico o Industrial*. Rio de Janeiro de 21 de maio de 1881. Fonte Impressa: O Industrial. Seção de Periódico: 1-216, 02 16.

BIBLIOTECA NACIONAL. O Industrial - 12 de Janeiro de 1882- Artigo 'A Nova Tarifa Alfandegária e a Indústria Nacional.' Seção de Periódico. 1-216, 02,16.

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS INDÚSTRIAS (FIRJAN). *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Econômica de Machado, 1876. Fonte Impressa: Acervo 9583.

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Álvaro d'Armada na Sociedade

Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877 .Typografia de J. Paulo Hildebrandt. p.5. Fonte Impressa: Obras raras. Acervo 9517. Or R 63. Firjan.

DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO BLAKE. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional 1900. Volumes 3 e 6

Disponível em < <http://www.archiveorg/delals/diccionariobibliooblakgog>>

FIRJAN. *Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional 1828. Artigo 1º de 1827. Fonte Impressa: Firjan nº Or R 132 Acervo 9604 p.2.

FIRJAN. *Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro de 1848*. Fonte Impressa: cap. VI p. 15 e cap. I, p. 5. Obras Raras: Acervo 9611 Or R 4.

FIRJAN. *Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. L Vianna e Filhos, 1857 cap.1º Fonte Impressa: Obras Raras: Acervo 9593 Or R5.

FIRJAN. *Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1827*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional 1828.Obras Raras: Acervo 9604 Or R Módulo 4.

FIRJAN. O Auxiliador da Indústria Nacional, 1866. Fonte Impressa: Obras raras. Acervo 9421. Or. R 45 Modulo nº4.

FIRJAN. O Auxiliador da Indústria Nacional,1854. Fonte Impressa: Obras Raras: Acervo 9421 módulo nº4.

GALERIA DOS BRASILEIROS ILUSTRES. Volume II, p.297-299. Disponível em < [http://PT.wikisourd.org/widi/galeria\\_dos\\_brasileiros\\_ilustres](http://PT.wikisourd.org/widi/galeria_dos_brasileiros_ilustres)>

GASPAR, Silvério Martins. Proposta e Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro. 1878.

IHGB. *Arquivos da Exposição da Indústria Nacional*1881.. Fonte Impressa: 7, 5, 23,

IHGB. *Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. Projeto do Palácio Permanente de Exposições*. p.65-66. Fonte Impressa: 27,2, 20-21.

IHGB. *Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro*, 1882. Fonte Impressa: 27,2, 20-21.

IHGB. *Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro*, 1882. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Aires 1882. Fonte Impressa: 27,2, 20-21.

IHGB. *Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro*, 1882. Artigo sobre Exposição Continental de Buenos Aires. Fonte Impressa: 27,2, 20-21.

IHGB. *Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro*. Sessão 10 de junho de 1882. p. 31. Fonte Impressa: 27,2, 20-21.

IHGB. *Relatório da Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro*, 1884. Fonte Impressa: 27,2, 20-21.

MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Introdução. Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tipographia J. S.Cabral, no. 1, junho de 1846. Fonte impressa: Firjan. Obras Raras acervo 9421. Or.R 45.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877. Disponível em: <<http://www.memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro: 1881. Artigo *O Industrial*. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo *Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro*, 1881.Disponível em: <<http://www.memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo ‘ Rio News.’ Disponível em:< <http://www.memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo *Com o Povo*. p.261-262. Disponível em:< [http :www//memoria. nemesis.org. br.](http://www.memoria.nemesis.org.br)> Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Trabalho Nacional e seus Adversários. ' Prefácio' p.xi. Disponível em<: [http: www. //memoria. nemesis.org. br.](http://www.memoria.nemesis.org.br)> Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo *Tudo tem a sua Época*. p.118. Disponível em:< [http:www.//memoria. nemesis.org. br.](http://www.memoria.nemesis.org.br)>. Acesso em: 20 maio 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Trabalho Nacional e seus Adversários. Rio de Janeiro. 1881. Artigo ' Associação Comercial' p. 318. Disponível em:< [http: //memoria. nemesis.org. br.](http://memoria.nemesis.org.br)>Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Relatório Apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Volume I. Rio de Janeiro. Typografia Nacional 1882.* Disponível em:< [http://memoria. nemesis.org. br.](http://memoria.nemesis.org.br)> Acesso em: 20 mai 2010.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário de Língua Portuguesa. Lisboa Lacérdina,1813,T 1. Verbete: indústria.

STURZ, João Diogo. Sociedade Auxiliadora da Agricultura e Indústria do Rio de Janeiro e Bahia. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1835.p.4. Firjan. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Obras Raras: Acervo 9421 módulo nº4.

## **1 Livros, Eventos e Artigos**

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As Relações Econômicas Internacionais no Império*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

ALONSO, Angela. *Artigo Crítica e contestação. O movimento reformista da geração de 1870*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo.Vol.15, nº 44, out. 2000.

\_\_\_\_\_. *Idéias em Movimento. A Geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRIGGS, Asa. *The bagstel palace and the men of 1851*. In: *Victorian people*. Middlesc: Penquina Boats, 1982.

CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977.)* Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. *Cidadania, Tipos e Percursos*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, v.9, nº18, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados Escritos de História e Política*. Minas Gerais: Ed. UFMG, 1999.

*Dicionário de Economia e Ciências Sociais*. Dicionário temático. Coordenado C.O. Echaudemaison. Porto, 2001.

DORIVAL, Teixeira Vieira. *A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*. São Paulo. 1947.

ELIAS, Nobert. *O Progresso Civilizador: uma história dos Costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

*Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. José Luís Fiori (organizador), Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes e Gomes, Ângela Castro. *Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC, 1988.

FONSECA, Godin da. *Biografia do Jornalismo Carioca ( 1808- 1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.



HARDMANN, Francisco Foot. *O trem fantasma: A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

HONORATO, Cesar Teixeira (Coord.). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. Anais III Simpósio dos Professores Universitários de História, 1966, Franca São Paulo, “Artesanato, Manufatura e Indústria.” Faculdade de Filosofia e Ciência e Letras, 1966, p.106-133.

JUNIOR, Moyés Kuhlmann. *As Grandes Festas Didáticas, a educação brasileira e as Exposições Internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a Monarquia e a República: Imprensa, Pensamento Político e Historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História de Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Financeiro)* Rio de Janeiro: IBIMEC, 1978.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808- 1930 2ª edição*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARX, Karl. *El Capital*. Volume 1. Trad. Wescslao Roces, Fundo de Cultura Econômica. México. 1974.

\_\_\_\_\_. *Formas que Preceden a La Producción Capitalista*. 2ª ed. México: Ediciones Pasado y Presente, 1972.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: 13ª Ed, Editora Bertrand, Livro Primeiro, volume I, 1989.

Marx, Karl. *O Capital. Crítica da economia Política* livro I, volume I, caps XII e XIII. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 10ª ed. São Paulo: Unicamp. IE, 1998.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: A Pré- Indústria Fluminense 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S 1992.

PESAVENTO, Sandra Tatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2000, p. 59-66.

\_\_\_\_\_. *O Poder Político e as Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

PLUM, Werner. *Exposições Mundiais no século XIX: Espetáculos das Transformações sócio-cultural*. Bonn: Editora Fredrich Ebert Stifting, 1979.

QUEIRÓS, Mauricio Vinhas de. *O Surto Industrial de 1880-1895*. In: *Debate e Crítica*, nº 6, julho de 1975.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e a Origem da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985.

STEIN, Stanley J. *Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TURAZZI, Maria Inez. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: Engenharia, a Indústria e a Organização do Trabalho na Virada do Século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE e Marco ZERO, 1989.

\_\_\_\_\_. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4 ed, Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

VIEIRA, Dorival Teixeira. *A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*. São Paulo: FCEA-USP 1947.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. 2. v.

WEID, Elisabeth Von Der. *Apontamento para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [S.I] 1977.

\_\_\_\_\_. *O Bonde como Elemento de Expansão Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.casaderuibarbosa.gov.br>> Acesso em: 12 ago. 2010.

WERNER, Baer. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

## 2- TESES e DISSERTAÇÕES

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: Um estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906*. 2003. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - PUC- RJ, Rio de Janeiro, 2003.

BARRETO, Patrícia Regina Correa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O Templo Carioca de Palas Atenas*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto Histórico das Ciências e das Técnicas Epistemologia, Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

FERNANDES, Suzana Cristina. *Amaro Cavalcanti e a Luta pela Industrialização Brasileira*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas: São Paulo, 2001.

HEIZER, Alda Lucia. *Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. 2005. Tese (Doutorado em Geociências) – UNICAMP, Instituto de Geociências, 2005.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. *A Energia Elétrica e o Parque Industrial Carioca (1880-1920)*. 1997. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói: Rio de Janeiro, 1997.

NEVES, Margarida de Souza Pereira das. *O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*. In: *As vitrines do progresso*. 1986. Tese (Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986.

OLENDER, Marcos. *No Livro do Futuro*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História - UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória D' O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: Os Discursos Impressos da Antonio Borges da Fonseca sobre a Política Imperial 1830- 1832*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904). Na Formação Social Brasileira. A Conjuntura de 1871-1877*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1979.

SOARES, Luís Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1980.

## ANEXO A- Relação dos Sócios da Associação Industrial em 1882 e 1884.

1- Antonio Gonçalves de Carvalho	Fábrica de Calçado
2- Antonio de Castro Leite	Fábrica de Caixas para Jóias
3- Antonio R. de Castro & Irmão	Fábrica de Vidros
4- Antonio Carlos Pereira	Marcenaria
5- Antonio Joaquim da Silva Bastos & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
6-Antonio Leite Monteiro de Barros	Lavoura de Café
7-Antonio Gomes de Azevedo Sampaio	Farmacia
8-Antonio Pereira Cardoso	Fábrica de Canos de Chumbo
9-Antonio Felix Rodrigues	Fábrica de Chapéus
10-Antonio Joaquim de Barros	Fábrica de Molduras
11-Antonio Augusto de Sousa Leite	Aparelhos Elétricos
12-Angelo Agostini	Litografia
13-Alberto G.P. Hargreaves	Fábrica de Tecidos
14-Arnaldo José Ferreira	Bombeiro e Latoeira
15-A. G. de Mattos & C <sup>a</sup>	Fundição de Máquinas
16-A. Cardoso de Sousa Loureiro	Fábrica de Biscoitos
17-Agostinho dos Santos Vianna	Marcenaria
18-Alfredo Eloy	Estufador
19-Arens Irmãos	Máquinas
20-Alegria & C <sup>a</sup>	Fundição
21-Abel Pereira Guimarães	Fármacia
22-A. Berson	Serralheria
23-Augusto Arens	Fundição
24-Augusto Barthel	Fábrica de Flores
25-Augusto Candido Gomes	Agricultor
26-Arcos & Castro	Fábrica de Chapéus
27-A.M. Fernandes da Silva	Tipografia
28-Alfredo Michel	Fábrica de Velas
29-Braga Costa & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
30-Barros Taveira & Torres	Fábrica de Chapéus
31-Bernardo Pereira de Carvalho	Marcenaria
32-Bernardo da Cruz Maia	Fábrica de Chapéus de Sol
33-Barão de Capanema	Produtos Químicos
34-Braga Irmãos & C <sup>a</sup>	Fábrica de Licores
35-Barata Ribeiro & C <sup>a</sup>	Construção Naval
36-Barão de Rio Bonito	Lavoura de Café
37-Barão de Mesquita	Fábrica de Velas Stearinas
38-Barão de Irapuá	Fábrica de Velas Stearinas
39-C. A. Hargreaves	Fábrica de Canos de Chumbo
40-Costa Braga & C <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
41-Carlos Moreaux	Construção Naval
42-Costa Ferreira & C <sup>a</sup>	Fundição
43-Companhia Brazil Industrial	Fábrica de Tecidos
44-C.F.Cathiard & Alaphilippe	Fábrica de Calçado
45-Cardoso Monteiro & Abreu	Fábricas de Tinta para Escrever

46-Corrêa Bandeira & C <sup>a</sup>	Olaria
47-Companhia Industrial de Oleos	Fábrica de Oleos
48-Cunha, Silva & C <sup>a</sup>	Roupa Feita
49-Cardoso Gonçalves & Pires	Fábrica de Sabão e Velas
50-Claude Guigon	Oficinas de Canos
51-Castro Rodrigues	Fábrica de Sabão
52-Belmiro José da Costa	Construção Naval
53-Drouhins Noth & C <sup>a</sup>	Fábrica de Licores
54-Domingos José Vieira Guimarães	Confeitaria
55-Evaristo Xavier da Veiga Dr.	Engenheiro
56-Evaristo Rodrigues da Costa	Tipografia
57-Eugenio de St. Denis & C <sup>o</sup>	Cortumes
58-Eugenio Marques de Holanda	Fármacia
59-Francisco Ignácio de Oliveira Aguiar	Fábrica de Jóias
60-Francisco Candido da Costa	Mecânica
61- Francisco Antonio Maria Esberard	Fábrica de Louça
62-Francisco Candido da Costa & C <sup>a</sup>	Bombeiro
63-Francisco José Moreira	Marcenaria
64-Francisco Ferreira Vaz	Confeitaria
65-Francisco José Fernandes	Confeitaria
66-Francisco de Paula Mayrink	Olaria
67-Francisco Augusto Ferreira de Mello	Alfaiataria
68-Francisco José Monteiro	Carpintaria
69-Francisco van Erven	Fundição
70-Ferreira Chaves & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
71-Felix Antonio Machado	Marcenaria
72-F. Glette	Fábrica de Tecidos
73-F. L. Hallier	Oficina de Maquinas
74-Frederico Vierling	Oficina de Maquinas
75-Ferreira Brito & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
76-F.Carmo Braga	Fábrica de Vinagre
77-Fernando Antonio de Araujo	Farmacia
78-Freire & Freire	Alfaiataria
79-Guilherme Frederico Röhe	Oficina de Construção
80-Gaspar Villan & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus de Sol
81-G. Filgueiras & C. <sup>a</sup>	Produtos Químicos
82-Godefrey & Brochado	Fábricas de Banha
83-Guilherme Augusto de Sousa Leite	Lavoura de Café
84-Guilherme Finnie Kemp	Oficina da Máquinas
85-Henrique C. Hargreaves Dr.	Mecânica
86-Henry Delforge	Fundição, Mecânica
87-Henrique P. A.Brandão & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Ferraduras
88-Henrique irmão & Moreira	Fábrica de Chapéus
89-Henrique Laemmert & C. <sup>a</sup>	Tipografia
90-Henrique Christiano Röhe	Mecânica
91-Ignácio Tavares de Souza	Carpinteiro a Vapor
92-Irineu Francisco de Souza e Silva	Fábrica de Letra
93-João Francisco Soares	Serraria
94-João Victorino da Silveira e Souza	Fábrica de Chapéus de Sol

95-João Rodrigues Lima	Espelheiro
96-João dos Santos Coeiro	Fábrica de Viola
97-João José Ventura	Fábrica de Móveis
98-João Guilherme Méziat	Retratista em Cabelos
99-João Ramos da Costa	Fundição
100-João Van Erven	Caldeireiro de Cobre
101-João Innocencio Borges	Olaria
102-João Antonio da Silva Peres	Mecânica
103-João Ludolpho Frederico Röhe	Caldeireiro
104-Joaquim Martins Corrêa	Fábrica de Preparar Fumo
105-Joaquim Antonio Dias de Amorim	Fábrica de Carvão Animal
106-Joaquim de Freitas Marques	Caldeireiro de Cobre
107-José Maria Teixeira d'Azevedo	Fábrica de Tecidos
108-José Luiz Fernandes Braga	Fábrica de Chapéus
109-José da Silva Sertori	Fábrica de Luvas
110-José Joaquim Dias	Fábrica de Calçado
111-José Joaquim Pereira Junior	Carpintaria e Marcenaria
112-José Hermida Pazos	Instrumentos de Óptica
113-José Raphael da Costa	Fábrica de Violas
114-José de Seixas Magalhães	Fábrica de Malhas
115-José Pinto da Silva Moreira	Fábrica de Tecidos
116-José Maria de Castro	Refinação
117-José Antonio A. Filgueiras( Cm m <sup>or</sup> )	Fábrica de Tecidos
118-José Ignácio Silveira da Motta ( Sem)	Fábrica de Feculas
120-José neves Pinto	Tipografia
121-José Maria Teixeira de Barros	Fundição
122-José Antonio Moreira Filho	Fábrica de Chumbo
123-José Martins de Pinho	Fábrica de Chumbo
124-J. Bittencourt	Fábrica de Fôrmas
125-Jeronymo José de Mello	Fundição
126-J. Gomes Pereira & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus de Sol
127-Jacob Van Erven	Oficina de máquina
128-Leuzinger & Filhos	Tipografia
129-Lombaerts & C. <sup>a</sup>	Tipografia
130-logos & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Cerveja
131-Luiz Vicente de Souza Queiroz	Fábrica de Tecidos
132-Leão & Alves	Fábrica de Oleos
133-Laranja	Fábrica de Tecidos
134- Lebre & Irmão	Mecânica
135- Luchaki Vicente	Marcenaria
136-Leon Rodde	Aparelhos Elétricos
137-Luquet, David & C. <sup>a</sup>	Papel Pintado
138-Luciano Augusto Ribeiro	Fábrica de Café Torrado
139-Leon Leiden	Fábrica de Cerveja
140-Laurent de Wilde	Oficina de Pintura
141-Manoel Diégo Santos	Fábrica de Móveis
142-Manoel de Almeida Marques	Tipografia
143-Manoel Monteiro Bentem	Marcenaria
144-Manoel Lopes de Souza	Fábrica de Cerâmica

145-Manoel Boaventura da Silva	Fábrica de Luvas
146-Manoel José de Souza Lima	Marcenaria
147-Manoel da Cunha Lima	Fábrica de Preparar Fumo
148-Manoel Rodrigues Peixoto ( Dr)	Fábrica de Acúcar
149-Manoel José Martins	Fábrica de Móveis
150-Manoel Augusto Espinola	Fábrica de Bilhares
151-Manoel Ribeiro de Azevedo	Fábrica de Tecidos
152-Moura & Peixoto	Fábrica de Calçado
153-Moreira Maximino & C. <sup>a</sup>	Tipografia
154-Mascarenhas & Barbosa	Fábrica de Tecidos
155-Mascarenhas Irmãos	Fábrica de Tecidos
156-Modesto Ribeiro	Fotografia
157-Marc Ferrez	Fotografia
158-Menezes Barcellos & Costa	Fábrica de Banha
159-Miranda & Texeira	Fábrica de Banha
160-Noé Irmãos	Fábrica de Chapéus de Sol
161-Pereira Braga & C. <sup>a</sup>	Tipografia
162- Fine & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Álcool
163-Pinto, Gomes Cunha & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Tinta d'Escrever
164-Paulo Berla	Serraria
165-Pedro Rougéot	Caldereira
166-Price & Aspinalt	Mecaânica
167-Pavie & Michel	Serraria
168-Pereira Rocha & Vieira	Roupas Feitas
169-Pedro Dias G. Paes Leme Dr	Fábrica de Acúcar
170-Romualdo Carvalho & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Calçado
171-Rodrigues Dultra	Fábrica de Tecidos
172-Santos & Couto	Marcenaria
173-Souza Machado & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
174-Surein Irmão& Fonseca	Serraria
175-Santos Peixoto & C. <sup>a</sup>	Tecidos da Algodão
176-S. Guimarães & Pinto	Fábrica de Cortumes
177-Santos & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Tecidos
178-Schumann & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Cerveja
179-Teixeira bastos & Lopes	Fábrica de Cigarros
180-Vianna & Castro	Cortumes
181-Van Erven Irmão	Oficina de Máquinas



## Relação dos Sócios da Associação Industrial em 1884.

1- Antonio Gonçalves de Carvalho	Fábrica de Calçado
2- Antonio de Castro Leite	Fábrica de Caixas para Jóias
3- Antonio Carlos Pereira	Marcenaria
4- Antonio Leite Monteiro de Barros	Lavoura e Café
5- Antonio Felix Rodrigues	Fábrica de Chapéus
6- Antonio Joaquim de Barros	Fábrica de Molduras
7- Antonio Augusto de Souza Leite	Aparelhos Elétricos
8- Angelo Agostini	Litografia
9- Alberto G.P. Hargreaves	Fábrica de Tecidos
10- A. G. de Mattos & C. <sup>a</sup>	Fundição
11- Arens Irmãos	Máquinas
12- Alegria & C. <sup>a</sup>	Fundição
13- Abel Pereira Guimarães	Farmacia
14- A. Berson	Serraria
15- Augusto Arens	Fundição
16- Augusto Barthel	Fábrica de Flores
17- Arcos & Castro	Fábrica de Chapéus
18- Alfredo Michel	Fábrica de Velas
19- Braga Costa & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
20- Barros Taveira & Torres	Fábrica de Chapéus
21- Benjamin Guerand	Aparelhos de Gás
22- Bernardo Pereira de Carvalho	Marcenaria
23- Barão de Capanema	Produtos Químicos
24- Braga Irmãos	Fábrica de Licores
25- Brianthe & C. <sup>a</sup>	Aparelhos de Gás
26- Barão do Rio Bonito	Lavoura de Café
27- Barão de Mesquita	Fábrica de Velas Stearinas
28- Barão de Irapuá	Fábrica de Velas Stearinas
29- Coral & Cardoso	Kerozene Inexplosível
30- Costa Braga & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
31- Costa Ferreira & C. <sup>a</sup>	Fundição
32- Carlos Gianetti	Fábrica de Massas Alimentícias
33- Carlos Moreaux	Construção Naval
34- Companhia Brazil Industrial	Fábrica de Tecidos
35- C. F. Cathiard & Alaphilippe	Fábrica de Calçado
36- Cardoso Monteiro & Abreu	Fábrica de Tinta d'Escrever
37- Corrêa bandeira & C. <sup>a</sup>	Olaria
38- Companhia Industrial de Oleos	Fábrica de Oleos
39- Cardoso Gonçalves & Pires	Fábrica de Sabão e Velas
40- Claude Guigon	Oficina de Canos
41- Castro Rodrigues	Fábrica de Sabão
42- Drouhins Noth & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Licores
43- Domingos José Vieira Guimarães	Confeitaria
44- Evaristo Rodrigues da Costa	Tipografia
45- Eugenio de St. Denis & C. <sup>a</sup>	Cortumes
46- Eugenio Marques de Hollanda	Fármacia
47- Francisco Ignácio de Oliveira Aguiar	Fábrica de Jóias

48- Francisco Candido da Costa	Máquinas
49- Francisco Antonio Maria Esberard	Fábrica de Louça
50 Francisco Candido da Costa & C. <sup>a</sup>	Bombeiro
51 Francisco José Moreira	Marcenaria
52 Francisco José Fernandes	Confeitaria
53 Francisco de Paula Mayrink	Olaria
54 Francisco Augusto Ferreira de Mello	Alfaiateria
55 Francisco Van Eren	Fundição
56-F. M. de Mello e Oliveira	Farmaceutico
57-F. Glette	Fábrica de tecidos
58-F. L. Hallier	Oficina de Máquinas
59-Frederico Vierling	Oficina de Máquinas
60-Ferreira Brito & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
61-F. Carmo Braga	Fábrica de Vinagre
62-Gaspar Villan & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus de Sol
63-Giovani Pierroni	Marmoraria
64-G. Filgueiras & C. <sup>a</sup>	Produtos Químicos
65-Godefrey & Brochado	Fábrica de Banha
66-Guilherme Augusto de Souza Leite	Lavoura de Café
67-Guilherme Finnie kemp	Oficina de Máquinas
68-Henry Delforge	Fundição, Mecânica
69-Henrique P. A. Brandão & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Ferraduras
70-Henrique irmão & Moreira	Fábrica de Chapéus
71-henrique Laemmert & C. <sup>a</sup>	Tipografia
72-Ignácio Tavares de Souza	Carpinteria a vapor
73-Irineu Francisco de Souza e Silva	Fábrica de Letra
74-João Rodrigues Lima	Espelheiro
75-João José Ventura	Fábrica de Móveis
76- João Guilherme Méziat	Retratista em Cabelos
77- João Ramos da Costa	Fundição
78- João van Erven	Caldeireiro de Cobre
79- João Innicencio Braga	Olaria
80- João Antonio da Silva Peres	Mecânica
81-Joaquim Antonio Dias de Amorim	Fábrica de Carvão Animal
82-Joaquim de Freitas Marques	Caldeireiro de Cobre
83-José Joaquim de Pinho	Fábrica de Luvas
84-José Luiz Fernandes Braga	Fábrica de chapéus
85-José da Silva Sertori	Fábrica de Luvas
86- José Hermida Pazos	Instrumentos de Óptica
87- José Raphael da Costa	Fábrica de Violas
88- José de Seixas Magalhães	Fábrica de Malas
89 José Ignácio Silveira da Motta ( Sem <sup>or</sup> )	Fábrica de Feculas
90- José Botelho Lannes	Agricultor
91- José Neves Pinto	Tipografia
92- José Maria Teixeira de Barros	Fundição
93- José Antonio Moreira Filho	Fábrica de Chumbo
94- José João Martins de Pinho	Fábrica de Chumbo
95-J. Bittencourt	Fábrica de Fômas
96-Jeronymo José de Mello	Fundição

97-Jacob Van Erven	Oficina de Máquinas
98-Jayme Small	Oficina de Máquinas
99-Leuzinger & Filhos	Tipografia
100-Lombaerts & C. <sup>a</sup>	Tipografia
101-Logos & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Cerveja
102-Leão & Alves	Fábrica de Óleos
103-Laranja, Silva & Witaker	Fábrica de Tecidos
104-Lebre & Irmão	Mecânica
105-Leon Rodde	Aparelhos Elétricas
106-Luquet, David & C. <sup>a</sup>	Papel Pintado
107-Luciano Augusto Ribeiro	Fábrica de Café Torrado
108-Leon Leiden	Fábrica de Cerveja
109-Manoel Diégo Santos	Fábrica de Móveis
110- Manoel Francisco Dias da Silva	Tipografia
111- Manoel de Almeida Marques	Tipografia
112- Manoel José Martins	Fábrica de Móveis
113- Manoel Augusto Espinola	Fábrica de Bilhares
114- Manoel Ribeiro de Azevedo	Fábrica de Tecidos
115-Monteiro Hime & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Canos de Chumbo
116-Moreira Lopes, Irmão	Fábrica de Preparar Fumo
117-Moura & Peixoto	Fábrica de Calçado
118-Moreira Maximino & C. <sup>a</sup>	Tipografia
119-Mascarenhas & barboso	Fábrica de Tecidos
120-Modesto Ribeiro	Fotografia
121-Marc Ferrez	Fotografia
122-Menezes Barcellos & Costa	Fábrica de Banha
123-Miranda & Teixeira	Fábrica de Banha
124-Noé Irmãos	Fábrica de Chapéus de Sol
125-Paulo Antonio Ribeiro da Couto	Oficina de Máquinas
126-Pereira Braga & C. <sup>a</sup>	Tipografia
127-Paille fine & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Álcool
128-Pinto, Gomes Cunha & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Tintas de Escrever
129-Paulo Berla	Serraria
130-Pedro de Oliveira Santos	Fábrica de Camas de Ferro
131-Pedro Rougét	Caldeireiro
132-Pedro Lourenço Flores	Fundição
133-Pereira rocha & Vieira	Roupas Feitas
134-Romualdo Carvalho & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Calçado
135-Rodrigues Dultra	Fábrica de Tecidos
136-Souza Machado & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Chapéus
137-Surcin Irmão & Fonseca	Serraria
138-Santos Peixoto & C. <sup>a</sup>	Tecidos de Algodão
139-S. Guimarães & Pinto	Fábrica de Cortumes
140-Santos & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Tecidos
141-Schumann & C. <sup>a</sup>	Fábrica de Cerveja
142-Vianna & Castro	Cortumes
143-Van Erven Irmão	Oficina de Máquinas

Anexo B- Relatório Apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial 1882.

(\*) QUADRO N. 1

**Exportação de algodão em pluma dos portos do Brazil**

EXERCICIOS	QUANTIDADES		VALORES
1839 — 1840	697.985	arobas	3.984:424,000
1840 — 1841	691.871	>	3.919:907,000
1841 — 1842	639.580	>	3.223:958,000
1842 — 1843	685.149	>	3.452:173,000
1843 — 1844	814.255	>	3.649:674,000
1844 — 1845	820.445	>	3.276:774,000
1845 — 1846	645.346	>	2.912:208,000
1846 — 1847	606.247	>	3.119:025,000
1847 — 1848	639.699	>	3.458:890,000
1848 — 1849	854.992	>	3.837:794,000
1849 — 1850	1.109.023	>	5.677:589,000
1852 — 1853			
a	..... Termo médio	>	5.461:672,000
1856 — 1857			6.655:321,000
1857 — 1858			5.624:097,000
1858 — 1859			6.432:572,000
1859 — 1860			4.682:141,000
1860 — 1861			7.781:151,000
1861 — 1862			
1862 — 1863	4.085.028	arobas	16.817:808,000
1863 — 1864	1.350.465	>	29.542:896,000
1864 — 1865	25.354.440	kilog.	31.558:635,000
1865 — 1866	42.585.209	>	46.917:409,000
1866 — 1867	38.158.760	>	33.460:254,000
1867 — 1868	49.757.958	>	33.970:765,000
1868 — 1869	45.328.604	>	40.093:862,000
1869 — 1870	43.024.065	>	44.033:959,681
1870 — 1871	44.933.773	>	24.204:681,595
1871 — 1872	78.516.810	>	46.445:928,475
1872 — 1873	45.954.244	>	27.021:100,000
1873 — 1874	54.474.127	>	23.631:499,000
.....			0.
1875 — 1876	27.777.024	>	10.902:353,000
1876 — 1877	30.867.423	>	12.070:889,000
1877 — 1878	17.754.351	>	6.869:000,000
1878 — 1879	25.487.259	>	9.906:300,000

Fonte: Comissão do Inquérito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, pág 35.

## (\*) QUADRO N. 2

## Preços do algodão no Rio de Janeiro

1839—40 por arroba.....	5,700	1845—46 por arroba.....	4,543
1840—41 > .....	5,666	1846—47 > .....	5,145
1841—42 > .....	5,504	1847—48 > .....	5,360
1842—43 > .....	5,300	1848—49 > .....	4,489
1843—44 > .....	4,582	1849—50 > .....	4,526
1844—45 > .....	3,565	1850—51 > .....	6,449

## Preços médios do algodão em varios mercados do Imperio

MERCADOS	1864—65	1865—66	1866—67	1867—68	1868—69	1869—70
Rio de Janeiro.....	@ 17,090	@ 13,215	@ 11,896	@ 10,861	@ 13,120	k 1,092
Bahia.....	> 19,910	> 17,023	> 12,709	> 10,312	> 14,156	> 8942
Pernambuco.....	> 19,174	> 15,872	> 11,950	> 10,000	k 8904	> 8039
Maranhão.....	> 19,194	> 10,717	> 13,974	> 9,666	@ 12,731	> 1,333
Parahyba.....	> 19,702	> 15,378	> 13,453	> 9,097	> 12,557	> 8923
Coarã.....	> 18,481	> 16,458	> 13,793	k 8607	k 8786	> 8941
Alagoas.....	> 14,827	> 15,868	> 11,552	@ 11,298	@ 14,900	> 8910
Sergipe.....	> 19,966	> 13,324	> 10,471	> 8,801	> 8	> 8
Rio Grande do Norte	> 18,958	> 15,171	> 11,977	> 8	> 8	> 8
Plauhy.....	> 17,561	> 14,014	> 10,664	> 9,249	> 8	> 8

## Preço médio do algodão em todo o Imperio

Por kilogr. em 1870—71.....	8538	1875—76.....	8391 por kilogr.
> > 1871—72.....	8591	1878—79.....	8389 > >

Fonte: Comissão do Inquérito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, pág 37.

QUADRO N. 1

CHAPEÇOS DE PELLO E LÃ

Relação das fabricas que concorreram ao inquerito

Table with 10 columns: NOME DO PROPRIETARIO, SITUAÇÃO DA FABRICA, DATA DA FUNDACÃO, CAPITAL, MOTOR, OPERARIOS E SALARIOS, QUINTAS DE VALOR DA MATIZADA, QUINTAS DE VALOR DA PRODUÇÃO, MÁQUINAS, OBSERVAÇÕES. It lists 7 factories with details on capital, workforce, and production.

Fonte: Comissão do Inquerito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, sem paginação.



MOVEIS

Relação dos fabricantes que concorreram ao inquerito

N.º	NOME DO PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO DO ESTABELECI-MENTO	DATA DA FUNDAÇÃO - ANTERIOR	CAPITAL	TIPO DE FABRICAÇÃO	OPERARIOS E SALARIOS			QUANTIDADE E VALOR DA MATÉRIA PRIMA	QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO - ANUAL	MÁQUINAS	OBSERVAÇÕES
						HOME	MULHERES	RENTAS				
8	Mendes Santos & C.	Rua da Escalva Pompeu n. 37, 38 e 39.	1870 por José de Oliveira do Prado n. 18. Em 1872 passou a Francisco José Mendes, em 1873 a Francisco José Mendes e a Paulo de Barros, em 1874 a Paulo de Barros e F. J. Mendes, em 1875 a F. J. Mendes & C., em 1877 a Mendes Santos & C.	250.000.000	Manuf.	80	—	20	250.000.000 de algodão de país, colza de São Paulo e São Paulo, algodão de Campana, algodão de Hamburgo, algodão de São Paulo.	100 a 200.000.000; tecido de lã e seral e algodão, segundo as peças encomendadas ao estabelecimento. Mercaderes — Olinda, Vila Rica e Rio Grande.	Máquinas.	Em 1870 de lã e seral e algodão, segundo as peças encomendadas ao estabelecimento, lã de São Paulo.
25	João Maria dos Reis	Rua da Imperatriz n. 67.	Em 1873 na rua n. 87, em 1875 na n. 38, passou em 1879 para a casa actual.	6.000.000	Manuf.	7	—	—	2.000.000 de algodão, colza e algodão de país, algodão, algodão e algodão de algodão.	Variável, segundo as peças encomendadas ao estabelecimento. Mercaderes — Olinda.	Não tem.	Recebe a lã de seral e algodão e algodão de seral.
31	Marcos Monteiro Mendes & Irmão	Rua do Saadete Pompeu n. 23.	1871 por M. N. Mendes na rua n. 64, passou em 1872 para a 23. Em 1873 a firma Mendes Monteiro & Irmão, em 1874 Mendes Monteiro Mendes, 1877 a firma actual.	150.000.000	Manuf.	10	—	2	2.000.000 de algodão e colza de país, algodão de lã e lã algodão.	Variável, segundo as peças encomendadas ao estabelecimento. Mercaderes — Olinda.	3 quantid.	
44	Correia & C.	Rua da Imperatriz n. 78.	1873 pela firma de João de Silva Soares & Correia, mudou-se em 1875 da rua da Princesa para a casa actual, em 1880 passou a firma actual.	15.000.000	Manuf.	25	—	3	4.000.000 de algodão, colza e algodão de país, algodão, algodão, algodão, algodão e algodão de algodão.	Variável, segundo as peças encomendadas ao estabelecimento. Mercaderes — Olinda.	Não tem.	Utiliza-se das máquinas de seral e lã. Em 1875 empregou uma casa em São Paulo, provida de 2000000.
45	Marcos Leite Guimarães	Rua de S. Pedro n. 212.	1871.	4.000.000	Manuf.	8	—	—	10 de algodão e algodão de país.	150.000.000.	Manuf.	
46	Francisco de Almeida Amal	Rua de S. Pedro n. 223.	1871.	2.000.000	Manuf.	4	—	—	Não declara.	150.000.000.	Manuf.	
47	Diante de Silva Soares	Rua de S. Pedro n. 216.	1871.	2.000.000	Manuf.	4	—	—	Manuf.	150.000.000.	Manuf.	
48	João Maria dos Reis	Rua da Imperatriz n. 68.	1868.	1.000.000	Manuf.	5	—	1	2.000.000 de algodão de lã e algodão de país, algodão e algodão de algodão.	6.000.000; algodão de lã e algodão de país, algodão e algodão de algodão. Mercaderes — Olinda, Vila Rica e Rio Grande.	Manuf.	
49	Marcos José Moraes	Rua do Regente ex. 21, 22 e 23.	1868 na rua de General Câmara n. 220.	40.000.000	Manuf.	67	—	—	Não declara.	100.000.000; algodão e algodão de país, algodão e algodão de algodão.	Máquinas inglesas e francesas.	
50	Antônio Honório de Santa Rosa	Rua da Constituição n. 27.	1871.	41.000.000	Não tem.	8	—	3	10 de algodão e algodão de país.	Não declara.	Não declara.	
51	João José Ventura	Rua de S. Pedro n. 215.	1872 por F. A. Amal e J. J. Ventura. Passou em 1873 para a rua de S. Pedro n. 215; diminuiu-se o nome para a actual, e herdado-se a casa actual.	8.000.000	Manuf.	11 e 12; algodão de lã e algodão de país.	—	—	Manuf.	Manuf.	Manuf.	Utiliza-se das máquinas de seral.
52	Alfredo João Lopes	Rua de S. Pedro n. 213.	1871.	8.000.000	Manuf.	8	—	3	Manuf.	Manuf.	Manuf.	
53	Agostinho das Neves	Rua da Constituição n. 66.	1868.	15.000.000	Manuf.	50000 varas e algodão de país, algodão e algodão de algodão.	—	—	Manuf.	Manuf.	Não tem.	Utiliza-se das máquinas de seral.
54	Antônio Joaquim Pinto	Rua da Alameda n. 214.	1871.	2.000.000	Manuf.	7	—	—	Manuf.	150.000.000 algodão, algodão de país.	Manuf.	
55	Domingos Gomes de Costa	Rua do Saadete Pompeu n. 23.	1868.	6.000.000	Manuf.	4	—	—	Manuf.	Não declara.	Manuf.	
57	Antônio João Galvão	Rua da Alameda.	1871.	1.000.000	Manuf.	3	—	—	Manuf.	Manuf.	Manuf.	
58	Angelo José Leite	Rua da Imperatriz n. 108.	1871.	6.000.000	Manuf.	9	—	6	Manuf.	Manuf.	Máquina Manchester & Sons & C.	Especialidade de seral de lã.
59	Francisco Carlos de Silva	Rua da Imperatriz n. 81.	Não declara.	2.000.000 (em circulação)	Não tem.	13	—	3	Não declara.	Manuf.	Não declara.	
60	Gebriel Godoi dos Santos	Rua da Imperatriz n. 84.	1868.	4.000.000	Manuf.	6	—	—	250.000	Manuf.	Manuf.	Utiliza-se das máquinas de seral.
61	João Maria dos Reis	Rua da Imperatriz n. 83.	1868.	Não declara.	Manuf.	11 e 12; algodão de lã e algodão de país.	—	—	Não declara.	Variável, segundo as peças encomendadas ao estabelecimento.	Máquinas de seral.	
62	Francisco Soares dos Santos	Rua de S. Pedro n. 221.	1871.	9.000.000	Manuf.	4	—	1	1.000.000.	Variável.	Não tem.	
63	Guilherme José Mendes	Rua da Imperatriz n. 140.	1868.	2.000.000	Manuf.	3	—	1	Não declara.	100.000.000 de algodão de país, algodão, algodão e algodão de algodão.	Manuf.	
65	João Pinto Teófilo	Rua da Imperatriz n. 73.	1868 por João F. da Costa Caldeira; passou em 1872 a Manoel Pires Lago e em 1873 a firma actual.	2.000.000	Manuf.	13	—	1	Manuf.	15 a 20.000.000 algodão.	Não declara.	
66	João Francisco de Oliveira	Campo da Antebomagem n. 42.	1868.	1.000.000	Manuf.	4	—	2	Manuf.	Não declara.	Manuf.	

Fonte: Comissão do Inquérito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, pág 98.

### CALÇADO

NÚMERO DE REGISTRO	NOME DO PRODUZIDOR	SITUAÇÃO DA FÁBRICA	DATA DA FUNDACÃO	CAPITAL	TIPO DE CONSTRUÇÃO	OPERÁRIOS E SALÁRIOS			QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO	MÁQUINAS	OBSERVAÇÕES
						QUANTIDADE	VALOR	NOTAS			
1	Alvares & Companhia de Calçados & C.	Rua de Alameda n. 28.	Em 1820 no rio de Janeiro.	600.000.000	Alug.	140	14	3.000.000.000	De 60.000 a 70.000 pares de sapatos, sendo 40.000 o preço de 1.500 a 2.000 e 20.000 a 2.500 e de outros calçados de 2.500 a 3.000. A obra custa 60.000 parais, na Fabricação e noventa.	3 máquinas de costura, 1 de de alisar, 1 para costurar, 1 de 444 para costurar sola e 1 de 1112 para preparar fitas.	
2	Benedito Correia & C.	Rua de S. Pedro n. 126.	1871.	10.000.000	Alug.	De 400 a 450 operários, empregados em fazer sapatos de couro e de 120.000.000.	10.000.000 e 11.000.000 de moedas por mês nacional e moedas estrangeiras.	De 40.000 a 70.000 pares, sendo: botinas de 1.500 a 2.000; de 2.000 a 2.500; de 2.500 a 3.000; e de outros de 3.000 a 3.500. Máquinas: Coste e Protectoras.	Máquina de costura, sendo 20 de costuras.		
3	Jose Joseph Dias.	Rua de Ilhéu n. 111.	1871.	30.000.000	Alug.	10 operários, sendo de sapatos de 1.500 a 2.000, e de 200 a 1.500.	Não fabricado.	De 10.000 a 15.000 pares, sendo: botinas de 1.500 a 2.000; de 2.000 a 2.500; e de outros de 2.500 a 3.000.	Máquina de costura de Engenheiro...	Fábrica de sapatos de couro e de outros.	
4	Alvares & Companhia de Calçados	Rua de Alameda n. 28.	1871.	1.000.000	Alug.	30	30	De 20.000 a 30.000 pares, sendo 10.000 a 1.500 e 20.000 a 2.000.	1 máquina de costura.		
5	Maria de Pedro.	Rua de Alameda n. 119.	1871 por J. A. Viana.	10.000.000	Alug.	14	14	De 10.000 a 15.000 pares, sendo: botinas de 1.500 a 2.000; de 2.000 a 2.500; e de outros de 2.500 a 3.000. Máquinas: Coste e Protectoras.	3 máquinas de costura, sendo 2 de alisar, 1 para costurar, 1 de 444 para costurar sola e 1 de 1112 para preparar fitas.		
6	Estadão & Alvim.	Rua de Alameda n. 11.	1881.	100.000.000	Alug.	150	150	De 100.000 a 150.000 pares, sendo: botinas de 1.500 a 2.000; de 2.000 a 2.500; e de outros de 2.500 a 3.000. Máquinas: Coste e Protectoras.	10 máquinas, sendo: 10 de costurar, 1 de alisar, 1 para costurar, 1 de 444 para costurar sola e 1 de 1112 para preparar fitas.	Fábrica de sapatos de couro e de outros.	

Fonte: Comissão do Inquérito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, sem paginação.



SELLINS E ARREIOS, MALAS

N.º	NOMES DOS PROPRIETARIOS	SITUAÇÃO	DATA DA FUNDACÃO	CAPITAL	MOTOR	OPERARIOS E SALARIOS			QUANTIDADE E VALOR DA MATÉRIA PRIMA	QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO	MÁQUINAS	OBSERVAÇÕES			
						MENSUAIS							MENSUAIS	MENSUAIS	MENSUAIS
						DIAS	VALORES	RENTAS							
11	H. G. Nolas	Rua do Theophilo Ottoni n. 89	1870	12-100000	Mão tem.	3	2	3	Polvo e farinha de algodão..... 25-000000 Grosso do pão..... 25-000000 Total..... 50-000000	Selins de botões e acabados dos preços de 1/3 a 1/8. A quantidade é a seguinte: 10 mil unidades e 10 mil unidades de 100 unidades. 100 unidades de 100 unidades.	2 mactinas de costura, 8 mactinas de imprensa, alfete.	Fabrics de selins.			
12	Colmeiras & Silva	Rua do General Canaan n. 36	1884	5-000000	Idem.	3	3	3	Matéria prima algodão no valor de 8-000000 Kicton..... 11-000000 Total..... 19-000000	12-000000 unidades. Selins dos preços de 1/3 a 1/8 mil. Mactinas de joia.	Mactinas de costura.	Idem.			
13	João de Mattos Guimarães	Rua do General Canaan n. 36	1880	6-000000	Idem.	4	3	3	Matéria prima algodão no valor de 4-000000 Mactinas no valor de 7-000000 Total..... 11-000000	Selins dos preços de 1/3 a 1/8 na importância anual de 12-000000.	Mactinas de costura.	Idem.			
14	Antonio Gregorio Maciel	Rua do General Canaan n. 37	1875	11-000000	Idem.	6	4	4	Matéria prima algodão no valor de 11-000000 Linha nacional aproximadamente..... 12-000000 Total..... 23-000000	10-000000 unidades de selins comuns dos preços de 1/3 a 1/8 mil.	2 mactinas de costura, 1 prensa para selins.	Idem.			
17	Antonio Pereira Alves de Sousa	Rua do General Canaan n. 37	1887	15-000000	Idem.	10	5	5	Matéria prima algodão no valor de 14-000000 Linha nacional no valor de 1-000000 Total..... 15-000000	10-000000 unidades de selins ordinários e 10 mil unidades de selins de 1/3 mil.	Mactinas de costura, Linha de imprensa selins.	Fabrics de selins e acabados.			
18	Luiz Guimarães & Cia	Rua do Imperatriz n. 38	1874	8-000000	Idem.	8	3	3	Costas e polvos do pão no valor de 12-000000 Grosso do algodão no valor de 8-000000 Total..... 20-000000	Mactinas para costura e acabados dos preços de 1/3 a 1/8 mil. 10 mil unidades de 100 unidades. Cantinas locais.	2 mactinas de costura.	Fabrics de selins.			
19	Ferdinando Souza	Rua da Constituição n. 40	1880	1-000000	Idem.	6	3	3	Selins, requetes e costos do pão no valor de 11-000000 Ferreteria e quantidade de algodão no valor de 3-000000 Total..... 14-000000	Mactinas para botões, costos e cantinas, calçadas, mactinas de selins dos preços de 1/3 a 1/8 mil e mactinas de 1/3 a 1/8 mil na importância anual de 12-000000.	Mactinas de costura, Mactinas de imprensa.	Idem.			
20	Domenicus Pinto de Azevedo	Rua do Barão de S. Paulo n. 41	1881	3-200000	Idem.	6	3	3	Selins do pão no valor de 12-000000 Ferreteria algodão..... 1-000000 Total..... 13-000000	Mactinas para botões, costos e acabados. Preço anual de 12-000000.	2 mactinas de costura.	Idem.			
21	Francisco Gomães	Rua do Laranjeiro n. 122	1870	2-200000	Idem.	3	3	3	Selins do pão no valor de 10-000000 Preço de fe algodão..... 1-000000 Total..... 11-000000	Mactinas, mactinas e botões de selins. Cortina algodão de 100 mil por metro de uma polegada de largura. Ditas algodão de 1200 a 1500.	Mactinas de costura e acabados selins.	Cortinas, mactinas e botões.			
22	Francisco José Cordeiro de Araújo	Rua da Constituição n. 10	1874	8-000000	Idem.	6	3	3	Selins do pão no valor de 10-000000 Ferreteria algodão..... 1-000000 Total..... 11-000000	Mactinas para botões, costos e acabados. Cortina algodão de 100 mil por metro de uma polegada de largura. Ditas algodão de 1200 a 1500.	Mactinas de costura e acabados selins.	Idem.			
23	Fernando Gomes & Cia	Rua do General Canaan n. 37	1875	11-000000	Idem.	10	3	3	Polvo de gesso, canoas, mactinas, pedras de 1/3, linha algodão, ferro para o algodão no valor de 12-000000 Selins mactinas, costos, polvos e artigos, no valor de 11-000000 Total de 23-000000	Selins para botões e acabados, desde 1/3 mil até 1/8 mil e mactinas de costura, de selins comuns dos preços de 1/3 a 1/8 mil. Produção total 12-000000 unidades de selins.	Mactinas de costura e de imprensa selins.	Fabrics de selins e acabados.			
24	João de Ságuas Inguilheras	Rua do Copalvo Uta n. 44 e 46	Não declara	Não declara	Idem.	Não declara	Não declara	Não declara	1-200 milhas de selins nacionais de 1/3 a 1/8 mil unidades 2-100 unidades inglesas de 1/3 a 1/8 mil unidades 2-100 unidades de mactinas nacionais de 1/3 a 1/8 mil unidades Cores mactinas de 1/3 a 1/8 mil e mactinas.	Não declara.	Não declara.	Não declara.			
25	Antonio José de Almeida	Rua do General Canaan n. 37 e 41	1870	12-100000	Idem.	3	3	3	Selins no valor de 12-000000	Deposito de 2.000 malhas anualmente sendo 40% para exportação e o restante para o consumo local.	Não declara.	Idem.			

Fonte: Comissão do Inquérito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, sem paginação.

## Ferro, aço e folha de Flandres

		1878-1879			1879-1880			
		KILOG.	VALORES	DIREITOS	KILOG.	VALORES	DIREITOS	
Aço .....	Austria .....	96.201	19:252,300		Allemanha.....	1.058	211,6000	
	Belgica.....	11.313	2:262,5000		Austria .....	25.000	5:950,6000	
	Estados-Unidos.....	240	48,0000	32:757,6000	Estados-Unidos....	700	475,0000	
	França.....	10.970	2:194,5000	16:378,8000	França.....	62.175	12:945,5000	
	Grã-Bretanha.....	1.519.006	309:819,8000		Grã-Bretanha.....	196.293	42:067,8700	8:209,8390
					Suecia.....	86.600	21:050,5000	4:149,8965
		1.637.880	327:576,9000	49:136,4000		371.826	62:999,8900	12:449,8995
Ferro ...	Allemanha.....	40.000	1:000,0000		Allemanha.....	81.246	3:362,9000	
	Belgica.....	143.340	14:354,5000		Belgica.....	54.774	5:477,4000	
	Estados-Unidos.....	78.000	7:300,0000		Estados-Unidos.....	19.242	1:474,5200	
	França.....	2.947	386,5000	32:378,8400	Austria.....	14.700	2:940,2000	
	Grã-Bretanha.....	3.160.893	284:398,8000	16:169,3534	França.....	43.130	3:303,9000	
	Suecia.....	163.490	16:334,8000		Grã-Bretanha.....	6.400.335	621:404,5200	68:260,6000
		3.553.376	323:784,2000	48:547,7734	Portugal.....	20	2,0000	68:260,6000
					Suecia.....	396.420	39:642,5000	34:120,3000
						7.312.887	682:606,8000	102:399,8900
Folha....	Allemanha.....				Allemanha.....	16.072	562,5000	
	Estados-Unidos.....				Estados-Unidos....	993	347,7500	
	Grã-Bretanha.....	651.026	297:659,8000	39:371,8920 29:782,5180	França.....	5.603	1:559,3300	
					Grã-Bretanha.....	668.760	204:78,5750	41:610,9350
				89:334,5000	Portugal.....	3.186	796,5000	20:805,5475
					694.616	208:054,7600	62:416,8425	

Fonte: Comissão do Inquérito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, pág 142.

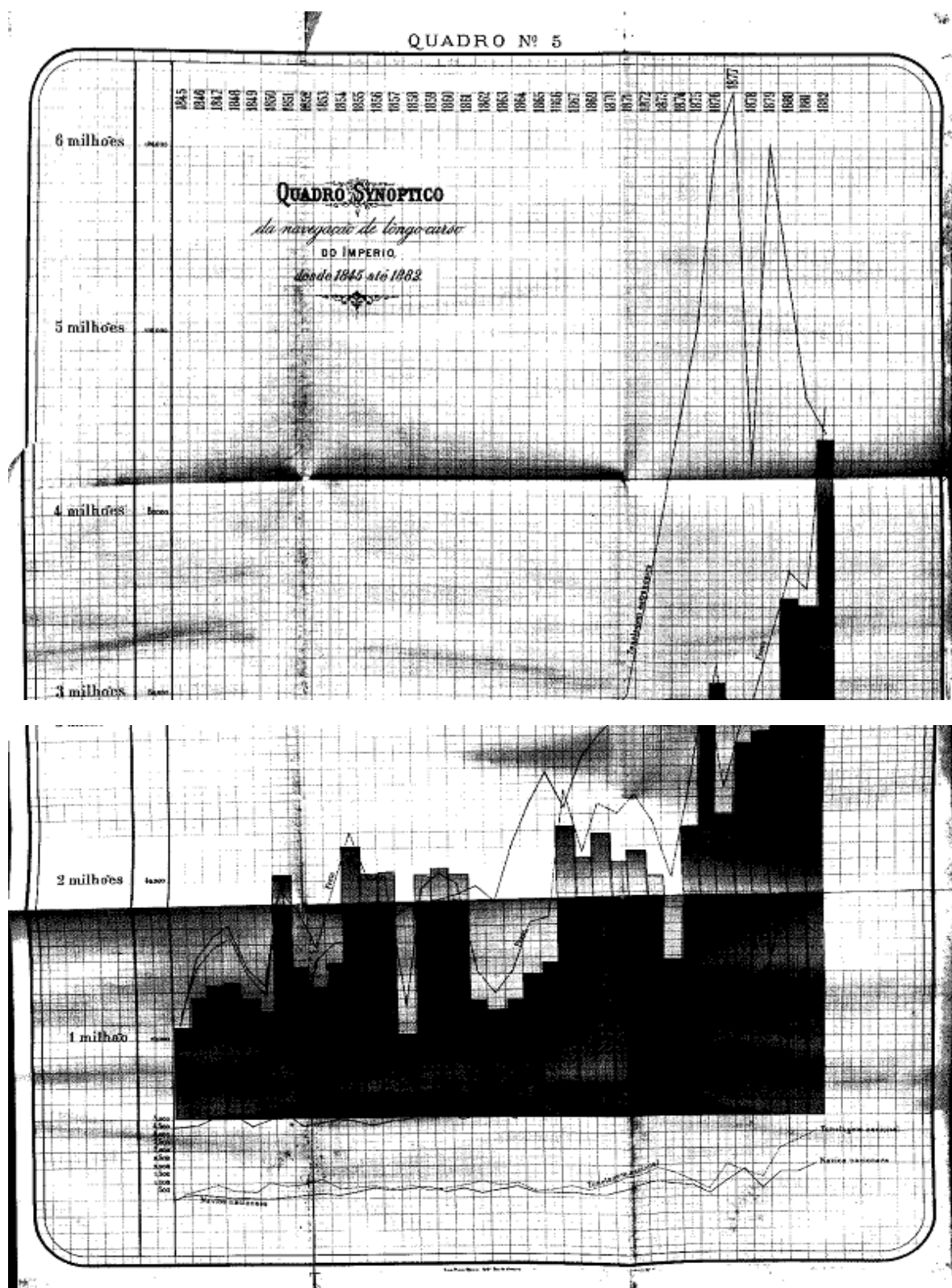
## Impressos importados do estrangeiro

	EXERCICIO DE 1878-1879			EXERCICIO DE 1879-1880			EXERCICIO DE 1880-1881		
	KILOGRAMMOS	VALORES	DIREITOS	KILOGRAMMOS	VALORES	DIREITOS	KILOGRAMMOS	VALORES	DIREITOS
Allemanha.....	1.780	3:560,000	1:068,000	2.130,9	7:493,000	3:317,000	1.459	11:368,000	3:408,000
Belgica.....	87	174,000	53,000	47,88	119,5100	35,8730	974	11:046,666	3:314,000
Confederação Argentina.....				1	6,666	2,000	48	366,666	110,000
Estado Oriental.....							1	6,666	2,000
Estados-Unidos.....	239	144,566	43,400	436,2	1:571,566	474,500	4.393	30:220,000	9:066,000
França.....	5.589	11.178,000	3:333,400	10.681,7½	60:363,066	18:109,520	4.488	45:844,666	13:784,000
Grã-Bretanha.....	3.038	6:076,000	1:822,800	2.682,14	10:926,233	3:277,870	2.862	24:820,000	7:446,000
Italia.....				6	24,000	7,500	9	60,000	18,000
Portugal.....	587	1:174,000	332,800	267,5	2:092,000	627,800			
	11.320	22:306,666	6:692,000	16.493,36	82:397,731	21:779,820	14.336	123:726,664	37:118,000

— 177 —

Fonte: Comissão do Inquérito Industrial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, vol 1. ano 1882, pág 177.

Anexo C- Informações apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro 1883.



Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, sem paginação.

— 401 —

## QUADRO N. 6

Fundição da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão

OFFICINAS	OPERARIOS	APRENDIZES	TOTAL
De machinas.....	10	17	27
De caldeiros de ferro.....	7	2	9
De ferreiros.....	6	3	9
De caldeiros de cobre.....	1	2	3
De modeladores.....	3	1	4
De carpinteiros.....	23	4	27
De calafates.....	6	2	8
	56	31	87

## QUADRO N. 7

Pessoal das oficinas da Companhia Pernambucana

Engenheiros ma- chinistas	Contramestre	Carpinteiros	Carapinas	Calafate	Ferreiros	Malhadores	Caldeiros	Cravadores	Ajudantes dos ditos	Fundidor	Ferreiro	Serralhoiros	Aprendizes	Total
1	1	5	5	1	3	5	8	5	4	1	1	9	16	53

## QUADRO N. 8

Pessoal das oficinas do Visconde do Livramento

Carpinteiros	Carapinas	Calafates	Ferreiros	Aprendizes	Total
12	5	10	5	11	43

— 402 —

## QUADRO N. 9

Mapa dos Estaleiros existentes no Rio de Janeiro em 1863

PROPRIETARIOS	ONDE SITUADOS	OBSERVAÇÕES
Manoel dos Santos.....	Largo da Prainha 2	Este estabelecimento occupa-se em concertos de navios e de embarcações miudas.
Francisco dos Santos Reis.....	» » »	Idem em reconstruir navios e na construção de embarcações miudas.
Domingos Coelho da Silva.....	Rua da Saude 40	Idem em concertar navios.
John Foster M. Lenan.....	» » 60	Idem em construir navios.
Manoel Estevão de Amorim.....	» » 88	Idem idem, e embarcações para navegação interior.
José Lopes C. Patusco.....	» » 90	Idem em construção de embarcações.
José Gonsalves Mações C <sup>a</sup> .....	» » 92	Idem no concerto de navios e embarcações.
Francisco Lopes de Carvalho.....	» » 128	Idem, idem.
Capdovielle Sobrinho.....	» » 128	Idem, idem.
John Maylor.....	» » 136	Idem em construir vapores,
Laurent Dominique Level.....	» » 196	Idem, idem e embarcações miudas.
Joaquim da Silva Neves.....	» » 208	Idem no concerto de navios e construção de embarcações.
Manoel de Oliveira Castro.....	» » 214	Idem, idem.
Companhia Ponta d' Arêa.....	Ponta d' Arêa.....	Idem na construção de navios.

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 402.



— 403 —

## QUADRO N. 10

## Estaleiros na Côte em 1883

João Pacheco Pimentel — rua da Saude n. 164.  
Manoel Rezende dos Santos — rua da Gambôa n. 1.  
Carlos Moreaux — rua da Saude ns. 108 e 108.  
André dos Anjos Reis — rua do Sacco do Alferes n. 10.  
P. Iaves — praça Municipal n. 2.  
Narcizo & Irmão — praia do Sacco n. 22.  
Manoel Francisco dos Santos — rua da Gambôa n. 20.  
Companhia do Serviço Marítimo — praia do Sacco n. 12.  
Justino de Lima Vianna — praia do Sacco n. 20.  
Flores & Chagas — rua da Saude n. 184.  
Luiz Gomes da Silva — rua da Gambôa n. 1.  
Viuva Duarte — rua da Saude n. 168.  
Augusto Gomes Moraes — Sacco do Alferes n. 38.

QUADRO N. 12

AMAZON STEAM NAVIGATION COMPANY, LIMITED

Receita de passageiros e fretes no anno de 1881, comparada com a de 1880

LINEAS	PASSAGEIROS		1881			TOTAL DA RECEITA		TOTAL DA RECEITA DE 1880	EM 1881	
	RÉ	PROA	RECEITA DE PASSAGENS	RECEITA DE FRETES	TOTAL DA RECEITA	PARA MAIS	PARA MENOS			
									TOTAL	
Mandós.....	4.416	3.708	8.124	506.823,102	335.803,008	842.626,110	316.145,385	60.059,313	3.601,876	
Yquitos.....	532	1.686	2.218	31.437,525	56.561,590	87.999,115	60.463,173	.....	.....	
Rio Madeira.....	733	2.885	3.618	183.916,330	238.983,836	422.900,166	194.963,521	41.091,006	.....	
Rio Purús.....	413	3.470	3.883	404.110,010	206.760,708	610.870,718	282.936,810	98.915,009	.....	
Rio Negro.....	188	784	972	11.098,128	28.568,891	39.667,019	24.880,870	14.503,549	.....	
Boyd.....	373	562	935	4.616,750	8.093,808	12.710,558	9.153,884	3.556,674	.....	
Macapá.....	510	1.715	2.225	18.314,750	38.736,108	57.050,858	49.543,853	7.506,997	.....	
Rio Juná.....	310	1.157	1.467	20.832,831	38.982,693	59.815,524	63.208,883	.....	.....	
Juruty.....	431	1.978	2.409	13.682,000	69.863,037	83.545,037	87.070,238	.....	.....	
Itaituba.....	674	1.374	2.048	20.426,188	66.183,969	86.610,157	84.034,790	.....	.....	
Portel.....	375	1.507	1.882	8.132,739	15.117,013	23.249,752	21.097,879	.....	.....	
Pina.....	288	907	1.195	4.007,581	81.037,4	85.045,018	18.508,106	.....	.....	
Araty.....	458	90	548	81,8274	.....	.....	.....	.....	.....	
Extraordinaria a Masagão.....	747	3.204	3.951	28.690,375	49.827,778	78.518,153	383,897	.....	.....	
Dita a Manaus.....	119	304	423	3.987,820	20.426,188	24.414,008	63.833,968	.....	.....	
Dita a Jurimsguas.....	281	688	969	11.216,600	60.350,896	71.567,496	.....	.....	.....	
<b>TOTAL</b>	<b>7.476</b>	<b>32.518</b>	<b>39.994</b>	<b>811.060,338</b>	<b>1.209.391,837</b>	<b>1.920.452,175</b>	<b>1.274.738,819</b>	<b>381.081,879</b>	<b>8.868,983</b>	
Para mais em 1881.....								348.243,856	.....	.....
Para menos em 1881.....								381.081,879	.....	.....

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 405.



QUADRO N. 13

Materia da companhia nacional de navegação a vapor	DIMENSÕES EM PÉS INGLESES			CARGADO EM PÉS INGLESES		CAPACIDADE EM TONELADAS		PASSAGEIROS		Máquinas	Força nominal de cavallos	Propulsor	Consumo de carvão em toneladas	Velocidade média em milhas	Estado actual	Observações
	Comprimento	Boca	Pontal	Carregado	Descarregado	Carga	Carrão	PASSAGEIROS								
								1ª classe	2ª classe							
Vapor Rio Grande.....	250 31	49	40	8	8	600	400	80	300	Compound	220	Rodas	25	43	Bom	Casco de ferro, construido em 1871. Foi sua primeira viagem a 12 de Julho desse anno.
» Rio do Janeiro.....	250 31	49	40	8	8	600	490	80	300	»	320	»	25	42	»	Casco de ferro, construido em 1875. Foi sua primeira viagem a 11 de Novembro desse anno.
» Rio Parahyba.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	{ Em construção, devendo chegar ao Rio do Janeiro até Julho proximo.
» Rio Negro.....	210 28	13	9	7	7	300	400	68	400	Compound	480	Helleo	48	42	Bom	Casco de ferro, construido em 1872.
» Rio Apa.....	220 36	9	7 1/2	5 1/4	5 1/4	300	416	80	80	»	490	Rodas	48	44	Novo	Casco de aço, construido em 1879.
» Rio Verde.....	90 90	8	8	4,7	4,7	35	48	40	40	»	30	»	3 1/2	7 1/2	»	Casco de aço, construido em 1881.
» Coxipó.....	80 17	4	3 1/4	4 3/4	4 3/4	25	44	22	25	Baixa pressão	25	»	2 1/4	7	Regular	Casco de ferro. Em serviço na 2ª linha de Mato Grosso.
» S. Lourenço.....	100 16 1/2	5 1/3	4 1/4	3	3	80	40	25	25	»	40	Helleo	8	8	»	Casco de madeira, reconstruido em 1882.
» Rápido.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	{ Comprados no Rio Grande.
» Itapeva.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
» Humaylá.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 406.

— 408 —

## QUADRO N. 16

AMAZON STEAM NAVIGATION COMPANY, LIMITED	DIMENSÕES			CONSUMO DE COMBUSTIVEL		TONELAGEM	FORÇA NOMINAL — H P	CALADO D'AGUA		CAPACIDADE			VELOCIDADE
	Comprimento	Bocca	Pontal	Lenha — achas	Carvão — Tonelada			A'vante	A'ré	Para passageiros		Para cargas	
										De ré	De prva		
Vapor Marajó.....	221	23	11	14.400	24	1.474	240	6,5	6	60	500	737	10
» Javary.....	153	18	9	7.600	12	876	90	5	6	60	300	438	8
» Arary.....	270	26	10	14.400	24	738	180	6	6,5	60	430	300	9
» Belém.....	220	25	10	14.400	24	681	180	6	6,5	60	430	300	10
» Manáos.....	220	25	10	14.400	24	681	180	5,8	6	60	430	300	10
» Santarem ..	181	29	9	4.800	8	426	120	3	6,6	60	300	400	12
» Inca .....	161	24	14	7.600	12	414	100	7,5	8,5	30	200	120	8
» Obidos .....	169	23	11	7.600	12	414	100	7,5	8,5	30	200	180	8
» Tapajoz ...	169	27	9	6.300	9	450	120	4,5	5,5	50	250	180	10
» Andirá.....	150	26	7	5.280	8 ½	331	100	3	3,5	30	100	170	9
» Jurua.....	150	26	7	5.280	8 ½	331	100	3	3,5	30	100	170	9
» Acre .....	130	32	7,5	3.800	5 ½	331	90	3	3,5	25	80	160	8
» Rio Branco.	133	24	6 ½	3.450	5	264	80	2	2,5	30	100	132	7
» João Augusto	150	20	7 ½	5.280	8 ½	240	160	3,5	4	40	300	200	8
» Anajaz.....	156	26	7 ½	5.200	8	240	140	3	3,5	40	200	200	9
» Ariman.....	125	24	7 ½	4.800	7 ½	132	95	2,5	3	20	80	75	5
» Mojú.....	100	17	5,6	3.428	5	70	50	2,5	3	30	50	60	6
» Mauá.....	181	28	9	.....	.....	423	120	5,5	6,5	60	300	260	12
» Içá.....	181	28	9	.....	.....	423	120	5,5	6,5	60	300	260	12
» Cameté.....	181	28	9	.....	.....	423	120	5,5	6,5	60	300	260	12
» Macapá.....	181	29	9	.....	.....	423	120	3	6,5	60	250	320	12
» Icamiahá...	100	24	11	.....	.....	414	100	7,5	7,5	30	200	180	8
» Soure .....	145	32	9	.....	.....	369	100	6	6,5	30	200	110	8
» Ituby.....	170	22	9	.....	.....	289	130	5	6,5	20	60	60	12
» Juruty.....	134	19	9	.....	.....	164	60	7	8,5	15	40	90	12

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 408.

— 409 —

## QUADRO N. 17

Quadro dos vapores de diversas Companhias

NOMES	TONELAGEM	CARGA.—T	ACCOMMODAÇÕES		MARCHA
			RÉ	PRÓA	
Vapor Parahyba....	700	—	—	—	—
» Goytacaz .....	500	—	—	—	—
» S. Diogo .....	500	—	—	—	—
» B. de Menezes .....	500	—	—	—	—
» Maria Pia .....	600	300	40	100	9 milhas
» Mayrink.....*	600	300	40	100	10 »
» Mathilde .....	190	100	20	40	7 »
» Emilliana.....	160	90	—	—	7 »
» Barros & Ferreira....	140	80	—	—	7 »
» Leopoldo.....	60	40	—	—	6 »
» Marambaia.....	60	40	20	40	8 »
» S. José .....	500	200	40	100	10 »
» America .....	700	400	60	200	10 »

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 409.

- 410 -

## Quadro n. 18

Material da companhia Espirito Santo e Campos

NOME	ACCOMMODAÇÕES PARA PASSAGEIROS		PES. NOMINAL EM CAVALLOS	VELOCIDADE	CALADO	TONELAGEM
	RE	PRÔA				
Presidente.....	50	100	100	11	11	228
Ceres.....	50	100	120	10	10	200
Alice.....	50	100	100	10	10	228

## Quadro n. 19

Material fluctuante da companhia Pernambucana

NÚMEROS	NOME	FORMA EM CAVALLA	LOTAÇÃO	CABLOS (Pcs)	ACCOMMODAÇÕES PARA PASSAGEIROS		ENUTAGEM	VELOCIDADE (nóts)
					RE	PRÔA		
1	Conde d'Eu.....	300	522	10 1/2	50	70	32	11
2	Jaguaribe.....	120	129	9	12	60	29	10
3	Ipojuca.....	120	360	8	12	60	29	10
4	Pirapama.....	120	312	8	12	60	29	10
5	Giquiá.....	80	226	10	12	60	29	9
6	Mandabú.....	60	222	8	24	60	18	9

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 410.

## Artigos da Tarifa geral que precisam entrar para a especial com as necessarias reduções

NUMEROS	MERCADORIAS	UNIDADES	DIREITOS	RAZÃO
<b>Classe 3.ª — PELLIS E COZROS</b>				
40	Luvvas. { de pelica, inclusive as do peau de Subdo. . . . . de camurça, castor o semelhantes..	Duz.—par	45800	30 %
		"	35000	"
<b>Classe 5.ª — MARFIM, MADREPEROLA, TARTARUGA E OUTROS DEPOSITOS DE ANIMANS</b>				
91	Bolças com furos de marfim, madreperola o tartaruga.....	Kilogr.	35000	"
94	Loquos. { de osso, bafalo ou chifre..... de marfim, madreperola ou tartaruga.....	Um	45000	"
		"	65000	"
<b>Classe 15.ª — ALGODÃO</b>				
474	Em fio, torcido ou licho de qualquer qualidade; em carroteis, novellos ou meadas, para costura, crochet, tricot o semelhantes.....	Kilogr.	600	"
499	Espartilhos.....	Um	45300	"
<b>Classe 16.ª — Lã</b>				
534	Cadarço com ou sem mescla de algodão ou de lã.....	Kilogr.	45200	"
562	Cordões, tranças, trancheiros, gregas, galões, franjas e requifes de lã pura ou com mescla de algodão ou linho o com ou sem vidrilhos.....	"	25500	"
<b>Classe 17.ª — LINHO</b>				
602	Brim. { entrançado. { crú e trigoceiro..... { riscados, tintos ou e- { de lona. { brancos.....	"	600	"
		"	800	"
		"	15200	"
606	Chales, mantas o lenços. { até 42 fios em 5 mil. quad. { de 42 até 45 idem..... { de 45 até 48 idem..... { de 48 até 24 idem..... { de 24 até 24 idem..... { de mais de 24 idem.....	"	15700	"
		"	25100	"
		"	25600	"
		"	35900	"
		"	45700	"
		"	65000	"
<b>Classe 18.ª — SEDA</b>				
659	Gravatas de seda pura ou de seda com qual- quer outra materia, de qualquer forma ou feitura, para homem ou mulher....	"	80000	"
<b>Classe 19.ª — PAPEL E SUAS APLICACÕES</b>				
673	Cartas { em baralhos..... do) em cartão por acubar, ou em fo- jogar... { lhas por cortar, celloridas ou { somente estampadas.....	"	300	"
		"	600	"

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág.172.

NUMEROS	MERCADORIAS	UNIDADES	DIREITOS	RAZÃO	
<b>Classe 23.—COBRE E SUAS LIGAS</b>					
796	Apparelho, etc., etc.....	—	—	30 %	Este artigo deve exceptuar colheres e garfos, sendo estes incluídos no n. 782.
798	Bijouteria de qualquer qualidade simples ou vernizada, perfumada, dourada ou prateada.....	Kilog.	25500	>	Taxa 15000 por kilogramma, razão 20 %.
799	Esporas.....	Duz.—par	65000 35000	>	} Uma só taxa 25000 duz. par, razão 20 %.
	{ grandes, denominadas chilenas e semelhantes.....	>	25400	>	
	{ não especificadas.....	>	95600	>	
781	Estribos.....	Duzia.	42800	>	
	{ polidos: { com mola.....	>	>	>	
	{ para sollim de banda.....	>	35600	>	
785	Freios de qualquer qualidade	Um	500 1900	>	} Uma só taxa 300 rs. um, razão 20 %.
	{ limados com barbellas ou sem ellas.....	>	>	>	
	{ polidos idem idem.....	>	>	>	
793	Quaesquer outras obras não classificadas.....	Kilogr.	600	>	} Uma só taxa 400 rs. por kilogramma, razão 20 %.
	{ limadas ou simplesmente polidas, envernizadas, estanhadas, ou brocadas, simples ou com guarnições de outro metal ordinario..	>	12200	>	
	{ prateadas ou douradas no todo ou em parte.....	>	45000	>	
	Colheros e garfos simples.....	>	12800	>	
	prateados.....	>	>	>	
<b>Classe 25.— FERRO E AÇO</b>					
800	Fechaduras.....	>	200	>	} Uma só taxa 200 rs. o kilogramma, razão 20 %.
	{ de uma só volta com ou sem broca.....	>	>	>	
	{ de duas voltas, de bomba, segredo, ou com trinco, idem idem, e outras não especificadas.....	>	600	>	
<b>Classe 27.— ARMAMENTO E OUTRAS OBRAS DE ARMEIRO, ETC.</b>					
849	Espingardas e clavinas de qualquer qualidade.....	Uma	15000	>	De um cano 500 rs. uma, razão 40 %.
	{ de um cano.....	>	25800	>	De dois canos 15000 uma, razão 20 %
	{ de dois canos.....	Par	15500	>	De um cano 800 rs. o par, razão 20 %.
867	Pistolas.....	>	35000	>	de dois canos 15800 o par, razão 20%.
	{ para alibeira de um cano. para cavalaria ou de munições e semelhantes de qualquer qualidade. de dois canos	>	>	>	
	rowlvers de qualquer qualidade.....	Tiro	300	>	Tiro 20 rs. um, razão 20 %.
<b>Classe 28.— OBRAS DE CUTELEARIA</b>					
861	Canivetes.....	Duzia	720	>	} Uma só taxa 800 rs. a duzia, razão 20 %.
	{ para aparar com cabo de pennis, para ossos, mafrutas e semelhanças com ou sem molas ou outro accessorio, como seja tosoura para m a r f m, unhas, saca- m a d r o-rolhas ou fu- parala ou rador. tartaruga.	>	35600	>	
	{ para poliar ou para cortar galboes e semelhantes.....	>	15800	>	

APPENDICE N. 3  
Industria fabril

QUESTOS N. 1 LOCALIDADE DA FABRICA	PROPRIETARIOS	FUNDAÇÃO	N. 2 CAPITAL EMPREGADO	N. 3 MOTRA	N. 4 VALOR DE MATERIA PRIMA	QUALIDADE DOS PRODUCTOS	N. 6 NOME DE OPERARIOS DO FABRICO	N. 7 VALOR FABRICO	OBSERVAÇÕES
Mesa cidade ...	Leão & Alves .....	1853	150:000\$	Vapor	300:000\$	Oleos vegetaes, banha de porco e perfumarias.....	30	380:000\$	
>	Barros & C. <sup>a</sup> .....	1871	70:000\$	>	100:000\$	Calçado.....	80	200:000\$	
>	Leopoldo Bier.....	1870	21:000\$	>	12:000\$	Objectos de montaria e carros.....	12	50:000\$	
>	Sa & C. <sup>a</sup> .....	1840	20:000\$	Vapor	100:000\$	Caldeiroto, machinas e fundição de metaes.....	30	200:000\$	Está em começo.
>	Francisco Joaquim Leite de Almeida.....	1866	100:000\$	>	130:000\$	Cortumo, arrellos e calçado.....	40	240:000\$	
>	Acolpho Voigt.....	1852	13:000\$	>	—	Velas, sabão e sabonetes.....	32, sendo 16 mulheres	—	Bisnagas, fabrica annualmente 600.000. Tom privilegio.
>	Hallawel & C. <sup>a</sup> .....	1881	32:000\$	>	—	Bisnagas.....	—	—	
>	Ernneo Francisco de Souza e Silva.....	1865	6:000\$	Força animal.	3:000\$	Extrato de carne.....	8	9:000\$	Gado da provincia.
>	Yalery do Dr. Ubaldia.....	1882	10:000\$	Vapor	—	Serros.....	—	—	Está em começo.
>	Argelo Ignacio de Harcolles.....	1871	60:000\$	>	132:000\$	Serraia de madeiras.....	43	350:000\$	
>	Fredrico Christoffel.....	1851	200:000\$	>	40:000\$	Serraia d. madeiras.....	44	—	
>	Bernardo José Dias Pereira.....	1868	30:000\$	>	—	Fundição e machinas.....	40	—	
>	José Bechor & Irmao.....	1863	150:000\$	>	20:000\$	Serraia de madeiras.....	8	36:000\$	
>	Costa & Silva.....	1860	30:000\$	>	12:000\$	Fabrica de vidros.....	5	—	
>	Pedro Meyer & C. <sup>a</sup> .....	1876	12:000\$	>	40:000\$	Tinturaria, refinação de assucar o moagem do café.....	20	—	
>	Bartholomen Chaus.....	1871	50:000\$	>	—	Telhas francezas.....	8	—	
>	Seratin de Magalhães Rhodus.....	1870	30:000\$	>	—	Louça de barro e lollhas francezas	20	—	
>	Candido Antonio Lopes.....	1870	30:000\$	>	—	Serraia e moveis.....	400	—	
>	Kappet & Irmao.....	1869	100:000\$	>	180:000\$	Heria malto.....	25	250:000\$	
>	João Gonçalves Lima & C. <sup>a</sup> .....	1872	100:000\$	>	—	Serraia de madeira.....	8	—	
>	Rafael Gonçalves Ventura.....	1881	33:000\$	>	16:000\$	Serraia e moveis.....	20	—	
>	Carlos Olas & C. <sup>a</sup> .....	1872	30:000\$	>	—	Armação do cellos.....	8	—	
>	João August.....	1870	13:000\$	>	8:000\$	Vassouras do palha, escovas e ar-maçoes para selhas.....	42	21:000\$	
>	Jacob Peterson & Filhos.....	1862	11:000\$	>	16:000\$	Corraes.....	14	50:000\$	Trabalha em grande escala.
>	Jacob Bondi Junior.....	1881	15:000\$	>	—	Chapões.....	—	—	
>	Guilherma Uhrig.....	1870	21:000\$	>	—	Fumos.....	—	—	
>	Becker & Campani.....	1880	—	>	—	Fundição e obras de metal branco.....	—	—	
>	Acolpho Kaufmann.....	—	—	>	—	Agua mineiras.....	—	—	
>	Kuuardo Sommer.....	—	—	>	—	Bovinos.....	—	—	
>	Birfeldt & Irmao.....	—	—	>	—	—	—		
>	Martins & C. <sup>a</sup> .....	—	—	>	—	—	—		
>	Leandro d'Andrada.....	—	—	>	—	—	—		
>	Marcelo Vicenté Porto, Succesores.....	—	—	>	—	—	—		
>	Lopes & C. <sup>a</sup> .....	1880	100:000\$	Vapor	300:000\$	—	50	400:000\$	O vapor é applicado á extracção das gorduras.
Mesa municipal.	João Gonçalves Lopes.....	1872	100:000\$	>	300:000\$	—	50	400:000\$	

Porto Alegre, Provincia do S. Pedro do Rio Grande do Sul, Fevereiro de 1883. — O secretario da Direcção da Presça, Luiz C. de Silva.

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág.175.

— 407 —

QUADRO N. 14

Companhia Brasileira de navegação por vapor	PASSAGEIROS		Força nominal em cavallos	Velocidade	Calado	Tonelagem
	De ré	De proa				
Vapor «Pará».....	400	400	270	10	14	1.542
> «Bahia».....	400	400	280	10	14	1.542
> «Ceard».....	400	400	270	10	14	1.542
* «Espírito Santo».....	400	400	300	12	13 ½	1.760
> «Pernambuco».....	400	400	300	12	13 ½	1.760
Um em construção.....						

QUADRO N. 15

Companhia Pernambucana de navegação costeira por vapor	Força em cavallos	Leitão	Calado	Passageiros de ré e proa	Equipagem	Velocidade
Vapor «Conde d'Eu».....	200	622 to.	10 ½ pés	56—70	32	11
> «Jaguaribe».....	120	429 »	9 »	42—60	29	10
> «Ipojuca».....	120	360 »	8 »	42—60	29	10
> «Pirapama».....	120	312 »	8 »	42—60	29	10
> «Giquilá».....	80	226 »	10 »	42—60	29	9
> «Mandahú».....	80	222 »	8 »	24—60	18	9

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 407



— 404 —

## QUADRO N. 11

Navegação de cabotagem

QUINQUENNIO	NAVIOS	TONELAGEM	EQUIPAGEM
1860—1865	33.119	6.782.230	125.240

QUINQUENNIO	NAVIOS	TONELAGEM	EQUIPAGEM
1865—1870	18.582	3.157.237	89.280

Fonte: Comissão Parlamentar de Inquérito do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pág. 404